



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE –
DARCY RIBEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NOS CAMPOS SINDICAL E POLÍTICO NA
CIDADE DE MIRADOURO A PARTIR DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE
BASE - CEBS**

Fernando Gomes Schettini

Campos dos Goytacazes

Setembro – 2023

**A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NOS CAMPOS SINDICAL E POLÍTICO NA
CIDADE DE MIRADOURO A PARTIR COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE -
CEBS**

FERNANDO GOMES SCHETTINI

Tese apresentada ao Centro de Ciências do
Homem da Universidade Estadual do Norte
Fluminense – Darcy Ribeiro, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor
em Sociologia Política.

Orientador:

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timoteo

Campos dos Goytacazes

Setembro - 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

S327

Schettini, Fernando Gomes.

A organização camponesa nos campos sindical e político na cidade de Miradouro a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs / Fernando Gomes Schettini. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

217 f. : il.
Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.
Orientador: Geraldo Marcio Timoteo.

1. Organização camponesa. 2. Política municipal. 3. Comunidades eclesiais de base. 4. Organização sindical. 5. Organização partidária. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

FERNANDO GOMES SCHETTINI

**A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NOS CAMPOS SINDICAL E POLÍTICO NA
CIDADE DE MIRADOURO A PARTIR DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
- CEBS**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo

Parecer: Aprovada em 08 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timoteo. (Orientador) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dra. Ana Mota Ribeiro - Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto - Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira – Universidade Federal de Viçosa - UFV

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Muitas pessoas contribuíram de forma direta e indireta para que este trabalho fosse escrito. Desde as fontes entrevistadas, quer em meio plantações e gados diversos, em frescas casas localizadas nas entranhas dos vales Zona da Mata mineira, quer em salas comerciais e estabelecimentos diversos, onde pessoas doavam seu tempo e palavras para que o movimento camponês aqui estudado pudesse ser compreendido. Para esses — nominados ou não neste trabalho — vai meu primeiro obrigado.

Agradecimento faço, também, ao professor Geraldo Márcio Timóteo, meu orientador, não só a orientação em si, mas a compreensão com as limitações deste pesquisador, que oriundo de outra área do conhecimento que não a Sociologia atreveu a trilhar uma seara nova, por ele não conhecida, de sorte que essa caminhada se deu de forma lenta e repleta de troços, até que a escrita do presente trabalho fosse concluída.

A toda a banca de qualificação, que tanto contribuiu para a organização de minhas ideias e na redação deste trabalho, mas sobretudo aos professores Ana Motta e Fabrício Oliveira Costa, que me acompanham desde os idos de 2010, em meados do meu curso de mestrado. O agradecimento a estes dois pesquisadores me traz um misto de afetividade, gratidão e admiração. Um abraço a vocês.

Expresso, aqui, minha enorme admiração e agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Seriedade, inclusão, qualidade, engajamento, extensão efetiva. Somente quem conhece esse programa e essa universidade tem a dimensão de sua importância e da dedicação de seus profissionais na busca da consolidação do tripé fundamental da universidade brasileira: ensino, pesquisa e extensão.

Claro, agradeço e dedico esse trabalho aos meus pais — Julita e Gonzaga — e irmãos — Adelina e João Paulo: Sei minha história, sei de onde vim, sei dos esforços e da torcida de cada um de vocês. Agradecimentos infinitos a minha mulher, Luciana, e à Valentina, minha filha nascida em meio à ventania deste doutorado. Estou voltando para vocês.

RESUMO

SCHETTINI, Fernando Gomes. **A organização camponesa nos campos sindical e político na cidade de Miradouro a partir Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.** Tese de doutorado em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação e Sociologia Política, Campos dos Goitacazes, RJ, Brasil, 2023).

Na década de 1980, percebe-se a insurgência de relativa organização camponesa na microrregião da Mata de Muriaé-MG, notadamente na cidade de Miradouro, tendo como principais marcos a criação de um sindicato de trabalhadores rurais e de um diretório municipal do partido dos trabalhadores, isso por iniciativa exclusiva dos camponeses locais. O advento dessa organização camponesa numa área sem qualquer tradição de movimentos sociais tem raízes numa ação de mediação religiosa iniciada na década de 1960 por agentes católicos, um padre francês e religiosos do recém surgido Movimento da Boa Nova, que buscava estreitar os vínculos dos camponeses da região com o catolicismo. Embora com caráter inicialmente religioso, as agruras vivenciadas pelos camponeses fizeram que essa ação mediadora surtisse efeitos para além do campo religioso, mas também nas searas sindical e política, sendo tais efeitos não só perceptíveis, mas fundamentais na atuação desses entes — sindicato e partido — até os dias atuais sobretudo na cidade de Miradouro. A inoculação de novas habilidades, discursos e valores pelos mediadores religiosos no meio camponês acabou por gerar capitais culturais e sociais, bem como um *habitus* próprio que propiciou sua organização sindical e partidária, sendo tais capitais e *habitus* dotados de efetividade e renovação até os dias atuais. O presente trabalho busca não só catalogar e descrever esses novos capitais e *hábitos*, assim como, também, entender o seu surgimento, evolução, empregos e consolidação, bem como também seus efeitos em Miradouro quando posto em concorrência com o modo tradicional de se fazer política municipal na cidade.

Palavras-chave: Organização camponesa, política municipal, comunidades eclesiais de base, organização sindical, organização partidária.

ABSTRACT

SCHETTINI, Fernando Gomes. **Peasant organization in the union and political Fields in de city of Miradouro from Base Ecceciastical Communities – CEBs.** Doctoral tesis in Politcial Sociology. North Fluminense State University Darcy Ribeiro, Postgraduat Program in Political Sociology, Campos dos Goitacazes, RJ, Brazil, 2023.

In the 1980s, there was a noticeable emergence of relative peasant organization in the microregion of Mata de Muriaé, MG, especially in the city of Miradouro. The key milestones in this development were the establishment of a rural workers' union and a municipal branch of the Workers' Party, initiated solely by local peasants. The advent of this peasant organization in an area with no tradition of social movements can be traced back to a religious mediation effort that began in the 1960s by Catholic agents, including a French priest and members of the newly formed Good News Movement. They aimed to strengthen the bonds between the region's peasants and Catholicism. Although initially religious in nature, the hardships faced by the peasants caused this mediation effort to have effects beyond the religious sphere, extending into the realms of labor unions and politics. These effects have not only been noticeable but also fundamental in the activities of these entities – the union and the party – up to the present day, especially in the city of Miradouro. The infusion of new skills, discourses, and values by the religious mediators within the peasant community ultimately generated cultural and social capital, as well as a unique habitus that facilitated their union and party organization. These capitals and habitus have remained effective and enduring to this day. This study not only seeks to catalog and describe these new capitals and habits but also to understand their emergence, evolution, utilization, and consolidation, as well as their impact in Miradouro when compared to the traditional way of conducting municipal politics in the city.

Keywords: Peasant organization, municipal politics, base ecclesial communities, labor union organization.

LISTA DE IMAGENS

Mapa: Localização de Miradouro na Zona da Mata mineira.....	36
Fotografia: Capela rural na região do Sapé, Miradouro.....	117
Fotografia: Uma comunidade recebe o pároco da cidade.....	120
Fotografia: Presidente do STTR de Miradouro, na sede do sindicato, se reúne com lideranças da FETAEMG	145
Fotografia: Reunião do PT local na sede do STTR de Miradouro.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados comparativos entre os municípios de Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Vieiras.....	366
Tabela 2: Número de filiados nos partidos de Miradouro	1699
Tabela 3: Eleições municipais em Miradouro de 1988 a 2020.....	18080

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COOPAF – Cooperativa da Agricultura Familiar

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CRESSOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas

DEM – Democratas

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MAPE – Movimento Apostolado dos Pioneiros do Evangelho

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MOBON – Movimento da Boa-Nova.

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PED – Processo de Eleições Diretas

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata de Minas Gerais

PRO-RURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD -Partido Social-Democrata

PSDB – Partido Social-Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

SUDECOOP – Superintendência de Cooperativismo

SR – Sindicato dos Produtores Rurais ou Sindicato Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

UDN – União Democrática Nacional

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: AS CHAVES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO TRABALHO.....	17
1.1 O marco teórico utilizado	17
1.2 Procedimentos metodológicos.....	26
DESENVOLVIMENTO.....	30
CAPÍTULO 2: A MICRORREGIÃO DA MATA DE MURIAÉ PELOS IDOS DE 1960 E 1970	30
2.1 Aspectos geográficos e históricos da Zona da Mata mineira e Mata de Muriaé.....	30
2.2 A Mata de Muriaé de finais da década de 1960	38
2.3 “O FUNRURAL dos patrões”, talvez o melhor exemplo de dominação: respeito, consideração e a pedagogia do sofrimento em Miradouro.....	41
2.3.1 Aspectos jurídicos do FUNRURAL.....	42
2.3.2 O uso do FUNRURAL como mecanismo de dominação simbólica	43
2.4 Entre poaias e goteiras: notas sobre as dicotomias políticas locais	52
CAPÍTULO 3: A AÇÃO DO PADRE GWENAEL E DO MOBON NA ZONA DA MATA DE MURIAÉ	61
3.1 A atuação de Padre Gwenael na paróquia de Eugenópolis.....	61
3.2 Mediação: um conceito para compreender a evangelização da região em finais da década de 1960 a 1980	66
3.3 O MOBON e sua história	67
3.4 O encontro do padre Gwenael com o MOBON e a atuação deste na Mata de Muriaé	78
3.5 Linguagem popular e diálogo	80
CAPÍTULO 4: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA MATA DE MURIAÉ E EM MIRADOURO	91
4.1 Contexto da Igreja Católica anterior ao surgimento das CEBs.....	91
4.2 O que são CEBs e como elas se apresentam na Mata de Muriaé, Minas Gerais.....	93
4.3 As primeiras CEBs da região recortada.....	96
4.4 MOBON, CEBs e Teologia da Libertação	100
CAPÍTULO 5: OS CAPITAIS E <i>HABITUS</i> DESENVOLVIDOS PELOS CAMPONESES COM AS CEBs E A AGÊNCIA PARA ALÉM DO CAMPO RELIGIOSO	116
5.1 Os capitais culturais e sociais nascidos da prática cebista	116
5.2 Um novo <i>habitus</i> entre os camponeses	121
5.3 A Organização camponesa para além do campo religioso: os efeitos inesperados da mediação.....	124

5.4 Reconhecimentos conflitos e rupturas	135
CAPÍTULO 6: O SURGIMENTO DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS E DO PT EM MIRADOURO E AS MARCAS CEBISTAS EM SUA ATUAÇÃO.....	142
6.1 A origem comum e contemporânea do STTR e do PT em Miradouro	142
6.2 O surgimento do STTR e suas características	146
6.3 Notas sobre a atuação do sindicato	154
6.4 O nascimento do PT em Miradouro e suas características	162
6.5 O PT e os outros partidos políticos de Miradouro	168
6.6 O PT nas eleições municipais desde sua fundação	180
6.6.1 Eleições de 1988.....	181
6.6.2. Eleição de 1992.....	181
6.6.3 Eleição de 1996.....	183
6.6.4 Eleição de 2000.....	184
6.6.5 Eleições de 2004.....	185
6.6.6 Eleições de 2008.....	186
6.6.7 Eleições de 2012.....	186
6.6.8 Os pleitos municipais de 2016 e 2020 e as disputas internas do PT no período.....	188
6.7 O defeito do PT sob a ótica dos dissidentes	201
7 CONCLUSÃO.....	208
8 REFERÊNCIAS.....	214

INTRODUÇÃO

Em Miradouro, uma pequena cidade da Zona da Mata de Minas Gerais, constata-se uma organização dos trabalhadores rurais não experimentada por outras categorias locais. Os trabalhadores rurais, sobretudo aqueles proprietários de pequenas glebas e meeiros ou parceiros agrícolas conseguiram se firmar como categoria organizada nos campos sindical e político, quer fundando um sindicato de trabalhadores rurais, quer na organização de um grupo político próprio, arraigados à sigla do PT, que busca se posicionar nas eleições municipais de forma independente dos dois tradicionais grupos políticos locais, os poaias e os goteiras, apesar de uma longa história de coligações com esses mesmos grupos.

Não se veem, em Miradouro, outros sindicatos ou associações profissionais ou de categorias económicas além dos Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais — o STR ou STTR — e o Sindicato Rural — SR —, o primeiro mais recente, nascido em 1986, e mais atuante, congregando sobretudo a agricultura familiar e alguns empregados rurais, e o segundo, mais antigo, nascido na segunda metade da década de 1970, contando com poucos filiados e de atuação mais simbólica que efetiva. Os trabalhadores rurais locais que residem no meio rural, sejam eles proprietários ou não de terras, aqui neste trabalho chamados de camponeses, além de se organizarem em torno do STTR local, também se organizaram no campo político, sendo fundadores do PT local, partido que traz em si grande influência camponesa. Professores, servidores públicos, comerciantes, trabalhadores do comércio, dentre outros, não possuem organização sindical ou associativa no município, nem contam com representação política junto à esfera municipal. Também não há associações de bairros ou grupos formais ou informais de jovens ou estudantes no município. Portanto, se a organização civil ou de categorias profissionais parece inexistir no perímetro urbano do município, o mesmo não se verifica na zona rural. Essa diferença relativa à organização social entre os camponeses e a população urbana tem raízes no tempo pretérito, a década de 1960, e em outro campo que não o político-sindical, qual seja, o religioso. Claro que a redemocratização ocorrida no início da década de 1980, juntamente com o revigoramento do sindicalismo ocorrido no mesmo período, assim como as significativas mudanças ocorridas na legislação em apoio à agricultura familiar contribuíram para a atual organização camponesa em Miradouro, contudo, antes disso, já se experimenta uma organização dos camponeses enquanto categoria, partindo não só de seu reconhecimento como tal, mas também da busca de melhorias pontuais a partir da ação conjunta mais ou menos coordenada.

Em verdade, essa organização camponesa — não verificada em setores do perímetro urbano — foi em muito facilitada por uma específica ação pastoral católica ocorrida em toda a microrregião iniciada e coordenada pelo MOBOM e pelo padre Gwenael, pároco da pequena cidade de Eugénópolis, MG, a partir da segunda metade da década de 1960, que se deu através da realização de cursos, formação de lideranças religiosas e incentivos motivacionais à criação de CEBs nas várias localidades rurais da região. Essa ação religiosa permitiu que os camponeses locais experimentassem a organização comunitária para fins, inicialmente, religiosos, dotando-os de habilidades, discursos e valores diversos, além de uma potencial malha organizacional espalhada por inúmeros bairros rurais, onde essas habilidades, discursos e valores pudessem circular, se propagar e se valorizar junto aos camponeses católicos locais.

O objetivo do presente trabalho é descrever e compreender não só a origem, mas também os meandros da formação, disseminação e modificação desses verdadeiros capitais culturais e sociais no meio camponês, assim como, também, a formação de um *habitus* próprio, a partir dessa organização camponesa inicialmente de caráter estritamente religioso, e como esses novos fatos sociais, surgidos no meio camponês, influíram na organização dessa categoria nos campos sindical e político local, verificando-se e compreendendo, ainda, eventuais marcas decorrentes dessa origem religiosa nos organismos sindical e sobretudo político criados pelos camponeses para a atuação nesses campos específicos.

Para tanto, num primeiro momento, necessário se fez a delimitação teórica e metodológica norteadora da pesquisa, sendo esse o objetivo do primeiro capítulo desta tese. Nesse tópico, buscou-se demonstrar como elementos da sociologia bourdieusiana poderiam ser empregados na compreensão e explicação dessa organização camponesa, sendo as teorizações do sociólogo francês a principal bússola e fonte de categorizações e explicações para os eventos sociais e organizações aqui estudados. Também a ideia de mediação social foi trazida à baila com o intuito de dialogar com a sociologia do prócer francês, a fim de matizá-la e auxiliar na explicação do surgimento de capitais e *habitus* tipicamente camponeses em meio a um ambiente social hostil a esse tipo de organização.

O segundo capítulo do trabalho buscou compreender esse ambiente social hostil à organização camponesa. Aspectos históricos e geográficos da Zona da Mata mineira, principalmente relacionados à microrregião do entorno de Muriaé — onde se localiza Miradouro e demais cidades abrangidas pela ação conjunta de padre Gwenael e do MOBOM — relativos, sobretudo, às décadas de 1960 e 1970 são abordados. Também a

utilização do FUNRURAL pelo Sindicato Rural patronal na manutenção da dominação da elite local sobre os camponeses é analisada. O sindicato patronal em questão funcionava como verdadeira agência de serviços dominada pelos fazendeiros locais que se destinava, basicamente, a prestação de serviços em caráter clientelista aos trabalhadores rurais locais. A dominação desse sindicato por um dos dois tradicionais grupos políticos locais em Miradouro, os goteiras, tornou-se importante peça no jogo político miradourense, uma vez que garantia, de forma perene, uma ação assistencialista local junto aos camponeses, intermediada por lideranças e cabos eleitorais vinculados ao referido SR, influenciando de forma sensível nos resultados das eleições municipais miradourenses. Aliás, o assistencialismo e o uso do poder econômico a fim de gerar vínculos sobretudo de dever moral entre os eleitores é marca patente da política local: Poaias e goteiras — apelidos dos grupos políticos locais —, cada um a seu modo, buscavam fidelizar os eleitores basicamente por meio dessas ferramentas. Esse quadro começou a sofrer alguma contestação, embora ainda seja a regra em Miradouro, a partir do surgimento do grupo político camponês, oriundo das CEBs, que sob a legenda do PT busca apresentar-se como uma nova forma de fazer política.

A ação mediadora do padre Gwenael e do MOBON a partir de Eugénópolis para seu entorno, incluindo aí as povoações rurais de Miradouro, é minuciosamente tratada no capítulo 3 desta tese. O método de trabalho do MOBON, o conteúdo de seus cursos e a forma de abordá-lo, a forma de lidar com a linguagem junto à população campesina, bem como os mecanismos utilizados para que esses mesmos camponeses vencessem a timidez e se aventurassem a falar em público, a escrever para serem lidos por terceiros, a buscar autoridades religiosas e repartições públicas a fim de solucionar problemas particulares próprios ou de terceiros e até da própria comunidade em que estavam inseridos são detalhadamente analisados e descritos, porquanto é a partir daí que um novo *habitus* — aqui denominado de militante-dialógico — vai surgir entre os camponeses, juntamente com capitais culturais e sociais específicos. Em continuação a esse capítulo terceiro, o próximo tem como temática o funcionamento das CEBs miradourenses, isso a partir da compreensão do conceito de CEBs tal como concebido na literatura nacional e dentro da estrutura da Igreja de então.

O capítulo 5 da tese cuida do surgimento do *habitus* militante-dialógico entre os camponeses locais e do nascimento, circulação, reconhecimento, valorização e multiplicação dos capitais culturais e sociais engendrados entre os camponeses da região recortada a partir da ação mediadora promovida pela pastoral católica capitaneada pelo padre Gwenael e pelo MOBON e como esses capitais e *habitus* passaram a circular e serem

valorados para além de seu campo de origem. Aqui a ideia de mediação se faz importante e necessária, uma vez que não só ajuda a compreender os efeitos dos agentes mediadores sobre os mediados, mas também os efeitos dos mediados sobre as concepções de mundo dos agentes mediadores, fato que, paulatinamente, altera o próprio conteúdo da ação mediadora planejada. Também com a ideia de mediação, é possível explicar os efeitos não planejados advindos de um processo de mediação social típico, no caso, uma mediação religiosa que veio a percutir em campos exógenos ao inicialmente focado, vindo a contribuir na formação de um sindicato e de um partido político, além de influir nos valores institucionais desses entes.

No último capítulo da tese, não só o surgimento e a origem comum, mas atuação do STTR local e do PT são analisados. O tratamento conjunto das duas instâncias da organização camponesa num único capítulo tem o seu porquê. Para além da origem comum e do campo de intercessão que ocupam inúmeros filiados entre as duas agremiações de campos distintos, verifica-se que o sindicato possui grande influência sobre o partido, sendo que a articulação com deputados e seus assessores normalmente perpassa a mediação do STTR local. Importante frisar que, nesse capítulo, o PT é visto não como uma legenda nacional, mas sim como um grupamento político local, que se fez entre poaias e goteiras com capitais socioculturais e *habitus* próprios, diferenciados dos dois outros grupos políticos locais, oriundos da vivência cequista nascida a partir da mediação católica iniciada na segunda metade do século passado na região. Toda a dinâmica das coligações do PT na cidade, bem como sua busca por autonomia e como forma de expressão política dos camponeses efetiva-se a partir dessa lógica, de sorte que é possível vislumbrar diferenças entre as concepções de política do PT e suas lideranças em relação àquelas dos tradicionais grupos locais, quais sejam, poaias e goteiras.

Diante de tudo isso, é possível concluir não só que ação pastoral católica iniciada na Mata de Muriaé pelos idos de 1960 propiciou uma organização camponesa capaz marcar posições para além do campo religioso, bem como que os capitais socioculturais e *habitus* desenvolvidos nesse processo estão, até hoje, incrustados ao STTR e ao PT local, influenciando do curso da política local.

Conhecer a organização camponesa em Miradouro e compreender as minúcias de seu surgimento e os meandros de sua evolução é fundamental não só para compreender a política local e microrregional, mas também, sobretudo, para auxiliar na compreensão de como valores e habilidades podem nascer e evoluir a partir de uma inoculação inicial, promovendo resultados para além do inicialmente pretendido.

CAPÍTULO 1: AS CHAVES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO TRABALHO

“O mundo social é história acumulada, e por isso não pode ser reduzido a uma concatenação de equilíbrios instantâneos e mecânicos” (P. Bourdieu).

Neste primeiro capítulo, são apresentados os ferramentais teóricos fundamentais à análise do tema proposto, qual seja a organização dos trabalhadores rurais nos campos sindical e político a partir de sua vivência religiosa. Esse ferramental não é de complexidade estremada, porquanto já consagrada na academia, porém seu tratamento prévio é fundamental para que todo e qualquer leitor se sintonize da carga semântica dos conceitos aqui utilizados. Para desenvolver o tema e solucionar o problema de pesquisa proposto, os conceitos da teoria sociológica bourdiesiana foram embricados e refocados com a ideia de mediação, tal como desenvolvido por Neves (2008 - 2010). Essa solução foi necessária em face de Bourdieu não abordar de modo satisfatório a formação de valores e capitais em um dado grupo social, dando a ideia que tais elementos sempre existiram no meio estudado. Aqui, também, o pesquisador trata dos métodos de pesquisa empregados na elaboração da presente tese e os justifica.

1.1 O marco teórico utilizado

Compreender qualquer aspecto da organização camponesa da cidade de Miradouro exige muito mais do que uma descrição pormenorizada do momento presente. Essa atitude seria equívoca, uma vez que o pesquisador estaria, simplesmente, transmudando a percepção imediata de seus sentidos em palavras, sem compreender a origem e real força das práticas e valores que influem nos arranjos e rearranjos que se dão na política local. A compreensão confiável das relações sociais aqui pesquisadas exige verdadeiro trabalho arqueológico, uma vez que os camponeses, os trabalhadores rurais de Miradouro, trazem em si valores, práticas e saberes que não são inatos, nem tão pouco surgidos a partir do estalo volitivo de um ou mais agentes demiúrgicos, mas, sim, engendrados, multiplicados e trocados durante dezenas de anos a partir, sobretudo, da vivência religiosa de boa parte desses camponeses a partir de finais da primeira metade de 1960, como já reconhecido pela literatura pertinente (RICCI, 2002; OLIVEIRA, 2012; COMERFORD, 2003). Sob esse aspecto, o

ferramental teórico desenvolvido por Bourdieu apresenta-se como ideal para a compreensão e análise do objeto pesquisado.

Em sua teoria sobre as formas de capital, Bourdieu (2001 a) descreve três formas básicas de capital: o econômico, o cultural e o social. O primeiro deles são os recursos financeiros, direitos creditórios, participação em empreendimentos e propriedades sobre bens móveis, imóveis, materiais ou imateriais que a ordem jurídica vigente atribui a uma pessoa. Enfim, trata-se da noção mais tradicional de capital que circula no senso comum e nos meios técnicos e acadêmicos. Para a presente pesquisa, entretanto, o conceito de capital econômico em Bourdieu tem importância menor, o que não se dá com as outras duas formas de capital por ele tratadas.

O capital cultural, a seu turno, se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e disposições adquiridas por uma pessoa ao longo do tempo por meio do processo de socialização junto à família, escola e outras formas de acesso a saberes teóricos, práticos e até emocionais, sendo a família e a escola, em seus vários níveis, as grandes fontes dessa forma de capital, embora não únicas (Bourdieu, 2001-a). Nesta pesquisa, por exemplo, verificou-se que a maior fonte de capital cultural que habilitou os camponeses a se organizarem de forma mais efetiva em campos diversos, foi sua participação em movimentos comunitários da pastoral católica desenvolvida na região a partir de 1960.

Esse capital cultural, segundo Bourdieu (2001 a), poderia ser classificado da seguinte forma: 1) Capital cultural incorporado, qual seja, aquele que se funde ao organismo do indivíduo, tais como o conhecimento, habilidades práticas em geral, domínio de um ou mais idiomas, manuseio de ferramentas, capacidade de se comunicar, habilidades técnico-profissionais ou artísticas, saber lidar com as emoções, dentre outras. Essa modalidade de capital pode ser adquirida, também, no sistema oficial de ensino, mas não só. A família, a igreja e outras formas de convívio social são formas efetivas para se incorporar capitais culturais. Habilidades artísticas e esportivas, por exemplo, muitas vezes são adquiridas até mesmo fora do convívio familiar ou escolar, mas com amigos e colegas em atividades recreativas informais ou não controladas por essas instituições. 2) A segunda forma dessa espécie de capital seria o capital cultural objetivado, o que compreenderia bens materiais e imateriais imbuídos de valor cultural, tais como livros, obras de arte em geral, instrumentos musicais, discos, acesso a arquivos digitais de músicas, textos, imagens, dentre outros. Por se tratar de coisas ou bens imateriais com valor econômico agregado, o acesso a essa espécie de capital cultural está intimamente ligado à detenção de capital econômico, contudo, sua fruição como bens culturais vai depender do capital cultural incorporado pelo indivíduo, afinal, de

nada adiantaria um livro nas mãos de uma pessoa que não saiba ler ou um instrumento musical nas de uma pessoa que nada entenda de música. Uma característica que diferiria esse capital cultural das outras duas espécies de capitais é a capacidade de sua transferência imediata de uma pessoa para outra, por se tratar de coisa ou bem imaterial impregnado de cultura, fato que não se dá com capital incorporado ou com as formas institucionais de capital social, que dependem de tempo para serem adquiridas e possuem caráter personalíssimo. 3) Por fim, a terceira forma de capital cultural apontada, seria o capital cultural institucionalizado, que se refere aos títulos, credenciais técnicas, habilitações oficiais que conferem, além de *status* e prestígio, o reconhecimento de uma habilidade a uma pessoa, atestando sua formação e o conhecimento. Segundo Bourdieu, também essa forma de capital cultural estaria intimamente ligada ao capital econômico, uma vez que quanto riqueza uma família possuir, mais poderá dispendar para que seus filhos possam ficar mais tempo em escolas e universidades se qualificando para obterem títulos acadêmicos e credenciais técnicas mais valiosas.

A terceira forma de capital listada por Bourdieu (2001 a) vem a ser o capital social, um conjunto de contatos pessoais ou institucionais que as pessoas podem mobilizar a seu favor ou a favor de terceiros em virtude de suas relações sociais. O pertencimento de um indivíduo a uma família, a um grupo de amigos ou a uma dada confraria ou grupo político pode trazer vantagem materiais e simbólicas diversas para os detentores desse capital, tais como informações privilegiadas, mobilização de pessoas em torno de projetos individuais ou comuns em campos diversos, facilitação ao acesso a recursos econômicos, dentre outros imagináveis. Esse capital social pode até ser transmitido hereditariamente, em virtude do nascimento de um indivíduo em uma dada família ou grupo social, podendo, sim, ser transmitido de geração em geração, contudo, assim como as demais formas de capital, jamais é inato, mas sempre construído, modificado, multiplicado ou dissipado por meio das interações sociais no decorrer do tempo (BOURDIEU, 2001 – 1, p. 150 - 151).

Independente da espécie, a ideia de capital, para Bourdieu (2001 a, p. 131), não foge muito à dos clássicos econômicos: capital é trabalho acumulado, não só sob a forma material ou econômica, mas também de forma imaterial, interiorizada ou incorporada a seu detentor. Importante também notar que os capitais trazem previsibilidade e garantem mais estabilidade às relações sociais:

Cuando agentes individuales o grupos se apropian de capital privada o exclusivamente, posibilitan también, gracias a ello, la apropiación de energia social em forma de trabajo vivo o de trabajo cosificado. Como *vis insita*, el capital es una

fuerza inherente a las estructura objetivas y subjetivas; pero, al mismo tiempo — como *lex insita — um principio fundamental de las regularidades internas del mundo social*. El capital hace que los juegos de intercambio de la vida social, en especial de la vida económica, no discurren como simples juegos de azar en los que em todo momento es posible sorpresa (BOURDIEU, 2001 a, p. 131)

A acumulação de capital, em qualquer das vertentes aqui mencionadas, requer tempo, sendo, mais ou menos durável conforme a modalidade. Um diploma universitário, por exemplo, demanda um longo período de dedicação aos estudos para sua obtenção e dura, em regra, o mesmo tempo de vida que resta a seu titular após obtê-lo. As ações em uma sociedade anônima ou propriedades imobiliárias, relações de amizade entre famílias importantes e alguns valores ou habilidades podem ser passados de geração em geração pelo Direito ou pelo convívio com a família ou grupos sociais outros, como igreja, amigos do bairro, dentre outros. Há, pois

una tendencia a la supervivencia insita em el capital, pues éste puede producir beneficios, pero también reproducirse a sí mismo, o incluso crecer. El capital es una fuerza inscrita na objetividad de las cosas que determina que no todo sea igualmente posible e imposible (BOURDIEU, 2001 a, p. 131).

Por todas essas características apontadas por Bourdieu, sua concepção de capital é bem estimada nesta pesquisa, isso por que, diante da pobreza material vivenciada pelos camponeses na região recortada, conforme constatado por Kerandel e Del Canto (1977), as ideias de capitais culturais e sociais, bem como as formas como se reproduzem, se acumulam e permanecem propiciam a compreensão da organização social camponesa da região estudada e seu desenrolar, afinal essas formas de capital também servem à estabilização social, servindo de meios para a atuação dos indivíduos de forma planejada e pautada nesses capitais acumulados, afastando a possibilidade de ação errática ou aleatória dos sujeitos no meio social. Contudo, validar os capitais culturais e sociais adquiridos e acumulados pelos camponeses nos vários campos sociais necessitou de uma prática agonística intensa e, nesse sentido, também a ideia bourdiesiana relativa ao valor simbólico das várias espécies de capital se faz útil.

Bourdieu (2001 b, p. 293 - 294) afirma que o valor simbólico contido em um dado capital ou conjunto de capitais está no poder que esses capitais conferem a seus detentores de se firmarem como referência, de fazer a diferença para outras pessoas, consagrando os indivíduos detentores desses capitais como importantes no meio social em que se inserem. O condão simbólico de determinados capitais deve ser cultivado e seus

detentores são postos em plebiscitos permanentes não só para validação desse capital, mas também dos indivíduos que os detêm. Bourdieu diz mais:

Dentre todas as distribuições, uma das mais desiguais e, em todo caso, a mais cruel, é decerto a repartição do capital simbólico, ou seja, da importância social e das razões de viver. Sabe-se, por exemplo, que até mesmo os cuidados e tratamentos prestados pelas instituições e agentes hospitalares aos moribundos são proporcionais à sua importância social, ainda que de maneira mais inconsciente que consciente. Na hierarquia das desigualdades e indignidades que nunca se superpõe inteiramente à hierarquia das riquezas e dos poderes, o nobre, em sua variante tradicional, ou em sua forma moderna — o que denomino nobreza de Estado — contrapõe-se ao pária e estigmatizado, a exemplo do judeu da época de Kafka, ou, hoje, o negro dos guetos (2001 b, 294 - 295).

As modalidades de capitais adquiridas e desenvolvidas pelos camponeses locais, que lhes permitiram atuar de forma mais intensa nos campos religioso, político e sindical na região recortada necessitam, portanto, de permanente validação diante da sociedade local. Esse entendimento é fundamental para que se compreenda o zelo e a constante luta dos camponeses em buscar, cultivar, promover a circulação e ostentar os capitais sociais e culturais dos quais se trata no presente trabalho. Refere-se não só a uma busca de validação dos capitais culturais e sociais cultivados e multiplicados pelos camponeses, mas, também, ao reconhecimento e valorização do modo de ser e de viver camponeses locais que, em face de suas poucas posses econômicas, baixo acesso à educação formal e distância dos fóruns de decisão e participação pública localizados na zona urbana do município, eram tidos cidadãos de segunda categoria, conforme demonstrado nos primeiros capítulos desta tese.

Não só as teorizações acerca de capital, mas a ideia de *habitus*, também no sentido bourdieusiano do termo, é importante na presente pesquisa, afinal um capital só tem potencialidades simbólicas quando em relação a um *habitus* predisposto como signo de importância, como valor (BOURDIEU, 2001 b, p. 296). Para o autor (2010, p. 61), *habitus* seria um aprendizado adquirido e incorporado, uma disposição ou prática que se consubstancia com os sujeitos ao ponto de se confundir com a natureza. Para Rob Moore (2018, p. 141-142), essa disposição adquirida moldaria a maneira de o indivíduo perceber, pensar e agir no mundo social, sendo determinante nas práticas e escolhas pessoais. Bourdieu (2003, p. 68 - 72) afirma que a semelhança das condições de existência de um grupo de indivíduos tenderia a produzir e inculcar nesses indivíduos *habitus* homogêneos, o que resultaria em verdadeira consonância na avaliação da realidade experimentada pelo grupo nos

mais diversos campos sociais pelos indivíduos que o compõem, bem como, senão um padrão, uma tendência nas decisões e ações desses mesmos indivíduos. Logo, utilizando a ideia de *habitus* para compreender a atuação dos camponeses aqui estudados quer nos campos religioso, sindical ou político, não se mira em contar a história de indivíduos ou traçar características de heróis ou vilões, mas de fazer surgir as verdadeiras forças sociais que influenciam na organização e atuação desses camponeses enquanto atores nos campos religioso, político e sindical em Miradouro, afinal

Não sendo a história do indivíduo mais que uma especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe sistematicamente organizadas nas diferenças que as separam e nas quais se exprimem as diferenças entre as trajetórias e as posições dentro da classe ou fora dela. O estilo “pessoal” — marca particular dos produtos de um *habitus*, práticas ou obras — é um desvio, regulado e às vezes codificado, em relação ao estilo próprio de uma época ou classe, embora remeta ao estilo comum não somente pela conformidade (à maneira de Fídias que, segundo Hegel, não tinha “modos”), mas também pela diferença que constitui todo o “modo” (BOURDIEU, 2003, p. 72).

O conceito de *habitus*, conforme salienta Peters (2013, p. 53), permite compreender como as condutas dos atores tendem a se adaptar estrategicamente às condições objetivas nas quais estão inseridos. Essas condutas, todavia, não seriam resultado de um puro cálculo racional, uma deliberação plenamente consciente, e nem, doutro modo, oriunda de um determinismo mecânico e automático que vem à tona por causas inconscientes coletivamente cultivadas, porém, sim, decorrem “de um processo em que os atores atualizam continuamente as intuições tácitas de um sentido prático adquirido a partir de sua experiência societária, ou, mais precisamente, da exposição continuada e recorrente a condições semelhantes de ação” (PETERS, 2013, p. 53).

Importante, ainda, notar que mudanças sociais na teoria bourdiesiana se dariam, basicamente, por meio de situações de histerese, que consistiria num descompasso entre o *habitus* de um determinado seguimento social e mudanças objetivas ocorridas na sociedade como um todo ou em campos específicos, causando um descompasso entre as esferas subjetivas e objetivas da sociedade, ou seja, “a ativação das disposições encarnadas no *habitus* é exigida em contextos diferentes daqueles que o produziram, circunstâncias sócio-históricas de desajustes [...] que constituem a principal fonte de mudança social na obra de Bourdieu” (PETERS, 2013, p. 83). Cabe observar que, seja ao tratar da defasagem do *habitus* entre os camponeses argelinos face aos novos métodos de produção advindos com a

independência da ex-colônia francesa (BOURDIEU *et* SAYAD, 2006, p. 41- 61), quer ao tratar das revoltas estudantis de 1968, em França, quando os estudantes franceses, dentre eles o próprio Bourdieu, foram apanhados em drásticas mudanças no campo acadêmico em decorrência do aumento de seu número, impelindo-os a se organizarem a fim de se adequar às novas configurações do campo acadêmico, (BOURDIEU, 2013), o sociólogo francês parte do pressuposto de um *habitus* preexistente, nunca em elaboração ou construção. Essa mesma lógica pode ser verificada, ainda, quando o autor analisa os impactos das inovações capitalistas sobre os camponeses de Bern (BOURDIEU, 2002, p. 20) ou mesmo ao abordar as mudanças no campo das artes plásticas que cominaram com o advento do impressionismo e a consagração do modo de pintar de Manet (BOURDIEU, 1996, p. 183). Em todos esses casos, há o desenvolvimento de um novo *habitus* a partir de exigências radicais do campo, nunca por uma indução positiva.

No caso dos trabalhadores rurais aqui pesquisados, há também o surgimento de um novo *habitus* camponês a partir da transformação daqueles valores e predisposições há muito mantidos e consolidados, porém, esse novo *habitus*, ao contrário dos exemplos extraídos dos estudos bourdieusianos, nasce menos por uma radical mudança do campo a premir os camponeses, do que pela organização dos mesmos advindos da descoberta de sua importância para si e para o mundo. Essa mudança, contudo, não é autóctone, surgida da mera reflexividade, dos camponeses na soletração solipsista de si mesmos, porém inoculada e inaugurada por agentes estranhos ao meio camponês. Logo, para compreender as várias interações sociais que os camponeses de Miradouro travaram no caminho de sua organização político-sindical, quer acumulando capitais culturais e sociais, quer desenvolvendo *habitus* específico próprio, fazer uso das ideias oriundas tão somente da sociologia bourdieusiana seria inadequado. Com o fito de amoldar o aparato teórico de Bourdieu às necessidades do objeto aqui estudado, o pesquisador buscou empregar, nesta pesquisa, também, a ideia de mediação, conceito bastante utilizado nos estudos relacionados à antropologia rural nacional.

Conforme salienta Novaes (1994, p. 177-193), trabalhar com a ideia de mediação requer o cuidado para não incorrer em banalização do termo. De fato, conforme frisa Zangelmi (2011, p. 115), a expressão mediação é pouco conceituada, admitindo significados vagos. Sendo assim, para fugir ao risco de imprecisão ou banalização da ação mediadora da Igreja Católica e outros agentes mediadores na região recortada, antes de tudo, é fundamental a fixação do que se entende por mediação na presente pesquisa. Esse marco teórico é aqui fornecido por Neves,

O termo mediador abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação; investimentos na construção de interdependências entre o pontual e o universal. Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais; contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social; torna viável as condições de representação política; problematiza o paroquialismo e a transcendência, até porque este estatuto, no exercício da função, o mediador estima ser portador (2008, p. 31).

Essa citação permite a elaboração de algumas considerações. A primeira que se destaca é que a mediação é implementada não por entes abstratos — Estado, Igreja, sociedade civil, ONGs etc. —, mas por indivíduos que interagem com uma realidade local e singular (NEVES, 2008, p. 23). Assim, naturalmente, os mediadores trazem elementos externos à dos mediados oriundos das agências ou instituições às quais estão vinculados, entretanto é o agente em si, a pessoa, que vai interagir com os mediados. Outro ponto a considerar é a especificidade, o caráter ímpar de cada ação de mediação. As condições de mediação, vale ressaltar, não podem nunca ser generalizadas, dependendo sempre do contexto e dos sujeitos nelas envolvidos.

São contextuais, porque pressupõem ações humanas na construção de significados e respectivas práticas. Para serem consideradas, exigem-se procedimentos voltados para qualificação segundo campos específicos ou universos de produção e reconhecimento de sentidos. O risco da generalidade tende então a se dissipar, porque as operações são da ordem da demonstração das especificidades ou das condições de possibilidade, não de universalidade (NEVES, 2008, p. 22).

Segundo Oliveira (2012, p. 164), conforme amplamente reconhecido pela literatura, o mediador pode ter um papel emancipador junto à população mediada, uma vez que apresenta e incorpora outras visões de mundo e saberes ao grupo que busca mediar, contribuindo para o surgimento de grupos voltados para a ação coletiva, bem como criação de uma identidade comum. Contudo, como alerta Neves (2008, p. 36), não se pode pensar os mediados “sob a metáfora da reação da esponja na água”. Em verdade, segundo a autora, há um processamento das ações e informações levadas pelos mediadores até os mediados, que as adaptam em maior ou menor grau à sua realidade, reordenando os objetivos e saberes dos mediadores a partir de seus interesses, valores e saberes mais imediatos.

Os agentes mediadores, a seu turno, não saem incólumes do processo de mediação que perpetram, uma vez que o convívio com os mediados influencia e modifica a ação e até a concepção dos mediadores no exercício de seu papel. Esse aspecto é salientado por Neves.

A análise de processos de mudanças a partir do papel ativo de mediadores e mediados permite que se abandone a ideia de leis preexistentes e desconhecidas para os atores; ou que só os mediadores possam revelar. É do entendimento da ação recíproca entre mediadores e mediados que se pode compreender o conjunto das forças sociais em jogo, isso é, colocar o ator da história, para se interrogar sobre a produção das situações históricas (2008, p. 39).

Nesse sentido, válida é a sintética conclusão de Zangelmi (2011, p. 116) ao afirmar que é errôneo considerar os mediados como beneficiários passivos que absorvem as concepções e vontades dos mediadores, afinal estes são, também, modificados nessa relação interativa.

Para Neves (2011, p. 38), os resultados dos processos de mediação não são dados a priori, bem como sua dinâmica é imprevisível. Isso pelo fato de a mediação envolver o estabelecimento de canais de trocas de saberes e experiências. A razão disso pode ser explicada pela interação que perpassa os processos de mediação e pelo caráter pessoal dos sujeitos envolvidos nos processos de mediação: como são indivíduos interagindo em diversidades culturais e materiais distintas, natural que as agências mediadoras não consigam determinar de forma absoluta como deve ser a ação dos mediadores, bem como precisar seguramente os resultados dessa ação mediadora.

O mais importante, porém, com relação aos resultados da ação mediadora é que, ao criar pontes de interdependências entre o pontual e o universal, a mediação promove necessariamente uma reflexão sobre o pluralismo cultural e a complexidade da sociedade, a qual deve guardar espaço para todos. Sendo assim, falar de mediação é, também, tratar com questões referentes à construção, conversão e recomposição identitárias ligadas a conflitos de diferenciação coletiva e de conquista e reconhecimento de pertencimentos (NEVES, 2008, p. 26).

Pois bem, o conceito de mediação, no sentido aqui delimitado, é utilizado de forma conjugada com as ideias de capital e suas modalidades e *habitus*, nas acepções que lhes atribui Bourdieu. Pretende-se, com esse ajuste teórico, explicar como o contato com novos valores e ressignificação de outros vieram a influir na modificação do *habitus* dos camponeses locais e a inserção e valorização de novos elementos culturais e laços sociais vieram modificar a circulação e promover revalorização dos capitais culturais, notadamente em sua modalidade incorporada, e sociais locais. Nesse diapasão, a mediação ocorrida na região funcionaria como verdadeiro elemento incubador histereses, a promover, antes mesmo de pressões oriundas do campo a exigir adaptações nos *habitus* tradicionais dos camponeses,

novos *habitus*, nascidos da atitude reflexiva a partir dos novos capitais e valores trazidos pelos mediadores externos ao universo camponês local.

1.2 Procedimentos metodológicos

O ferramental teórico eleito pelo pesquisador para enfrentar o tema, bem como as características do campo pesquisado, determinou os métodos empregados na pesquisa e na confecção da tese.

Inicialmente pensou-se em pesquisar todos os pequenos municípios do entorno de Muriaé a fim de melhor compreender os processos da organização camponesa da região. Contudo, no decorrer das pesquisas de campo, o autor da presente tese atentou-se para fatos que fizeram concentrar suas atenções à Miradouro: Era frequente, nas entrevistas, referências às lideranças comunitárias cevistas miradourenses, consideradas mais participativas e engajadas nos trabalhos comunitários. Também STTR local figurava, nas falas, como um dos mais ativos e engajados politicamente nas eleições nacionais e municipais. Ainda, o PT local mostrava-se ativo e com disputas internas, onde os petistas oriundos do meio rural cevista marcavam posições por vezes antagônicas com membros partido que não tinham a mesma origem, fato gerador de disputas internas em que ficam evidentes os capitais culturais e sociais, bem como a existência de um *habitus* próprio entre os petistas oriundos do meio rural e os demais. Não bastasse isso, o partido em questão, marcadamente camponês, conforme se percebe no presente trabalho, embora nunca tenha ganhado uma eleição municipal, tem marca própria na política local, celebrando ou não coligações com os grupos políticos locais tradicionais a partir de convenções sempre repleta de discursos e justificativas. Sendo assim, vislumbrou, o pesquisador, a possibilidade de encontrar de forma mais marcada os capitais culturais e sociais e o *habitus* camponês local junto aos camponeses miradourenses.

Como se busca, na presente tese, compreender a formação de um *habitus* novo dos camponeses de Miradouro, bem como da aquisição de capitais sociais e culturais de efetivo conteúdo simbólico que lhes permitiram se reconhecerem como pares e atuarem de forma reconhecida nos campos religiosos, sindical e político, antes de tudo, faz-se necessário vislumbrar o ponto de partida desses camponeses, seu modo de ver e atuar no mundo antes da ação mediadora católica que lhes auxiliaram a buscar mudanças sociais a partir de valores, conhecimentos, conjeturas e ações que, antes, não seria possível esperar dos mesmos. Necessário, também, compreender a origem e a têmpera dos agentes mediadores católicos que vieram atuar em Miradouro e região. Os dois primeiros capítulos desta tese são dedicados a esse desiderato. Esses elementos históricos, que remontam a década de 1960 e até um pouco

antes, são fundamentais para compreender a ação política dos camponeses de então, porquanto determinantes de características do *habitus* então vigente dos camponeses de Miradouro até então, influenciando de forma marcante nas escolhas e atuações políticas desses camponeses, bem como na percepção que o restante da população tem em relação a eles. Em suma, a tese analisa fatos ocorridos desde a segunda metade da década de 1960 até as eleições municipais de 2020, estudando não só a formação de capitais e *habitus* camponeses oriundos da ação mediadora católica que se deu na região, mas também as características, desenvolvimento e aplicação desses capitais e *hábitus* pelos camponeses nas esferas política e sindical de Miradouro.

Embora sejam os camponeses de Miradouro o objeto da presente pesquisa, necessário se fez a realização de investigações para além dos limites da cidade. Os diversos bairros rurais possuem ligações que vão para além dos limites municipais, sendo que várias lideranças comunitárias são referências para além de seu município. Isso se deve não só a extensa rede de laços familiares, de amizade, de devoção religiosa e de negócios entre os camponeses. Ademais, conforme será visto adiante, os mediadores religiosos que atuaram na região primavam em promover a interação e a valorização dos mediados entre si e entre as várias comunidades, a fim de criar laços de reconhecimento e de colaboração religiosa e social, além de trocas de experiências, de valores e objetivos comuns. Sendo assim, o pesquisador, em campo, extrapolou os limites territoriais de Miradouro sobretudo quando da realização de entrevistas, uma vez que a construção do ser camponês, bem como a rede de capitais sociais e culturais em circulação dos camponeses locais se estende por todo o leste da Zona da Mata e até mesmo em outras regiões do Estado de Minas Gerais.

A principal ferramenta de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada por amostragem não probabilística, também conhecida como bola de neve. As entrevistas estruturadas e os questionários se revelaram inadequados para adentrar à esfera mais íntima dos entrevistados, em que são encontrados os elementos que compõem o *habitus* camponês local. Também essas entrevistas se revelaram estimulantes para os entrevistados, que sentiam reconhecidos, verdadeiramente importantes, por terem sido escolhidos para compartilhar suas experiências com o pesquisador. Essa receptividade, aliás, demonstra a disponibilidade que as lideranças sindicais e políticas oriundas do meio sindical é revelada, inclusive, o engajamento dessa parcela da população na construção e promoção do valor simbólico de seus capitais sociais e culturais. Essa disponibilidade em conceder entrevistas não foi encontrada com a mesma frequência entre pessoas pertencentes a outros grupos sociais, como lideranças

políticas tradicionais, membros do sindicato patronal local e outros, que normalmente recebiam o pesquisador com certa ressalva.

A estrutura bola de neve permitiu ao pesquisador ir atrás de pessoas que, nas falas dos primeiros entrevistados, se revelavam extremamente importantes para o movimento camponês local e regional, o que, fatalmente, fez com que os limites do município pesquisado, Miradouro, fossem extrapolados. Comunidades rurais, distritos e a sede de Vieiras, Eugenópolis, Muriaé, Rosário da Limeira foram visitados pelo pesquisador em busca de informações que permitissem um melhor conhecimento do objeto estudado, além de municípios fora da região, tais como Caeté, na região metropolitana do Estado e Dom Cavati, na região Leste.

No total foram realizadas 48 entrevistas semiestruturadas, sendo utilizadas no presente trabalho tão somente 31 delas, tendo sido apresentado a todos os entrevistados termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas com lideranças camponesas locais e agentes mediadores externos, porém, a fim de permitir o diálogo entre as visões de mundo na região, buscou-se, ainda, entrevistar pessoas oriundas dos tradicionais partidos políticos locais, além de pessoas ligadas ao Sindicato Rural de Miradouro, também conhecido como sindicato patronal ou dos produtores. Essa diversidade entre as fontes permitiu que a discussão se tornasse mais diversa e dialética.

Algumas informações e narrativas importantes vindas de forma oral, contudo, não advieram de entrevistas propriamente ditas. Entre caronas oriundas de pedidos de informações em estradas quase vazias, em salas de espera dos sindicatos, sempre alguém dizia algo digno de nota. Informações colhidas em uma ou duas dessas ocasiões não foram perdidas no presente trabalho.

Estradas de chão, por vezes lama, um ou outro dano no carro, encontrar endereços em meio a uma malha de estradas rurais ermas e mal sinalizadas e, sobretudo, longas entrevistas, a durar, quase sempre, cerca de três horas cada uma delas foram as principais dificuldades enfrentadas pelo pesquisador em campo. Tudo isso, a seu modo, compensador e fundamental para compreender o estilo de vida local e as redes de sociabilidade e solidariedade entre os camponeses e a população regional como um todo.

Também foi utilizada a pesquisa documental para se apurar informações. Análise de estatutos e livros dos sindicatos de trabalhadores rurais, sobretudo do município de Miradouro, do Sindicato Rural de Miradouro, bem como livros de atas e documentos diversos do diretório do Partido dos Trabalhadores de Miradouro, partido esse fundado por trabalhadores rurais e cujos candidatos são, em regra, camponeses oriundos do Sindicato de

Trabalhadores Rurais local. Os documentos relativos aos sindicatos de trabalhadores rurais foram disponibilizados pelos seus respectivos presidentes ou secretários em suas sedes, em visitas agendadas para tal fim, ao passo que aqueles relativos ao Sindicato Rural patronal de Miradouro foram disponibilizados pela presidência através da secretária do sindicato, em um estabelecimento comercial local, uma vez que o SR não é possuidor de sede própria. Os documentos relativos ao PT de Miradouro foram disponibilizados pela atual presidente do partido, Gilsilene Mendes, em sua casa, pois também o partido não possui sede própria.

Fundamental, também, para a consecução da presente pesquisa foi a revisão bibliográfica realizada, afinal pesquisas de doutorado e mestrado relativas ao meio rural da Zona da Mata mineira foram realizadas por pesquisadores oriundos da Universidade Federal de Viçosa, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Museu Nacional.

O viés qualitativo marca a presente tese, que se preocupou mais em descrever e analisar falas, comportamentos, saberes e práticas do que números. Estes são poucos, referentes a resultados de eleições, sobretudo, e tem como fonte pesquisas junto ao *site* do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e informações obtidas junto a pessoas que catalogam e colecionam informações acerca das eleições municipais da localidade pesquisada. Tais números devem ser vistos sob a ótica das falas buscadas nas entrevistas, uma vez que não há como saber, pelos números do TRE ou dos dados obtidos com outras fontes, a origem dos votos (se rurais e urbanos).

DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 2: A MICRORREGIÃO DA MATA DE MURIAÉ PELOS IDOS DE 1960 E 1970

A frase de Guimarães Rosa é conhecida: “Minas, são muitas. Porém poucos os que conhecem as mil faces das Gerais”. Esse capítulo tem por objetivo mostrar as principais características de uma dessas faces, a Zona da Mata do Estado e, mais especificamente, de uma microrregião, a Mata de Muriaé, sobretudo tendo em vista os campos político, religioso e sindical rural à época em que a organização camponesa local começou a se firmar com olhares para si mesma, em meados de 1960, isso a partir da ação pastoral católica que será melhor analisada no próximo capítulo. A fim de dar subsídios ao melhor entendimento do tema, a exposição atenta, sobretudo, aos aspectos que envolvam o universo rural da região.

2.1 Aspectos geográficos e históricos da Zona da Mata mineira e Mata de Muriaé

Conforme Bourdieu (2002), para se conhecer bem um objeto a ser estudado ou pesquisado, necessário ir além das relações objetivas, tais como dados de produção, distribuição da riqueza, dentre outros. Mais importante do que isso seria procurar as disposições internalizadas pelos agentes. Para tanto, é fundamental realizar verdadeira arqueologia para se buscar os valores incorporados pelos agentes. Essa, portanto, é a tônica do presente capítulo: resgatar a base material e as relações sociais e econômicas sobre as quais se iniciaram a ação pastoral do Movimento da Boa Nova – MOBON – na microrregião da Mata de Muriaé, sobretudo nos campos religioso, sindical rural e político

O IBGE¹ divide o Estado de Minas Gerais em 15 mesorregiões, das quais a Zona da Mata é uma delas. Essa região compreende mais de 130 municípios, sendo que boa parte deles conta, atualmente, com cerca de até 15.000 habitantes (45 municípios dessa região possuem até 15.000 habitantes, segundo informações obtidas no último censo). Os municípios que compõem toda essa região possuem características marcadamente rurais, predominando nesse meio a pequena propriedade de caráter familiar (RICCI, 2002, p. 110). Segundo

¹ As informações sobre as regiões, microrregiões e municípios de Minas Gerais foram extraídas do IBGE, paginas: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama> e <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/muriae.html>, consultadas em 28/06/2022.

Rodrigues (2019), dos 86.437 estabelecimentos agropecuários do estado, 71.631 são de agricultura familiar os demais, 14.806, com destinação à agricultura familiar.

Essa mesma Zona da Mata comporta divisões. O IBGE a retalha em 7 microrregiões: Mata de Juiz de Fora, Mata de Cataguases, Mata de Ubá, Mata de Viçosa, Mata de Ponte Nova, Vertente Ocidental do Caparaó e Mata de Muriaé. Sobre essa última é que se foca a presente pesquisa, com ênfase em quatro municípios: Miradouro, Vieiras, Rosário da Limeira e Muriaé.

Muriaé, atualmente, conta com 110.000 habitantes, localiza-se acerca de 360Km de Belo Horizonte, há 280 Km da capital fluminense, estando próximo às divisas dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. É o município mais populoso e com maior força econômica da microrregião Mata do Muriaé, constituindo-se num microcentro regional que atrai a população das pequenas cidades que o circundam. Além de Muriaé, outros 19 municípios compõem essa região: Carangola, com 32.296 habitantes; Espera Feliz, com 22.856; Divino, com 19.133; Mirai, com 13.808; Eugenópolis, com 10.540; Fervedouro, com 10.349; Miradouro, com 10.252; Tombos, com 9.537; Orizânia, com 7.284; Barão do Monte Alto, com 5.770; Patrocínio do Muriaé, com 5.287; São Francisco do Glória, com 5.178; Caiana, com 4.968; Rosário da Limeira, com 4.247; Vieiras, com 3.731; Faria Lemos, com 3.376; São Sebastião da Vargem Alegre, com 2.798; Pedra Dourada, com 2.191; e Antônio Prado de Minas, com 1.671 habitantes. Essa microrregião soma ao todo 275.936 habitantes, ocupando uma área de cerca de 4.751.945 Km², conforme dados do IBGE.

A região é cortada pela Serra da Mantiqueira, o que lhe confere relevo irregular, fortemente ondulado, conhecido tecnicamente como mar de morros, com altitudes muito variadas: há fundos de vale com altitudes de 300m com picos de 400 a 500m em locais mais baixos, havendo, ainda, outros fundos de vale que chegam a ter mais de 1000m, com picos de 1400 a 1500m (CINTRÃO, 1996, p. 61). Essa variação de altitudes proporciona, a curtas distâncias, consideráveis variações de temperatura o que, combinado com os generosos índices pluviométricos e grandes números de córregos e rios, permite uma grande variação nas culturas, enfim, um verdadeiro gradiente de microclimas e possibilidades agropecuárias. A população local, a seu modo, classifica as propriedades rurais em dois tipos, de “terras frias” e “terras quentes”: O café, principal produto agrícola de toda a microrregião de Muriaé, é cultivado nas regiões de “terras frias”, situadas acima de 400m, sendo comum a plantação de gêneros de subsistência consorciados com o café nas propriedades localizadas nessa faixa de altitude. Já nas “terras quentes”, há um predomínio da pecuária, sendo que a leiteira predomina nas propriedades menores e a de corte e recria nas propriedades mais extensas.

Contudo, neste último tipo de terras, há culturas que podem assumir importância em nível microrregional ou local: fruticultura, piscicultura, arroz, cana, fumo, hortaliças, milho e feijão (CINTRÃO, 1996, p. 76).

Toda essa região, localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais, a Zona da Mata, inclusive a microrregião de Muriaé, era coberta por mata atlântica até meados do século XVIII. Devido à vegetação fechada, a Zona da Mata era utilizada pela Coroa Portuguesa como barreira natural entre a região mineradora do centro de Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo e a região do Norte Fluminense, a fim de dificultar o contrabando de ouro e pedras preciosas (CINTRÃO, 1996, p. 66). Foi com o declínio da mineração, em finais do século XVIII, que a região começou a ser povoada, tendo como atividade econômica principal e primeira, diante da pobreza mineral da região para os padrões de então, o extrativismo vegetal, notadamente de ervas medicinais, especialmente as raízes da planta, hoje desconhecida na região, denominada poaia, além de uma agricultura de subsistência. O trabalho escravo era fundamental na produção dos gêneros então cultivados: culturas de milho, feijão, cana e, esparsamente, alguns arrozais que predominaram até a década de 1840 (ANDRADE, 2011, p. 66).

A região que hoje se denomina Mata de Muriaé, especificamente, foi devastada e conquistada em um momento anterior à chegada do café, a primeira cultura a dar destaque econômico para a Zona da Mata de Minas Gerais. Constantino José Pinto, considerado o fundador da cidade e da microrregião, alcançou as cercanias onde hoje se localiza Muriaé no início do século XIX para “pacificar” os indígenas da nação Puri e, em 1819, Guido Tomaz Malièri, diretor geral dos Índios em Minas Gerais, nomeado por Don João VI, providenciou a edificação de uma capela dedicada a São Paulo, no sítio do Manuel Burgo – antigo nome de Muriaé (BARBOSA, 1995, p. 214).

Nesse contexto, a atual cidade de Muriaé surge como vila em 1855, inicialmente batizada de São Paulo do Muriahé (ANDRADE, 2011, 43). A pujança econômica de Muriaé e região por meio da produção agrícola, entretanto, se dará somente em finais do século XIX e início do XX, quando a cidade e seu entorno se afirmam como grandes produtores de café (ANDRADE, 2011, 66).

Os cafezais adentram a Zona da Mata mineira oriundos do Vale do Paraíba fluminense, deixando atrás de si as terras já desgastadas, provocando a derrubada de matas para a implantação dos cafezais em terras novas, descansadas. Essas duas regiões, embora localizadas em Estados distintos, são vizinhas, servindo o Rio Paraíba, em vários trechos de seu curso, como marco de fronteira entre esses dois Estados, sendo que os vários rios que

nascem na Zona da Mata lhes são afluentes diretos, tais como o Paraibuna, o Pomba e o Muriaé.

Essa expansão cafeeira, ocorrida por volta da segunda metade do século XIX, foi a atividade econômica que possibilitou o desenvolvimento econômico regional, uma vez que o café, enquanto *commodity*, propiciou o surgimento e consolidação de vínculos entre setores dinâmicos da economia – o agroexportador, o financeiro e o industrial – o que gerou crescimento econômico dos centros urbanos da Zona da Mata mineira (PIRES, 2009, 122).

Vale dizer que todos os municípios acima listados como pertencentes à Mata de Muriaé ou microrregião de Muriaé nasceram a partir de desmembramentos da área inicialmente ocupada pela vila São Paulo de Muriaé. A primeira emancipação municipal ocorreu em 1866, com a emancipação de Santa Luzia do Carangola, atual Carangola, e a última em finais de 1995, com o nascimento do município de Rosário da Limeira.

Barreto (2003), com base nas memórias escritas de seu pai — ambos importantes negociantes e exportadores de café na região de Muriaé e no porto do Rio de Janeiro — tece uma importante e rica crônica sobre a atividade econômica da região no final dos 1800 e início dos 1900.

Quando papai se mudou para Muriaé, a produção cafeeira do município era a maior do Estado de Minas Gerais e a de seu ex-distrito de Santa Luzia do Carangola era a segunda. Muriaé tornou-se uma importante cidade da Zona da Mata, com correios, telefone e hospital. Mas foi com a chegada do trem, em 1886, que o crescimento realmente começou e a cidade veio a se juntar aos 1.171 quilômetros da rede da Leopoldina Railway. Com a estrada de ferro acabaram-se os infernais atoleiros, a poeira desagradável, o calor insuportável nas viagens no verão e as enxurradas em dias de chuva e, acima de tudo, a aventura de vários dias de viagem a cavalo, em tropas de burros, para se chegar à capital.

[...]

O progresso chegava rápido a Muriaé, a cidade prosperava, escolas se abriam, as professoras melhoravam – a cultura se expandia na mesma velocidade com que se redistribuía a riqueza. Tudo isso se devia ao aumento astronômico da produção cafeeira e da agricultura de subsistência que era seu subproduto mais importante. Os profetas mal informados incentivavam a monocultura do café, que se espalhava como ventania, sacudindo a Zona da Mata. [...]. Eram cegos para ver que, com o café, aumentavam em suas mesas, de forma farta e barata, os gêneros alimentícios que surgiam nas ruas dos cafezais e que representavam, além de riqueza, acessórios das fazendas e eram fundamentais à sobrevivência de milhões de lavradores. [...]

Já 1840, o Brasil se tornou o maior produtor internacional de café e na década de 1860-70 o produto representava 56% do valor de nossas exportações. Em 1919,

Muriaé já produzia mais de 200.000 sacas de café, com 1.068 estabelecimentos rurais e 37 excelentes máquinas de beneficiamento. Em 1927, ano do meu nascimento, a cidade já exportava mais de 250.000 sacas de café (BARRETO, 2003, p. 61- 63)².

As marcas da riqueza dos cafezais estão, ainda, em vários prédios históricos da cidade, onde estuques em gesso representam ramos carregado de frutos de café. Essa referência está na memória de pessoas mais idosas e até mesmo de jovens das famílias tradicionais, o que se verifica quando narram a saga de seus patriarcas. Contudo, apesar da riqueza gerada pelos cafezais, similarmente ao que se deu no Vale do Paraíba fluminense, dado o caráter migratório e extensivo da cultura de café implantada na Mata de Muriaé, em poucos anos a fertilidade do solo foi aniquilada, situação essa agravada em face do relevo acidentado da região. Assim, novas áreas eram desmatadas para dar lugar a novos cafezais, deixando atrás de si um solo degradado, erodido e ocupado por pastagens malformadas. As voçorocas vistas às margens do trecho da BR-116 que perpassa Muriaé, Miradouro, São Francisco do Glória, Fervedouro, dentre outros pequenos municípios da região são cicatrizes que também dão testemunho dessa história. Os grandes cafezais migraram para outras regiões, tais como o Sul de Minas e os cerrados do Estado (áreas planas que permitem, inclusive, a mecanização da cultura), e a produtividade do café caiu na Zona da Mata, o que implicou, conseqüentemente, em relativa decadência e estagnação econômica da região. À monocultura agroexportadora do café sucedeu uma pecuária leiteira e de corte de caráter extensivo ou lavouras de produção de alimentos. A fragmentação das propriedades, principalmente por meio da divisão de terras entre os herdeiros, levou a uma expansão da agricultura de caráter familiar, bem mais distante do eixo agroexportador (CINTRÃO, 1996, p. 67). Em Miradouro, Muriaé e sobretudo e com maior sucesso Vieiras, a piscicultura ornamental surgiu como grande alternativa às pequenas propriedades rurais.

Um entrevistado, que contava com 76 anos, ao me guiar até a casa de uma liderança sindical fala desse passado, apontando para as voçorocas que margeiam a BR-116, em Miradouro, cenário no qual se vê, além dos acidentes geológicos, uma rala pastagem de braquiária ou outro capim alienígena cobrindo as curvas suaves do terreno irregular que caracteriza a região, onde não se via gado algum.

² Trata-se de uma obra que, embora se baseie em fontes documentais e bibliográficas confiáveis, tem o objetivo de contar a saga do pai do autor e sua família pela Mata de Muriaé e região do Caparaó. É, pois, a história de vencedores, que fizeram fortuna como agenciadores de café na região. Daí o porquê de, por exemplo, o autor afirmar que a monocultura agroexportadora de café promovia uma redistribuição de riquezas na região, sem nunca tecer qualquer crítica ao modelo agroexportador.

Aqui era a fazenda do Cel. Brandão, desse lado do rio e do outro, para lá da Rio-Bahia. Passava daquela erosão lá, que você vê daqui e virava para o outro lado. Isso tudo era café, milho, feijão, arroz do seco. O cara, na roça, comprava o querosene e o macarrão, o resto era plantado. Hoje isso tudo acabou. Isso era coalhado de morador que trabalhava para o Brandão. Era muita gente. Só para você ter uma ideia, festa na roça, baile, dava mais gente que festa na cidade. [...]. Era carteira assinada? Era tudo colono. O cara plantava a roça para viver e fazia o café na parceria com o Brandão e dava uns dias de serviços. Isso, hoje, nem pode mais. Hoje você assina a carteira ou dá a lavoura a meia ou a terça [modalidades de parceria agrícola praticada na região], mas tem gente que ainda faz desse modo antigo, muito pouco. [...]. Ficou para os herdeiros (a fazenda), dividiu tudo, e aí foi acabando. [...]. [Dividiu] Em mais de dez propriedades, a maior é essa aqui, do Zé Heitor, ali atrás, a gente passou, do Joaquim da Farmácia, do Miguel. A do Tarcísio fica para cá. [...]. Nenhum é descendente, não. Os herdeiros venderam. Só o pessoal daqui é que vai dar valor, os herdeiros moravam fora, sei lá onde. [...] Mexem mais, aqui, é com boi e leite, [...], café, hoje em dia, só mais para cima, em terra fria (L.G.S., entrevistado em maio de 2022).

Inquirido pelo pesquisador, o entrevistado acima não conseguiu apontar outras fazendas no município que congregasse tantos parceiros agrícolas quando ao do Cel. Brandão, afirmando que as outras propriedades não eram tão pujantes, embora houvesse proprietários rurais muito bem de vida, não tinham tanto dinamismo econômico. Souza (1951, p. 52 - 59), ao estudar a região, informa que a Zona da Mata mineira se caracterizava pelo alto número de pequenas propriedades, com unidades produtivas com área média inferior a 60ha, a mais baixa do Estado. Segundo a autora, essa mesma região comportaria uma divisão entre as microrregiões de Ubá, Cataguases e Juiz de Fora, marcada por propriedades de maior extensão e baixa densidade populacional rural e a região central e norte, compreendendo as microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, caracterizadas por uma alta densidade populacional rural e propriedades rurais de menor extensão, normalmente destinadas à subsistência (SOUZA, 1951, p. 47–70). Segundo Oliveira (1999), essa característica decorre de o primeiro rol de microrregiões listadas ter sua ocupação marcada pelo modelo escravista, com vistas a integrar o mercado exportador de café a partir de capitais oriundos da zona de mineração após seu declínio em meados do século XVIII, ao passo que as demais regiões listadas tiveram sua ocupação assinalada por camponeses e baixo aporte de capitais, o que gerou uma agricultura voltada para a subsistência, com pequenas propriedades mais pobres. Percebe-se, pois, que a estrutura fundiária da Mata de Muriaé, com o predomínio quase absoluto de pequenas propriedades rurais mais pobres, demorou mais a se integrar à cultura cafeeira agroexportadora (FARIA; FIUZA; RODRIGUES, 2022).

Pires (2009, p. 122) destaca essa diferença na ocupação das terras na região, somada a outros fatores como acesso à capital federal de então, bem como de Juiz de Fora ter-se tornado um centro de agenciamento de compra de café a ser despachado para os portos da capital gerou um acúmulo de capital considerável que permitiu a consolidação desta cidade como maior centro comercial e industrial da região, superando a crise da economia agroexportadora do café na região. Muriaé, por sua vez, embora não tenha se tornado a cidade mais pujante da Zona da Mata mineira, veio a se firmar como um polo microrregional em virtude da concentração de serviços, comércio e agências estatais que se estabeleceram em seu perímetro urbano, fato que cominaram por diferenciá-la das demais cidades em seu entorno, conforme se verifica na Tabela 1 comparativa, que traz dados sobre Muriaé e outras cidades de seu entorno, visitadas durante a pesquisa pelo autor dessa tese, quais sejam, Miradouro, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória e Vieiras.

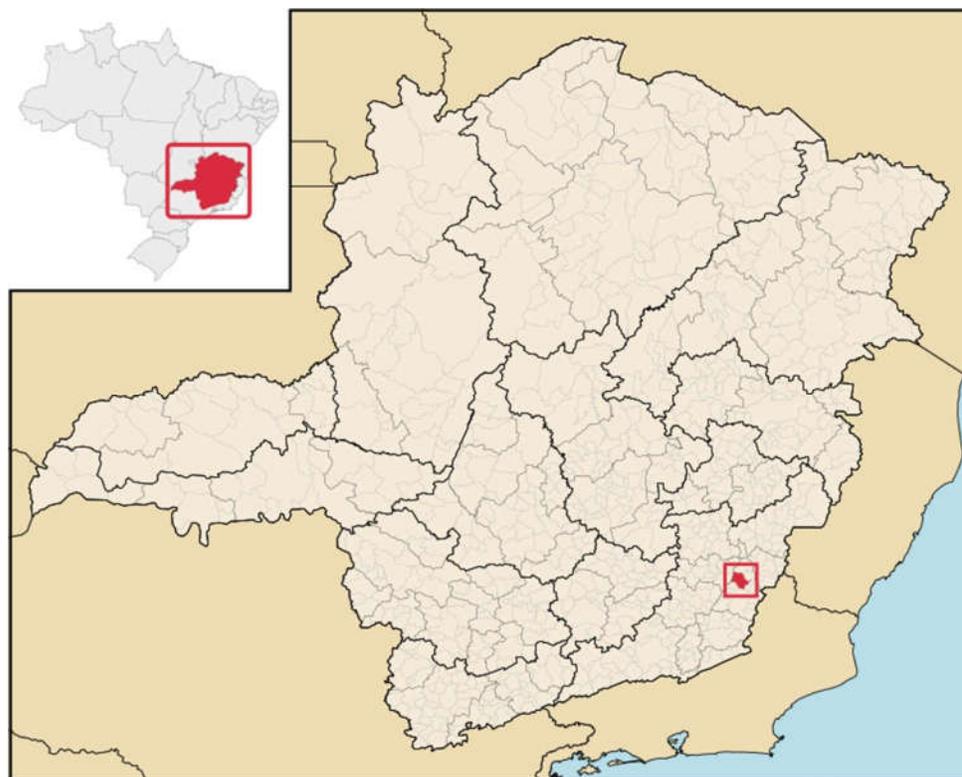
Tabela 1: Dados comparativos entre os municípios de Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Vieiras.

Municípios	Nº. total de habitantes	Nº. de habitantes na cidade	Número de habitantes na zona rural	PIB anual per capita	Índice de desenvolvimento humano - IDH	Percentual da população ocupada	Salário médio dos trabalhadores formais	Percentual de pessoas que vivem com até 50% do salário-mínimo
Muriaé	100.861	93.317 92,52%	7.544 7,48%	22.244,00	0,73	25%	1,7	29,30%
Miradouro	10.787	5967 55,32%	4820 44,68%	13339,42	0,66	11,20%	1,5	42,40%
Rosário da Limeira	4.622	2499 54,67%	2123 45,93%	115478	0,66	14,80%	1,5	38,20%
São Francisco do Glória	4.800	2.904 60,50%	1.896 39,50%	13.983,11	0,66	10,70%	1,6	39,30%
Vieiras	3.589	1783 49,67%	1806 50,35%	13305,54	0,66	10,30%	1,6	40,40%

Fonte: Censo IBGE 2010.

Em contraposição à Muriaé, a maior cidade da microrregião e mais urbanizada delas, pode-se perceber não só um maior número percentual de pessoas ocupadas, com salários um pouco melhores, bem como o número relativo mais baixo de pessoas a viver com menos de 0,5 salários-mínimos mensais. Também o IDH de Muriaé é maior que o das demais

idades da região. Tais fatos demonstram a menor pujança da economia rural local sobre a gama de possibilidades que a economia urbana oferece na microrregião.



Localização de Miradouro-MG, na Zona da Mata mineira.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Miradouro_%28Minas_Gerais%29#/media/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Miradouro.svg

Importante frisar que o café, desde sua implantação na região, em meados do século XIX até os dias atuais, nunca foi erradicado. Os cafezais, mesmo que em menor intensidade, ainda fazem parte da paisagem local, sendo o sustentáculo de muitas economias rurais dos municípios que compõem a microrregião. Todavia, os ganhos propiciados pelo seu cultivo são muito menores do que aqueles propiciados entre os meados do século XIX e XX.

Outra característica que se observou é que há, ainda, uma agricultura variada em boa parte das propriedades, contudo predomina, sobretudo nas propriedades não sujeitas à agricultura familiar, a monocultura agrária ou pecuária. Segundo o presidente do STTR de Miradouro, Isaías Clovis, quanto menor a propriedade mais chances de a policultura ser predominante, isso quando o proprietário mora na zona rural. Pequenas propriedades de donos que residem na cidade, hoje, tendem a se tornar chácaras dedicadas ao lazer.

2.2 A Mata de Muriaé de finais da década de 1960

Houve, na Mata de Muriaé, notadamente nos bairros rurais de Eugenópolis, Vieiras, Miradouro, Tombos e Muriaé, uma ação pastoral católica, implementada por sacerdotes e leigos, que foi fator decisivo na organização camponesa local, objeto da presente pesquisa. Essa ação teve início no final da década de 60 do século passado, ou seja, após o declínio da produção cafeeira na Mata de Muriaé. Pesquisadores do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa assim descrevem a Zona da Mata de então,

A Zona da Mata de Minas Gerais, assim como algumas regiões dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, constitui-se numa região de crescimento econômico retardado. Embora localizada no eixo industrial São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte, a região continua a depender substancialmente da agricultura, a despeito de não apresentar condições naturais relativamente favoráveis ao desenvolvimento agrícola. A região está incluída entre as áreas prioritárias de reforma agrária em virtude da predominância de minifúndios – em 1967, cerca de 80% dos imóveis rurais tinham menos de 50 hectares. Tradicional produtora de café, a Zona da Mata teve seus problemas de renda e emprego agravados pela erradicação de cafezais na década de 60 e pelo fato de não ter conseguido desenvolver atividades substitutas que pudessem empregar a mão-de-obra liberada pela cafeicultura. Atualmente a Zona da Mata é uma região em depressão econômica, com problemas em seu setor agrícola que traduzem não só pelo excesso de mão-de-obra, evidenciado pela emigração, mas também por uma elevada relação homem/terra, pelos rendimentos por área que se têm mantido praticamente constantes nos últimos anos e pelo uso de técnicas de produção relativamente tradicionais (PANAGIDES *et al.*, 1973: 15-16).

Especificamente sobre a concentração fundiária na Mata de Muriaé, vale a análise do censo de 1985. Em Minas Gerais, os estabelecimentos fundiários com mais de 1.000ha ocupavam à época 22,9% da área total das terras agrícolas do Estado; na Mata do Muriaé essa relação é de apenas 1,31% (CINTRÃO, 1996, p. 69-70). Numa região onde praticamente inexistente o latifundiário, a classe dominante rural são proprietários de terras com glebas bem menores, o que vai estabelecer particularidades na luta camponesa da região que vão determinar a organização camponesa local.

A fazenda do Cel. Brandão, mencionada no depoimento do entrevistado no item 1.1 media, segundo informações coletadas com herdeiros, cerca de 900ha, sendo uma referência em produtividade e números de colonos empregados. O mesmo entrevistado (L.G.S) fala de seu tio Pedro Mariano, proprietário de uma fazenda de 100ha, tido como um

homem de boa situação econômica na região, porém, em extensão, mesmo essa propriedade menor era exceção na microrregião recortada.

As informações acima lançadas podem ser sintetizadas, melhor entendidas, visualizadas ou até mesmo complementadas pelo depoimento de camponeses da região. José Maria Pinto, que foi agricultor familiar, antigo líder de CEBs ex-dirigente sindical em Muriaé e região e atual prefeito de Rosário da Limeira, diz sobre a realidade que vivenciou na década de 1970 (hoje com 60 anos, natural de Rosário da Limeira, foi um dos fundadores do STR de Muriaé, sendo seu primeiro presidente, foi importante líder sindical local, que inclusive compôs os quadros da FETAEMG, em finais de 1980 e início de 1990, entrevistado pelo autor desse trabalho em novembro de 2011 e não entrevistado nessa nova pesquisa).

Eu sou filho de um pequeno agricultor, na época chamava de pequeno agricultor, e venho de uma comunidade tradicional, a comunidade em que moravam meus pais. Era do meu bisavô, depois do meu avô, depois foi dividindo e ficou uma parte para a família do meu avô e meu pai. E ficou uma área de terra muito pequena. E, então, nós trabalhávamos na nossa propriedade e para outras propriedades vizinhas, outras fazendas, para manter as despesas. Isso era uma situação muito desagradável no sentido de respeito a direitos básicos. Tanto aqueles que não tinham terras e trabalhavam de parcerias com outros proprietários, quanto aqueles que prestavam serviços a outras propriedades, ou que moravam em outras propriedades... e aí ainda era pior, morar em outras fazendas. Então, naquela época, não se falava num trabalhador rural que ganhasse um salário-mínimo, dentro do princípio, basicamente isso não existia, o cara não tinha carteira assinada. Os que [...] trabalhavam de parceria, [...] não tinha contrato registrado ou contrato escrito homologado e nós não tínhamos uma legislação, na época, também, de assistência à saúde pública, não existia o SUS, e nem existia previdência no campo: existia o FUNRURAL. O FUNRURAL ele dava o direito a meio salário-mínimo quando o patriarca da família chegava aos 75 anos, ele tinha o direito de conseguir, então. Toda essa falta de direitos básicos, nós éramos jovens e dava muita vontade de sair do campo, né? Você era discriminado, rejeitado socialmente. Então, além de não ter uma renda econômica, não ter muita perspectiva, você ainda tinha que enfrentar uma... onde você chegava, qualquer lugar onde falava que era do campo já criava uma barreira para crédito, para relações sociais... Rapaz era um negócio difícil... Quem não viveu isso não tem a dimensão do que é. (José Maria Pinto da Silva).

Percebe-se, nesta entrevista, referência à desilusão e falta de perspectiva no meio rural de então. Outros entrevistados, como José Tote e Terezinha Gomes, esses do município de Miradouro, também relatam ter experimentado o mesmo sentimento. A verificação dessa falta de perspectiva que gerava verdadeira apatia por parte dos camponeses

foi verificada já na década de 1960 por Kerandel e Del Canto (1977), sendo natural que a região fosse propícia para uma ação católica que buscava uma opção pelos pobres e humildes (RABELO, 2019).

Pela fala do trabalhador entrevistado, constata-se que a falta de acesso à escola, luz elétrica, água encanada, assistência médica, enfim, aos “confortos da rua”, como comumente dizem na região, somado ao trabalho duro e mal remunerado, gerava na população um sentimento de baixa autoestima. Às crianças, geralmente, era negado frequentar a escola: a mão de obra infantil era fundamental na lida com a terra e, ademais, o estudar não atendia as necessidades básicas de sobrevivência, ao contrário, era fonte de gastos, deixando de fazer sentido na realidade local. Importante notar, ainda, que devido ao tamanho das propriedades e as rudimentares técnicas de cultivo empregadas à época³, era comum que os pequenos proprietários e seus filhos trabalhassem para os vizinhos, geralmente aqueles proprietários de maiores glebas de terras, conhecidos na região como *fazendeiros*⁴, a fim de complementar a renda familiar.

Aqueles que não tinham terras, mas viviam do trabalho rural, estabeleciam relações com os maiores proprietários de terras, geralmente como *colonos*. Os trabalhadores, denominados *colonos*, cuidavam de lavouras de café à meia – em regime de parceria – com os donos da terra, denominados localmente de fazendeiros. Os *colonos*, geralmente, plantavam lavouras brancas (arroz, feijão e milho) em meio aos cafezais para sustento próprio, além de criar pequenos animais (patos, galinhas, porcos, etc.) e, às vezes, uma vaca ou cabra, para fornecer leite para a família, tendo ainda como obrigação trabalhar dois dias da semana para o dono da terra, recebendo por isso uma pequena quantidade em dinheiro (segundo um entrevistado, esse valor era equivalente a dois maços de cigarro ou um litro de querosene). Sob esse regime, somente a produção de café era dividida entre o dono da terra e o *colono*, na grande parte das vezes meio a meio, podendo, contudo, essa proporção variar⁵, vindo, daí, os termos tocar a propriedade ou parte dela à meia, à terça e, mais raramente, à quarta (referência à proporção da produção que caberia ao camponês parceiro agrícola não proprietário de terras).

³ Conforme relatado por alguns entrevistados, o simples uso do calcário para sanar a acidez da terra só começou a ser conhecido empregado pelos camponeses na década de 1980, fato que veio a revolucionar a produção de gêneros, segundo Raul Messias, extensionista rural entrevistado na presente pesquisa.

⁴ Na região, o termo fazendeiro é utilizado para designar aqueles proprietários rurais de glebas de maior extensão e que não cultivam a terra pessoalmente ou com sua família. Esses, geralmente, residem na cidade.

⁵ Esse regime de trabalho também foi constatado e descrito por COMERFORD (2003: 27).

Outro aspecto importante a ser destacado na entrevista acima transcrita é o fato de o trabalhador rural, seja assalariado, parceiro, arrendatário ou pequeno proprietário estar sempre a depender de favores dos fazendeiros ou políticos da região. Conforme constatado em várias entrevistas, bem como na literatura pertinente os favores “políticos” diante falta de acesso dos trabalhadores rurais a serviços públicos básicos eram uma constante: obtenção de serviços médicos, desde consultas a cirurgias, empregos em prefeituras ou junto ao Estado e até a influência de políticos e fazendeiros da região no sentido de proteger criminosos, contratando advogados, interferindo na ação policial ou mesmo dando fuga ou abrigo eram práticas comuns (COMERFORD, 2003). Entretanto, uma grande parcela dos entrevistados relata o FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – como importante ferramenta de subordinação dos trabalhadores rurais aos *fazendeiros*, tanto que, conforme exposto mais adiante, no capítulo terceiro, a emissão de carteirinhas do FUNRURAL pelos STRs é colocada pelos trabalhadores rurais como uma das grandes conquistas do movimento.

Além dos pequenos proprietários de terras que vendiam por vezes sua força de trabalho aos *fazendeiros*, dos *colonos* que não tinham terra e trabalhavam sob um regime de parceria informal e sem respeito mínimo às normas estabelecidas pelo Estatuto da Terra, compunham, ainda, a categoria de camponeses ou trabalhadores rurais na região os assalariados: empregados permanentes, que trabalhavam, geralmente, nos currais de leite ou no pastoreio de gato de corte, e os boias-frias, trabalhadores temporários contratados para atender necessidades pontuais das fazendas, tais como, colheita de café, bateção de pastos (roçar e capinar os pastos, eliminando as ervas consideradas pragas). Também esses trabalhadores não tinham qualquer direito trabalhista garantido, dependendo, também, do *fazendeiro* para obtenção de trabalhos e para acessar direitos.

2.3 “O FUNRURAL dos patrões”, talvez o melhor exemplo de dominação: respeito, consideração e a pedagogia do sofrimento em Miradouro

Muito embora o FUNRURAL seja um fenômeno nacional e não local, compreender os objetivos institucionais e o funcionamento dessa instituição de direito assistencial, quer sobre seus aspectos formais mais gerais, quer de sua instrumentação local se faz necessário para compreender aspectos importantes da sociabilidade rural da região pesquisada.

2.3.1 Aspectos jurídicos do FUNRURAL

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, popularmente conhecido como FUNRURAL, foi instituído, originalmente pela Lei nº. 4.214, de 2 de março de 1963, mais conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, e aperfeiçoado pela Lei Complementar nº. 11, de 25 de maio de 1971.

Importante notar que antes da Constituição Federal de 1988, trabalhadores urbanos e rurais não estavam sobre o mesmo regime e autarquia previdenciária, o que só foi efetivado com a entrada em vigor das Leis nºs. 8.212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991. Os trabalhadores urbanos tinham seus benefícios regidos pela Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS –, (Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960), que uniformizou e ampliou o sistema previdenciário brasileiro, deixando, contudo, descobertos os trabalhadores rurais. Diante disso, promulgou-se a Lei n. 4.214, de 1963, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, que instituiu o FUNRURAL, sendo esse sistema previdenciário consolidado em definitivo pela Lei Complementar n. 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL).

Para financiar o PRO-RURAL, preservou-se o FUNRURAL, que era mantido por meio de contribuições no importe de 2% do valor do produto agrícola comercializado pelo produtor rural. Esse recolhimento era efetuado pelo comprador desses produtos, entretanto caberia ao próprio produtor efetuar-lo caso promovesse a industrialização desse produto ou o vendesse diretamente aos consumidores (art. 15 da Lei Complementar n. 11, de 1971). Compunha, ainda, a receita do FUNRURAL, a arrecadação das multas pelo não cumprimento da obrigação e doações em benefício do fundo. Tratava-se, portanto, de um sistema assistencial e não previdenciário, afinal o beneficiário não contribuía, não mantinha o fundo, mas sim os proprietários de terras e aqueles que exploravam a mão-de-obra no campo.

Frisa-se que, embora o nome do programa assistencial fosse PRO-RURAL, em toda a região pesquisada verificou-se que ele sempre foi conhecido pelo nome do fundo que o mantinha, daí o porquê da utilização da expressão FUNRURAL nesta pesquisa e nas entrevistas.

Eram considerados beneficiários do FUNRURAL o trabalhador rural e seus dependentes, sendo considerado trabalhador rural nos termos da lei complementar em análise, as pessoas físicas que prestassem serviços rurais como empregados mediante remuneração de qualquer espécie, assim como o pequeno produtor, proprietário ou não de terras, que trabalhasse na atividade rural individualmente ou com auxílio de sua família, sem contratação

de empregados, com produção destinada à subsistência do núcleo familiar (art. 3º, da Lei Complementar n. 11, de 1971).

Os benefícios conferidos aos trabalhadores rurais – pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários e empregados, conforme prescrito no texto legal – eram, segundo o art. 164 e alíneas da Lei n. 4.214, de 1963 e art. 2º da Lei Complementar n. 11, de 1971, respectivamente: a assistência à maternidade, o auxílio doença, a aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e, por fim, auxílio funeral, estando excluída dos benefícios aposentadoria por tempo de trabalho ou contribuição. Entretanto, a característica mais marcante dos benefícios do FUNRURAL estava no valor dos benefícios de aposentadoria, em qualquer de suas modalidades, e da pensão por morte: tão somente metade de um salário-mínimo, sendo que esse benefício só era pago a um membro de cada família (art. 4º da Lei Complementar n. 11, de 1971).

Aqueles proprietários ou não de terras que tinham uma produção significativa, que fugisse à mera subsistência, os localmente denominados *fazendeiros*, a quem a lei denominava produtores rurais, não eram beneficiários do FUNRURAL, mas recolhiam suas contribuições previdenciárias pelo regime geral urbano como autônomos. Os pequenos proprietários, que produziam para a subsistência ou que comercializavam sua pequena produção informalmente não contribuíam, sendo considerados trabalhadores rurais e não produtores.

Como o financiamento do fundo era feito pelos proprietários de terras com produção relativamente farta destinada à comercialização e não por contribuição dos trabalhadores rurais, estes não tinham como comprovar sua condição profissional, dada a informalidade dos contratos de parceria e trabalho então em vigor. Logo, para acessar os direitos assistenciais instituídos pela mencionada legislação de então, o trabalhador necessitava recorrer a um *fazendeiro* para que este declarasse sua condição de trabalhador rural, afirmando que o candidato a benefício pelo PRO-RURAL trabalhava em suas terras.

Nesse sistema assistencial, os SRs – Sindicatos de Produtores Rurais – e seus filiados tinham importante papel, verdadeira graça, uma vez que podiam declarar a condição de segurado ou não do FUNRURAL de uma pessoa, ou seja, afirmar se determinada pessoa era ou não trabalhador rural, garantindo-lhe, assim, acesso a direitos.

2.3.2 O uso do FUNRURAL como mecanismo de dominação simbólica

Muito embora os STRs da Mata de Muriaé só viessem a surgir em meados de 1980, já na década de 1970 existiam na região recortada para a pesquisa dois sindicatos rurais

patronais – SRs –, mais conhecidos na região como sindicatos de produtores rurais ou simplesmente sindicatos rurais, que tinham como afiliados os grandes proprietários de terra e empregadores rurais: O SR de Muriaé e o SR de Miradouro. Esses sindicatos, dessa forma, passaram a exercer certo controle sobre as concessões de benefícios do FUNRURAL (principalmente aposentadorias, pensão por morte e assistência médica) na grande maioria dos municípios da microrregião estudada, notadamente em Muriaé e Miradouro, uma vez que tinham o monopólio de, por meio de declarações e atestados, reconhecerem formalmente a condição de trabalhador rural aos moradores da zona rural.

Um produtor rural, que pediu para não ser identificado, 76 anos, empregador rural, filiado ao sindicato patronal de Miradouro, comerciante aposentado na sede do município, filiado ao SR de Miradouro afirma

Eu assinei para muita gente... Perdi até a conta. A pessoa procurava a gente. Já sabia que a gente tinha FUNRURAL. Ele precisava de um médico, a mulher indo ganhar nenê, menino doente – teve dentista, também, exame de vista –, mas não tinha dinheiro para pagar. O sindicato só autorizava quem era filiado ou quem o filiado dissesse que era dependente... tinha uma carteirinha amarela e tal... Aí você declarava que aquela pessoa trabalhava para você e ele tinha a assistência médica. Se ninguém fizesse isso pela pessoa, médico nem olhava. O sindicato contratou aqui, na época, o Dr. João, que deu muita consulta, tudo com assinatura dos filiados do sindicato. Eu nunca fui no médico do sindicato, mas tinha para poder assinar para os outros [...]. O FUNRURAL aposentava, também. Era uma aposentadoriazinha menor, sabe? Dava meio salarinho, mas era só para os empregados, o patrão pagava separado. [...]. Também funcionava na base da declaração. O patrão declarava que o cara trabalhava, aí ele com os documentos dele ia atrás da aposentadoria. (L.G.S., entrevistado pelo autor do trabalho em maio de 2022).

O entrevistado era e é um ativo membro de uma das agremiações políticas de Miradouro (sempre pertenceu ao mesmo grupo, os goteiras⁶, que passou pelas siglas ARENA, PDS, PFL e DEM). Perguntado sobre a utilização do FUNRURAL para fins eleitorais, informa o entrevistado que, embora nunca tenha se candidatado a qualquer cargo político, a prática era comum.

[...]as pessoas pediam e a gente assinava. Uma vez até falaram para mim parar de assinar um pouco para os outros porque estava muito, poderia dar problema. Falou para mim e para o Toninho Miano (esse último, pai de um político local que foi prefeito por três vezes pelo PFL), porque nós dois, pela terra que a gente tinha, estava assinando demais para os outros. [...] Qualquer pessoa que precisasse a gente

⁶ Sobre a dicotomia poias e goteiras, vide item 1.4 desse capítulo.

assinava, às vezes nem trabalhava pra você nada [...] Na política, na hora de pedir um votinho, a gente lembrava daquela ocasião com muito jeito, sabe? Falava no pé do ouvido da pessoa: “pois é, vão ajudar os companheiros, nós ajudamos você naquela situação, agora essa eleição tá apertada, vão fechar com a gente”. A gente não tem como saber o que a pessoa fez na urna, às vezes até desconfia, mas a gente tentava, com todo respeito e consideração, puxar o eleitor para nós... normal... O voto é secreto, o cara vota em quem ele quiser (L.G.S., entrevistado pelo autor do trabalho em maio de 2022).

O poder de declarar ou não a condição de trabalhador rural monopolizado pelos SRs gerou um verdadeiro monopólio dessas agremiações na concessão dos benefícios do FUNRURAL. Esses benefícios, em tese engendrados para atender às necessidades elementares dos trabalhadores rurais, passaram a ser utilizados como forma de controle social e político sobre essa população. Afinal, conforme se percebe no depoimento acima transcrito, os sindicatos patronais eram compostos por pessoas ligadas a agremiações políticas tradicionais e conservadoras, e a obtenção de pensões, aposentadorias e assistência médica pelos trabalhadores rurais passava, necessariamente, pelo crivo dos patrões ou “fazendeiros”, filiados ao sindicato patronal.

A despeito de publicado em 1949, as constatações efetuadas por Leal⁷ (1997) em seu *Coronelismo, enxada e voto* são valiosas para entender o funcionamento das relações entre dominantes e dominados na Mata de Muriaé após o declínio da cafeicultura. Acerca da dominação dos fazendeiros “remediados” sobre os pequenos proprietários e trabalhadores não proprietários por meio do clientelismo, vale citar Leal,

A massa humana que tira a subsistência das suas terras (do coronel) vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o ‘coronel’ é rico. Há, é certo, muitos fazendeiros abastados e prósperos, mas o comum, nos dias de hoje, é o fazendeiro apenas “remediado”: gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; [...], que corteja bancos e demais credores para poder prosseguir em suas atividades lucrativas. Quem já andou pelo interior há de ter observado a falta de conforto em que vive a maioria dos nossos fazendeiros. Como costumam “passar bem de boca” – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e tem na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – às vezes, água encanada,

⁷ O autor é nascido na região, no distrito de Alvorada, Carangola, sendo possível que isso tenha, ao tratar de um fenômeno nacional, ter aproximado tão bem sua descrição da realidade aqui presenciada nos idos de 1960 até finais da década de 1980. É mais crível, contudo, que o estiolamento do poder privado local combinado com o recrudescimento do poder público, elementos chaves na constituição daquilo que o autor denomina “coronelismo”, representados respectivamente pela da crise da cafeicultura e do golpe de 1964.

instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio -, o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico em comparação com sua pobreza sem remédio. [...] É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos seus momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades (1997, p. 47).

Continua mais à frente o autor, incluindo na categoria trabalhadores rurais aqueles que somente vendiam sua força de trabalho (*colonos* e assalariados) e os donos ou posseiros de pequenas glebas.

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais [...], o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural (LEAL, 1997, p. 47).

Como se sabe, o conceito de coronelismo é um conceito datado e fixado no tempo por LEAL (1997), entre 1889 e 1939, sendo, pois, incorreto afirmar que as relações de sociabilidade havidas na Zona da Mata mineira nas décadas de 1960 a meados de 1980 se tratava de coronelismo. Entretanto a estrutura social constatada a partir das entrevistas e pesquisa bibliográfica efetuadas permitem afirmar que o mandonismo e, principalmente, o clientelismo, elementos fundamentais na prática coronelista, estão presentes e atuantes na região recortada no período mencionado. Carvalho (1987) fornece os conceitos de mandonismo e clientelismo

Este talvez seja o conceito (mandonismo) que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.

[...]

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais,

isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Este é um dos sentidos em que o conceito é usado na literatura internacional [...]. Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo. Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo (1997, p. 58).

Não resta, pois, qualquer dúvida que os benefícios de assistência à saúde e previdenciários do FUNRURAL, durante todo o período em que vigorou, foi fundamental para reproduzir as relações de dominação em Muriaé e região circunvizinha: as relações de respeitabilidade e afetividade entre as pessoas, reforçadas pelas práticas de clientelismo e mandonismo, esvaziavam a noção de direito. A expressão “*dever obrigação*”, ou seja, ser grato a um favor prestado por outrem, era a argamassa que dava maior estabilidade às relações sociais estabelecidas na zona rural, sendo até hoje utilizada não só no meio rural, como também no meio urbano. Outra expressão oriunda dessa prática que se verifica na região é a “*ter conhecimento*”. Em boa parte das vezes, esta expressão não significa que uma pessoa possui conhecimentos técnicos ou domina alguma arte ou ofício, mas, simplesmente, que é bem relacionada, que conhece pessoas importantes e influentes que podem resolver seus problemas.

Não bastasse o fato de o FUNRURAL ser financiado pelos *fazendeiros* locais em prol dos trabalhadores e não por estes, a concessão dos benefícios do fundo era monopolizada também por aqueles, fato que promovia uma verdadeira miscelânea entre o público e o privado, afinal a obtenção de um direito estava vinculada ao arbítrio, à boa vontade dos entes privados, ou seja, ao reconhecimento de um estado de fato pelos empregadores.

Nesse contexto, Comerford (2003, p. 35-38) constatou que as relações de sociabilidade no meio rural da Zona da Mata mineira se davam por meio de relações familiares, nas quais os indivíduos se relacionavam e pautavam suas relações pelas relações de parentesco, de sorte que a ação de uma pessoa não contava como um ato individual, mas como a expressão de toda uma família. Frisa, ainda, o mesmo autor (2003, p. 74) que o desrespeito às regras de convivência local era considerado *falta de consideração* ou *traição*.

Sendo assim, as noções de direito eram em grande parte substituídas pela noção de consideração, respeito e viver bem com os outros. O principal era manter a dignidade de respeitável chefe de família, ainda que isso, por vezes, trouxesse prejuízos financeiros a um empregado ou meeiro diante das relações de trabalho ou parceria estabelecidas com os donos da terra, por exemplo (COMERFORD, 2003, p. 84). Nesse aspecto, o depoimento abaixo é bastante significativo, ao referir-se ao período de 1960 até a primeira metade da década de 1980.

O Nonô era do PTB. Era orientador de demanda igual ao Zé Maria (referência ao primeiro presidente do STR de Miradouro, hoje STTR). Ele não era advogado não, ele era dono do PTB aqui, do João Goulart. Mas ele, o partido dele, nunca ganhou nada aqui não, nem vereador. Ele indicava um advogado amigo dele, sabe? Devia ganhar comissão. Mais não tem nem que ver: o pessoal entrava bem menos na Justiça. [...]. Ah!... Era mais medo: medo de fórum... Naquela época, se um sujeito roubasse, ele apanhava pela rua à fora, isso antes dos militar, rapaz. Sujeito tinha que sair gritando pela rua: ‘Eu roubei o cavalo do fulano de tal, eu não vou mais fazer isso. Peço a fulano que me perdoe’.[...]. Então, o sujeito que entrasse com demanda ficava manjado. Ficava com o nome muito sujo: ‘Ah, fulano é tocador de demanda’. Era igual ladrão de cavalo, ninguém queria, era uma mancha igual ladrão de cavalo. Mesmo grau de ladrão! [...]. Então era isso, toda vida teve demanda, desde eu menino, no tempo do Nonô Pacheco, do PTB – aqui tinha PTB, PSD e UDN nessa época... Era um nome sujo: o cara tocava uma demanda aí e ia embora do lugar. O Geraldo Gervásio, que era tio daquele Jair, tocou uma demanda com o Parajara e o orientador foi o Nonô. O seu Geraldo ganhou a demanda, mas o Parajara recorria... Foi recorrendo aquele trem. O dia em que acabou o dinheiro do Parajara, acabou o dinheiro do seu Geraldo, que o advogado comeu tudo, aí o seu Geraldo ganhou a demanda, mas aí o dinheiro não valia mais nada. Aí o seu Geraldo ficou com vergonha, porque depois daquilo tudo não ganhou quase nada. Ele era meeiro, mas não tinha contrato nem nada, mas só valia a voz do empregado, né? A do patrão não valia nada (L.G.S., entrevistado pelo pesquisador em maio de 2022).

Em outro momento da entrevista, o mesmo entrevistado pondera sobre os “tempos antigos”, contrapondo-os àqueles inaugurados pela ação dos STTR em Miradouro.

[...] Era por isso que o pessoal tinha medo, porque ninguém tinha contrato registrado, nada legalizado. [...]. Contrato registrado não tinha não, o que sempre teve era o retireiro de carteira assinada, alguns também, não era geral... Aquilo era compadre dando serviço para compadre, alguns que trabalhou muito tempo com um e saiu sem tocar demanda, funcionava assim, entendeu? O cara tinha consideração! Não é igual hoje, não. [...]. Era a maioria que saia sem tocar (demanda), um ou outro

só que entrava e não valia a pena, não (L.G.S., entrevistado pelo pesquisador em maio de 2022).

Percebe-se, portanto, que reclamar direitos trabalhistas ou acerca da aplicação do Estatuto da Terra em contratos de parceria agrícola era uma prática mal vista, interpretada como um ato de esperteza ou ambição que não se harmonizava as práticas sociais então vigentes: um *demandista* corria o risco de ter a mesma fama de um ladrão de cavalos, o que resultaria num prejuízo social imenso sobre aquele que ajuizasse uma reclamação trabalhista ou qualquer outra ação em que se discutisse a divisão dos frutos do trabalho. Na região, é comum relatos de pessoas que entraram na justiça contra donos de terras e tiveram de mudar de cidade por não conseguir mais trabalho ou terras para tocar à *meia* na região. Isso porque entrar na justiça era trair uma relação de compadres, onde um dava serviço para o outro, era atentar contra relações a muito naturalizadas.

Para reproduzir essa visão de mundo às crianças, havia uma prática discursiva recorrente na educação dos filhos, a qual, constatada por Comerford (2003, p. 113), foi denominada pelo autor de “*pedagogia do sofrimento*”. Entre os mais velhos, havia uma constante preocupação em impor trabalho aos filhos, de sorte a lhes mostrar como a vida é difícil, e ensinar que é o trabalho duro que permite que se alcance uma vida honesta e digna, que faz com que as pessoas sejam merecedoras de respeito e não sejam desconsideradas nos córregos ou comunidades. Na verdade, essa “*pedagogia do sofrimento*” busca fazer com que as sucessivas gerações se conformem com a realidade vivenciada ao longo da história por seus semelhantes: aceitar o sofrimento e vivê-lo inteiro é uma virtude, não aceitar as dificuldades da vida, isso sim, seria o verdadeiro sofrimento. O *fazendeiro* aprovava, elogiava e reconhecia o valor do camponês fiel à “*pedagogia do sofrimento*”, não dispensando o mesmo tratamento àqueles avessos aos valores e práticas por ela instituídas.

Diante desse cenário, qualquer atitude contestatória ou que simplesmente questionasse o *status quo* local de então por parte dos trabalhadores rurais poderia gerar dificuldades crassas na obtenção de assistência à saúde, à aposentadoria ou pensão por morte aos familiares. Exigir direitos na justiça ou votar contra o patrão, além de ser sinônimo de ingratidão pelo teor do discurso dos dominantes, poderia gerar a perda de direitos mínimos e até mesmo gerar dificuldades para o trabalhador rural conseguir trabalho na região recortada ou acesso à aposentadoria e assistência médica para si e para os seus.

Assim, para atuar no campo econômico local, o camponês teve que incorporar condutas e valores relacionados à subserviência, à servilidade, ainda que aparente. Não demonstrar insatisfação ou insubordinação, ainda que houvesse esse desejo, eram estratégias

fundamentais para o camponês buscar um mínimo de segurança através da consideração e favores dos *fazendeiros* na Mata de Muriaé. Logo, pode-se falar da ocorrência de um verdadeiro *habitus* de resignação e austeridade por parte dos camponeses, entendendo-se *habitus* no sentido atribuído ao termo por Bourdieu (2010, p. 61), qual seja, um aprendizado adquirido e incorporado, uma disposição ou prática que se consubstancia com os sujeitos ao ponto de se confundir com a natureza. Esse *habitus* de resignação e austeridade ainda pode ser constatado no falar discreto do camponês local, mas é talvez no seu aperto de mão que ele pode melhor ser constatado. O camponês, geralmente, é comedido no aperto de mão, os gestos são modestos. Ele não envolve a inteireza da mão de seu interlocutor, mas tão somente a ponta dos dedos da mão saudada; o toque não é forte, mas leve, numa delicadeza similar àquela caricatural vista em mordomos de cinema ou televisão. Tomar a mão inteira do interlocutor, com um aperto vigoroso e até ajudado pela mão esquerda, demonstra uma altivez não conveniente a quem prefere não se mostrar senhor de si, preferindo a discrição, os gestos mais austeros. O aperto de mão mais vigoroso, geralmente, vem do fazendeiro, do político, do doutor. Esses, sim, teriam legitimidade para manifestarem seus sentimentos e forma mais efusiva, pelo menos num primeiro contado.

O camponês local, empobrecido economicamente, possuía então, como principal capital para resolver suas necessidades prementes, um capital social calcado na boa convivência com os fazendeiros, capital esse lastreado nas categorias acima mencionadas: “*ter conhecimento*” e se reconhecer como um “*devedor de obrigações*” que as cumpre. Essa lhanza o habilitava a negociar com os fazendeiros e chefes políticos locais não só a concessão de sítios para fins de parceria agrícola, mas também acesso a serviços médicos, odontológicos e assistenciais junto ao fazendeiro. Essas trocas, quando efetuadas sem conflitos, tornavam, paulatinamente, a palavra do camponês e os compromissos por ele firmados mais confiáveis no meio social que estava inserido, havendo acumulação de verdadeiro capital social por aqueles que melhor se acomodavam ao *habitus* de resignação e austeridade, que valorizava a subserviência e conformação às relações de dominação e exploração vigente na região estudada.

Sendo assim, engendrou-se na da Mata de Muriaé, a partir da realidade material e cultural local, um padrão de sociabilidade que atendia às estratégias de reprodução das categorias *fazendeiro* e *camponês*, com nítida vantagem econômica e simbólica para a primeira. Ao fazendeiro cabia a acumulação de riquezas, o reconhecimento social o protagonismo político; ao camponês, o trabalho, a coadjuvação, a vida modesta, tudo com

fincas nos valores de confiança e no respeito, com relações de apadrinhamento em que a ideia sublevação ou mesmo de direito era mantida distante das relações *fazendeiro-camponês*.

Dentre as pequenas cidades da Mata de Muriaé, apenas Miradouro contava e conta com um sindicato de produtores rurais — SR —, fundado em 1978, tendo como área de atuação não só Miradouro, mas também Orizânia, Pedra Bonita, Fervedouro e Rosário da Limeira. Como, nessa cidade, o grupo político intitulado como goteiras tinha como principais líderes, eleitos prefeitos por várias vezes, dois fazendeiros — Nico Dias e Durval Moreira — e um negociador local de café — Maximiano Martins —, todos fundadores do SR, é natural que os goteiras, nesse município, tivessem mais força e representação no SR local, uma vez que os tradicionais líderes dos poaias eram farmacêuticos — Nico Andrade e sua filha, Catita —, um bancário aposentado — José Dias — e um médico — Wagner Dutra. Segundo a gestora do sindicato, Maria Rita Leite, 51 anos, gestora do SR, assistente social, que não recebe salário pelo seu trabalho, a organização do sindicato, hoje, encontra-se bastante precarizada.

O pessoal é muito desmobilizado. Hoje o sindicato faz mais e convênio com o SENAR para dar cursos. Isso é o que mobiliza o sindicato, porque ninguém paga mensalidade de nada. [...]. Eu me filiei [ao SR]. Filiei porque não tinha filiado. [...]. Eu tenho um pedaço de terra que ficou de herança do meu pai, aí, com isso eu filiei, mas para ajudar, sabe. Comecei a trabalhar no sindicato em 96, antes era o Júlio que fazia esse trabalho que eu faço. [...]. Já teve dentista, essas coisas, sim, para o pessoal, mais para os empregados, as hoje não tem isso não. [...]. Se eu não montar as chapas e ir de filiado em filiado, não tem eleição, não tem diretoria. O pessoal desmobilizou muito. [...]. Briga do sindicato foi com o Wagner [antigo prefeito da cidade], que tomou o parque de exposição do sindicato. Depois o Wagner prejudicou o sindicato com o negócio da Faculdade CNA. [...]. O sindicato ia abrir de graça para o pessoal, mas aí o Wagner e a Catita não liberaram terreno e não abriu. O terreno era uma condição. [...] Já falei que iria me candidatar [à presidente do SR], mas eles não gostam da ideia, acho que eles não deixariam... Não é deixar, é aprovar (Maria Rita Leite, entrevistada em dezembro de 2022).

A entrevistada se denominou gestora do sindicato, uma vez que não tem contratação formal para cuidar do SR mencionado. Durante a entrevista, pode-se perceber que sem ela, ou outra pessoa que tomasse a iniciativa de manter o sindicato vivo, esse já não mais existiria, uma vez que a coesão entre os filiados parece não existir. Há, entretanto, um interesse em se assumir a presidência do sindicato, contudo a atuação da diretoria, pelo que se pode constatar, é inexistente. Não há remuneração para a diretoria, embora o cargo de

presidente gere evidência e certo capital social de considerável valor simbólico, uma vez trata-se de representação de uma categoria. Além da desmobilização e esvaziamento do sindicato em questão pela categoria, foi possível perceber que a entidade ainda tem certa importância política, uma vez houve pelo menos dois embates recentes entre o SR e a administração municipal.

Essa configuração irá influir nas escolhas políticas da agremiação política criada nessa cidade pelo camponês, bem como no desenrolar das eleições municipais, sobretudo em virtude das disputas entre filiados e lideranças do SR e os camponeses após a criação do STR, afinal, é nesse meio que a organização camponesa regional, a partir da ação religiosa católica iniciada em meados de 1960, vai se dar. Os camponeses, que até então atuavam nos campos religioso, sindical e político local pautados preponderantemente por um *habitus* de resignação, austeridade e até subserviência, tendo como principal capital as relações sociais mantidas com os *fazendeiros* e lideranças políticas tradicionais locais, desenvolverão uma nova visão de mundo, um novo *habitus*, bem como capitais novos que lhes permitirão agir de forma mais ativa nos campos aqui mencionados.

2.4 Entre poias e goteiras: notas sobre as dicotomias políticas locais

Durante as entrevistas, verificou-se a utilização dos termos poias e goteiras para fazer referência a grupos políticos distintos nos municípios pesquisados (Muriaé, Miradouro, Vieiras e Rosário da Limeira). Esse aspecto mereceu atenção, uma vez que, ainda, hoje alguns dos entrevistados utilizam esses termos para se localizar na política local e explicá-la a interlocutores. A organização política e sindical dos camponeses locais se deu em meio a esses grupos dicotômicos, surgindo como uma outra via de participação social, sindical e política local, vindo daí a importância de, ainda que de forma perfunctória, entender o funcionamento desses grupos, que serão, muitas vezes, aliados ou opositores à agremiação política fundada pelos camponeses, o PT (apelidado, sobretudo na década de 1990, de tatus, nomenclatura ainda preservada em Tombos).

Em buscas às bibliotecas municipais de Miradouro e Muriaé, não se encontrou material escrito sobre esses grupos políticos, sendo, também infrutífera a busca no Arquivo Municipal de Muriaé, embora, no Museu Municipal de Muriaé, seja peça de destaque um pequeno souvenir de louça, não datado, no qual consta a seguinte inscrição “*Poia ou goteira? Lembrança de Muriaé*”, o que demonstra que vida política local era um elemento caracterizador da região, que chamava a atenção de quem visitava essa cidade. Também foram realizadas buscas na Faculdade Santa Marcelina e no Centro Universitário FAMINAS,

ambas instituições localizadas em Muriaé, sobre a dicotomia política aqui exposta, não sendo encontrado qualquer trabalho de curso ou monografia sobre o tema. Há, contudo, referência a essa dicotomia em pesquisa efetuada por Faria (2006), no qual constatou que, para a população de Muriaé, a divisão entre poaias e goteiras impediria a efetivação de uma gestão municipal efetivamente democrática, uma vez que a lealdade a esses grupos prejudicaria os interesses da coletividade (FARIA, 2006, p. 111).

Um entrevistado da cidade de Miradouro, fundador do PT nessa cidade e dissidente do partido, ex-vereador pelo PFL, professor da rede pública municipal, diz sobre a origem de poaias e goteiras, sobretudo em Miradouro.

Isso a origem é regional. Muito antigamente, quando aqui era Santa Rita do Glória [antes da emancipação de Muriaé]. Tinha um político aqui chamado Júlio Amaral. E a esse Júlio, juntaram os Vale. Os Schettini, os Meireles, para derrotar fez um outro grupo. Depois, fundaram o PSD, e o pessoal da Rua Santo Antônio fundou a UDN. Os Vale se associaram ao pessoal dos Canedo, em Muriaé, e a UDN ao grupo do que é parte do MDB de Muriaé hoje (família Carvalho), na época Paulo Fraga, Paulo Carvalho, dr. Brum. Veio a ditadura militar e os dois partidos migraram para a ARENA, tanto é que teve eleição que teve ARENA 1 E ARENA 2, depois teve PDS 1 e PDS 2, e com a redemocratização teve uma nova divisão, um grupo foi para o PMDB, que inchou, e outro grupo foi para o PFL. Aqui, o dia em que o Max morreu, o PFL morreu com ele. Lá em Muriaé esses nomes não existem mais, seriam goteiras os Carvalho e poaia os Braz. A disputa política entre Lael e os Braz, por exemplo, não cabe nessa classificação. O grupo do Lael e o grupo dos Braz, todos dois oriundos do PSB. Novas forças foram consolidando e se redividindo, entendeu? Na verdade, tudo era poaia, e foi havendo dissidências e foi formando os goteiras. Durval Moreira, Nico Dias, aqui, era tudo poaia. Em 1977, o Nico Dias conseguiu ganhar e fez um governo razoável e aí a UDN nadou de braçadas aqui, consolidou-se como força política. Agora não tem isso mais... [Perguntei: Porque goteira e poaia] Por que poaia? Olha, meu pai falava que era porque poaia é uma erva com propriedades de gerar caganeira e vômito, e os poaias... É um pessoal enjoado, mesmo (risos). Goteira era porque o grupo era pequeno, mas incomodava, fazia diferença, sabe? (M. M. M., entrevistado em abril de 2022).

Pelo que se pode detectar em análise as várias entrevistas realizadas, a nomenclatura poaia e goteira passou a ser utilizada entre as décadas de 1950 e 1960, em Muriaé, quando a oposição ao PSD começou a se tornar mais efetiva, com a fundação e consolidação da UDN local. Faria (2006, p. 24) afirma que a provável a origem do termo poaia como denominação de um dos grupos políticos viria do fato de um dos membros do partido ser um catador de poaia, contudo não afirma a fonte dessa suposição e que, por sua

vez, o termo goteira indicaria o fato de os opositores aos poaias serem poucos, algumas gotas fora do fluxo. Pelo menos com relação ao uso do termo poaia, não é factível a explicação trazida pelo mencionado pesquisador. De fato, a região foi campo do extrativismo da poaia – arbusto nativo das américas, da família das rubiáceas, assim como o café, cujas raízes teriam inúmeras propriedades medicinais, vindo daí sua importância econômica –, todavia o extrativismo da poaia se deu, na região, somente em finais de 1.700 até parte da segunda metade dos 1.800, sendo totalmente abandonada com a implantação da economia cafeeira na região (ANDRADE, 2011). Logo, improvável que em meados do século XX houvesse catadores de poaia na região.

Durante as entrevistas, contudo, algumas versões foram catalogadas. A maioria das pessoas afirma que poaia é uma planta que se alastrava muito, logo, como o grupo político vinculado ao PSD nessa região era mais forte, eles se denominavam poaias. Dois entrevistados, de origem goteira, afirmaram que poaia é uma erva que provoca vômito e diarreia, sendo essa a razão do apelido para o grupo político adversário. Outra versão, ouvida pelo autor desta pesquisa num comício quando ainda adolescente, essa talvez mais factível, afirma que o termo poaia surgiu como forma de legitimar os primeiros líderes políticos locais diante do surgimento da oposição a seu domínio, uma vez que poaia se referiria aos pioneiros do lugar, os primeiros a chegarem e a edificarem a vila que veio a se tornar a cidade de Muriaé. Sendo assim, é provável que as denominações políticas poaias e goteiras tenham surgido à mesma época. Os políticos do PSD, mais antigos e numerosos na região, se denominando poaias, porquanto representante dos legítimos desbravadores da terra; e o termo goteira, por sua vez, para indicar os insatisfeitos, aqueles poucos que não reconheciam os já consagrados chefes políticos locais e, por serem uma minoria, poucas gotas em meio à área coberta pelos poaias, que poderia caber facilmente num balde, deu-se o nome de goteira a esse grupo.

Atualmente, em Muriaé, a dicotomia poaia e goteira perdeu muito de seu sentido. As duas famílias de maior força política local, os Braz e os Varella, que rivalizam na maioria das eleições municipais e para as legislaturas estadual e federal, são oriundos do antigo PSD, logo poaias, ao passo que os goteiras são representados por alguns profissionais liberais e membros de outras famílias de renome local, contudo sem a mesma força política que os anteriores. Contudo, não é raro ao se falar das eleições municipais, mesmo nas mais recentes, justificar-se condutas e alianças pelo fato de o candidato ou seu cabo eleitoral ser de origem poaia ou goteira.

Talvez, a cidade pesquisada em que essa dicotomia se apresentou mais viva nos dias atuais foi Miradouro. Um entrevistado, falando sobre a última eleição municipal de 2020 em Miradouro disse:

Até a década de 90, por aí, era o coronel A contra o coronel B. Eles encaravam assim. O outro grupo tentou cooptar os trabalhadores tentando convencê-los que seu projeto político era compatível com o dos trabalhadores, coisa e tal, e tentou seduzir os trabalhadores para o lado deles e em certo sentido conseguiram: Um grupo mais bobo, batia; e o outro grupo fingia ser amigo. Tanto não é amigo, que agora os grandes juntaram e os trabalhadores foram derrotados aqui na última eleição (eleição municipal de 2020). [Perguntei: Que grupos grandes são, ou eram, esses?] O grupo dos poaias, antigo Nico Andrade, e dos goteiras, do Nico Dias. É isso aí! Hoje, Rogério e Cloves, que se uniram na última eleição. [Perguntei: Existe isso ainda, poaia e goteira?] Rapaz, eu acredito que perdeu muito a força: Morreu o Nico Andrade, morreu o Max [falecido ex-prefeito eleito 3 vezes pelo lado dos goteiras], as lideranças tradicionais acabaram e em política não existem vácuo. Veio o Wagner e aproveitou a herança do Nico Andrade, pegou os descontentes do outro lado e fez o enfrentamento. Morre o Max, não tinham ninguém na política, vem o Mirim entra contra o antigo grupo dele — o Mirim era de família poaia e entra, apoiado pelos goteiras, combatendo candidato apoiado pelos poaias —, e agora os dois grupos se unem, formam um grupo que, parece, não vão se separar mais e a oposição está por formar, não tem uma liderança para bater de frente com eles (M.M.M., entrevistado em abril de 2023).

A expressão “o outro grupo” utilizada pelo entrevistado não é gratuita. O entrevistado é de família pertencente ao grupo político denominado goteiras, tendo sido, inclusive, vereador por um mandato pelo PFL, partido no qual se filiavam os goteiras à época e, durante toda a entrevista, frisou que seu pai e avô paterno foram fundadores do grupo dos goteiras em Miradouro. Embora o entrevistado afirme que a dicotomia poaia e goteira tenha perdido o sentido em Miradouro desde a morte do último líder político goteira, que foi prefeito (Maxmiano Gomes Martins), dá sinais de que a dicotomia ainda é relativamente latente. Primeiramente, demonstra uma afetividade positiva em relação aos goteiras e negativa em relação ao grupo poaia; demonstra insatisfação com a união dos dois grupos tradicionalmente rivais para enfrentar o PT durante o último pleito municipal; além de afirmar que o PT, nas eleições municipais, tem sua relevância política em se aliar a um ou outro grupo para determinar a vitória nas urnas de um ou outro candidato oriundo dos grupos políticos tradicionais.

Em Vieiras, os termos poaia e goteira foram menos lembrados pelos entrevistados, porém presentes. O vereador Fábio Lopes, eleito pelo PT no pleito de 2020,

perguntado sobre poaias e goteiras, afirmou que a nomenclatura não é mais utilizada na cidade, mas que os dois grupos, na última eleição, se uniram contra o PT, entretanto, essa união pode se desfazer a qualquer momento, pois há disputas e diferenças antigas que impedem a união dos dois grupos. Cita o fato de a vereadora Professora Andreia haver proposto projeto de lei para mudar o nome da principal praça da cidade de Praça Dom Delfim para Praça Heder Magalhães, este um ex-prefeito da cidade pertencente ao grupo dos goteiras. Segundo o vereador, essa tentativa de modificação do nome da praça gerou verdadeira celeuma na aliança que levou o candidato apoiado pelos dois grupos à eleição no último pleito. Esse mesmo episódio foi relatado com as mesmas cores pelo entrevistado Wilson Soares (entrevistado em abril de 2022).

Em Rosário da Limeira, embora houvesse dicotomia política relacionada aos poaias e goteiras de Muriaé, essa nomenclatura não pegou. Disse um entrevistado, liderança comunitária, atual presidente do PT no município e ex-vereador,

Limeira emancipou em 95, 96, então, nessa época, até Muriaé não estava tão ligado nessa de poaia e goteira. Esse nome não pegou aqui. Mas os Tocós, eles eram do grupo da poaia e o Edson, do lado goteira. E é até hoje esses dois grupos e o PT que movimentam a política aqui. Os Tocós menos, o Cristóvão é mais o chefe do grupo deles agora. O Zé Maria, prefeito, é do grupo do Edson. Mas esse nome, goteira e poaia, a gente não usou por aqui. (...). O único grupo que tem nome é o PT, o resto não tem nome, não, a gente chama pelo nome do candidato ou do chefe do grupo (Adair Mendes, entrevistado em junho de 2022).

Há, portanto, em Miradouro e em outras cidades do entorno de Muriaé uma divisão política dicotômica cujos grupos decorrem da antiga polarização entre poaias e goteiras em Muriaé, tenham ou não os municípios estudados herdado ou não essa nomenclatura.

Importante notar que, no caso de Miradouro, é possível afirmar que essas diferenças não tinham caráter ideológico. Em biografia laudatória (CARVALHO, 2017, p. 129 - 127) que tem como biografado José Alcino Bicalho, eleito prefeito de Miradouro em 1947, fica claro que as razões de divisão do partido único da cidade, PSD, dando origem a um segundo grupo, UDN, são, meramente, disputas internas para se ter acesso ao comando do executivo municipal: como a família de Theodoro Pereira do Vale e José Theodoro do Vale — avô e tio do biografado, respectivamente — se permutava no poder. Insatisfeito com esse monopólio, Amaro Acelino de Andrade e seu genro, Antônio Calixto Dias (Nico Dias), decidiram assumir o protagonismo da UDN, vindo a juntar-se a um pequeno grupo de insatisfeitos com o grupo político dos Vales que sustentavam a legenda no município.

O rompimento, conforme carta aberta de José Alcino Bicalho à população miradourense, transcrita em Carvalho (2017, p. 123 - 127), se deu em momento estratégico. Em 1946, diante de uma acirrada disputa entre Milton Campos e Bias Fortes pelo executivo estadual, o grupo político decidiu, estrategicamente, dividir o apoio entre os dois candidatos para que o município não sofresse se o candidato apoiado pelo grupo fosse derrotado. Nico Dias e Amaro Acelino deram apoio a Milton Campos, ao passo que a família Vale declarou apoio a Bias Fortes. Diante da vitória de Milton Campos, Nico Dias e Amaro Acelino resolveram migrar para a UDN, o que foi visto como traição e oportunismo pelos antigos companheiros. Nasceu aí a dicotomia poaia e goteira em Miradouro.

Posteriormente, com o Golpe de 1964, os grupos assumiram a sigla ARENA I e ARENA II, mais tarde, com a redemocratização, PDS I e PDS II e, mais tarde, os udenistas assumiram a sigla PFL e o grupo oriundo do PSB se filiará ao PMDB. Apesar das siglas oficiais, os nomes poaia e goteira eram os mais utilizados para designar os grupos adversários em Miradouro⁸.

Em Carvalho (2017, p. 102), com base nos relatos de um ex-prefeito de Miradouro, pertencente ao grupo dos poaias, verifica-se a pouca ou nenhuma importância das siglas ou projetos político dos partidos.

Na verdade, prevaleceu a regra das duas facções se digladiarem em torno do poder municipal em lutas memoráveis e serem governistas para todos os assuntos exteriores ao município. Em geral, apoiavam o mesmo candidato a governador, com o calculado objetivo de cair nas graças do Executivo, evitando, com isso, amolações desnecessárias, como, por exemplo, nomeação de desafetos como autoridades policiais, fiscais, educacionais ou mesmo sanitárias (CARVALHO, 2017, p. 102).

Segundo Heredia e Palmeira (2006, p. 44 -45), seria característica das eleições em municípios menores uma tendência de os eleitores escolherem seus candidatos não em virtude de plataformas políticas, projetos para o município ou partidos políticos, mas aderirem a esses em virtude das lealdades construídas a favores e ajudas diversas prestadas por políticos ou membros de grupos políticos aos eleitores. Tais lealdades, geralmente prestadas em confiança ao chefe da família, vinculavam todos os votos de uma casa ou família. Um entrevistado, de 77 anos, e a entrevistada, 75 anos, confirmam essa tendência também em Miradouro.

⁸ Na mencionada biografia, Carvalho (2017), em momento algum, utiliza-se das expressões poaias e goteiras, quer no texto da autora, quer em trechos de entrevistas ou documentos ofertados pelo biografado para sua confecção.

Eu falei para o Gélío e ele concordou. Porque, assim, tudo que você precisava na época do governo militar, você precisava de um político na frente. Empréstimo em banco, um emprego, as vezes um médico mais qualificado, tudo. Eu falei: O Nico Andrade e o pessoal do lado dele [poaias] estavam quebrados. Não tinham crédito para uma caixa de fósforos e o Nico Dias [goteira] iria ganhar com a mão nas costas, porque eles não tinham dinheiro para emprestar e ninguém aceitava o Nico [Andrade] como avalista. Aí, assim, é claro que não tinha mais força para ganhar eleição. Foi nessa que o Nico Dias [goteira] ganhou a primeira eleição aqui. O chefe do grupo ia na frente e colocava o nome dele na frente. Empréstava dinheiro, se fosse o caso, avalizava, pedia as coisas para deputado. Dava um jeito! O cara tinha que resolver o que viesse: médico, hospital, condução. Se não resolvesse, se ficasse sem nome, estava acabado na política. (L.G.S., entrevistado em maio de 2022).

Tinha uma rivalidade muito grande. O pessoal chegava a brigar por causa de política, mesmo. Mas diferença, mesmo acho que não tinha... Era uma paixão, sabe. O Nico Dias fez uma administração muito boa, aí o grupo dos goteiras começou a ganhar mais. Acho que essa era a diferença. [...]. Tinha gente, igual ao papai, o Zé Bamburral, que tinha aquela ligação forte com o grupo, tinha questão de família, que uma não combinava com outra. Essa lealdade, sabe. Tinha, também, aqueles que iam para o lado de lá ou de cá conforme o interesse. Tem gente que tem preço. [...]. Isso [de ter preço] dos dois lados. Aqui em casa todo mundo sempre foi goteira (Edna da Silva e Souza, entrevistada em junho de 2023).

Percebe-se, pois, que mais do que qualquer viés propriamente público ou político, entendidos esses termos como a busca do bem comum e a tomada de decisão coletiva para a construção dos destinos da comunidade, o que determinava a adesão do eleitor ao candidato era sua capacidade de resolver problemas particulares pontuais quando instados a fazê-lo. Esses favores, tão avessos à ideia de cidadania e exercício de direitos, vinculavam quem os recebia e toda a sua família. Foi comum, nas entrevistas, relatos de que até os dias atuais da prática de se agraciar com mais “favores políticos” as famílias mais numerosas do que aquelas com poucos membros, sendo essa uma importante estratégia política para se vencer eleições seja em Miradouro, seja em Vieiras ou Rosário da Limeira, que contam com um número pequeno de eleitores.

O atual presidente do STTR de Miradouro, membro do PT local, 54 anos, ex vereador pelo PT, perguntado se ainda hoje há a influência da política de poaias e goteiras junto aos trabalhadores rurais locais, responde:

Ainda existe, sim. “Que seu fulano, meu pai, meu avô, deve obrigação...” Mudou muito, mas tem esse grupo, ainda. Essa fidelidade de acompanhar por conta de

tradição da família. Eu falo, por exemplo, essa eleição passada aí, se não fosse essa questão, a situação teria sido outra, se não fosse essa questão de fidelidade, de acompanhar. A gente sentia pessoas que, no início, estava aí firme, aí, falando que essa união não podia aceitar, dos dois lados, no final, não aguentou e cedeu e apoiou o adversário por questão dessa de pressão da família, disso ser mais forte na pessoa, infelizmente eu vi isso acontecer. [...]. Tem isso também, [prometer cargos e vantagens após a vitória eleitoral]. Isso é até mais, eu acho. O Mirim [prefeito anterior] apoiou o Clovis. Aí, você sabe, quem está dentro não quer sair e quem está fora você promete que vai entrar (risos). Eles fizeram a política assim e ganharam. E juntou poia e goteira contra nós (Isaias Clovis de Freitas, entrevistado em junho de 2022).

Uma jovem estudante universitária, 24 anos, residente no perímetro urbano de Miradouro, declaradamente petista em suas redes sociais, ao ser entrevistada sobre as eleições municipais de 2020, afirmou:

Eu e minha mãe somos PT, de esquerda, mesmo! O resto da família, não. Mas nas eleições municipais não tem jeito, a gente vota com o vô [tradicional liderança política goteira]. [...]. Nessa última eleição, eu não tenho dúvidas: Claro que a Gilsilene [candidata do PT] era muito melhor que o Cloves. Eu nunca gostei do Cloves. [...]. Você já conversou com o Cloves? De cada dez palavras, onze é palavrão. Não sabe falar, não sabe nem ler. Bronco, machista... O que ele é? É rico e é homem! [...]. Eu não votei na Gil não foi por causa dela, eu achava ela muito melhor. Eu votei no Clovis porque meu tio (citou o nome do tio) tinha combinado com ele iria assumir (nome do cargo) na prefeitura. [...]. É contraditório, mas nas eleições municipais a gente pensa nos da gente primeiro. [...] Isso é normal, eu não vou falar que é certo ou errado (cita uma lista de pessoas próximas que tem a mesma prática). Como se fosse assim... O certo, então, é morrer na mão para não sair na contramão quando vem uma carreta? (F.F.A., entrevistada em abril de 2022).

Pelos depoimentos, percebe-se que há não só uma questão de lealdades familiares envolvidas nos apoios firmados pelas pessoas quando das eleições municipais, mas também questões mais práticas e imediatas, como postos de trabalho e cargos junto à administração municipal. Em uma cidade pequena, com cerca de 10.000 habitantes, como Miradouro, o município é, quase sempre, o principal empregador, fato que gera um engajamento nos pleitos locais que estão muito vinculados aos interesses efetivamente particulares e mais distantes ao que seria a ideia de bem público ou comum, a plataformas de governo ou propostas de gestão. Essa característica apontada por Heredia e Palmeira (2006, p. 45) como praticamente generalizada na realidade brasileira, se verifica, também na localidade estudada bem como em outros pequenos municípios da Mata de Muriaé e pode, em termos bourdieusiano, ser traduzida na ocorrência de um *habitus* de pragmatismo no campo político

entre a população do município estudado, uma vez que os eleitores priorizam possíveis vantagens econômicas pessoais ou lealdades familiares e laços de amizade do que, efetivamente, o bem comum da população ou um projeto de construção de cidade.

O camponês, em regra, lidava, portanto, com dois valores para nortear suas tomadas de decisão, dois *habitus* irmanados: o de subordinação, que perpassava suas relações de honra e fidelidade em suas relações sociais, e outro, a que se denominou aqui de *habitus* de pragmatismo, presente em suas decisões políticas.

CAPÍTULO 3: A AÇÃO DO PADRE GWENAEEL E DO MOBON NA ZONA DA MATA DE MURIAÉ

O surgimento da maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira bem como de boa parte dos diretórios do PT nas pequenas cidades da região está intimamente ligado à ação da Igreja Católica junto à população rural, isso por meio de padres, bispos, grupos de leigos. Esses agentes foram fundamentais para a organização camponesa ocorrida na Mata de Muriaé, notadamente em Miradouro, a partir de novos capitais culturais e sociais e novos *habitus* engendrados no meio camponês. Houve, é claro, pessoas e organismos não religiosos, como extensionistas rurais oriundos da UFV, ação da RURALMINAS e da EMATER-MG, bem como agentes da CPT e da CUT que contribuíram em maior ou menor grau nesse processo, contudo, conforme é possível observar, a ação da Igreja foi a mais marcante e substantiva. Para apresentar todo esse processo, centrou-se a exposição na atuação de dois personagens fundamentais para as comunidades rurais da região recortada: o padre Gwenael Kerandel e a ação evangelizadora do Movimento da Boa Nova (MOBON).

3.1 A atuação de Padre Gwenael na paróquia de Eugenópolis

Jean Kerandel, conhecido na região como padre Gwenael, além de fazer parte do corpo de paraquedistas do exército francês, ordenou-se padre na França, vindo para o Brasil em 1957. Nesse mesmo ano, foi designado à paróquia de Eugenópolis, em Minas Gerais, cidade que dista de Muriaé cerca de 23Km. Segundo afirmou em entrevista, quando veio para o Brasil não dominava minimamente o idioma português. Não bastasse isso, segundo padre Paulo, amigo que veio junto com Gwenael para o Brasil, este tinha dificuldades até mesmo com o francês, afirmando que Gwenael nunca foi um sacerdote de boa oratória⁹.

Além das diferenças culturais, idiomáticas e a dificuldade do novo padre em se expressar, havia outro agravante: a paróquia de Eugenópolis era grande, abrangendo também o município vizinho de Vieiras, tendo essas duas pequenas cidades uma ampla zona rural, dotada de estradas precárias, com várias comunidades a serem assistidas por um único sacerdote.

Sai daqui [França] em 1957, fui direto para Eugenópolis e eu não sabia falar nada de português. Eu fui aprender português e lecionar Física, Química e Matemática. E de vez em quando eu substituía o padre e vi que aquilo não estava certo, não. A paróquia

⁹As entrevistas com o padre Gwenael Kerandel e padre Paulo foram realizadas pelo pesquisador Fabrício Roberto Oliveira Costa, na França, em 2011, sendo fundamentais para compreender a atuação da Igreja na região estudada. Ambas foram graciosas e gentilmente cedidas por ele ao autor do presente trabalho.

era grande, mais de quarenta quilômetros de norte a sul, e altitude de 200 metros a mil e poucos. Eu ia de jeep e nenhuma estrada asfaltada. Eu fiquei preso sozinho, umas duas vezes, atolado, uma vez entre Miradouro e Vieiras e outra vez em Eugenópolis. Andei por todos os lugares, descobri as comunidades e fui na casa de todas as pessoas. Andava com um da comunidade que conhecia todos os caminhos e descobria lugares de fazer grupos humanos. Eu visitava todas as pessoas e todas as casas (Padre Gwenael Kerandel, entrevistado por Fabrício Roberto Costa Oliveira em 2011).

Padre Gwenael, inicialmente, se ocupava com o magistério de Física, Química e Matemática no seminário e colégio fundados na região na década de 1950 pela congregação da qual fazia parte, os assuncionistas franceses. Ocorre, porém, que diante dos novos direcionamentos trazidos pelo Concílio do Vaticano II, teve que assumir uma nova função. Fazia-se necessária uma nova espécie de pastoral, com principal objetivo de criar comunidades de base e lideranças comunitárias leigas, trabalho esse que teve início na paróquia no ano de 1967 (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 2-5).

É nesse momento, então, que o padre sai da sede de sua paróquia e começa a visitar as várias comunidades rurais sob sua responsabilidade. De casa em casa, ainda que com pouca demora em cada uma delas, começa a tentar ganhar a confiança e simpatia de seus paroquianos rurais, a misturar-se com o povo (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 4). Sua postura nas celebrações também muda, passando a fazer com que as pessoas tomassem uma posição mais ativa nesses encontros.

Todas las noches, gente de sector se reunia para una misa en una de las casas visitadas durante el dia. Muchas veces, por causa de la afluencia y del poco espacio que ofrecían las casas, se celebraba em el ‘terreiro’, diante de la casa, a la luz de velas o antorchas. Habitualmente la lectura escogida para la Eucaristia era muy sencilla, corta y de fácil comprensión (vida de los primeiros cristianos o una parábola) sobre la cual se hacían algunas preguntas muy fáciles a fin de iniciar un diálogo sobre la Palabra de Dios, ligando la siempre com la vida de la comunidad. Nunca se hacía una pregunta sin tener la certeza de que la gente era capaz de responder. Así, sin temor a equivocarse, la gente perdía también el miedo de hablar em la celebracion y adquiria confianza em si mismo (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, 9).

Basicamente com esse método, padre Gwenael conheceu todas as comunidades rurais de sua paróquia, passando a frequentá-las assiduamente. Importante perceber que o padre, em suas incursões e celebrações rurais, sempre utilizava os textos mais simples da Bíblia e tentava, por meio de perguntas fáceis de serem respondidas, levar o povo a interagir com a “palavra de Deus”, fazendo com que as pessoas perdessem o medo de se expressar. Pode-se, a

partir dessa citação, concluir que a população local era bastante tímida, tendo receio de se expor em público, notadamente diante do sacerdote, o que fazia que este buscasse artifícios para fomentar a participação dos fiéis nas celebrações. Isso era feito por meio de leituras fáceis e perguntas óbvias aos fiéis.

O padre Gwenael dedicou-se a esse tipo de ação pastoral de reconhecimento da região e das populações rurais, tentando cultivar a intimidade com os camponeses durante dois anos, 1967 e 1968. Afirmo o padre que foi um período difícil, vez que necessitava vencer distâncias, imprevistos, a falta de conforto e, conforme frisa, principalmente sua própria timidez (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 11-12).

Em vários pontos de seu trabalho monográfico, percebe-se que o padre confirma a realidade exposta no primeiro capítulo da presente pesquisa, afirmando, por exemplo, que o trabalho na roça é penoso e perigoso, vez que realizado sob clima inclemente (calor) e sem ferramentas adequadas, não tendo os trabalhadores férias ou descanso remunerado, sendo os rendimentos auferidos pela maioria insuficientes para manter a família e raro o pagamento de salários mínimos na zona rural. Não bastasse isso, afirma, ainda, que os trabalhadores rurais não conheciam seus direitos e tinham medo de questionar os patrões ou donos da terra e perderem o emprego (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 15), fato que confirma a ocorrência de um *habitus* de resignação e até subserviência, conforme mencionado no capítulo anterior. São, ainda, problemas apontados pelo padre Gwenael: o isolamento das populações rurais devido à falta ou má qualidade das estradas, alimentação inadequada, precariedade dos serviços de saúde – dando ênfase para difícil acesso a médicos e o alto custo dos medicamentos –, ausência de diálogo entre os membros das famílias, precariedade da rede de ensino e analfabetismo.

A partir desse inventário de tristezas, o padre missionário tenta explicar as características do homem da rural da região,

Los problemas no son solamente religiosos sino también humanos e intimamente ligados y corelacionados, por lo tanto no pueden ni deben ser separados. Los principales son:

- el aislamiento (topografía montañosa, falta de carreteras, de medios de transporte, de comunicación (información), de asistencia médica, de asistencia religiosa). Este dato parece ser la causa principal de los problemas que aparecen em el campo: individualismo, pasividad, fatalismo, supersticiones y crendicias.

- la ignorância, tanto em el plano humano (analfabetismo) como em el religioso, deja a la gente si espíritu de organización y de críticas y apático delante de los problemas sociales o políticos, al mismo tempo que es una puerta abierta para la injusticia, la explotación y para la proliferación de las diversas sectas.
- las malas condiciones de vida – falta de lo necesario, del mínimo de confort, de higiene, la mala alimentación, las condiciones inhumanas de trabajo... explica o desánimo, el conformismo, la falta de iniciativa y la atracción pelas ciudades.
- la falta de confiança em la posibilidad de um futuro mejor em el campo, el desempleo, los bajos salários, la falta de capacitación, la imposibilidad de continuar los estudios... condicionan el êxodo rural. (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 19)

É possível perceber por esse relato, bem como pelo teor de entrevistas realizadas na região, que o contato e interação do padre Gwenael com a população campesina local é real e intensa. Além disso, tal relato não destoia do quadro exposto no primeiro capítulo, muito pelo contrário, confirma-o e traz novos elementos a ele: o individualismo do camponês e sua passividade diante da realidade que vivencia; a ignorância e o analfabetismo que agravam sua apatia na percepção dos problemas sociais e políticos que o rodeiam; os baixos salários e condições precárias de salário; bem como a falta de fé na possibilidade de um futuro melhor.

Conforme afirma o referido sacerdote, o contato com a realidade campesina de sua paróquia promoveu uma mudança em suas concepções de mundo, promovendo em si uma verdadeira conversão: *“Pero esta toma de conciencia e la realidad del hombre del campo, sufrido, despreciado, y explotado (inclusive por la Iglesia) provoco también un cambio, o mejor, una conversión del sacerdote. Y, talvez, sea el mayor logro de essa etapa de conocimiento mutuo”* (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 22).

Alípio Jacinto da Costa – irmão leigo do MOBON, que será melhor conhecido nesta pesquisa mais adiante e que começou a atuar em trabalhos pastorais na paróquia de Eugenópolis e Mata de Muriaé a partir de 1969 – afirma, ainda, que as pessoas da paróquia de Eugenópolis “tinham medo do padre”, uma vez que a religião lhes era muito distante (COSTA, 2009, p. 52), afirmação essa que pôde ser comprovada em diversas entrevistas.

Não bastasse esse atilho de dificuldades, padre Gwenael Kerandel enfrentou, também, problemas com os militares que assumiram o governo no Brasil após o Golpe de 1964. Não era ele somente padre, mas, também, paraquedista do exército francês, um militar, portanto. Além disso, tinha como amigo outro padre francês, Michel Le Van, que era perseguido pelos militares brasileiros durante a ditadura, conforme constatado por Fabrício Roberto de Oliveira

em entrevista com o padre em França. O fato de um padre, com origem em quartéis e estrangeiro, realizar reuniões com camponeses em suas comunidades isoladas na Zona da Mata mineira chamou a atenção dos militares brasileiros, o que levou a uma intervenção no seminário de Eugenópolis, em 1968, sob a alegação que o padre estaria implantando núcleo de guerrilha na região.

Las dificultades no tardaron. En noviembre de 1968 tres sacerdotes y un diácono son arrestados en Belo Horizonte, acusados de comunistas. El trabajo em campo fue también considerado subversivo. El Seminario fue requisado por la policía y una campaña de acusaciones y difamaciones contra el trabajo pastoral de la Parróquia apareció em la zona rural y em toda la region de Eugenópolis. Este período difícil afectó bastante El trabajo iniciado: algunos se alejaron, otros no querían o tenían miedo de reunirse. Sin embargo, una vez liberados los detenidos (después de 70 días) y después de um tiempo de incertidumbre continuaron las visitas y las reuniones (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 24).

Em face do trabalho iminentemente religioso do padre Gwinael, ainda sem matizes políticos — que só vieram surgir em meados de 1970 —, crê-se que a intervenção no seminário de Eugenópolis tenha se dado de forma preventiva, uma vez que um ano antes, precisamente em abril de 1967, foi desbaratado na Serra do Caparaó o primeiro movimento guerrilheiro contra a ditadura militar, sendo presos os membros do Movimento Nacional Revolucionário – MRN, episódio que atraiu a atenção do algo comando militar de então para toda região (COSTA, 2007). Fato é que essa atuação da polícia do Estado de Minas Gerais no seminário, além de incutir medo naqueles que participavam do trabalho do padre Gwinael, fez com que muitas pessoas que discordavam de seus métodos de evangelização passassem a taxá-lo de comunista ou subversivo. Um entrevistado da cidade de Miradouro, por exemplo, garantia que no seminário de Eugenópolis eram lidos livros vindos da Rússia e Cuba, obviamente boatos sem qualquer fundamento.

As limitações pessoais do padre, sua timidez e dificuldade na fala, bem como as adversidades aqui mencionadas, dificultavam o alcance do seu objetivo principal: implantar comunidades cristãs onde Evangelho e realidade se concilhassem e promovessem melhora na condição de vida das pessoas. Padre Gwinael, ao que parece, reconhecia as limitações de seu trabalho, afinal, apesar de seu esforço para tentar organizar a população rural, acreditava que seria possível executá-lo melhor, tanto o é que chegou a tentar visitar Divinópolis em busca de leigos que pudessem ajudá-lo no trabalho em Eugenópolis. Em seu trabalho monográfico, afirma que havia já algumas ações pastorais de leigos na região, entretanto “com cara de padre”, como se trabalhassem para o padre ver e não para promover a vivência do Evangelho

em comunidade (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 25). Apesar dos esforços para conhecer a fundo sua paróquia e se misturar com os paroquianos, conclui o Padre: *“Pero el problema práctico continuaba sin solución. ¿Como iniciar y organizar estas comunidades?”* (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 24-25). É possível perceber que, embora tivesse boa vontade em sua agência, padre Gwenael possuía capitais cultural, social e simbólico específicos para obter resultados sensíveis junto à população rural da paróquia de Eugenópolis.

3.2 Mediação: um conceito para compreender a evangelização da região em finais da década de 1960 a 1980

Pelo até aqui exposto, é possível constatar que a ação do padre Gwenael na região revela a postura típica de um agente mediador, nos termos tratados no capítulo 1 desta pesquisa, ainda que inicialmente atabalhoada. Como tal, tenta travar contato com a população rural de sua paróquia. Uma das características da mediação é a relação de interação e transformação mútua que a ação mediadora promove entre mediadores e mediados (NEVES, 2008, p. 36), tal qual exposto no capítulo 1 deste trabalho. E conforme dito alhures na presente pesquisa, a mediação se dá por meio de indivíduos, não de instituições propriamente ditas (NEVES, 2008, p. 23). No caso em tela, há uma manifesta intenção da Igreja em promover uma ação pastoral nova na região recortada, mas essa atuação não se dá pela instituição em si, mas, inicialmente, por um indivíduo, que contará com o auxílio de outros tantos, mas que marcará com sua personalidade a ação perpetrada, não só transmitindo os valores institucionais, mas, também, os seus próprios.

Pelo até aqui narrado acerca do início da atividade do Padre Gwenael, verifica-se, ainda, que não era de simples emissor de valores e sociabilidades. Ele manifesta textualmente a necessidade de uma conversão do sacerdote diante da realidade constatada, reconhecendo a necessidade de não só modificar sua fala, modo de agir e concepções para que consiga, realmente, influir da religiosidade dos camponeses, sob pena de a ação pastoral pretendida soar como estranha à realidade local. Não bastasse isso, o padre procura, também, encontrar grupos leigos que já realizavam trabalhos semelhantes ao que buscava fazer, reconhecendo, assim, suas limitações em se aproximar da população mediada, buscando, dessa forma, vencer essa primeira dificuldade. Enfim, o padre reconhece que não tem como promover resultados efetivos junto aos camponeses se não se modificar também, posto que a relação é integrativa e não unilateral, tal como dito por Neves (2008, p. 39) e Zangelmi (2011, p. 116).

Importante, ainda, notar que os resultados dos processos de mediação não são dados aprioristicamente, quer pelo agente mediador, quer pela instituição pela qual ela atua (NEVES, 2011, p. 38) em virtude de sua dinâmica ser imprevisível e repleta de subjetividade que se estabelece entre mediador e mediado, bem como pelas trocas estabelecidas entre esses polos da relação de mediação e das necessidades e inovações surgidas durante o processo.

Para a autora (2011, p. 38), os resultados dos processos de mediação não são dados a priori, bem como sua dinâmica é imprevisível, isso pelo fato de a mediação envolver o estabelecimento de canais de trocas de saberes e experiências. A razão disso pode ser explicada pela interação que perpassa os processos de mediação e pelo caráter pessoal dos sujeitos envolvidos nessas dinâmicas: como são indivíduos interagindo em diversidades culturais e materiais distintas, natural que as agências mediadoras não consigam determinar de forma absoluta como deve ser a ação dos mediadores, bem como precisar seguramente os resultados dessa ação mediadora.

É, também, por todas essas características que a ideia de mediação é útil e adequada para se compreender não só aproximação do padre Gwenael ao MOBON — Movimento da Boa Nova —, bem como a atuação do movimento na região recortada, iniciada na zona rural de Eugenópolis, Vieiras, Miradouro e Muriaé a partir de 1969.

Nesse processo, a principal agência mediadora foi da Igreja Católica. Contudo, conforme visto, os processos de mediação não são executados pelas agências, que são entes abstratos, mas sim por indivíduos que assumem o papel de agentes mediadores. Nessa função, tem-se na Mata de Muriaé, como agentes mediadores católicos, alguns padres e religiosos leigos. Inicialmente, esse papel vai ser exercido pelo padre Gwenael e os religiosos do MOBON, notadamente os irmãos sacramentinos Alípio Jacinto da Costa e João Resende, além de outras lideranças já formadas por esse movimento. Posteriormente, outros padres se envolverão no processo de mediação, bem como agentes mediadores de outras agências. Nesse contexto, é, também, possível perceber que os resultados da ação mediadora tiveram saldos não esperados pela Igreja Católica: o objetivo inicial era criar comunidades em torno da reflexão e vivência do Evangelho. Esse objetivo foi cumprido, porém outros resultados nasceram a partir da mediação estabelecida, tais como a politização de parcela da população camponesa local, bem como a criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

3.3 O MOBON e sua história

O Movimento da Boa Nova, mais conhecido como MOBON, é um movimento de leigos católicos sediado no município de Dom Cavati, região Leste do Estado de Minas

Gerais que teve forte importância na formação de lideranças e organização das CEBs em grande parte da Zona da Mata de Minas Gerais na década de 1970 e na fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais, em meados de 1980 (COMERFORD, 2003, p. 258), além de associações camponesas diversas e organização dos primeiros diretórios do PT nas pequenas cidades do entorno de Muriaé. A importância do movimento, que se encontra ainda hoje em plena atividade, foi reconhecida oficialmente pelo Estado de Minas Gerais, que o declarou, por meio da Lei n. 9.918, de 17 de julho de 1989, como associação de utilidade pública.

O estatuto e ato constitutivo do MOBON encontra-se no livro de registro de pessoas jurídicas no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Tarumirim, Minas Gerais. Trata-se de uma associação, logo pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem como finalidade formalmente registrada a evangelização, conforme se verifica da leitura do estatuto.

Artigo 1 – O Movimento da Boa Nova – MOBON – é uma sociedade civil, fundada em Tarumirim, aos 06 de dezembro de 1977, cuja finalidade é a evangelização, inteiramente de acordo com as orientações pastorais e a vontade do Bispo Diocesano onde estiver funcionando. Art. 2– O Movimento da Boa Nova é uma entidade inteiramente filantrópica, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para a Educação Religiosa popular e assim para o culto (Cartório do 2º Ofício de Tarumirim, Livro de Registro de Pessoas Jurídicas n. 1, fls. 85, número de Ordem 24).

Ocorre, entretanto, que o MOBON não nasceu com a atual conformação e objetivos que caracterizaram sua atuação nas décadas de 70 até então, mas foi decorrência de todo um processo anterior que culminou em sua formalização enquanto pessoa jurídica em 1977. Ademais, a própria interpretação dos objetivos estatutários – evangelizar e promover educação religiosa – foram se alterando com o tempo. Sendo assim, para se compreender a ação mediadora da Igreja por meio desse movimento, faz-se necessário conhecer, de forma detalhada, seu surgimento e atividades.

Vale ainda frisar que a formalização da entidade, com sua personificação jurídica, teve como escopo a administração de bens e a construção de uma casa especial para a realização de cursos e encontros (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 54): uma ampla casa, composta por inúmeros dormitórios, salas de aula, capela, cozinha e ampla área externa, construída no pequeno município de Dom Cavati, região do Vale do Rio Doce, numa colina às margens da BR-116.

A origem do MOBON, contudo, remonta a criação da Congregação de Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, pelo padre belga Júlio Maria, em Manhumirim- MG, onde

chegou em 1928, e de sua atuação nessa mesma congregação e paróquia. Essa congregação foi criada em meados de 1929, e tinha como principal objetivo expandir o catolicismo para a região da Mata de Caparaó, vez que a presença da Igreja Católica era pouco marcante na região, que contava com várias igrejas protestantes (OLIVEIRA, 2012, p. 58).

A ação do padre Júlio Maria na paróquia de Manhumirim foi marcada por acentuada disputa não só religiosa, mas também de claro caráter político, uma vez que o padre buscava controlar não só o campo religioso, mas também ter influência na política local a partir a cooptação política dos católicos.

Neste contexto de busca dos católicos por maior influência no espaço público que Júlio Maria busca maior influência no município de Manhumirim-MG. “Pe. Júlio granjeara, desde os começos, a admiração, o respeito e a estimativa do povo, suplantando, assim, a liderança do Presidente da Câmara, quando os campos entraram numa fase de definição e divisão” (Botelho, 1989: 74). O padre havia construído, através de sua atuação religiosa, uma considerável reputação e poder de influência que estaria “ofuscando” a liderança política do presidente da Câmara. A proeminência de Júlio Maria seria colocada à prova no campo político. Ele esperava ter sua influência reconhecida e exercer, de fato, seu poder no município (OLIVEIRA, 2011, p. 63).

Essas disputas políticas decorreram, principalmente, do fato de o município de Manhumirim, à época, ser controlado por protestantes e pela alta influência da maçonaria na localidade. A ação do padre Júlio Maria em Manhumirim para consolidar o catolicismo extrapolava os sermões proferidos no púlpito das igrejas, assumia ainda a forma de artigos em jornal, tendo inclusive fundado um jornal, intitulado *O Lutador*, que teve grande abrangência regional, bem como pressões e conchavos políticos. Num dos momentos mais tensos da disputa com os protestantes e a maçonaria local, o padre Júlio Maria chegou a buscar apoio direto e pessoal junto ao ex-presidente da república Artur Bernardes, então ocupando o cargo de senador da república, na defesa dos interesses da Igreja Católica na paróquia (OLIVEIRA, 2012, p. 67-69).

Fato é que, conforme conclui Oliveira (2012, p. 69), a atuação do padre Júlio Maria em Manhumirim deixou entre os católicos locais, principalmente nos Missionários Sacramentinos, uma fé pautada pela militância em favor do catolicismo. Esses valores foram absorvidos por um dos primeiros alunos do padre Júlio Maria, o padre sacramentino Geraldo Silva, que deu continuidade ao combate ao protestantismo e defesa do catolicismo em face de outras agremiações religiosas.

Segundo as memórias escritas de Alípio Jacinto da Costa, irmão leigo da Congregação dos Missionários Sacramentinos e atual presidente do MOBON, o padre Geraldo Silva fundou, em 1959, quando era pároco em Carangola, o Movimento de Apostolado Pioneiros do Evangelho (MAPE). Esse trabalho, embora só formalizado enquanto pessoa jurídica em 1959, já era realizado informalmente desde finais da década de 1940 (COSTA, 2009, p. 1).

O MAPE tinha por objetivo promover a formação de leigos para que esses pudessem ser a vanguarda da evangelização católica no entorno de Carangola, cidade próxima a Manhumirim, combatendo, principalmente, o crescimento das igrejas protestantes na região (ARAÚJO, 1999, p. 53).

Alípio Jacinto da Costa, entrevistado pelo autor do presente trabalho, conta como se deu sua entrada para o MAPE e as razões que o motivaram a fazê-lo.

Tudo começou no Caparaó, no final dos anos 50. Os católicos estavam humilhados. O MAPE veio para combater os protestantes. Aí, eu comecei o trabalho lá, com o padre Geraldo, de conhecer o evangelho, porque os protestantes se achavam donos da Bíblia. O católico não conhecia o Evangelho. Os protestantes, que realmente liam a Bíblia, mostravam-na como se somente eles a conhecessem e os católicos tinham o conhecimento somente do catecismo, que aprendiam ainda crianças como preparação para a primeira comunhão e iam esquecendo esse catecismo depois (Alípio Jacinto da Costa, em curta entrevista, em dezembro de 2011, quando da realização o mestrado do autor desta tese).

Para Alípio, o precário conhecimento dos católicos sobre a Bíblia e os fundamentos dos dogmas da Igreja Católica fazia deles “presas fáceis” para os protestantes, que tinham um domínio mais efetivo sobre o conteúdo da Bíblia. Não bastasse isso, o fato de as missas serem celebradas em latim e de haver poucos padres, sendo a maioria estrangeira que dominava mal o português, fazia com que os protestantes tivessem mais condições de converter a população à sua fé.

Os católicos tinham o Catecismo da Doutrina Cristã, que era decorado pelas crianças como preparação para a primeira comunhão. As crianças falavam de cor o que aprendiam sem saber o que estavam falando. Depois de adultos, normalmente, não sabiam mais nem o Catecismo. Não havia catequese para os adultos. Quando os adultos ouviam alguma instrução, era naquela mesma base das crianças: repetição das definições prontas do Catecismo.

Os protestantes não perdiam tempo. Semeavam dúvidas na cabeça de muitos católicos. Abriam a Bíblia e mostravam para os católicos. Abusavam de Nossa Senhora, do Papa, dos Bispos, dos padres, ridicularizando os ensinamentos, a liturgia da Igreja e tudo que era mais sagrado para os católicos. Tudo que os

protestantes falavam era baseado em citações bíblicas. Nesse tempo tínhamos poucos padres e a maioria deles eram estrangeiros que falavam mal o português. A missa e todos os sacramentos eram celebrados em latim. O padre andava de batina. O povo tinha medo de padre. Não podendo fazer mais, os padres cuidavam de batizar as crianças, casar o povo na Igreja e, ao menos uma vez por ano, levar o povo a confessar e participar da sagrada comunhão, tudo automatizado, sem saber o que estavam fazendo [...].

Nesta situação, os católicos se tornaram presas fáceis do protestantismo ativo e atuante. As igrejas protestantes se multiplicaram, e se encheram de ex-católicos. As igrejas protestantes acolhiam os que conquistavam. Todos se sentiam valorizados, tratados pelo nome e passavam a conhecer a Bíblia do jeito dos protestantes. E ali, esses antigos católicos se tornavam ferozes adversários da Igreja Católica, com muita convicção e fanatismo. Esses “convertidos” estavam certos da própria salvação e na certeza de que quem não aceitasse o Senhor Jesus, como eles, estava irremediavelmente perdido. A partir dessa “conversão” deles, não tinham dúvidas, partiam pra cima dos católicos para tirá-los da idolatria, da perdição eterna. Quem não aceitasse passar para suas igrejas estariam, com certeza, condenados ao inferno. Era muito difícil ou quase impossível um católico vizinho de protestante aguentar a pressão (COSTA, 2009, p. 1-2).

Diante disso, a solução encontrada pelo padre Geraldo da Silva Araújo para barrar a ação dos protestantes e o esvaziamento do catolicismo foi a criação do MAPE. Por meio de “aulas bíblicas”, o pároco de Carangola capacitava os católicos para enfrentarem os questionamentos dos protestantes sobre a Bíblia. Dessa forma, os católicos leigos, que após as “aulas bíblicas” passavam a se chamar “Pioneiros do Evangelho”, combatiam pela veracidade dos dogmas católicos e tentavam desacreditar os argumentos manejados pelos protestantes (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 35-36).

Segundo Alípio Jacinto da Costa, o conteúdo das “aulas bíblicas” era voltado para os principais argumentos encetados pelos protestantes contra a fé católica: o Papa era o sucessor de Pedro e os bispos sucessores dos apóstolos; Maria não teve outros filhos além de Jesus; é permitido, sim, fazer imagens e expô-las nos templos; a hóstia consagrada é uma partícula do corpo de Cristo e não uma mera representação. Todas essas afirmações e outras mais eram fundamentadas no texto bíblico, tomando-se, ainda, o cuidado de expor para o leigo a fonte do mal-entendido, ou seja, a pedra de tropeço dos protestantes, os quais, segundo os ensinamentos do padre Geraldo, não reconheciam as verdades católicas por fazerem uma interpretação parcial e pouco aprofundada da Bíblia (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 38- 40), ou seja, por conhecerem mal e superficialmente a palavra de Deus.

Padre Geraldo começou a dar suas aulas bíblicas aos católicos mais humildes. Seu auditório era composto de pessoas semianalfabetas ou analfabetas. A metodologia era simples, porém mostrou-se eficaz. Inicialmente, afirmava-se que a Igreja Católica era a verdadeira Igreja de Cristo, fundada por Ele e cujo primeiro papa foi Pedro, logo, diante disso, eram os católicos os verdadeiros “crentes” e “evangélicos”, sendo, portanto, os mais autorizados a falar sobre as verdades bíblicas (COSTA, 2009, p. 5).

A partir daí, todas as afirmações dos protestantes sobre as “mentiras pregadas pelos católicos” eram analisadas e refutadas tendo como base o texto bíblico. Tudo era feito de forma oral, evitando-se ao máximo a palavra escrita e muito vagarosamente para que o público – não afeto a discussões, aulas e muito menos à leitura – pudesse acompanhar e assimilar o que era dito. Durante o decorrer da “aula”, cada aluno anotava em sua caderneta uma síntese mínima da exposição efetuada pelo padre¹⁰.

O MAPE era, pois, um movimento evangelizador apologético: tinha a função de defender e divulgar as verdades católicas com a finalidade de impedir o crescimento das religiões protestantes nos municípios de Carangola, Manhumirim e seu entorno, bem como a consequente perda de fiéis católicos para os protestantes e evangélicos.

Essa atividade apologética engendrada pelo padre Geraldo, contudo, diferenciava-se daquela perpetrada pelo seu antecessor e mentor, padre Júlio Maria. Este concentrava sua atividade no púlpito da igreja, em tribunas públicas, na imprensa e em conchavos políticos; o MAPE, por sua vez, antes mesmo do Concílio do Vaticano II, tinha por alicerce a educação da

¹⁰ A guisa de um exemplo de como trabalhava o padre Geraldo em suas aulas, citamos o trecho abaixo: “Tínhamos o cuidado de dizer: ‘os chamados irmãos de Jesus’. A aula começava com a citação de Mc. 6,3: ‘Não é este o carpinteiro, o filho de Maria, irmão de Tiago, José, Judas e Simão?’ Todos ficavam muito atentos para ver como explicar um texto tão claro como este contra nossas convicções de católicos. Buscando esclarecer, mas complicando ainda mais, o padre citava o texto de Gl. 1,19: ‘Não vi nenhum apóstolo, mas somente TIAGO, O IRMÃO DO SENHOR.’ Aqui gastava-se um pouco mais de tempo para que os participantes entendessem que TIAGO, o primeiro da lista de Mc. 6,3 era chamado de IRMÃO DE JESUS, e ele era um dos doze apóstolos. E aí o padre insistia que prestassem atenção no detalha de que TIAGO ERA IRMÃO DO SENHOR e era também um dos doze APÓSTOLOS. Continuava o esclarecimento: Se Tiago, chamado irmão de Jesus era apóstolo, nós encontraríamos, com certeza, o nome dele na lista dos doze apóstolos. Mas um esclarecimento: a Bíblia fala em IRMÃOS DE JESUS, mas nunca fala em filhos de José, esposo de Maria, ou em filhos de Maria. Nas listas dos apóstolos encontramos os nomes de alguns pais deles. Tiago, um dos chamados irmãos de Jesus, estava na lista dos apóstolos, e lá está o nome dele e o nome do pai dele. Se houvesse um Tiago, filho de José, esposo de Maria, então os protestantes estariam ensinando certo. Mas, se pelo contrário, o nome do pai não for José, o esposo de Maria, quem está ensinando certo é a Igreja Católica. Quem prega de acordo com a Bíblia é a Igreja Católica. Abrimos o Evangelho de São Lucas no capítulo 6,12-16. Encontramos o nome dos doze apóstolos e dois deles tem o nome de Tiago. No versículo 15 lemos: “Mateus, Tomé, Tiago, filho de Alfeu...” Ficou esclarecido que esse Tiago não é irmão de Jesus. Diante disto nos resta saber de quem é filho o outro Tiago que está na lista dos apóstolos. Vamos para a lista de São Mateus, 10, 1-4: Tiago, filho de Zebedeu”. Então não existe Tiago nem filho de José, nem de Maria, como querem os protestantes. (...). Cada pioneiro tinha sua caderneta onde ele anotava os textos bíblicos para que fossem passados para outros. Era feito assim: OS IRMÃO DE JESUS: 1. O nome dos chamados ‘irmãos de Jesus’ (Mc. 6,3). 2. Tiago era apóstolo e irmão de Jesus (Gl. 1, 19). 3. Tiago, apóstolo, filho de Alfeu (Lc. 6, 12-16). 4. O outro Tiago é filho de Zebedeu (Mt. 10, 1-4) (COSTA, 2009,p. 5-6).

população católica com base na leitura pontual da Bíblia, bem como fundamentação e repetição dos dogmas católicos junto à população leiga, o que era feito pelo próprio padre Geraldo e, também, por outros leigos, após a passagem desses pelas aulas bíblicas ministradas pelo referido sacerdote ou seus auxiliares.

Tendo o católico passado pelas aulas bíblicas do padre Geraldo, ele se tornava um “Pioneiro do Evangelho”. A partir daí, o padre os enviava em duplas a várias localidades de sua paróquia para que pudessem evangelizar e enfrentar os protestantes em debates. Os pioneiros recebiam, além de rudimentos sobre a Bíblia, noções de como atuar num debate e vencê-lo.

Ele sempre recomendava a seus pioneiros que nunca aceitassem debates com protestantes em particular, evitando que o adversário mentisse para os outros que o pioneiro não respondeu suas perguntas. Outra recomendação era que o pioneiro tivesse toda paciência do mundo e nada de pressa. Deixasse a impaciência para o adversário e, sobretudo, deixasse para o protestante a iniciativa de parar a conversa. Quem parasse primeiro era considerado derrotado, então o pioneiro não podia parar e não parava mesmo.

[...]

Nas aulas bíblicas, o Pe. Geraldo passava as orientações neste sentido: Não ir na deles. Segurá-los em um assunto até o fim. Insistir no mesmo assunto com toda paciência. Quanto mais o adversário se impacientasse, melhor. Citar os textos e sempre convidá-los a ler. Enquanto isso, o pioneiro ficava calmo e preparando mais argumentos, deixando-os, o mais possível, perdidos. Era importante usar palavras mansas. Falar baixo e sempre chamando o adversário pelo nome. Quando eles se perdiam, esquentavam a cabeça, erravam as citações, o dirigente católico se oferecia para ajudá-los, pois ele sabia onde o protestante queria ir. Quando isso acontecia, geralmente o grupo católico não se continha e vaiava o coitado já de cabeça quente (COSTA, 2009, p. 8 -16).

Embora de caráter apologético, o MAPE, segundo depoimento do religioso Alípio, fez com que pessoas humildes, analfabetas ou semialfabetizadas passassem a articular os textos bíblicos em público a fim de defender a fé católica, frisando, inclusive, que algumas pessoas foram efetivamente alfabetizadas durante as aulas bíblicas. Ressalta, ainda, que os “Pioneiros do Evangelho” não tinham medo de travar debates com os protestantes, uma vez que o estudo da Bíblia os tirava de uma situação de ignorância e lhe dava conhecimento, propiciando uma melhor autoestima e capacidade de argumentação (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 36). Enfim, o MAPE descobre que a melhor forma de defender o catolicismo é capacitar os católicos para o debate, dessa forma, os católicos deixavam de ser ovelhas a serem

desgarradas pelos protestantes e passavam a ser cães pastores, protegendo a si e à população rural da influência dos protestantes ou outras agremiações religiosas.

Teixeira (2020, p. 72- 73) elabora verdadeiro inventário de características do trabalho realizado pelo MAPE: consideração do modo de vida camponês para fins de evangelização; estruturação dos primeiros grupos de camponeses no entorno das capelas rurais; incentivo da leitura da Bíblia e de sua exegese pelos camponeses; incentivo e autorização do uso da palavra por leigos de baixa ou nenhuma escolaridade para fins de propagação dos dogmas religiosos católicos; incentivo à “andança” dos leigos por outras comunidades e municípios para fins de promover o Evangelho à moda católica; a formação dos leigos para o uso de técnicas retóricas para fins de vencer debates religiosos (nunca debater em particular, mas sempre com público; ter paciência e deixar que o outro se altere e fique nervoso; usar os erros ou confusões cometidos pelo adversário no debate para desqualificar todo o seu discurso; etc.); a inserção do leigo, sobretudo camponês, à formação por meio de cursos e aulas; a publicação e divulgação de livros e folhetos em linguagem acessível ao público leigo e, por fim, a utilização da linguagem camponesa para fins religiosos.

As atividades do MAPE e seus “Pioneiros do Evangelho” vão se tornando conhecidas para além dos municípios de Carangola, Manhumirim e comunidades de seu entorno, chegando ao centro regional de Caratinga, bem como ao município de Dom Cavati, essas duas cidades já na região Leste do Estado de Minas Gerais, e extrapola os limites do Estado, estendendo sua abrangência a municípios do Espírito Santo.

Entre 1962 e 1965, o MAPE passa a organizar as Semanas Bíblicas, evento que trouxe mais notoriedade para o movimento.

No período que uma comunidade se preparava para a Semana Bíblica a notícia se espalhava. Convidavam-se todas as pessoas, inclusive aos protestantes, que, muitas vezes, até compareciam em peso, como aconteceu certa vez em Dom Cavati, em que compareceram vinte católicos e sessenta protestantes num encontro tumultuado pelos ânimos exaltados, ou como em Novo Horizonte, em Inhapim, em que compareceram 38 protestantes e o evento reuniu inúmeras pessoas, que foram ao local curiosas para “assistir à disputa” e para “ver quem ganhava” (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 45).

Embora com grande penetração regional, segundo os autores (2011, p. 46), o MAPE passou a ser alvo de críticas por volta de 1965, uma vez que os “combates” com os protestantes já não atraíam tanto a atenção da população e os ventos do ecumenismo e da tolerância à liberdade de culto já se faziam sentir em razão das discussões travadas no próprio seio da Igreja Católica, no Concílio do Vaticano II. Aliado a isso, havia, ainda, o fato de o

país haver ingressado no período da ditadura militar e o MAPE não tomar posições políticas diante da realidade, afinal “era um movimento que buscava combater o protestantismo, usando a Bíblia não como forma de libertação, mas para fortalecer a fé católica, sem renovação” (Alípio Jacinto da Costa, entrevistado em 3/12/2011). Enfim, um movimento meramente destinado a reforçar os dogmas católicos, sem qualquer preocupação social.

Segundo contou Alípio Jacinto da Costa, em 1965 ele foi indicado pelo padre Geraldo, fundador e idealizador do MAPE, a fazer, como bolsista, um curso de formação de comunidades na Universidade Católica do Chile. Informou Alípio que o bispo Dom José Eugênio Corrêa pediu ao padre Geraldo que indicasse um leigo para fazer o curso e, diante de sua história como “Pioneiro do Evangelho” e irmão leigo sacramentino, ele foi o escolhido, aceitando a indicação, sendo lá que travou contato com a ideia de ecumenismo, de não mais combater, mas conviver e respeitar a religiosidade do outro, tudo conforme propunha o Concílio do Vaticano II, logo, uma postura que não se coadunava com aquela do MAPE.

Após seu retorno do Chile, Alípio voltou embebido das concepções engendradas no Concílio Vaticano II, nas próprias palavras do entrevistado: maior participação dos leigos na divulgação da fé e nas obras da Igreja, promoção de uma “conversão social”, busca de aproximação do clero em relação ao povo. O irmão sacramentino Alípio Jacinto da Costa, em seus escritos particulares, assim relata a retomada de suas atividades após esse retorno.

Começamos por refletir que argumentos bíblicos eram muito bons. O que não podemos é parar aí. Através da conversão descobrimos que o grande argumento é testemunhar a nossa fé. Buscar vida nova de conversão diária dentro de nossas famílias e na vida comunitária. Nesse tempo não estava claro para nós a questão social (COSTA, 2009, p. 23).

Tratava-se de um passo novo para a estrutura do MAPE: não apenas dar formação bíblica para que os católicos suportassem as investidas dos protestantes e os enfrentassem, mas organizar grupos comunitários que iriam refletir sobre os textos bíblicos a partir de sua realidade local e cotidiana, buscando uma implementação prática das Escrituras.

A novidade, ao que consta em Gomes e Andrade (2011, p. 50) ao citar entrevistas de Alípio e João Resende – outro irmão leigo sacramentino que também era um pioneiro do Evangelho e fundador do MOBON –, não foi tão bem digerida pelo padre Geraldo, fundador do MAPE. Segundo Alípio, “o padre Geraldo, mesmo após o Concílio, ouviu nossas palestras, aceitava, às vezes elogiava, só nunca conseguiu entrar por dentro de uma mudança profunda”. João Resende, entrevistado pelo mesmo autor, em 1986, reforça tal análise:

Houve um fato curioso que eu acho importante nesse trabalho é que na hora que o trabalho começa a partir para esse tipo de coisa – formação de comunidades – o padre que iniciou a experiência não acompanhou bem (referência a Pe. Geraldo). Achou de fato que aquele sistema de querer ‘imunizar’ o católico era importante, né! Nós continuamos juntos até 1974, mas assim: ele mais com a parte ministerial e nós mais com a parte de comunidade. A gente notou que houve assim, não foi um racha, mas houve uma separação amigável, e aí eu senti um pouco como Paulo e Felipe (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 50).

Sobre esse momento de transição, Alípio disse em entrevista ao autor dessa tese:

Um diácono lá no Chile falou que comigo que o trabalho do MAPE não tinha nada de comunidade. Eu acho que era o início, porque o MAPE colocou a Bíblia na mão do povo e com conhecimento para falar sobre o que estava escrito nela. Isso, para mim, é um grande passo, por mais que tivesse, ainda, que andar. (Alípio Jacinto da Costa, em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2011).

Percebe-se, pois, que o MAPE, após a volta de Alípio do Chile, começa a sofrer modificações em suas atividades. O Concílio Vaticano II permite e encoraja os leigos a tomarem frente das ações pastorais. Alípio e João Resende sabem disso e consideram importante essa nova forma de trabalho, ainda que isso implique rompimento gradual com o padre Geraldo, fundador do movimento. A estrutura apologética do MAPE, bem como sua própria história dentro de uma congregação bastante dogmática, não se harmonizava com as emanções do pós-conciliares. Em 1979, outro religioso leigo, João Resende, acima mencionado, veio se juntar a Alípio nos trabalhos do MAPE. Sobre ele diz Alípio,

O João trouxe aprofundamento para o nosso movimento de evangelização e uma metodologia prática, falando sempre em parábolas, suas comparações tiradas da vida. O João já pegou o bonde andando, tinha onde pegar. Ele nos ajudou muito criando o tema O EVANGELHO NA VIDA. A partir daí nossos trabalhos cresceram e ganhamos a confiança de mais gente. Embora que a desconfiança sobre o nosso trabalho aconteceu em 1967, quando começamos. Dom Corrêa sempre confiou e nos deu apoio, mas devido os comentários suspeitos, ele encarregou Pe. Levy que desse uma olhada em nossos trabalhos. O Pe. Levy participou de cursos realizados no seminário diocesano, gostou e nos deu apoio. O Pe. Othon teve dúvidas, entrou no salão e protestou contra nossa afirmação de que sacramento é sem valor se não houver conversão. Como resposta, citei uma fonte do Concílio do Vaticano II e ele, humildemente, voltou no salão, pediu desculpas e reafirmou que nossa orientação estava certa (COSTA, 2009, p. 27).

Observa-se, na passagem em comento, que a nova forma de trabalhar adotada por Alípio e João Resende trazia conflitos, que “a fé renovada”, conforme disse Alípio em entrevista, não era bem aceita por muitos católicos, fossem leigos, fossem padres. A própria Congregação dos Padres Sacramentinos, bem como o fundador do MAPE, padre Geraldo, não conseguia mais ter um controle absoluto da ação dos seus agentes mediadores, no caso, os irmãos sacramentinos Alípio e João Resende. Esse fato, embora pareça estranho pela ótica da Igreja Católica, notadamente da Congregação dos Missionários Sacramentinos, é de previsível ocorrência nas ações de mediação, afinal,

[...]o entendimento do papel dos agentes de desenvolvimento não pode ser reduzido àquelas vinculações institucionais. As instituições que os acolhem não podem ser pensadas por intenções autônomas que se impõem. Seu papel incorpora contribuições resultantes da socialização profissional para o exercício da mediação política e cultural. Eles fazem intervir um conjunto outro de instituições e referências, recursos que asseguram suporte e legitimidade às suas práticas (NEVES, 2008, p. 37).

Alípio e João Resende trazem a própria vivência para a ação pastoral inaugurada pelos padres sacramentinos através do MAPE. Por mais hierárquica e pouco flexível que se pretenda uma agência mediadora – e a Igreja Católica é, sem dúvida, uma instituição fortemente hierárquica e dogmática –, não há como afastar do processo de mediação as características pessoais dos agentes mediadores, tais como experiências, conhecimentos técnicos próprios, concepções pessoais acerca da realidade circundante, que o agente mediador, enquanto sujeito, traz consigo. Esse aspecto, aliás, é apenas uma das variáveis que incide nos processos de mediação, afinal, conforme visto no primeiro capítulo, é certo que, no desenrolar dos processos de mediação, os próprios mediados exerçam influências na ação dos mediadores. Por isso, o desenrolar e os resultados da mediação são sempre imprevisíveis e não conhecidos à priori (NEVES, 2008, p. 38).

A ideia, agora, não era mais combater a expansão do protestantismo, mas sim promover a criação de comunidades que se envolvessem e se fortalecessem, de forma perene, em torno do Evangelho, além de promover o que Alípio chamava, embora não soubesse direito o que seria, de “conversão social”.

Assim, os religiosos Alípio e João Resende começaram a trabalhar juntos, ainda dentro a estrutura do MAPE. Entretanto, como seus cursos e forma de evangelizar eram diferentes, o próprio povo, conforme informa João Resende, começou a chamá-los de Boa Nova. Nome que foi adotado pelo movimento (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 54). Esse trabalho foi se consolidando durante cerca de dez anos e, em 1977, o MOBON nasceu enquanto pessoa

jurídica, completamente autônomo em relação ao MAPE, mas vinculado e subordinado à Igreja, conforme é possível perceber da simples leitura do artigo 1 de seu estatuto.

3.4 O encontro do padre Gwenael com o MOBON e a atuação deste na Mata de Muriaé

As cidades de Muriaé, centro regional da região pesquisada, e Dom Cavati distam cerca de 225Km, sendo ligadas pela BR-116, encontrando-se as duas cidades em regiões distintas. A primeira, na Zona da Mata mineira; e a outra, na Região do Vale do Rio Doce de Minas Gerais. Importante observar que embora seja um microcentro regional, as influências culturais e econômicas de Muriaé não chegaram ao pequeno município de Dom Cavati, uma vez que este está localizado entre três centros regionais mineiros: Caratinga, Ipatinga e Governador Valadares. Além desse afastamento cultural e geográfico, a paróquia de Dom Cavati pertence à diocese de Caratinga, ao passo que a de Muriaé encontra-se na circunscrição da diocese de Leopoldina.

A despeito disso, o MOBON superou as distâncias e as circunscrições diocesanas e veio formar lideranças e comunidades eclesiais de base na microrregião de Muriaé. A vinda do então MOBON para a região, conforme já mencionado, deveu-se à iniciativa do padre Gwenael Kerandel, da paróquia de Eugenópolis, pequeno município localizado a 26km de Muriaé. Conforme visto (item 2.1), as dificuldades enfrentadas pelo padre Gwenael em Eugenópolis eram grandes, tanto que em seu trabalho monográfico, afirma que seu encontro com o MOBON, em 1969, foi um encontro providencial (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 25).

Numa reunião de sacerdotes em Caratinga, padre Gwenael ouviu falar de um irmão sacramentino (Alípio) que fazia um trabalho com os camponeses. Diante disso, foi a um desses cursos ministrados pelo já então MOBON.

Una llegada inesperada durante uno de estos cursos permitió darse cuenta de que se trataba de algo diferente: unos 30 campesinos, gente humilde todos, estaban reunidos, habían dejado sus trabajos por 6 días y em un clima de alegría y confianza discutían animadamente y francamente sobre problemas de Evangelización (impresionaban las críticas a los sacerdotes y pastores). El tema del curso era: ‘La Buena Nueva del Evangelio’: buenanueva que es llegada del Reino, Reino de Liberación y de Esperanza[...].

Este equipo actuaba exclusivamente en el campo de la pastoral rural y se percibia claramente que conocía la mentalidad y el lenguaje campesinos: creia en el pueblo. Estaba em la línea del Vaticano II y de Medellin.

[...]

Por eso fue inmediatamente establecido um plan de trabajo para iniciar uma pastoral rural en la parroquia de Eugenópolis (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 25-26).

Impressionado e confiante no trabalho desempenhado pelo MOBON, padre Gwenael solicitou que os dois líderes leigos do movimento, Alípio e João Resende, ministrassem seus cursos também na paróquia de Eugenópolis. Nenhum desses pôde, pessoalmente, iniciar a atividade, mas designaram outros leigos do MAPE para fazê-lo.

El día 15 de agosto de 1969 llegan a Eugenópolis los 10 líderes que un sacerdote fue buscar em Caratinga. Ya estaban distribuídos en grupos de 2. Antes de salir para sus respectivas comunidades se les explico, a todos, la situación y los principales problemas de los lugares adonde iban a trabajar (algunos manifestaban su preferencia para tal o cual lugar). Luego, llevados por un representante de cada comunidad se fueron para iniciar los 5 primeros cursos (3 días Después cambiarían de lugar). Así, en esta tarde de fiesta de la Assunción de Maria se inició em Eugenópolis la formacion de las primeras comunidades de base (KERANDEL; DEL CANTO, 1977: 27-28 – grifos nossos).

Esse trabalho, iniciado pelo padre Gwenael em parceria com o MOBON junto aos povoados rurais de Eugenópolis, se deu concomitantemente com o município vizinho de Vieiras e suas comunidades rurais, então pertencentes à paróquia de Eugenópolis. Segundo o entrevistado José Tote, liderança comunitária de Miradouro, em menos de um ano, esse trabalho já se estendia a povoados rurais e distritos de Muriaé – como Córrego dos Carneiros, Pontão, Belizário, Rosário da Limeira (então distrito de Muriaé) – e Miradouro – Monte Alverne, Varginha, Serrania, Córrego dos Gomes dentre outros. Posteriormente, sua influência atingiu outros municípios da região: São Francisco do Glória, Carangola, Ervália, Pedra Dourada, Tombos, Alvorada, e outros tantos, sempre obtendo mais legitimidade junto às comunidades rurais.

Mais significativo do que ordenar e catalogar os passos dos coordenadores do MOBON pela região é compreender o porquê da aceitação de seus trabalhos e sua tão rápida proliferação irradiada a partir de Eugenópolis para povoados rurais de outros municípios da Mata de Muriaé. Esse sucesso se deve ao tipo de linguagem adotada pelos missionários e pelo seu método de trabalho.

3.5 Linguagem popular e diálogo

A aproximação da linguagem dos missionários à articulada pelos camponeses foi fator fundamental para o sucesso experimentado pelos trabalhos implementados pelo MOBON na região.

O nosso trabalho usa muito de comparações, tanto é que quem olha o livro não vê tudo. O livro é meio, só aquela coisa seca. Agora ali, na hora do treinamento, a gente já vai criando as comparações e eles mesmo vão dando forma, vão, assim, criando e recriando, aumentando a comparação. Naquele mundo ali é a pedagogia da comparação; isso não tem no livrinho porque isso é criação. Começa a partir do treinamento e eles vão criando outras coisas, muito mais curiosas, que a gente nem sabe.

[...] Esses dias um cara comparou comunidade com rama de abóbora: ‘Despertar a comunidade é como plantar uma semente de abóbora. Você coloca a semente e joga a terra por cima, ninguém vê mais nada. Aí, devagarinho, surge um broto pequeno, uma abóbora começa a nascer. E depois que a abóbora nasce, para ela viver tem que se lançar no chão; então tem os cachinhos da abóbora, aquelas espécies de raizinhas que vão se agarrando no chão e no se engarranchar têm força para ir pra frente. Então dá a folha de abóbora, na frente dá uma flor de abóbora’ – e aí é que entra o jeitinho do sujeito da roça, que sabe muito bem que a flor grande de abóbora não dá nada, e a flor pequena é que produz abóbora; daí vai caracterizando toda uma comparação, que diz o seguinte: não é o que fala muito que produz, mas a palavrinha certa, certa, isto é que dá abóbora. [...]

Então eu acho que a riqueza está mais nessa simbologia. O pessoal não sabe fazer palestra grande, mas tem o recurso da natureza; pra eles a natureza é muito importante. [...]

E na conversa vão surgindo outra ideia se é aí que a coisa vai crescendo. Eu acho muito forte esse trabalho da Boa Nova – é mais uma pedagogia de levar o pessoal abrir a boca. Vai criando uma consciência crítica e ele vai abrindo a boca e se comprometendo. E são importantes então aqueles pequenos debates no plenário, porque quem fala, quem debate, já é qualquer coisa importante, né? A pessoa se sente gente, se sente mais capaz. E aí vai criando outras coisas, vai partindo pra outras organizações mais concretas (GOMES; ANDRADE, 2011, p. 61-63).

A busca por atingir uma linguagem realmente popular, que possa ser articulada e mesmo desenvolvida pelo homem do campo com segurança e conforto sempre foi uma das preocupações do MOBON. Sobre esse aspecto, é esclarecedor um pequeno texto de autoria do irmão sacramentino João Resende.

A linguagem popular, ao fazer uso de símbolos e comparações, leva muito a sério a cultura popular. Sendo a cultura o ‘sotaque da alma’, desta forma de linguagem

atinge o coração das pessoas. O que atinge o coração tem uma força educativa, tem o poder de transformação. O que atinge apenas a cabeça fica no mundo do discurso, cirando a elite dos ‘entendidos’ que não atinge a massa popular. É o ‘cavalo desligado da carreta’.

O protagonista da linguagem popular é o próprio povo. A missão do educador popular é descobrir, na cultura do povo, os símbolos e comparações que melhor ajudam a entender e analisar a realidade. Dessa maneira, aos poucos, as pessoas vão se sentindo à vontade para participar. Vão se envolvendo, questionando e questionando-se. Vão se libertando dos chavões e ideias pré-fabricadas, deixando de ser passivas, fatalistas, individualistas, passando a fazer a sua história, abrindo-se a valores solidários. Aí vai acontecendo a formação popular (RESENDE, 1997, p. 35).

A acessibilidade da linguagem utilizada pelo MOBOM pode ser comprovada pelo depoimento do padre Gwenael em entrevista concedida a Fabrício Roberto de Oliveira.

Uma vez o Alípio me falou para celebrar uma missa, acho que no Caparaó, e falaram com ele: ‘não entendemos nada’. E eles entendiam o pessoal (referência ao MOBON), o João falava em comparações e eles entendiam de tudo (COSTA, 2011).

A distância entre a Igreja e a população rural local – personificada na figura do padre Gwenael, reforçada pelo uso da batina preta, pelo duro sotaque francês num português praticamente inteligível, além de enormes diferenças culturais – é relativizada pela presença dos missionários do MOBON: pessoas comuns, como os próprios ouvintes, que falavam uma linguagem acessível e afinada com a realidade vivenciada pela população rural. É ainda legítimo supor que o padre Gwenael, ao tentar usar uma linguagem simples e fazer perguntas fáceis a seus fieis (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 9), dispensasse a eles um tratamento infantil – ou que pelo menos fosse assim interpretado pelos camponeses de sua paróquia –, uma vez que não dominava os códigos linguísticos e valores socioculturais locais¹¹. O MOBON – formado por coordenadores que eram irmãos missionários com formação em teologia, porém da região e de origem rural (quais sejam: Alípio e João Resende), e por leigos sem formação teológica, em sua maioria do meio rural, com pouca escolaridade, mas bem treinados a falar sobre religião – certamente não cometeria esse possível equívoco.

Em suas memórias, escreve Alípio sobre o primeiro curso dado em Eugénópolis pelo MOBON:

¹¹ É bom lembrar que seu trabalho monográfico (KERANDEL; DEL CANTO, 1977) exaustivamente citado aqui foi confeccionado após mais dez anos de suas atividades na região, certamente esse tempo permitiu que padre Gwenael refletisse e resignificasse sua experiência na região.

No curso de Boa Nova, fomos criando perguntas provocantes, maldosas, como eles diziam. Estas perguntas propunham questões que levavam a uma tomada de consciência de que era preciso que houvesse mudanças. Incentivamos o debate, ‘brigas’ no bom sentido. Quando a gente briga por uma ideia é sinal de interesse. [...]

Procuramos promover o DIÁLOGO no curso de Boa Nova. Para isso fazíamos perguntas que se dissesse SIM não dava certo, se dissesse NÃO também não dava certo e aí o grupo discutia, cada um defendendo seu ponto de vista. Era um debate longo. Nada de pressa. Em um desses cursos realizados em Caratinga, o plenário só terminou a uma hora da manhã. Nunca se cortava a palavra de quem quisesse falar. Um exemplo de uma pergunta muito simples: você é católico? A resposta era na hora, SIM. Mas vinha o POR QUÊ? As respostas poderiam ser, por que fui batizado na Igreja Católica ou porque meus pais são católicos etc. Mas quem respondia já sentia o problema que estas respostas não satisfaziam. Era preciso encontrar uma motivação que convencesse, como: por que procura fazer o bem, etc... Esses debates nos cursos foram parar nas comunidades criando, assim, um povo católico mais consciente de suas responsabilidades. Na Igreja não basta ser assistente, ouvinte. Era preciso participar. Quem participa do Movimento da Boa Nova é conhecido em qualquer lugar: é gente que participa, inquietos, querem sempre melhorar (COSTA, 2009, p. 53, grifo nosso).

Esse modo de trabalhar era realmente novo na região e, de fato, os padres de então não estavam dispostos a assumir tal postura. Alípio relata as inferências de um padre de Carangola ao assistir um dos cursos do MOBON.

O padre observando o andamento das palestras me disse que se admirava de minha paciência em ouvir tantas conversas, pra ele inúteis e dispensáveis. Ele achava que eu devia cortar estas conversas. Disse ao padre [...] que estas ‘bobagens’ eram, talvez, mais importantes do que minha palestra. Levar um grupo a interessar por religião, falar espontaneamente é uma vitória. Não resolve despejar verdades profundas sobre quem não as escutam. O diálogo leva ao interesse. O interesse leva à participação (COSTA, 2009, p. 26).

Padre Gwenaël (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 39), em consonância com Alípio, afirma que o mais importante nos cursos não eram os temas, mas sim a reflexão e o debate que proporcionavam e as conclusões a que os próprios participantes chegavam, sendo fundamental que todos participassem dos diálogos. Mais importante do que aquilo que se falava era o simples ato de falar.

Así poco a poco el campesino aprende a trabajar en equipo, a dominarse, a escuchar, a no imponer su punto de vista, a solidarizar se y a responsabilizar se com

la respuesta de su equipo. Descubre que hay de respetar la opinión ajena y que, muchas veces, los mal-entendidos vienen del sentido diferente que se da a las mismas palabras. Aprende a no ser demasiado categórico em sus afirmaciones sino a matizar las. Enfin lliga a convencerse que un intercambio de ideas puede ser constructivo y a ayudar a descubrir juntos la verdad (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 39).

Diálogo. Essa palavra, talvez, seja a que mais representa o trabalho do MOBON junto aos camponeses da Zona da Mata mineira. O isolamento e precárias condições de vida dos camponeses locais tornaram-nos resistentes às discussões e debates. Conforme relato de Alípio citado acima, as perguntas propostas pelo MOBON em seus cursos – ao contrário daquelas feitas pelo padre Gwenael no início de sua ação pastoral em Eugenópolis – eram tidas como “maldosas”, à medida que era perigoso tentar respondê-las. Um espartano “sim” ou “não” não esgotaria a temática, mas levaria, fatalmente, a uma exposição mais pormenorizada, a uma discussão sobre o tema, ao diálogo. O participante do curso teria que se abrir perante toda a assembleia, se fazer conhecer por todos os demais, quebrando o ensimesmamento, se não confortável, pelo menos aparentemente seguro no qual se encontrava.

Por isso, as metáforas e figurações, bem como a linguagem imagética com símbolos rurais eram tão importantes. Fosse outra a linguagem dos dirigentes do curso, a vergonha e a cautela do arisco camponês da Zona da Mata – chamado por muitos na região de jacu, devido aos hábitos reclusos, noturnos e solitário dessa ave de difícil caçada, tão comum na região – impediram-no de se iniciar na prática dialogal. Ensinar a dialogar, com o recurso linguístico que se tinha, sem fazer vibrar as cordas do receio ou vergonha do camponês, era o mais importante.

Por isso, também, a necessidade de paciência dos dirigentes dos cursos, de deixar que quem falasse, falasse à vontade, sem que jamais lhe “cortasse” a palavra. Uma interrupção poderia ser considerada uma falta de consideração, poderia envergonhar o camponês, o que, muito provavelmente, o faria abandonar os cursos ou, pelo menos, fazer com que voltasse a posição de inércia discursiva anterior. Ademais, falar diante dos grupos aumentava a autoconfiança e autoestima dos participantes, bem como servia de incentivo para que outras pessoas entrassem na discussão ao verem que as opiniões de quem falava eram ouvidas por todos e debatidas com interesse e respeito.

Percebe-se, ainda, que os cursos e palestras do MOBON funcionavam como uma estufa ou viveiro de sociabilidades, afinal, pouco a pouco, independente do tema abordado no curso, o camponês aprendia não só a falar, mas a ouvir, a respeitar as falas de outrem ainda

que delas discordasse, a trabalhar em grupo e aceitar, respeitar e responsabilizar-se por uma decisão coletiva, ainda que sua opinião fosse minoritária entre os demais membros da equipe de trabalho.

O diálogo, a conversa, conforme é possível verificar na obra de Comerfor (2003, p. 23) sobre a região, é quase sempre um momento de tensão e disputa (agonística) para a população rural. Falar é quase sempre comprometer-se: corre-se o risco de se indispor com alguém. Questionar uma situação pode ser interpretado como desrespeito ou desconsideração, o que pode romper laços de sociabilidade já constituídos ou, então, gerar brigas mais ou menos sérias.

A sociabilidade cotidiana nessas localidades rurais e municípios é marcada por um caráter marcadamente agonístico. Essa natureza agonística das relações está presente, articulada de maneiras distintas e em diferentes níveis e graus, nas conversações e brincadeiras, no futebol e no bilhar; nos bailes e forrós, na política, e nas saudações cotidianas; nas relações de vizinhança, na comunidade religiosa, nos julgamentos de crimes de morte. Qualquer dessas situações envolve em algum momento e em algum grau, a possibilidade de *provocar* e ser *provocado*, em tom sério ou lúdico. *Provocação*, na sua acepção nativa e no seu sentido forte, tende a se referir àqueles atos vistos negativamente que faltam com o respeito: desafiam, insultam, e ofendem, incitando fortemente uma resposta séria em defesa da respeitabilidade da pessoa/família, distinguindo-se da *brincadeira*, uma *provocação* não-séria, uma falsa falta de *respeito*, que pede fortemente uma resposta igualmente não séria.

[...]

Não só de provocações, sérias e lúdicas, se faz o cotidiano dessas comunidades. Na verdade, apesar da impressão que essa análise pode estar gerando, boa parte das interações são perpassadas por uma atitude de *consideração* mútua, de atenção e interesse, de uma civilidade um pouco formal – mas talvez essa relativa ‘formalidade’ seja justamente o reverso da moeda. De uma possibilidade permanente de iniciar inadvertidamente uma sequência do tipo provocação-resposta (COMERFORD, 2003, p. 86-87).

O trabalho do MOBON propõe uma mudança nesse aspecto: a conversa, as discussões em busca de soluções passam a ter uma nova importância junto à população local. O depoimento de um antigo coordenador da CEB da comunidade do Alegre, Miradouro, agricultor familiar aposentado, 77 anos, ex-liderança comunitária, é bastante esclarecedor.

Olha, eu entrei no movimento da comunidade em 1978, 77, mas eu demorei um pouco a chegar, já tinha comunidade quando eu fui... Porque eu era meio índio, né? (risos). [...]. Às vezes, quando aparecia um líder na igreja, ele tomava o nome de padre, eu tomei nome de padre [risos], eu ainda falava que tinha de agradecer muito

a Deus, porque eu não mereço esse nome, não, mas eu agradeço a Deus por me chamarem desse nome porque agora eu acho que vocês estão lidando com um cristão, porque antes estava lidando com pagão: eu só andava bem armado, tomava umas boas, não tinha muito juízo também, nada. Tudo eu pensava que tinha de resolver de supetão, de qualquer jeito... Que que é o diálogo, né? Saber falar e, também, principal, saber escutar, entender o lado do outro, pensar direitinho no que disseram... Saber falar também é importante: se você fala mal, não vão entender sua... entendeu? (Geraldo Pires Amorim, entrevistado pelo autor do trabalho em março de 2022).

Os relatos de Tereza Gomes — ex-dirigente de CEB, ex-presidente do STTR de Miradouro, ex-vereadora pelo PT e secretária de educação no referido município— sobre a metodologia de trabalho pelas quais as lideranças passavam são, também, fundamentais para entender o processo de formação das CEBs na região.

E tinha umas metodologias na CEBs, tudo aquilo muito louco, mas tudo ajudou [risos]... O pessoal da pastoral [risos]... na época, você sabe, não tinha noção de higiene, não tinha essa questão de valores que foram construídos de vizinhança... Então, na CEB's, quando você cometia uma ofensa a uma pessoa que era também da CEB's, aquele problema era discutido em comum, o sujeito virava e falava, “ó, Fernando, você fez isso e isso e não pode fazer isso!” Digamos que você mentiu, você tinha um boi doente e vendeu o boi sabendo que ele estava doente. Aquilo era tratado assim, ó, abertamente, com todo mundo presente [risos]. Chamava reunião de revisão. É assim que chamava. Uma lavação de roupa suja. Mas isso era com todo mundo, sentava todo mundo numa roda, assim, e discutia os problemas. Essa metodologia da CEB's, ela ajudou de mais, porque, por exemplo, quando a gente foi para o instituto sindical nós fomos com esse ensinamento: “então você errou, senta aqui que você vai escutar, se desculpar de seus erros e vai retomar”. Isso para nós foi fundamental, para as primeiras lideranças, aqui, porque a gente tinha essa liberdade de poder falar com o outro e o outro poder falar com a gente: ninguém podia apelar, esse era o critério, ninguém podia apelar. E falava qualquer coisa, desde questões morais até locais... Saía de tudo, ali, você nem imagina [risos]. Isso foi aprendido na CEB's, a gente discute o que for sem cerimônia. A gente aprendeu disciplina, também, um fala o outro escuta. Minha maior dificuldade de relacionar com outras categorias é isso. É... quando você vai fazer uma reunião de professores ou alunos, todo mundo fala ao mesmo tempo, é uma bagunça. Na CEBs, não: um fala, outro escuta. Quer falar, levanta a mão, aí tem o coordenador que vai dar a palavra quando o outro terminar. Você pode falar o que você quiser, vai ser escutado, mas tem que escutar também. Isso vale para todo mundo, todo mundo fala o que quer, mas todo mundo escuta tudo que o outro tem para falar. Isso até hoje tem muito nas reuniões, muita disciplina, aquele respeito com a fala do outro, o que o outro pensa, o que ele

está falando (Tereza Gomes em entrevista concedida ao autor do trabalho em junho de 2022).

Esses dois depoimentos são extremamente significativos e dizem muito sobre os resultados dos trabalhos iniciados na região pelo MOBON e padre Gwenael.

No primeiro deles, a liderança comunitária se intitulava, antes de participar das CEBs e fazer os cursos do MOBON, como um “índio”, o que, no linguajar local, politicamente incorreto, faz referência a pessoas que não sabem conviver com as outras ou conversar amistosamente. Para se fazer respeitar e se firmar socialmente esforçava-se para ter e manter a fama de pessoa brava: andava sempre armado, semblante fechado, de poucas palavras e resolvendo seus assuntos “de supetão”, ou seja, de forma resoluta e autoritária, talvez truculenta se necessário. A vivência em comunidade, porém, promoveu uma guinada no seu modo de se relacionar com outras pessoas: o senhor Geraldo descobre o diálogo ou, pelo menos, passa a não temê-lo. Aprende a ouvir e a ponderar sobre a fala alheia e, também, como falar com os outros: antes, um índio ou pagão, agora diz que é chamado, por vezes, de padre, ou seja, alguém que sabe conversar e respeitar as pessoas e suas opiniões, sabendo resolver as questões pacificamente, sem temer ou sentir a necessidade de impor temor ao interlocutor, agindo em consonância com aquilo que, em suas concepções, o deus cristão espera de um homem.

Já no segundo depoimento, é possível perceber o processo de capacitação dos camponeses para o diálogo: as lideranças eram postas em confronto nas reuniões de revisão. Nessas reuniões, os participantes apontavam aquilo que reputavam erros e falhas nos demais participantes que depusessem contra o comportamento ideal esperado de uma liderança de comunidade: vícios, desonestidades, maus hábitos, deslealdades, vocabulário inadequado e até mesmo questões ligadas à higiene pessoal. As lideranças aprendiam, assim, a suportar críticas pacificamente ainda que essas fossem lançadas em público. Treinava-se, ainda, a capacidade de falar sobre as características consideradas negativas do outro com quem dialogava, os chamados defeitos alheios, de forma mais ou menos direta, sem, contudo, ser agressivo com seu interlocutor e sem temê-lo ou, pelo menos, tendo certa previsibilidade de sua reação. Enfim, a “discutir o que for, sem cerimônia”. Mas não é só: os camponeses aprendem nos cursos do MOBON a organizar reuniões, bem como a importância dessa organização; a pedir a palavra para falar e a respeitar a ordem das falas estabelecidas pela coordenação da reunião; a criar regras para o debate, fundamentando-as e as respeitando. Há, sem dúvida, um enorme progresso: as ideias básicas de liberdade de expressão e opinião são incorporadas, ainda que

lentamente, como valores positivos, bem como a crença de que é possível conversar, ainda que sobre temas espinhosos e delicados, em busca de compreensão e solução.

Outro aspecto interessante do depoimento da entrevistada Tereza é o fato de ela relatar a sua suposta dificuldade de se relacionar com outras categorias em decorrência de sua vivência nos cursos do MOBON e participação e atuação nas CEBs: “quando você vai fazer uma reunião de professores ou alunos, todo mundo fala ao mesmo tempo, é uma bagunça. Na CEBs, não: um fala, outro escuta”. Tereza, que é de origem rural, porém hoje residente na sede município, licenciada em Filosofia e advogada, já tendo sido eleita vereadora e ocupado o cargo de secretária de educação em Miradouro, ressalta que as noções de respeito às normas de uma assembleia são muito mais observadas pelo “pessoal da roça” do que por aqueles que vivem na cidade. Ressaltou ainda em sua entrevista que a noção de direito, política e cidadania da população rural hoje, em decorrência da ação das CEBs, é muito mais desenvolvida e levada a sério do que pelas pessoas oriundas do perímetro urbano do município.

As reuniões de revisão e trabalhos de comunidade são relacionadas pela população rural não só ao desenvolvimento da capacidade dialógica ou à capacidade de organizar reuniões e discutir problemas, mas também à conversão e ao “testemunho de vida”. É o que se depreende de forma bastante clara do depoimento de uma ex-liderança sindical e comunitária do distrito de Alegre, Miradouro, 74 anos, viúvo, agricultor familiar aposentado, ex-dirigente sindical de Miradouro e ex-presidente da associação de agricultores familiares do município.

E fazia, lá, a revisão. Se você tinha alguma coisinha comigo, você tinha que pegar e falar aquilo no meio de todo mundo. Todo mundo ia escutar. E isso dava mais união para o grupo? Claro que dava. O sujeito achava que ele podia fazer isso publicamente que não tinha problema, mas tinha problema que atingia as comunidades, então você era obrigado a contar. Todo mundo ia saber qual o defeito que você tem. Isso era difícil: você falar do outro para depois o outro falar de você, também. Isso eles faziam direito... Muito tempo... Você era obrigado a falar do meu defeito, quando chegava a minha vez, eu ia falar do seu, “ó, o Fernando ele tem esse hábito, e coisa e tal”. Era um negócio de, às vezes, arrebrantar... Mas tinha que falar por que ninguém é perfeito, né? Mas a gente, com os defeitos da gente, tem que saber o que está fazendo de errado. Para tentar mudar, ter a chance, e dar testemunho de vida: como eu vou poder criticar uma coisa se eu não dou um pingão de exemplo? [...]. Mas aquilo era bom demais da conta. Até os padres de Eugenópolis, no princípio, confessava nós na tal confissão comunitária, então o padre rodava assim, ó, um por um, e você tinha que contar mesmo. É verdade, o trem era feio, bobo! Mas isso acontecia com as lideranças, na comunidade a gente não fazia isso

não. Mas isso era bom, porque você muda de hábito, porque às vezes você faz coisa que acha que tá certo e para o público está errado! É, uai, você tem que mudar, moço. Conversão não é mudar de vida, de atitude? É bom demais da conta (Geraldo Romualdo da Silva, entrevistado pelo autor do trabalho em janeiro de 2022, grifos nossos).

Pelo depoimento acima é possível perceber que as lideranças comunitárias acreditam que a técnica empregada pela pastoral do MOBON nas reuniões de revisão era positiva. O fazer e receber críticas, bem como ter noção de como seus atos e palavras percutiam na comunidade, dava a essas lideranças a noção de sua responsabilidade pela posição de referência que assumiam em suas localidades. Fazer críticas e apontar erros cometidos por outras lideranças e, principalmente, receber tais críticas e apontamentos vindos, em público, de outras pessoas podia ser doído ou desagradável, mas gerava cumplicidade e confiança entre as várias lideranças.

Por meio desse método, as lideranças desenvolveram a capacidade de suportar críticas, assumir erros. Por conseguinte, passavam a aceitar que as outras pessoas também eram passíveis de erros, logo desenvolviam, também, a habilidade de compreender erros ou falhas alheias e como abordar as pessoas diante de uma situação embaraçosa. A chave dessa possibilidade de convivência estava na ideia de que o erro não é o mais importante, o importante é a mudança de vida, a conversão. A conversão, segundo a liderança entrevistada, gerava uma mudança de comportamento, que propiciava o testemunho de vida à comunidade.

Para a compreensão desse processo, imprescindível é a análise perpetrada por Comerford.

Os cursos, mais do que apenas abrirem a possibilidade da fala pública, praticamente forçam os camponeses a falarem em público de uma forma pouco usual no cotidiano e, mais do que isso, a debaterem em público. Em termos da sociabilidade cotidiana, trata-se de uma operação cheia de riscos, pois as falas poderiam vir a ser interpretadas como ofensas, ou a dinâmica do diálogo poderia se tornar intensamente competitiva, acirrando os ânimos (e isso não deixa de acontecer, como lembram os participantes, referindo-se a episódios dos cursos). De certo modo, é isso que se quer, mas dentro de certos limites. O curso é um aprendizado de novas formas de autocontrole e de ‘descontrole controlado’. Isso modula de novas maneiras os padrões cotidianos de confrontação pública. Além disso, o curso cria uma sistemática de intercâmbio (turnos de fala nitidamente separados, busca de respostas a questões formuladas), valoriza o ‘matizar’ ao invés do tom categórico – tudo isso constituindo um primeiro passo para o ‘jogo de cintura’ que, visto com ambiguidade se empregado no cotidiano, é valorizado como uma das capacidades que devem ter não só o líder de comunidade, como o político e o dirigente sindical (2003, p. 182).

De fato, as reuniões de revisão com as lideranças, os cursos do MOBON e mesmo os trabalhos das CEBs tornaram-se competitivos e palco de disputas pessoais e até mesmo familiares. Entretanto, ao que parece, essas disputas sempre foram bem administradas e, pelo que se pode constatar, nunca gerou conflito grave ou insanável junto às lideranças. Numa entrevista, um líder comunitário de Muriaé, 77 anos, disse que seu genro, também líder comunitário em outro distrito, pontuou que ele, o entrevistado, usava uma “palavra feia” nos trabalhos de comunidade, isso numa dessas reuniões de revisão.

Eu tinha um hábito, um defeito, de falar uma palavra naquela época, que de vez em quando eu falo até hoje, é uma palavra suja, e o meu genro, que não é perfeito coisa nenhuma, igual eu mesmo, ele não gostava dessa pronúncia minha. Então na hora, lá, ele falou, com o padre Geraldo, que eu usava essa palavra no trabalho de igreja, uma palavra suja, e isso não é certo, ele falou lá. Mas eu que já tinha uns problemas dele, que já sabia... É meu filho!... Ele falou, mas agora eu sou obrigado a falar do dele. Quando chegou a minha vez, eu falei tudo o que eu sabia dele. Rapaz, Nossa Senhora! Era muito mais coisa que eu sabia dele do que ele sabia de mim. De mim era só aquela coisinha, mas eu sabia muita coisa dele. Ele ficou até vermelho, porque eu sabia não era pouca coisa, não. Tinha mulher na reunião que até ficou vermelha de vergonha. Você era obrigado a fazer... Tinha que falar, por que era o funcionamento da reunião. (M.P.G., em entrevista concedida ao autor do trabalho em maio de 2022).

Resta claro que as reuniões e debates nos trabalhos de comunidade poderiam configurar uma disputa por legitimidade e autoridade. Porém, esses conflitos eram, pelo menos entre os participantes, bem controlados, não descambando para rupturas mais sérias ou agressões.

Além da linguagem simples e do incentivo ao diálogo adotados pelo MOBON em sua nova forma de evangelizar, outro fator de extrema importância para a disseminação do trabalho foi o fato de os cursos formarem lideranças que os repetiriam em suas localidades, através da fundação de CEBs.

É possível, pois, afirmar que um dos primeiros atos da ação mediadora promovida pelo MOBON junto aos camponeses da Mata de Muriaé foi capacitá-los para o diálogo, afinal seria improvável que um grupo de leigos se reunisse para ler e debater textos bíblicos se prevalecesse entre eles o medo de falar: receio do ridículo ou de se indispor com alguém. Pelos relatos colhidos, conclui-se que as reuniões dos núcleos comunitários eram percebidas pela população rural como algo positivo e, por que não, prazeroso. Reunir-se, dialogar e debater certamente trazia alegria ao espírito do camponês local, vez que quebrava o seu isolamento e o fazia pertencer a um grupo, onde todos se consideravam e respeitavam. Nesse

ambiente, uma nova relação social engendrava-se e era, paulatinamente, preenchida de significados e valorizada por aqueles que participavam das comunidades eclesiais de base ou que, simplesmente, frequentavam as reuniões.

Importante perceber que o MOBON apresenta uma nova pedagogia aos camponeses: a do diálogo, que, se não substitui àquela detectada por Comerford (2003, p. 113), a do sofrimento, pelo menos oferece uma nova possibilidade de encarar a realidade. Essa pedagogia do diálogo se soma, a título de ferramental, àquelas características fomentadas no meio camponês pelo MAPE, movimento que deu gênese ao MOBOM, inventariadas por Teixeira (2020, p.72 -73), modificando-a, contudo, em alguns pontos. Enquanto o uso da palavra, a promoção da linguagem camponesa a meio legítimo de comunicação para fins religiosos e o próprio discurso religioso tinham, no MAPE, funções apologéticas a fim de consolidar o domínio católico na região, a pedagogia do diálogo permite que os capitais cultural e social, bem como o *habitus* incorporados pelos camponeses por meio da ação mediadora dos padres e leigos do MOBON na região possam, também, a partir da ideia de conversão social proposta pelo Concílio do Vaticano II, e por esses posta em prática na região, permitir a reflexão sobre formas de resolver problemas com vieses mais práticos e seculares na vida dos camponeses. Essa nova espécie de religiosidade que nascia no meio camponês local cumpria um papel que ia além da mera justificação e conformação às dores do mundo, com as provações que o cristão deveria suportar, mas como agente motivador para que o camponês se organizasse a fim de melhorar suas condições existenciais e da comunidade em que estava inserido. Uma religiosidade mais ativa, portanto. Para melhor entender esse processo, necessário se faz compreender a formação e funcionamento das CEBs na região.

CAPÍTULO 4: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA MATA DE MURIAÉ E EM MIRADOURO

No presente capítulo, buscou-se compreender como se deu a formação das comunidades eclesiais de base (CEBs) da Mata de Muriaé, bem como delinear suas principais características e formas de atuação. Também se procura catalogar modos de agir e técnicas dialógicas desenvolvidas pelos camponeses na região a partir da ação pastoral do MOBON que lhes habilitaram a se organizar para fins outros que não meramente religiosos.

4.1 Contexto da Igreja Católica anterior ao surgimento das CEBs

Uma das principais críticas efetuadas à Igreja Católica refere-se ao fato dessa instituição promover, em geral, a adesão das consciências dominadas ao poder constituído, aos interesses das classes dominantes e aos regimes seculares, sendo essa crítica encontrada já na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de Marx (2008, p. 6). De fato, a postura oficial católica, via de regra, tenderia justificar seja lá qual fosse a forma de governo, desde que a liberdade de pregação da Igreja fosse preservada (ROMANO, 1979, p. 145). A título de exemplo, basta frisar que a Igreja Católica apoiou boa parte dos regimes autoritários no Século XX, como o Tratado de Latrão, com Mussolini, em 1929; Concordata com o Império, com Hitler, em 1933.

No caso brasileiro, a Igreja Católica não só apoiou, ainda que inicialmente, o Golpe de 1964, como também, anteriormente, o Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937. Conforme salientado, ainda, por Romano (1979, p. 147- 152), sempre que o Estado relegava a Igreja Católica a segundo plano, buscando monopolizar “as consciências”, essa se voltava para a base social, buscando fortalecer-se contra o poder que insurgia contra seus interesses.

Paiva (1985, p. 15) enfatiza que, tradicionalmente, no Brasil, a Igreja sempre esteve ligada aos grandes proprietários de terras e seus interesses. Segundo a autora, com a separação entre a Igreja e o Estado, em 1891, aquela teve que estreitar laços com as classes médias e com a nascente burguesia de base agrária a fim de garantir a sobrevivência financeira da instituição. Ademais, a população rural era, inicialmente, vista como inculta e seu catolicismo como superstição (THEIJE, 2002, p. 125).

Entretanto, nenhuma instituição com o grau de centralização, doutrina orgânica e estrutura hierárquica do tipo da Igreja Católica, por estar situada no âmbito da sociedade civil, poderia ser pensada como um bloco monolítico, mas como um todo complexo, onde está em ação uma diversidade de tensões internas (ROMANO, 1979, p. 24; LÖWY, 2006, p. 276).

No Brasil, já na década de 1950, houve uma preocupação significativa da Igreja com a questão agrária. Um indicador dessa preocupação é o discurso proferido pelo bispo dom Inocêncio Engelke no I Seminário Ruralista da diocese de Campanha- MG, realizado em 1950. No pronunciamento, o bispo citou uma célebre frase de Pio XI: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. Partindo daí, o bispo, afirmando que os “agitadores” estão chegando ao campo, conclama a sociedade a promover justiça social no campo, por espírito cristão, antecipando-se a uma possível revolução comunista, antes que tenham de fazê-lo por medo ou obrigado por essa (DABAT, 2008, p. 299).

Nesse sentido aponta, também, Paiva (1985, p. 18),

A mobilização camponesa da segunda metade dos anos 50, especialmente a das Ligas Camponesas, constitui a pedra de toque para o deslanchamento de uma estratégia organizacional da Igreja no campo. A sindicalização rural no Estado do Rio Grande do Norte, organizada por D. Eugênio Sales, visou conter o avanço das Ligas que haviam estabelecido firmemente no vizinho Estado da Paraíba. A mesma estratégia foi também levada a cabo na Paraíba e em Pernambuco, contrapondo-se não apenas às Ligas, mas também aos sindicatos rurais organizados pelos partidos de esquerda.

Percebe-se, pois, nesse primeiro momento, que a Igreja, no Brasil, se volta para o campo como forma de deter o avanço do comunismo e seu discurso antirreligioso. Seguindo, pois, a lógica do Papa Pio XI, pode-se afirmar que, para a Igreja Católica brasileira de 1950 a 1964, perder a massa dos camponeses seria o maior escândalo que a instituição poderia sofrer, estendendo-se essa posição de forma mais ou menos uniforme até o Golpe de Militar de 1964.

Interessante frisar que, no período assinalado, a ação pastoral promovida pela Congregação dos Padres Missionários Sacramentinos, a partir do MAPE e seus “Pioneiros do Evangelho”, iniciada por volta de 1949 (movimento que, conforme visto, deu origem ao MOBON), já estava em pleno funcionamento na Zona da Mata de Minas Gerais, notadamente nas cidades de Carangola, Manhumirim e outros municípios da microrregião da Mata do Caparaó, e alguns municípios da região do Vale do Rio Doce, porém a ação não era com o intuito de frear o avanço comunista ou abrir sindicatos de trabalhadores rurais com caráter marcadamente católico como se dava em outros pontos do país (NOVAES, 1997, p. 32-33), mas simplesmente com o intuito de fortalecer a fé dos católicos contra o avanço das igrejas protestantes e evangélicas, consolidando a Igreja Católica como maior e mais influente agremiação religiosa da região.

Após o Golpe de 1964, houve um arrefecimento da ação pastoral da Igreja Católica no campo: os setores conservadores da Igreja deixam de temer a disseminação do comunismo e

do ateísmo junto aos camponeses e, por sua vez, os setores mais avançados passam a ser inibidos pela força repressora do novo regime (PAIVA, 1985, p. 19). Essa postura indiferente da Igreja Católica para com a situação no campo, segundo Novaes (1997, p. 117), perdura até por volta de 1968. A partir desse ano, com a entrada em vigor do Ato Institucional nº. 5, e já influenciada pelas disposições preconizadas pelo Concílio do Vaticano II, a Igreja Católica começa a explicitar publicamente suas incompatibilidades com o regime militar.

Vale, contudo, frisar que a ação pastoral evangelizadora do MAPE, iniciada em 1949 em setores da Zona da Mata e Vale do Rio Doce de Minas Gerais, não sofreu qualquer interrupção, afinal os inimigos nas referidas regiões não eram os comunistas, mas sim os protestantes, que não cessaram suas atividades com o golpe.

Na década de 60 do século passado, contudo, a Igreja promoveu uma revisão de suas posturas, o que vai influir de forma significativa nos caminhos a serem adotados. Trata-se da realização do Concílio do Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII.

4.2 O que são CEBs e como elas se apresentam na Mata de Muriaé, Minas Gerais

Há certa amplitude no conceito de Comunidade Eclesial de Base, não sendo uniforme no Brasil seus métodos de trabalho, números de componentes ou formas de organização, variando suas características de lugar para lugar. Teixeira (1988, p. 305) afirma que, em determinados locais, um pequeno grupo de fiéis que regularmente se reúne para refletir a “palavra de Deus” em conjunto, traçando paralelos dessa com a própria vida, tendo em vista a transformação de suas condições de moradia ou trabalho, configuraria uma CEB. Em outros lugares, só se fala na existência de uma CEB se houver a ocorrência de vários grupos de base determinados no entorno de uma paróquia, sendo esta última concepção a mais aceita nos trabalhos sobre o tema. O autor (1988, p. 306) afirma, ainda, que as pessoas que compõem as CEBs são, em sua grande maioria, pobres ou marginalizados, situando-se a maioria das comunidades na zona rural¹². Esta concepção é a que norteia o presente trabalho: comunidades em redes e não unidades isoladas.

Uma forma simples de entender o que são CEBs, que guarda consonância com o autor acima citado, é fornecida por Frei Betto,

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbanas) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta 50 membros. Nas paróquias da periferia, as comunidades podem estar

¹² No mesmo sentido apontam MAIWARING (2004: 128) e FREI BETTO (1995: 7).

distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão, que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem aos domingos para celebrar o culto.

São comunidades porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem a mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, por que congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, por que integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviço na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, peões e seus familiares (FREI BETTO, 1995, p. 7)¹³.

Em pesquisa realizada no Estado de Pernambuco, na Diocese de Garanhuns, Theije (2002, p. 190) relata que padre Milton, uma de suas fontes, afirmava que “nem todas as CEBs são autênticas CEBs, pois as CEBs autênticas pressupõem a ação política, em partidos políticos ou sindicatos”. A partir da realidade do Estado do Rio Grande do Sul, Hammes (2003, p. 47-48) aponta a mesma característica, qual seja, a ação política e sindical das CEBs gaúchas. Por sua vez, em trabalho de abrangência nacional, Mainwaring (2004, p. 127) constata que: “A partir de suas leituras da Bíblia, muitos participantes das CEBs se envolveram nos movimentos populares, embora haja uma notável (e geralmente subestimada) heterogeneidade na atividade política das CEBs”. O que é importante notar é que a maioria dos estudiosos admite certo caráter ou potencial político das CEBs.

Outra importante característica das CEBs, segundo Theije, (2002, p. 189), é sua independência. Para se fundar e fazer trabalhar uma Comunidade Eclesial de Base, não é necessária a autorização ou intervenção do clero, bastando, para tanto, a iniciativa de cristãos católicos.

¹³ MAINWARING afirma que: “Uma CEB é um grupo pequeno (com uma média de 15 a 25 participantes) que geralmente se reúne uma vez por semana, usualmente para discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões” (2004, p. 127). Acreditamos que esse conceito tem certo grau de imprecisão: Primeiramente, observa-se que mais do que discutir questões contemporâneas (bioética, política internacional, aborto etc.), as CEBs buscam discutir questões práticas enfrentadas nas localidades nas quais se situam. Outro ponto é que as CEBs geralmente não só discutem, mas deliberam e agem para tentar influir na realidade que vivenciam. O autor afirma ainda que as CEBs tomam muitas decisões: Sobre o quê? Com qual objetivo? Segundo essa definição, qualquer grupo cristão que se reunisse regularmente para discutir a Bíblia seria considerado uma CEB.

Pode-se, pois, afirmar que as CEBs são pequenos grupos católicos formados por pessoas das classes mais populares, que geralmente vivem do trabalho braçal, de um mesmo bairro, rua ou povoado rural, que se reúnem para, através da leitura e reflexão da Bíblia, fortalecer a sua fé e, através dela, buscam descobrir e resolver problemas da localidade em que vivem, melhorando a qualidade de vida de sua localidade. Esses grupos, vale frisar, não são personificados juridicamente e, portanto, não têm patrimônio próprio, nem tampouco podem ser sujeitos passivos ou ativos em ações judiciais. Talvez, por esse motivo, haja uma tendência de que das CEBs mais atuantes brotem associações, sindicatos e até diretórios de partidos políticos tendo como líderes e membros boa parte de seus membros, como se deu no caso de muitos dos municípios nos quais MOBON formou lideranças cebistas.

As pessoas que compõem uma comunidade se reúnem ou na casa de um de seus membros ou então na igreja, salão paroquial, capela ou centros de convivência. Na Zona da Mata de Minas Gerais não é incomum que a própria CEB construa uma sede, uma sala para reuniões ou capela. Nesse caso, como não possui personalidade jurídica, não podendo, pois, ser titular de direitos reais sobre imóveis, essas sedes são construídas ou em terrenos da Igreja ou então em terrenos de terceiro, com a devida autorização de seus donos. Uma vez com sede própria, a comunidade mobilia o espaço por meio de doações recebidas por seus membros ou pessoas ligadas à Igreja ou à localidade, sendo comum, ainda, a promoção de bingos, leilões e rifas para angariar fundos para tal fim.

Pelo menos na Mata de Muriaé, as CEBs sequer são registradas junto às paróquias ou mantêm livros de atas ou outra forma de registro permanente de suas atividades, conforme relatado em entrevista por José Tote¹⁴, coordenador das CEBs da paróquia de Miradouro. Quando necessário, são feitas anotações e planejamentos em um caderno que fica sobre a responsabilidade dos secretários da CEBs: quase sempre são questões pontuais relacionadas às conclusões do grupo após reflexões e debates, datas de reuniões ou eventos, lembretes, dentre outros. Tais anotações não têm, contudo, a mesma finalidade de uma ata de associação ou assembleia de condomínio (por exemplo, registrar direitos, obrigações, registros fiscais etc.), mas simplesmente servem de suporte para as reflexões e decisões tomadas pelos grupos de reflexão ou reuniões plenárias. Atualmente vem se tornando comum a utilização do aplicativo WhatsApp para fins de comunicação entre os membros das CEBs de uma paróquia e até de outras.

¹⁴ José Tote, entrevistado por esse pesquisador em fevereiro de 2022.

Em seus trabalhos, os membros das CEBs utilizam, em boa parte das vezes, os impressos produzidos, ainda hoje, pelo MOBON ou pelas dioceses de Caratinga ou Leopoldina. A independência das CEBs permite que elas utilizem materiais desvinculados das dioceses ou paróquias nas quais estão constituídas, contudo, na região recortada, há nítida preponderância da utilização dos materiais publicados pelo MOBON.

Essa informalidade das CEBs garante que delas só participem pessoas que realmente tenham interesse no trabalho de comunidade. Ademais, fossem as CEBs registradas enquanto associação, haveria gastos com o aparato burocrático e, também, dificuldades para que pessoas simples conseguissem dar conta de sua administração. Por isso, as estruturas das CEBs devem ser simples, leves, baratas e menos burocrática possível.

Apesar dessa simplicidade, as CEBs são bem organizadas e com regras de participação bem definidas: cada grupo de reflexão tem um coordenador e um secretário, tem um líder comunitário que é escolhido pela própria comunidade; as reuniões são realizadas pontualmente em horários e datas pré-definidas, os temas das várias CEBs de uma mesma paróquia ou grupos de paróquias são padronizados e seguem a mesma ordem de discussão e nos grupos de reflexão e reuniões há uma mesma ordem estabelecida para a participação dos membros das CEBs etc. Essas características das CEBs fazem com que seus membros deem valor à organização, respeitem a ordem de fala em reuniões, busquem se inteirar do tema que se discute, e levem a sério suas falas e as falas dos seus colegas. Aprendem, assim, que antes de uma forma vazia, as regras são necessárias para que os trabalhos transcorram de maneira mais proveitosa possível para o grupo.

4.3 As primeiras CEBs da região recortada

O nascimento das CEBs na Mata de Muriaé se deu a partir da realização dos primeiros cursos do MOBON em Eugenópolis, em outubro de 1969, que contou com a participação de cerca de 350 católicos leigos (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 30), a grande maioria era da zona rural. Os participantes do curso “Anúncio da Boa Nova” retornaram para suas localidades e montaram as primeiras equipes de reflexão que vieram a se consolidar em comunidades eclesiais de base da paróquia de Eugenópolis e Vieiras. Esse é o momento em que os camponeses começam — ainda que com base nos frescos discursos e técnicas apreendidas após uma semana de contato intenso com os “pioneiros” do MOBON — a se organizar mais ou menos por conta própria, ainda que para fins religiosos.

Esses grupos ou equipes de reflexão eram compostos de 10 a 12 pessoas maiores, que passaram a se reunir uma vez por semana com hora e local pré-determinados, sendo que as reuniões começavam pontualmente e não duravam mais de uma hora. Cada um desses grupos

tem um dirigente ou líder e um secretário, sendo importante que pelo menos duas das pessoas do grupo tivessem participado dos cursos ministrados pelo MOBON. O padre Gwenael Kerandel informa como eram essas reuniões:

- a) Funionamiento del equipo de reflexión: Para poder funcionar bien que cada equipo tenga una Biblia o um Nuevo Testamento y el libro “Anuncio da Boa Nova”: libro em el cual, em lenguaje sencille, se encuentran temas para reflexión y preguntas indicadas para cada reunión.
- b) Plano de la reunión:
 - abertura: oración inicial, canto, etc...
 - lectura em el libro “Anuncio da Boa Nova” del parrafo indicado.
 - reflexión sobre el texto: cada quien expresalo que pareció más interesante para su vida.
 - reflexión sobe una pregunta (indicada). Al fin del debate el secretario anota la respuestadel grupo para la reunión plenaria.
 - peticiones espontáneas.
 - conclusión: otros asuntos. Oración final, canto (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 31).¹⁵

Durante essas reuniões, o dirigente (líder) do grupo devia se empenhar para que todos os participantes falassem e manifestassem suas opiniões. Esse líder, oriundo da própria comunidade, era o principal agente mediador da Igreja junto à comunidade.

Embora possa parecer contraditório num primeiro momento, o líder comunitário, mesmo sendo escolhido pela comunidade, era, num primeiro momento, ‘eleito’ pela própria Igreja Católica. Um dos primeiros desafios do padre Gwenael foi descobrir pessoas que pudessem ser líderes de cada uma das comunidades. O padre afirma que em cada pequena comunidade havia pessoas que tinham qualidades de líderes: facilidade de se relacionar com o povo, aceitação junto à comunidade, pacientes, perseverantes e com manifesto interesse pela comunidade (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 35). Em cada uma dessas comunidades, pelo menos duas pessoas com essas características eram convidadas para participar de um curso de formação intensiva de lideranças. O cuidado de convidar pelo menos duas pessoas por comunidade era uma estratégia do pároco: “Eso para que no se convierta más tarde em cacique y que después del curso pudieran dialogar entre ellos y, juntos, servir la comunidad” (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 35). Nota-se, principalmente no início da formação das primeiras lideranças, uma grande preocupação do padre Gwenael com os líderes, para que esses não se aproveitassem de sua posição e revertissem o trabalho mediador da Igreja

¹⁵ No decorrer entre janeiro e março de 2022, o pesquisador assistiu duas reuniões de grupos de reflexão em Miradouro. A estrutura descrita na monografia de Kerandel e Del Canto (1977) ainda é a mesma, se repetindo com exatidão nas duas reuniões assistidas.

Católica em proveito próprio, uma vez que acreditava que os líderes poderiam sentir-se tentados a aproveitar o trabalho comunitário para a promoção pessoal ou obtenção de cargos públicos (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 76).

É, pois, facilmente perceptível que o padre Gwenael, bem como o MOBON, controlava a formação e atuação dos líderes. O fato de se criar pelo menos duas lideranças em cada comunidade é revelador: um líder vigia o outro. Se um líder falhasse ao desempenhar seu papel, certamente o pároco saberia do ocorrido e atuaria no sentido de repreender o líder ou deslegitimá-lo em sua comunidade, fazendo com que seu posto fosse ocupado por outra liderança, também formada pelo MOBON.

Essa forma de trabalho garantia que o líder comunitário, enquanto mediador, trabalhasse sob as coordenadas dadas pelo MOBON e pelo padre Gwenael. Sob esse aspecto, válida é a conclusão de Oliveira.

Nos cursos acontecia uma mediação que procurava anunciar decisões e motivações ‘pre-proclamadas’ que levariam os leigos a pensarem de acordo com pressupostos dos missionários. Situação que nos remete à concepção de Neves (2008), segundo a qual os agentes de desenvolvimento que agem como mediadores políticos ‘desenham comportamentos sociais correspondentes a uma almejada sociedade (pré-proclamada)’ (2012, p. 141).

Logo, os líderes mediadores, com objetivos e valores bem delineados e introjetados nos cursos de formação de lideranças, dirigiam as reuniões dos trabalhos em comunidade de forma que tudo funcionasse mais ou menos como o esperado pelos diretores do MOBON e os padres envolvidos na ação pastoral em questão. Esse método diminuía os riscos de a ação mediadora idealizada pela Igreja, aqui encarnada no padre Gwnael e o MOBON, trouxesse resultados para além dos idealizados pela instituição.

Assim, além de dirigir os trabalhos da comunidade incentivando a todos do grupo a participarem, bem como fazer com que o grupo chegasse a uma conclusão final única, aceita pelo grupo, a ser anotada pelo secretário, o líder garantia que os temas discutidos, bem como o direcionamento dos debates e discussões seguissem um roteiro mais ou menos fixo, previsto pela Igreja. Essas conclusões locais seriam levadas para uma reunião plenária, que acontecia uma vez por mês, após três reuniões dos vários grupos de reflexão de uma mesma comunidade. Nela, todos os grupos de reflexão se reuniram para conversar sobre as conclusões obtidas e tirar ações práticas a serem tomadas.

Há uma constante preocupação para que todos tenham oportunidade de falar. Essa preocupação não se manifesta só no fato de o dirigente insistir ou solicitar que cada participante se manifeste nas reuniões. O número de participantes de cada um dos grupos de

reflexão não pode exceder a doze pessoas, passando disso, esse grupo deverá ser, necessariamente, dividido em duas equipes. Também não é aconselhado que se façam reuniões plenárias com mais de seis equipes, caso que se recomenda a realização de mais de uma plenária. Essas reuniões plenárias, inicialmente, foram dirigidas pelo próprio padre Gwenael até que surgissem lideranças capazes de fazê-las (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 32).

Essa liberdade de expressão, todavia, conforme é possível perceber, era limitada e tutelada pelo pároco, que só deixava de exercer diretamente a função de mediador quando julgasse que tinha outro agente capaz de fazê-lo nos moldes que entendesse satisfatório.

Além das atividades proporcionadas pelos grupos de reflexão e reuniões plenárias das comunidades, os camponeses locais passaram a organizar e realizar celebrações da “palavra” todos os domingos e nas datas de significado religioso na capela ou no local onde geralmente os católicos da localidade tivesse o hábito de se reunir.

Já no final do ano de 1969, ano de início das atividades do MOBON na região, havia, segundo relata Kerandel e Del Canto (1977, p. 32), 11 núcleos de formação de CEBs nas áreas rurais dos municípios de Eugenópolis e Vieiras. Com a divulgação dos cursos do MOBON, via boca a boca, entre os amigos e parentes pelos diversos córregos e povoados das cidades da região, em 1973, informa Kerandel e Del Kanto (1977, p. 61) que o número de comunidades instaladas e funcionando nos povoados e distritos dos municípios de Eugenópolis, Vieiras, Miradouro, Muriaé, Tombos, Barão do Monte Alto, e Antônio Prado de Minas já era de 40, valendo lembrar que cada uma dessas comunidades era composta por vários grupos de reflexão. Já em 1977, o número de CEBs existentes na Mata de Muriaé, nascidas a partir dos trabalhos iniciados pelo MOBON em Eugenópolis, ultrapassava 80, abrangendo 10 paróquias da Diocese de Leopoldina (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 69).

Nota-se, portanto, que a ação mediadora inaugurada pelo padre Gwenael em parceria com o MOBON foi positiva para a Igreja Católica, já que o padre em questão teve expandido enormemente o raio de amplitude de influência, criando-se uma rede de pessoas organizadas e com modos de pensar compartilhados, que tinham como primeiras referências o padre Gwenael e o MOBON.

Theije (2002, p. 72) afirma que o objetivo de toda campanha de mediação política ou cultural é mudar as ideias, práticas ou sentimentos dos mediados. No caso da Mata de Muriaé, o padre Gwenael e os irmãos sacramentinos do MOBON tinham um objetivo: instaurar junto à população uma nova forma de ser católico, que consistia numa vivência em comunidade,

com ações diretas na realidade local tendo como objetivo melhorar a vida das pessoas da comunidade, isso a partir da leitura e reflexão da Bíblia.

Pelo exposto até aqui, não resta dúvida que esse objetivo foi alcançado. Entretanto, como se vê no tópico seguinte deste capítulo, a reflexão dos camponeses sobre sua realidade a partir do trabalho das CEBs trouxe outros elementos ao processo de mediação, que influíram diretamente na ação dos mediadores e, também, junto às agências mediadoras, quais sejam, o MOBON e a Igreja Católica local.

4.4 MOBON, CEBs e Teologia da Libertação

A ação do padre Gwenaél e do MOBON na região recortada, qual seja, a Mata de Muriaé, bem como das lideranças cebistas que nasceram dessa intervenção vai se dar neste momento particular da Igreja Católica brasileira: uma instituição que começa a conviver com as diretivas do Concílio do Vaticano II, que volta a se preocupar com uma ação pastoral junto à população rural e que se opõe a inúmeros aspectos do regime militar, enfim, uma Igreja um pouco mais voltada a questões sociais e políticas.

A despeito desse momento histórico vivenciado pela Igreja Católica, a atuação do MOBON e das CEBs nascidas na Mata de Muriaé vai guardar particularidades próprias, não se vinculando tanto aos aspectos mais progressistas apresentados pela Igreja Católica na década de 1970. Para iniciar essa análise, mencionam-se duas passagens das memórias do irmão sacramentino Alípio Jacinto da Costa. O primeiro fala sobre as críticas sofridas pelo MOBON, já na década de 70.

Na década de 1970 já começaram a nos criticar. E críticas fortes. **Diziam que nosso trabalho ensinava a rezar, mas não levava para a realidade social.** O frei Pedro de Aimorés rejeitou nosso trabalho, dizendo que era um trabalho com CARA DE PADRE. Fomos dispensados da Diocese de São Mateus em Ecoporanga, Pinheiros e Montanha. O clero de São Mateus estava empenhado na questão social e nós atrasados. E eles não tiveram paciência de nos esperar. Há uns tempos atrás, uma senhora de Pinheiros me ligou e disse que só restava em Pinheiros o que nós deixamos lá com a pregação do Boa Nova. Isso nos leva a refletir que o clero partiu para o social-político, mas não deu o suporte da espiritualidade. **Os mentores das ideias desanimaram na luta política e não cuidaram da REZA. Os pioneiros da conscientização política entraram com violência, na base da pauleira, desfazendo de quem não entrasse na deles. Eles estavam convencidos demais de terem descoberto a verdade.** Os padres portugueses de Teófilo Otoni estavam empenhados na questão social e também se manifestaram a respeito do atraso do nosso movimento de evangelização (referência ao MOBON) ligado quase só à

espiritualidade. Até em nossas assembleias diocesanas de Caratinga fomos criticados por estarmos ligados à espiritualidade e ausentes da questão social. Diga-se de passagem que mais tarde a crítica foi ao contrário: “o MOBON é muito político” (COSTA, 2009, p. 28-29, grifos nossos).

O segundo refere-se à experiência do irmão sacramentino em um evento em Angra dos Reis, cuja temática era a religião e questão social.

Carlos Mesters gostava e admirava muito nosso trabalho. Ele, envolvido com movimentos sociais, nos incentivava a ‘passar a marcha’ como ele dizia. Disse a ele que um dia chegaríamos lá. Seja como for, nosso trabalho de incentivo à espiritualidade foi a base da firmeza na fé que, mais tarde, seria a força daqueles que abraçaram a política sem deixar o poder subir pra cabeça.

Fomos convidados a participar com o Carlos Maesters, em Angra dos Reis (RJ), de um encontro bíblico. Lá estava um grupo forte e violento do então MDB, o partido de esquerda que resistia aos militares da revolução de 1964. Na primeira oração da manhã foi colocada uma figura de homem atrás de uma grade. No lugar de leitura bíblica, de oração, como era nosso costume, aquele grupo caiu de pau nos governantes do Brasil, o presidente era COSTA E SILVA, e nos governantes dos Estados Unidos. E cada um queria falar mais do que o outro e tudo numa fúria que dava medo. Depois ou durante as colocações bíblicas era aquele desatino de atacar os governos de direita e muita coisa mais conscientização política. Aquele grupo furioso queria, de qualquer jeito, salvar os pobres. Defendê-los contra as injustiças dos governantes. Todo mundo estava errado. Eu não abri a boca sem ter e nem saber o que dizer. Não se falava em Deus e nem em oração. O assunto era luta contra as injustiças. (COSTA, 1977, p. 29-30).

Se as comunidades eclesiais de base da Mata de Muriaé nasceram em decorrência da ação evangelizadora do MOBON, natural que tragam em si influências deste movimento, valendo ainda frisar que essas influências são, atualmente, ainda grandes, quer por via direta, através de seus cursos de formação de lideranças e impressos produzidos para os trabalhos nas equipes de reflexão, quer indireta, por via das antigas lideranças que continuam em atividade e dos valores e discursos que essas pessoas ainda hoje cultivam em seu trabalho comunitário. Em entrevista à liderança Gilsilene Mendes, em maio de 2022, por exemplo, são mencionados os eventos pastorais recentes em que participou junto com o irmão sacramentino João Resende, sendo comum em suas redes sociais fotos com esse religioso e outras referências do MOBON.

O MOBON e as comunidades que ajudaram a disseminar pela região não tinham como bandeira, conforme se percebe nas citações de Costa, a luta política, fim da ditadura militar,

reforma agrária, a luta de classes ou outros temas do gênero, tanto que era criticado, como admite um de seus principais coordenadores, por não se preocupar com a realidade social, mas tão somente “cuidar de reza”. Essa crítica era tão forte que, em algumas dioceses e paróquias, o trabalho do MOBON foi rejeitado por ser visto como um movimento conservador. O MOBON levava a Bíblia às pessoas e as ensinava a conversar e discutir religião, chegando até a incentivar a mudança de vida através da organização e ação comunitária, mas sem qualquer preocupação ou pretensão de abordar questões estruturais da sociedade ou a política nacional.

É possível constatar na segunda citação que, por iniciativa de um dos maiores nomes da teologia da libertação no Brasil, frei Carlos Mesters, tentou-se, entre 1967 e 1969, uma aproximação do MOBON com a ala mais progressista da Igreja e, conseqüentemente, com o engajamento político. Contudo, a reação do MOBON, representado por um de seus líderes, foi de completo estranhamento, por julgar que aquele tipo de ação não era religiosa. Aliás, é possível perceber, no texto do religioso Alípio Jacinto da Costa, certa carga de ironia e manifesta desconfiança com o tipo de trabalho proposto pelo grupo que conheceu no evento do qual participou em Angra dos Reis.

O MOBON, resta claro, não se alinhava numa luta pela abertura política, por direito dos presos pelo regime, não assumia o discurso da luta de classes ou da reforma agrária, mas tão somente buscava instituir, por meio da fundação das CEBs, um ambiente de reflexão sobre os evangelhos e a vivência em comunidade a partir dessa reflexão. Sendo assim, natural que as comunidades nascidas dessa pastoral apolítica também centrassem sua atenção precipuamente às questões de ordem religiosa, ainda que buscando alguma ação prática junto à comunidade. Pode-se, pois, afirmar que, pelo menos durante toda a década de 1970, o Padre Gwenaël, o MOBON e as CEBs da Zona da Mata mineira não faziam parte da ala vinculada à política progressista da Igreja Católica. Prova maior disso é que, após a equívoca intervenção no seminário de Eugenópolis pelos militares em busca de eventual ação paramilitar (cf. capítulo II), os cursos do MOBON, a pastoral do padre Gwenaël e as atividades das CEBs nascidas a partir de 1969 não sofreram qualquer represália ou intervenção pelo governo dos generais.

Também merece menção o fato de o religioso Alípio, em respostas a perguntas sobre os fundamentos teóricos da ação do MOBON, sendo frisado pelo entrevistador os nomes dos irmãos Boff e de Gustavo Gutiérrez, haver enfatizado que todo o trabalho do movimento se deu a partir da interpretação da Bíblia e da busca de vivenciar o Evangelho com uma conversão real ou prática. Afirmou que sabia quem eram os mencionados teólogos, mas que o

trabalho do movimento não se pautava por eles: “tentar melhorar a realidade local a partir do trabalho de leitura da Bíblia: se isso for teologia da libertação, então era isso o nosso trabalho” (Alípio Jacinto da Costa, entrevistado pelo autor do trabalho em 03/01/2012), concluiu o entrevistado sem afirmar se o trabalho do MOBON era ou não vinculado à Teologia da Libertação¹⁶.

Sob esse aspecto, conforme preceitua Löwy (2000, p. 56), é bom lembrar que a Teologia da Libertação nada mais é do que um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por cristãos latino-americanos, textos esses reflexos de uma *práxis* anterior à criação dessa corrente teologia e que, em muitos casos, vão passar a fundamentar a continuidade dessa prática. Ou seja, a Teologia da Libertação é o produto, não o produtor de um movimento social. Porém, uma vez constituída vai tornar-se uma doutrina coerente em maior ou menor grau para boa parte desses movimentos.

A despeito do baixo engajamento político até a primeira metade da década de 1980, o MOBON promoveu uma modificação relevante na religiosidade da população rural local. Löwy (2006), buscando fundamento em Gramsci, de forma sintética, explica como a religião, ainda que marcada pelo conservadorismo, consegue promover modificações sociais que promovam certa emancipação dos dominados.

Gramsci também insistiu nas diferenciações internas da Igreja segundo orientações ideológicas – liberal, moderna, jesuítica e correntes fundamentalistas dentro da cultura católica – e segundo as diferentes classes sociais: ‘toda religião [...] é realmente uma multiplicidade de distintas e às vezes contraditórias religiões: há um catolicismo para os camponeses, um para a pequena burguesia e trabalhadores urbanos, um para a mulher, e um catolicismo para intelectuais’. Além disso, acredita que o cristianismo é, sob certas condições históricas, ‘uma forma necessária de desejo das massas populares, uma forma específica de racionalidade no mundo da vida’; mais isto se aplica só à inocente religião das pessoas, não ao cristianismo jesuítizado, o qual é o puro narcótico para as classes populares’ (LÖWY, 2006, p. 280).

Löwy (2000, p. 70) tece ainda importantes considerações sobre as mudanças ocorridas na Igreja Católica durante a década de 1960 em toda a América Latina, que auxiliam a compreender o que se deu na Mata de Muriaé. O mencionado autor fixa como pontos de partida para essa modificação dois eventos históricos: a eleição de João XXIII como Papa em 1958 e a Revolução Cubana de 1959, analisando, para tanto, inúmeros documentos religiosos

¹⁶Inserir ou não o trabalho do MOBON na linha da Teologia da Libertação não é o mais importante na presente discussão, aliás está bem claro que não era essa a tônica do movimento em análise. O importante aqui é verificar os efeitos da ação do MOBON sobre a organização social rural da Mata de Muriaé.

produzidos nesse contexto, dando ênfase àqueles que tratavam de movimentos sociais e emancipação popular.

A partir desse dado, Löwy (2016, p. 68-70) menciona que os estudiosos apresentam duas explicações distintas para a mudança da Igreja no período. A primeira explicação, dada por Thomas Brouneau, seria de caráter pragmático-institucional: a Igreja começou a mudar porque desejava preservar sua influência junto à população, já que temia a concorrência de outras agremiações religiosas (principalmente igrejas protestantes e evangélicas) e a concorrência política, tendo, por isso, se voltado para as classes mais baixas. A outra explicação foi elaborada, segundo o autor, por sociólogos ligados à esquerda cristã e afirma que a Igreja mudou porque o povo a converteu, fazendo que ela agisse em consonância com seus interesses.

Löwy (2000, p. 70), contudo, afirma que as duas explicações são parciais e insatisfatórias, propondo uma terceira. Afirma que, de fato, havia um temor da Igreja Católica em perder sua influência sobre a população, principalmente diante das desigualdades e conflitos sociais gerados pelo capitalismo, o que pode ser verificado pelas preocupações sociais expressas pelo Papa João XXIII (1958-1963) e pelas diretrizes traçadas pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965). Essa preocupação com o social irradiada de Roma percute de forma mais acentuada na América Latina, a qual começa a sentir os efeitos do subdesenvolvimento em decorrência da industrialização de caráter multinacional, o que, somado com a Revolução Cubana (1959), cria uma intensificação das lutas sociais, bem como e emergência de grupos guerrilheiros, golpes militares e crises de legitimidade política por praticamente todo o continente.

Diante disso, a Igreja com preocupação social vai nascer não entre os bispos ou entre os pobres, mas junto aos movimentos laicos e alguns membros do clero que atuavam entre os estudantes e nas comunidades pobres, logo, como sugere o autor, não surge de cima para baixo, dos níveis hierárquicos superiores da Igreja com finalidade de angariar uma maior influência, nem de baixo para cima, como uma colonização da instituição pelos mais pobres, mas, sim, da periferia para o centro. Os movimentos leigos e os religiosos envolvidos com esses movimentos embora atingissem pessoas pobres, tinham, ainda, outros públicos. O que havia de comum entre esses movimentos e as comunidades era o fato de estarem na periferia da Igreja Católica.

Nesse sentido,

Não é surpresa que esses movimentos ‘mergulhados’ diretamente em uma sociedade em crise, se tornassem profundamente permeáveis às correntes sociais, políticas e

culturais de seu ambiente. Vários deles começaram a passar por uma dinâmica de autonomização, semelhante à da JEC francesa [...]: na primeira fase, os ativistas cristãos assumiram plenamente o meio que pretendiam converter à palavra de Deus, identificando-se intensamente com suas aspirações coletivas; a seguir surge o desejo de autonomia, na medida em que esses compromissos profanos não se encaixavam com as normas religiosas; finalmente, o conflito com a hierarquia explodiu quando o movimento adotou uma posição diferente da posição oficial da Igreja em uma ou outra questão política (LÖWY, 2000, p. 72).

Embora Löwy (2000 e 2006) em momento algum utilize a ideia de mediação para entender esse processo, resta claro que esses “movimentos” mencionados pelo autor são movimentos mediadores da Igreja junto à população, bem como que a tal permeabilidade desses movimentos aos problemas de ordem política, econômica e social nada mais é do que decorrência da relação de troca e interação que se estabelece entre mediadores e mediados, tal como preceitua Neves (2008, p. 36 - 39).

Löwy alerta ainda para o perigo de se dividir a Igreja em duas, uma avançada e outra conservadora. Entre um extremo e outro, afirma o autor,

[...] existe um arco-íris de tonalidades diferentes entre os dois extremos. Podemos distinguir pelo menos quatro tendências no interior das Igrejas latino-americanas:

1. Um grupo muito pequeno de fundamentalistas, que defendem idéias ultra-reacionárias e às vezes até semifacistas, por exemplo, o grupo ‘Tradição, Família e Propriedade’.
2. Uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista, hostil à teologia da libertação e organicamente associada às classes dominantes (e também à Cúria Romana); por exemplo, a liderança da CELAM.
3. Uma corrente reformista e moderada (com uma certa autonomia intelectual com relação às autoridades romanas), pronta para defender direitos humanos e apoiar certas demandas sociais dos pobres: essa é a posição que prevaleceu na Conferência de Puebla em 1979 e (até certo ponto) na de Santo Domingo em 1992.
4. Uma minoria pequena, mas influente de radicais, simpáticos à teologia da libertação e capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos populares, de trabalhadores e de camponeses. [...]. Nessa corrente, a seção mais progressista é representada pelos cristãos revolucionários: o ‘Movimento Cristão pelo Socialismo’ e outras tendências que se identificam como o Sandinismo, [...]ou com o Marxismo Cristão (LÖWY, 2000, p. 66).

Pode-se, pois, afirmar que a ação do MOBON faz parte, portanto, de um conjunto de práticas não centralizadas que antecede a concepção teórica a que se denomina Teologia da

Libertação, práticas essas que não são uniformes, mas admitem um grande espectro de possibilidades. De acordo com o que se apurou durante a pesquisa, a ação pastoral do MOBON se inseriria melhor, porém não com perfeição, no espectro número três, daqueles possíveis expostos anteriormente, valendo frisar que o espectro fornecido pelo autor não é exaustivo.

A dificuldade em encaixar o MOBON e as CEBs da Zona da Mata em um padrão pré-estabelecido decorre de suas particularidades: as especificidades da região em que nasceram as CEBs aqui estudadas (econômicas, sociais, culturais e fundiárias, conforme visto no primeiro capítulo) e a origem apolítica e apologética do MOBON. Contudo, o MOBON e as CEBs da Mata de Muriaé foram influenciados pelas modificações promovidas pela Igreja Católica no pontificado do Papa João XXIII e do Concílio do Vaticano II. Essas modificações, obviamente, não são apreendidas diretamente pela população rural local, mas relidas, interpretadas e inseridas na região pelos agentes mediadores leigos e clérigos católicos. No caso do MOBON, o irmão sacramentino Alípio entrou em contato com as novas diretrizes traçadas pelo Papa João XXIII e Concílio do Vaticano II em um curso realizado no Chile, trazendo-as para o MOBON ao retornar; Já João Resende, outro irmão sacramentino do MOBON, em estudos realizados aqui no Brasil.

Com relação ao meio rural, algumas das tônicas do Vaticano nesse período eram as seguintes: na encíclica *Mater et Magistra*, a Igreja considera o ambiente agrícola estreito e sem futuro, sem perspectivas de grandes ganhos e progresso para os que vivem de seu trabalho, sofrendo os agricultores, inclusive, de certo complexo de inferioridade em relação aos núcleos urbanos (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 41). Diante dessa constatação, afirma ser necessário que se promovam, nos ambientes agrícolas, serviços essenciais, tais como estradas, transporte, comunicação, educação, assistência à saúde, lazer, previdência social, crédito, subsídios etc. (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 42-45). Importante, ainda, que a população rural, seja protagonista da própria elevação social, tomando a direção de cooperativas, associações e sindicatos para melhor promover a promoção de seus interesses (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 47-48), afirmando, entretanto, que essas entidades deverão sempre respeitar e se conservar dentro da ordem moral e jurídica vigente. Vale frisar que, nessa encíclica, a Igreja renega integralmente o socialismo e o comunismo. O Papa João XXIII é claro e radicalmente contra qualquer espécie de doutrina ou concepção comunista ou socialista, não admitindo “de maneira alguma, que católicos aderissem ao socialismo moderado” (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 12), sob a justificativa que mesmo moderado, o socialismo postula uma concepção de vida limitada no temporal, tendo o bem estar objetivo

erigido como fim supremo da sociedade, ou seja, sem qualquer preocupação com a transcendência, promovendo, ainda, graves prejuízos à liberdade humana.

A Igreja Católica, nessa encíclica, demonstra querer assumir uma posição em favor da construção de uma sociedade com base na solidariedade orgânica, avessa à concorrência imposta pelo capitalismo liberal, mas também de qualquer hipótese de luta de classes de inspiração marxista, afirmando que ambos os extremos são contrários ao cristianismo (IGREJA CATÓLICA, 2004, p. 33).

Mesmo a Igreja pós-conciliar toma posições bastante conservadoras. Afirma, por exemplo, na encíclica *Gaudium et Spes*, conhecida como a constituição pastoral do Concílio do Vaticano II, que a propriedade privada dos meios de produção trata-se de um direito natural e deve ser mantido, devendo esse direito ser disciplinado para promover o bem estar de todos (IGREJA CATÓLICA, 2003, p. 99-101); outro exemplo interessante está no fato de defender expressamente a liberdade sindical, afirmando, inclusive, que a greve, por vezes, pode ser um meio necessário para se obter direitos, todavia afirma que a greve deve ser tida como medida extrema e última nas relações entre patrões e empregados (IGREJA CATÓLICA, 2003, p. 96).

Especificamente sobre a situação do trabalhador rural, diz a Igreja na encíclica *Gaudium et Spes*, do Concílio do Vaticano II:

Não raro, os que são contratados a trabalhar pelos proprietários ou exploram, em regime de arrendamento, uma parte das propriedades, apenas recebem um salário ou um rendimento indigno de um homem, carecem de habitação descente e são explorados pelos intermediários. Desprovidos de qualquer segurança, vivem num tal regime de dependência pessoal que perdem quase por completo a capacidade de iniciativa e responsabilidade e lhes está impedida toda e qualquer promoção cultural ou participação na vida social e política. Impõem-se, portanto, reformas necessárias, segundo os vários casos: para aumentar os rendimentos, corrigir as condições de trabalho, reforçar a segurança do emprego, estimular a iniciativa e, mesmo, para distribuir terras não suficientemente cultivadas àqueles que possam as tornar produtivas. Neste último caso, devem assegurar-se os bens e meios necessários, sobretudo de educação e possibilidades numa adequada organização cooperativa. Sempre, porém, que o bem comum exigir a expropriação, a compensação deve ser equitativamente calculada, tendo em conta todas as circunstâncias (IGREJA CATÓLICA, 2003, p. 101).

A citação acima é bastante expressiva e certamente foi marcante para o MOBON e o padre Gwenaël, uma vez que é possível perceber nela a realidade social e econômica vivenciada pelos camponeses da Mata de Muriaé. Contexto esse que o padre Gwenaël e os

missionários do MOBON vieram a conhecer por meio de suas incursões na região e convívio com a população mediada.

Enfim, a Igreja pós-conciliar suscita a possibilidade de uma nova maneira de ser católico por meio de uma nova forma de enxergar os valores cristãos, buscando uma consonância destes com a promoção social categorias marginalizadas, entre elas a dos camponeses. A Bíblia, em particular o Novo Testamento, está repleta de referências à justiça, à igualdade material, à construção do “reino de Deus”. Esse discurso pode ser apropriado e utilizado em vários contextos tanto pelos mediadores como pelos mediados. É sob essa ótica que se deve pensar o desenrolar da atividade pastoral do MOBON e das CEBs na Mata de Muriaé.

Pela nova pastoral católica apreendida por Alípio Jacinto da Costa em sua estada no Chile e na fase de implantação do MOBON, a religião, a partir da reflexão efetuada pela comunidade, deveria ser vivenciada no mundo real pelos católicos. O método para concretizar esse objetivo foi descrito pelo Papa João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra*: o ver, julgar e agir. Por meio desse simples aparato teórico, caberia ao cristão observar a realidade a fim de detectar problemas e conflitos (ver), apreciar essa realidade sob uma ótica cristã, buscando qual a solução que melhor resolveria a questão sob um olhar cristão, o que se daria através da pergunta “O que Cristo faria?” (julgar), e, por fim, a ação ou tarefa, ou seja, implementar as medidas práticas possíveis para que a realidade seja modificada em busca da situação ideal (agir).

As primeiras reuniões de comunidade geraram ações bastante simples e pouco relevantes politicamente: visita e assistência religiosa aos doentes, organização de celebrações semanais, auxílio a famílias mais necessitadas, reformas em casas, ajuda em colheitas de pessoas idosas, dentre outras atividades, conforme relatado por Alípio Jacinto da Costa e outros entrevistados. Padre Gwenael listou esses primeiros progressos:

Como se puede notar, se da el mayor énfasis al Mensaje, a la Palabra de Dios, a los valores religiosos, pero com la preocupación de encarnarlos em la vida como fomentadores de amistad de solidaridad, de apertura al outro, de relaciones interpersonales, lo que se traduce em un cambio de actitudes entre los miembros de la comunidad. Así se puede constatar:

- una preocupación en solucionar las enemistades;
- em ayudar a las familias más necesitadas, yendo hasta mobilizar la comunidad para reconstruir casas em mal estado;
- en visitar a los enfermos;
- el ánimo para construir un local para reuniones ‘barracão’;

- un esfuerzo para mandar los hijos a la escuela en vez de guardarlos en casa para trabajar;
- una espontánea colaboración para hacer encuestas sobre el analfabetismo en el municipio;
- um mejoramiento de los caminos;
- um intento para organizar diversiones: fiestas, despoertes... (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 42).

Nota-se que a preocupação primeira dos cursos do MOBON e do padre Gwenael é com a “Palavra de Deus”, ou seja, com a preservação e fortalecimento do catolicismo local. Entretanto, a ideia de dar concretude ao Evangelho na realidade local, impeliu os camponeses à ação, primeiramente de caráter mais caritativo. Com o passar do tempo, as comunidades começam a fazer reflexões mais elaboradas, partindo para ações que envolvessem proveito geral de toda a comunidade: construção de capelas ou salões de convivência, mutirões para reparar estradas, comissões para solicitar serviços públicos dos dirigentes municipais, organização de cursos de alfabetização, dentre outros.

A síntese dessa evolução pode ser observada no depoimento de Terezinha Gomes, 53 anos, ex-liderança comunitária e sindical, vereadora por dois mandatos pelo PT em Miradouro (MG), quando inquirida genericamente sobre a origem das CEBs, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores em Miradouro.

Foi na década de 70 que começou a fundar as CEB's. A partir da criação dessas CEB's, que o povo reunia, discutia, rezava e levantava os problemas sociais existentes naquela localidade. E o pessoal que orientava as comunidades eclesiais de base, na época, tanto o pessoal do MOBON que é o João Resende e o Alípio, que eram os dois religiosos que cuidavam disso, e os padres [...]... eles falavam, né?, que a gente tem que transformar a fé da gente em ação concreta para resolver os problemas existentes na comunidade, que a fé tinha que ser carregada de atitudes para mudar aquela realidade injusta que a gente constatava na época. Aí, a primeira, aqui em Miradouro especificamente, a primeira luta que as CEBs fez foi por escola, porque não tinha escolas na zona rural, só nos povoados. O pessoal fez abaixo assinado, mobilizou, aí foram abrindo as escolinhas na zona rural. Onde não tinha um grupo, que a gente falava grupo na época, funcionava nas capelinhas, nas igrejas, aí foram aumentando as escolas e tudo. Depois o pessoal começou a reivindicar que a vacinação das crianças fosse feita também lá nas comunidades. Aí, depois disso, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Na época, assim, foi muita confusão, porque junto com o sindicato dos trabalhadores rurais estava surgindo o PT (Terezinha Gomes, em entrevista realizada pelo autor do trabalho em 2022).

Outro depoimento bastante significativo é o da liderança comunitária Alveraldo, 60 anos, ex-liderança comunitária, agricultor familiar e servidor público municipal em Muriaé, Patrimônio dos Carneiros. Perguntado se a comunidade da qual participava era “rezadeira” ele respondeu:

Rezar é ‘bão’, também [risos]! Mas a comunidade, ela busca uma conversão aqui na terra, o reino de Deus começa aqui na terra. É isso que a gente acredita: Jesus curava doente para que essa pessoa tivesse saúde e vivesse bem aqui nesse mundo, não é só no outro, não. Então a comunidade tem essa coisa, de melhorar a vida do povo aqui, essa preocupação com a melhora da vida da comunidade, com o social. Aqui no Patrimônio, por exemplo, não tinha estrada, não tinha um posto de saúde, não tinha escola, não tinha nada. Para você ter uma ideia, nós fizemos aqui, sem o apoio da prefeitura, de nada, um posto de saúde e pusemos para funcionar. Contratava um médico, no início, e ele vinha dar consulta aqui para o pessoal que precisava, de graça. Não tinha ainda construído um posto de saúde, então cada vez que o médico vinha, o posto de saúde era na casa de um aqui. Aí nós começamos a construir um local onde seria o posto de saúde. Só aí é que o prefeito foi saber o que estava acontecendo e veio ele e o vice aqui ver. Reunimos nessa capela aqui que a gente está. Foi no governo do Pedro Fraga, em 75. Aí ele elogiou muito e falou que o município iria assumir o posto, ia construir e contratar e pagar o médico, sem a comunidade precisar sacrificar. Quer dizer, se não fosse nossa iniciativa, esse posto ia demorar a aparecer por aqui. *[Perguntado sobre a iniciativa do município em assumir o posto, disse:]* A prefeitura quis assumir porque viu que precisava; talvez ficasse feio para a administração também, né? Mas foi bom porque aquilo a gente não tinha condições de manter, porque tem esses negócios de Secretaria de Saúde, de Ministério da Saúde, esses convênios, isso a gente nunca teria condições de fazer, só o município mesmo. Teve o negócio do MOBREAL também. Você sabe o que é MOBREAL? *[respondi que sim]*. Pois é, veio uma professora aqui, ela era da família dos... Gente, fugiu o nome dela, gente importante lá de Muriaé... Bem, ela veio aqui para montar uma turma do MOBREAL. Pegou a assinatura de todo mundo, montou umas turmas aí, mas não apareceu para dar aulas direito e ninguém aprendeu. **Aí eu vi que ninguém tinha aprendido a ler, isso numa reunião de comunidade que a gente apurou, fui lá e montei as turmas e dei aula de MOBREAL e ensinei o pessoal a ler. Isso foi depois desse negócio do posto de saúde.** [...]. Escola, mesmo. Escola não tinha aqui não, não tinha escola e nem estrada para menino ir para escola. Hoje você veio de carro e a estrada não está ruim, choveu e não está ruim, mas naquela época, Deus me livre! **Essas reivindicações, tudo isso a gente reunia, fazia grupo de reflexão nas reuniões da comunidade com o pessoal e reivindicava, tomava iniciativa para melhorar.** Hoje tem escola e todo mundo reclama, tem estrada e o povo reclama, tem o SUS e todo mundo reclama, mas isso tudo foi construído nessa época, com nossa luta, sabe. Não estou falando que não é

para não reclamar, não! Tem muita coisa para fazer e melhorar, mas tem que reconhecer já andou muito para frente (Alveraldo João dos Santos, entrevistado pelo autor em fevereiro de 2022, grifos nossos).

Assim, de posse dos livrinhos elaborados pelo MOBON, os membros dos grupos de reflexão, após a leitura do trecho bíblico proposto, partiam para a reflexão com perguntas simples seguidas de ações pontuais, discutidas e partilhadas por todos da comunidade, colocavam em prática o ver, julgar e agir.

Embora não fosse um movimento de caráter político, o MOBON fez com que a população envolvida nos trabalhos de comunidades, ao buscar retirar a religião da esfera meramente discursiva e tentar aplicá-la e vivenciá-la no dia a dia de sua realidade, experimentasse a organização em torno dos interesses mais imediatos de sua comunidade. A apatia e inércia diante das injustiças, da falta de acesso a serviços sobretudo de saúde e educação em que viviam os camponeses da Mata de Muriaé, constatado pelo padre Gwenael e narrado por alguns entrevistados, começam a serem quebradas por uma nova forma de socialização, pela qual as pessoas buscam melhorar a vida na comunidade. Ao promover o diálogo entre as pessoas a partir de leituras e discussões bíblicas, nasce nos camponeses a noção de coletivo, que se materializa na comunidade em que vivem. Essa noção de pertencimento lhes reforça a autoestima e a ideia de participação e cidadania.

Kerandel e Del Canto (1977, p. 32) observaram que as reuniões plenárias eram extremamente importantes na consolidação dos núcleos comunitários, uma vez que permitiam aos membros das várias equipes se conhecerem e se estimularem mutuamente, promovendo novas discussões sobre pontos não muito claros nas equipes de reflexão e, também, porque, nas reuniões plenárias, era possível traçar de forma mais ampla os planos da ação comunitária. Por meio dessas reuniões, presididas por líderes comunitários que tinham contatos constantes com o padre Gwenael, a Igreja Católica, por meio do pároco, controlava a atuação de cada um, dentre centenas, dos grupos de reflexão. Lado outro, a população fazia chegar ao pároco e ao MOBON seus anseios, carências, limitações, frustrações, conquistas e alegrias, vez que as lideranças comunitárias mantinham contato constante com os padres e, embora em menor intensidade, com os religiosos do MOBON.

As primeiras reuniões plenárias, vale frisar, eram presididas pelo próprio padre Gwenael, entretanto, com o passar do tempo, as próprias lideranças comunitárias passaram a dirigi-las. O interessante é que quem dirigia a plenária era sempre um líder comunitário de outra comunidade. Comerford (2003, p. 179) afirma que esse intercâmbio de lideranças

camponesas evitava que as várias comunidades se sentissem isoladas. Ademais, o fato de sempre os vários córregos receberem mensalmente lideranças de outras comunidades, seja do mesmo município ou de municípios vizinhos, sem dúvida fortalecia os trabalhos de cada uma das comunidades, afinal os camponeses se sentiam pertencentes a um grupo maior, que ia além de seu povoado e município. Não bastasse isso, havia uma troca de informações e experiências: o sucesso ou malogro de uma determinada experiência de uma comunidade era partilhado por várias outras.

Lado outro, as lideranças comunitárias também ganhavam mais credibilidade e autoestima, afinal passavam a ser conhecidas não apenas localmente, mas em todos os distritos e povoados do município e, também, em cidades vizinhas. Esse reconhecimento fazia com que cada vez mais camponeses se interessassem pelos cursos do MOBON, afinal a liderança comunitária era uma pessoa importante, uma espécie de professor que era esperado para coordenar trabalhos e falar sobre a Bíblia e a vida em comunidade.

Sobre esse intercâmbio de lideranças comunitárias, eis o depoimento de uma delas, 70 anos, viúvo, agricultor familiar aposentado, líder comunitário, ex-dirigente sindical de Miradouro e ex-presidente da associação de agricultores familiares do município.

Nós, por exemplo, nós estamos trabalhando quase que só no município, porque não tá tendo como trocar com o pessoal de fora, mas nós já trabalhamos no município de São Francisco, Vieiras, Eugenópolis, Tombos, Carangola, Divino... Nós rodamos para todo lado, nós conhecemos esse mundo todo, trocando: o pessoal de lá vem pra cá e nós vamos para lá. [...]. Esse método é bom demais. Essa semana agora a gente vai lá para a comunidade do São Pedro. Eu e o Carlinho é que foi sorteado para fazer o trabalho lá da Semana Santa. Eu nunca fui lá, mas a gente sabe que o pessoal vai receber a gente lá. E se o pessoal de lá vier aqui, vai ser bem recebido, também. Isso é muito bom. [...]. Porque é um lugar novo que você está indo, criando uma amizade boa. Eu vou coordenar, lá, dirigir a reunião mais o Carlinho, eles vão aprender com a gente, ver o nosso trabalho, e a gente vai lá e vai ver como eles estão fazendo, como eles organizam tudo. Nós aqui sabemos como quase todas as comunidades estão trabalhando e eles também sabem mais ou menos da gente. Aí, não fica um negócio isolado, entendeu? Um negócio, uma conclusão que a gente tirou aqui no Alegre, por exemplo, aquilo vai parar lá em Divino, São Francisco, entendeu? Todo mundo que está nesse movimento de comunidade, que dedica, vai se conhecendo. [...]. Sempre fui respeitado, meu trabalho, graças a Deus, sempre foi muito bem aceito em todo lugar que eu fui. Por exemplo, você estudou para advogado, eu só tenho o primário, tirado lá na roça, mesmo, aprendi a ler e fazer conta, mas para comunidade a pessoa não precisa ter estudo, porque a palavra de Deus é para todo mundo: se a pessoa tiver interesse, ela entra nesse trabalho de comunidade e dedica

que ela vai chegar e dar curso e coisa e tal. Mas tem que dedicar, refletir, participar. A palavra de Deus é para ser vivida e uma pessoa não precisa estudar para saber as dificuldades e as verdades da vida. Um pai de família que cria os filhos honestamente, que tenta criar, igual eu e muitos outros aí, é uma pessoa que tem o que falar. Isso é uma obrigação nossa (Geraldo Romualdo da Silva entrevistado pelo autor do trabalho em janeiro de 2022).

Percebe-se por esse depoimento que as CEBs criam uma rede de sociabilidade até então não experimentada pelos camponeses locais. Primeiro se reconhecem enquanto católicos por partilharem a mesma religião, mas também como camponeses, como pessoas que vivem de seu trabalho no meio rural, vivenciando dificuldades comuns a outras incontáveis pessoas que se encontram em situação similar e, deste modo, passa a existir uma noção de identidade com um grupo maior. Contudo, é o fato de haver um intercâmbio de lideranças entre as várias comunidades e municípios que vai propiciar essa experiência. Os vários membros das comunidades sabem-se integrados a um todo maior, compartilham reflexões e experiências, se constroem enquanto unidade, como pessoas que se reconhecem no outro e buscam resolver os problemas de sua localidade. Importante, ainda, notar que há uma valorização do homem comum da região: um homem que não estudou, mas que por tentar levar uma vida honesta e ser um bom pai de família tem muito o que ensinar e tem obrigação de fazê-lo.

Essas inovações, contudo, não foram bem aceitas pelos católicos tradicionais, principalmente por aqueles proprietários de maiores glebas de terra e que recorriam à contratação de mão-de-obra fora da família para explorar sua propriedade. Era comum que esses proprietários proibissem a realização de reuniões em suas fazendas, bem como não liberassem seus empregados para participar dos cursos do MOBON, uma vez que avessos a toda e qualquer forma de conscientização. Também eram contra o incentivo e as ações de alfabetização da população rural promovida pelas CEBs. Diante disso, os líderes comunitários passaram a ser alvos de deboche: eram chamados de padres ou padrecos, bem como de protestantes, uma vez que se dedicavam muito a falar de religião e ler a Bíblia; são também tachados de comunistas por promoverem reuniões com grupos pequenos e quererem organizar *comunidades* (KERANDEL; DEL CANTO, 1977, p. 43).

Em conversa informal com um antigo funcionário do INCRA em Muriaé e um afiliado ao Sindicato de Produtores Rurais do mesmo município, na sala de espera desse sindicato (assim se identificaram os dois senhores em conversa essa que não foi gravada, por inesperada), ambos, com cerca de 65 anos, se referiram ao “pessoal da CEBs” como “espertalhões” e “preguiçosos”, pois ganhavam “um dia de serviço para ficar falando besteiras

para os bobinhos da roça”. O produtor rural, a seu turno, fez considerações sobre o comportamento sexual dos padres envolvidos com as CEBs: afirmou alguns serem mulherengos, os demais homossexuais. Em sua concepção, nenhum deles era realmente padre, mas “agitadores subversivos”, que não tinham qualquer compromisso com a religião.

Um entrevistado de Miradouro, católico que sempre participou das atividades na matriz da cidade, afirmou:

Eu nunca fui de amores com as comunidades. Todo mundo pode ter religião, pode participar? Pode. Mas e fazer política com a religião? Isso eu não acho certo e a maioria não acha certo. A CEB mistura e faz muita política com religião. E eles não são de respeitar muito a fala do padre nada. Se aparecer um padre deles então... Teve um padre aqui em Miradouro, só esse que foi mais bobo, que pegou a dar muita abertura para esse pessoal de comunidade e um monte de gente daqui parou de ir na missa dele. Saia carro daqui para assistir missa em São Francisco do Glória, Vieiras, Muriaé para não escutar aquele nhã-nhã-nhã de política de padre. O pessoal fez uma greve da missa dele e Leopoldina tirou ele daqui porque, assim, a população não aceitou aquilo. (L.G.S., entrevistado pelo pesquisador em maio de 2022).

Esse episódio se deu na paróquia de Miradouro, quando era padre o sacerdote Luiz Otávio. Diante disso, ou seja, da insurgência de uma fissura e disputas internas no catolicismo local, é possível afirmar, com fundamento no já citado trabalho de LÖWY (2000), que as CEBs marcam o nascimento de uma nova vertente de catolicismo na região, que poderia ser chamado de catolicismo camponês ou das comunidades. Prova de insurgência dessa nova religiosidade é a tensão gerada na região pela ação pastoral do padre Gwenael e do MOBON, afinal:

A liderança da comunidade abre um novo espaço de diferenciação dentro do córrego, ao mesmo tempo que coloca como questão a participação ou não da comunidade. Possivelmente esses aspectos apontam para formas tradicionais de controle que passam a ser aplicadas sobre essa nova entidade que é a comunidade: o córrego controla sua diferenciação interna, deslegitimando pretensões de distinção e poder; os proprietários maiores controlam seus domínios e ‘sua gente’, tendendo a expulsar interferências ‘externas’; por fim, as famílias tradicionalmente reconhecidas como aqueles que gostam de religião se opõem à concorrência dessa ‘religião da Boa Nova’ (como dizem alguns entrevistados na região). O padre (referência ao padre Gwenael) lembra ainda da importância da presença frequente do padre nas comunidades nessa fase inicial dessas comunidades heterodoxas, apoiando os novos líderes igualmente heterodoxos frente à ridicularização, críticas e

comentários que expressam o controle sobre as pretensões de diferenciação das famílias que participam da comunidade (COMERFOR, 2003, p. 184)¹⁷.

As comunidades e seus líderes são, pois, vistos pelos *fazendeiros* como sendo uma ameaça à estrutura de dominação até então montada. Importante notar que não há, ainda, a criação de um partido político para disputar o poder local ou a instituição de um sindicato – o que só veio a ocorrer em meados da década de 1980 –, entretanto, conforme constatado pelo padre Gwenaël, a simples organização dos camponeses, ainda que com caráter marcadamente religioso, buscando discutir problemas do dia-a-dia e implementar ações para resolvê-los, é vista com uma ameaça pelos maiores proprietários de terras ou *fazendeiros*, que a todo custo tentam desautorizar a atividade das CEBs.

¹⁷ Aqui o autor contrapõe córrego à comunidade. O primeiro seria o espaço geográfico e humano controlado pelas famílias tradicionais e de maiores posses no local; a segunda seria o grupo de pessoas que passaram a organizar-se em torno das CEBs, ainda que com base geográfica no córrego.

CAPÍTULO 5: OS CAPITAIS E *HABITUS* DESENVOLVIDOS PELOS CAMPONESES COM AS CEBs E A AGÊNCIA PARA ALÉM DO CAMPO RELIGIOSO

O objetivo do presente capítulo é demonstrar como a ação mediadora da Igreja Católica na região recortada engendrou capitais culturais e sociais específicos entre os camponeses da Microrregião da Mata de Muriaé, especificamente, em Miradouro, bem como esses capitais começaram a circular e a se valorizar no meio camponês, ganhando cada vez mais reconhecimento e força simbólica. Também, neste capítulo, buscou-se demonstrar e descrever o surgimento de um novo *habitus* entre os camponeses, oriundo não só da força da religiosidade, mas também de valores comunitários e ideais de justiça e participação que dotaram de valor simbólico os capitais aqui tratados e, de certo modo, não só habilitou os camponeses para uma organização para além do campo religioso, mas também os motivou a tanto. Ao final, deste capítulo abordou-se como esses novos capitais e *habitus* promoveram o reconhecimento dos camponeses enquanto categoria específica, marcando posições de conflitos e rupturas nos campos políticos e sindicais.

5.1 Os capitais culturais e sociais nascidos da prática cequista

As CEBs, implantadas pela ação do padre Gwenaél e o MOBON, movimentadas pelos camponeses católicos da Mata de Muriaé e pelos cursos do MOBON, inclusive no município de Miradouro, tornaram-se verdadeiros núcleos de produção de capitais culturais e sociais bem como elemento fundamental na formação de um novo *habitus* camponês na região, funcionando, ainda, como mercado onde esses capitais e *habitus* circulavam e se valorizavam entre os camponeses.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, tanto nos cursos ministrados pelo MOBON quanto nas reuniões das CEBs, havia um grande incentivo para que todos falassem, não só o padre, celebrante ou fosse lá quem presidisse as reuniões ou outros eventos religiosos. Essa prática, iniciada na segunda metade da década de 1960, permitiu aos camponeses desenvolver diversas habilidades bastante sofisticadas, complexas, sejam elas de caráter discursivo, organizacionais e relacionais, que vieram a se tornar fundamentais em autoafirmação enquanto indivíduos e mesmo categoria, tais como: Falar em público sem temer preconceitos linguísticos e até mesmo sabendo desvencilhar-se dos mesmos; debater problemas reais e abstratos, respeitando os vários pontos de vistas sobre um dado tema, tendo por princípio a valorização do diálogo; interpretar as falas e a palavra escrita a partir da leitura

da Bíblia e das publicações destinadas às reuniões das CEBs; ouvir e matizar o teor das palavras em disputas discursivas; dominar técnicas de oratória; organizar reuniões e dirigi-las; criar e obedecer regras e pautas em assembleias; deliberar em grupo; organizar comissões para falar pelo grupo; estabelecer contatos com diversas comunidades diferentes para tratar de temas comuns, sobretudo relativos às atividades das CEBs. A atividade cebista dos camponeses também os levou a debater questões mais práticas, não somente religiosas, de forma a fazer com que se sentissem habilitados a falar sobre desigualdade social, injustiça, direitos, cidadania, democracia e participação política.



Capela rural na comunidade do Sapé, em Miradouro.

Foto do arquivo do autor.

Essas habilidades tornam-se verdadeiros capitais culturais entre os camponeses, de sorte que saber falar bem nas reuniões, organizar dinâmicas interessantes, criar um ambiente acolhedor e agradável para uma reunião, falar com segurança sobre temas religiosos, ter conhecimento sobre direitos, sobre o noticiário político, dentre outras informações, tudo isso começa por atrair a atenção e a admiração no meio camponês. Essas habilidades, porquanto admiradas no meio rural, passam a ser desejadas, buscadas, cultivadas e aprimoradas no meio camponês, sendo as reuniões de CEBs e os cursos do MOBON sua principal fonte. O depoimento abaixo, sob esse aspecto é significativo.

Desde menininha eu ia em reunião de CEB. Eu tinha aquele desejo de participar, de fazer os cursos do MOBON. Por que, assim, o pessoal sabia explicar, falar com propriedade dos vários assuntos. Eu tinha o desejo de estar naquela posição também. Eu queria tanto, que o Isaias do sindicato arrumou para mim, sem poder, porque eu não tinha, ainda, idade para ir fazer um curso lá no MOBON [...]. Eu

tinha 16, não tinha nem 17 ainda. Eu fui com um pessoal aqui lá para Dom Cavati. [...] Eu nem pensava em estudar, fazer faculdade, nessa época. Era uma coisa que era impossível para mim, na minha cabeça, mas é diferente. A CEBs foi mais importante para mim que minha faculdade, que foi muito boa [a entrevistada é bacharel em serviço social, tendo duas especializações na área]. Até hoje eu participo desse movimento e gosto. Veio, semana passada, um cara de Tarumirim para passar um curso para a gente, da campanha da fraternidade, que é sobre educação. É sempre uma pessoa de fora que vem, são leigos, não é igual você que é pesquisador, que estudou, doutorado. Nada disso, são leigos. Tem as vezes, no máximo, a quarta série e você vê a sabedoria daquelas pessoas, que discutem os problemas atuais, que pensam sobre a realidade. Eu fiz o meu trabalho de conclusão de curso de Serviço Social sobre lideranças comunitárias, porque eu pensava, “Como pode uma pessoa que não tem a quarta série conseguir ministrar um curso, organizar um sindicato, ser uma liderança, sabe?”, por exemplo, o Isaías, como ele consegue. Quando ele pega para falar, a gente descobre a sabedoria que essas pessoas têm. E essas informações são a combinação das vivências e dos cursos e encontros que essas pessoas vão fazendo. Então dá show, dá banho em quem tem faculdade. Até hoje, eu admiro essas pessoas, admiro muito, imagina quando era menina, nova lá na roça, no Alegre. Como é que a gente não fica doida para participar e dar curso, também. É muito gratificante. Você sente que está fazendo uma coisa boa, você está fazendo sua parte... Eu sempre dediquei a isso... É... recentemente, participei de um encontro lá no Vale do Jequitinhonha e falei, lá, sobre a questão da mulher e da terra, mas não é porque eu sou formada, mas porque eu sou do movimento, eu tenho essa vivência, minha mesmo, e que outras pessoas de vários lugares compartilharam comigo (Gilsilene Mendes, entrevistada pelo pesquisador em junho de 2023).

Também o depoimento de Geraldo Romualdo Silva, cerca de 70 anos, viúvo, agricultor familiar aposentado, líder comunitário, ex-dirigente sindical de Miradouro e ex-presidente da associação de agricultores familiares do município, liderança comunitária e cursilista do MOBON, já citado nesta pesquisa, é de valia para compreender esse fenômeno.

Nós já trabalhamos no município de São Francisco, Vieiras, Eugenópolis, Tombos, Carangola, Divino... Nós rodamos para todo lado trocando: o pessoal de lá vem pra cá e nós vamos para lá. [...]. Esse método é bom demais. Essa semana agora a gente vai lá para a comunidade do São Pedro. Eu e o Carlinho é que foi sorteado para fazer o trabalho lá da Semana Santa. Eu nunca fui lá, mas a gente sabe que o pessoal vai receber a gente lá. E se o pessoal de lá vier aqui, vai ser bem recebido, também. [...]. Porque é um lugar novo que você está indo, criando uma amizade boa. Eu vou coordenar, lá, dirigir a reunião mais o Carlinho, eles vão aprender com a gente, ver o nosso trabalho, e a gente vai lá e vai ver como eles estão fazendo, como eles

organizam tudo. Nós aqui sabemos como quase todas as comunidades estão trabalhando e eles também sabem mais ou menos da gente. Aí, não fica um negócio isolado, entendeu? Um negócio, uma conclusão que a gente tirou aqui no Alegre, por exemplo, aquilo vai parar lá em Divino, São Francisco, entendeu? Todo mundo que está nesse movimento de comunidade, que dedica, vai se conhecendo. [...]. Sempre fui respeitado, meu trabalho, graças a Deus, sempre foi muito bem aceito em todo lugar que eu fui. Por exemplo, você estudou para advogado, eu só tenho o primário, tirado lá na roça, mesmo, aprendi a ler e fazer conta, mas para comunidade a pessoa não precisa ter estudo, porque a palavra de Deus é para todo mundo: se a pessoa tiver interesse, ela entra nesse trabalho de comunidade e dedica que ela vai chegar e dar curso e coisa e tal. Mas tem que dedicar, refletir, participar. A palavra de Deus é para ser vivida e uma pessoa não precisa estudar para saber as dificuldades e as verdades da vida. Um pai de família que cria os filhos honestamente, que tenta criar, igual eu e muitos outros aí, é uma pessoa que tem o que falar. Isso é uma obrigação nossa (Geraldo Romualdo da Silva, entrevistado pelo autor do trabalho em janeiro de 2022).

Em ambos os depoimentos, as lideranças comunitárias enfatizam o valor dos saberes e habilidades que suas participações na CEBs lhes legaram. Trata-se, verdadeiramente, de um capital cultural que lhes permite se tornarem referências nas comunidades rurais no campo religioso perante as comunidades. São, as lideranças comunitárias, nesse meio, pessoas importantes, reconhecidas, que angariam a admiração de muitos. Importante notar que a palavra dedicação pode ser lida em ambos os depoimentos, ou seja, para se chegar a uma situação de reconhecimento, ter as habilidades de ministrar cursos, de dirigir trabalhos plenários, se faz necessário participar, estudar, trocar experiências, enfim, dedicar-se ao trabalho de comunidade. Também, em ambos os depoimentos, é possível verificar a especificidade do capital cultural detido pelos camponeses ligados aos trabalhos cebistas à medida que ambos afirmam que não é pelo fato de o entrevistador ser pesquisador ou advogado que o habilitaria ou garantiria seu sucesso junto às CEBs, mas, sim, ao fato de fazer parte e viver em comunidade.

É, pois, a vivência cebista a grande produtora de capitais culturais com valor simbólico agregado que dota os camponeses de Miradouro e região de legitimidade e reconhecimento no campo religioso entre seus pares. É também nas CEBs o mercado onde esses capitais circulam, se multiplicam e se valorizam, afinal a participação perene e intensa de uma dada liderança aos trabalhos de comunidade, sua dedicação aos cursos, à leitura e ao

estudo, gera um maior reconhecimento não só junto à própria comunidade, mas também fora dos limites de seu bairro e até mesmo município.



Uma comunidade rural recebe o pároco da cidade.

Fonte: Foto do arquivo da liderança Gilsilene (à direita, de laranja).

Essa circulação das lideranças por várias comunidades, quer ministrando cursos, presidindo reuniões, representando suas respectivas comunidades ou realizando celebrações, além de agregar valores simbólicos aos capitais culturais engendrados nas CEBs, à medida que promove sua valorização e potencializa o reconhecimento, propiciou o nascimento de uma nova espécie de capital social aos camponeses locais. Os camponeses, inicialmente no campo religioso, começam, por meio dos trabalhos cebistas, a criar redes de sociabilidades de valorização e promoção mútua. O convívio entre si ganha novos matizes, uma vez que passam a se reconhecerem como pessoas com habilidades comunicativas e de interpretação de mundo próprias, que podem se juntar para melhor compreender o mundo em que se situam. Esse capital social inicialmente efetivo tão somente nas atividades religiosas acabará por ser mobilizado para a articulação em outros campos, como o sindical e o político.

A força desse capital social de origem cebista engendrado entre os camponeses pode ser verificado no caso específico de Miradouro, a partir do depoimento de uma liderança comunitária local, 68 anos, agricultor familiar aposentado, líder comunitário ativo, ex-dirigente sindical em Miradouro.

Padre nenhum deu apoio à gente aqui. Teve o padre Jorge, só. Ele gostava do trabalho de comunidade, apoiava, levava o pessoal para dentro da Igreja e tal.

Tiraram ele daqui por causa disso. Ele era um padre defensor dos pobres, dos oprimidos, marginalizados. Ele veio para dar assistência ao meio rural, às Comunidades Eclesiais de Base, então ele defendia o pequeno de unha e dente, igual nós mesmo, então ele foi perseguido. Até que quando ele falou que ia embora, o povo de igreja aqui fez um abaixo assinado para fazer ele voltar, não conseguimos. Mas o resto [referência aos outros padres que passaram pela cidade], nenhum apoiou as CEBs. O apoio de padre veio dos padres de fora: do padre Marcel, Gwenaël, o padre Agostinho. [...]. Para tudo quanto é lado o sindicato de trabalhador rural começou a funcionar em espaço da Igreja, sabe como é. Aqui em Miradouro nós tivemos de alugar uma salinha para começar. Mas o tempo que o padre Jorge ficou aqui, a gente teve muito apoio da Igreja do Miradouro pra tudo (Geraldo Romualdo da Silva, entrevistado em janeiro de 2022).

Alguns padres da região, que vieram após a instalação das primeiras CEBs pelo MOBON e por padre Gwenaël, sobretudo padres Agostinho e Marcel, respectivamente em Muriaé e Vieiras, foram incentivadores das CEBs em suas paróquias. Em Miradouro, os padres não se manifestavam tanto a favor, sendo mais vinculados à população urbana, como afirmaram também outros entrevistados. Em verdade, não há relatos de objeções ou não recomendações dos trabalhos nas CEBs pelos padres, mas tão somente uma falta de apoio. Essa característica, entretanto, não impediu que os trabalhos se organizassem e as comunidades de Miradouro se tornassem destaque na região, conforme mencionou o entrevistado frei Gilberto, pároco de Belisário (um distrito rural de Muriaé na divisa com Miradouro). Essa característica se deve ao vigor do capital social desenvolvido pelas CEBs na região, de sorte que, ainda que o padre local não apoiasse os trabalhos cevistas, esses, uma vez implantados, tinham a tendência de prosseguir em virtude da rede de ligação entre as comunidades e lideranças diversas, o que extrapolava até mesmo os limites administrativos municipais e paroquiais numa rede que envolvia incontáveis capelas e trabalhadores rurais em reuniões com rezas, cantos e reflexões compartilhadas em torno de livretos publicados pelo MOBON.

É de se supor que o fato de os párocos locais não terem apoiado a organização campesina em Miradouro, tenha feito com que nesse município o movimento se tornasse mais sindical e político, sem, contudo, perder os valores religiosos que o engendrou.

5.2 Um novo *habitus* entre os camponeses

Há, também, a criação de um novo *habitus* camponês a partir da consolidação das atividades cevistas. Em contraposição à pedagogia do sofrimento (COMERFORD, 2003, p. 113), onde predominava um *habitus* que se caracterizou como de resignação e pragmatismo

no capítulo II deste trabalho, nasce um novo padrão valorativo entre os camponeses a norteá-los em seus posicionamentos diante da realidade por eles vivenciada.

Nos dois últimos depoimentos analisados (item 5.1), é possível vislumbrar que há uma experiência, uma sabedoria, enfim, algo abstrato que a vivência no trabalho de CEBs propiciaria que somente poderia ser encontrado ali, na atividade pastoral junto a seus pares. Como dito por vários entrevistados, não é o diploma universitário ou o ensino formal que os habilitaria a trabalhar como lideranças cebistas, nem, tampouco, o fato de ser um católico atuante, mas sim o fato de se ter uma vivência cristã em comunidade, ou seja, por meio das CEBs.

Numa reunião com as lideranças da CPT de Minas Gerais, na Comunidade de São José do Sapé, corrida em 16 de novembro de 2023, foi convidado o autor da presente tese, em virtude de suas pesquisas, a fazer uma preleção sobre o que esperar do novo governo Lula (Reunião essa que não se permitiu gravações em áudio). Nessa ocasião, o frei Paulo Gabriel, a todo momento, falava da mística que cada CEB deveria ter e que, para que cada CEB tivesse sua mística, necessário se fazia que cada um dos integrantes das comunidades, dos grupos de reflexão, descobrisse e desenvolvesse sua mística. Essa mística, segundo o frei, seria a motivação mais profunda que levaria uma pessoa a se engajar nos trabalhos de comunidade e que seriam imperativos para pautar sua boa conduta enquanto cristão renovado¹⁸. Nos momentos de reflexão, nas falas das lideranças participantes do evento, essas lideranças expuseram suas místicas e as místicas das comunidades das quais faziam parte. Os discursos eram comuns e uniformes, estando presentes expressões como: compromisso com o bem comum, opção pelos pobres, combate às desigualdades sociais, sociedade mais justa, construção do reino de Deus aqui, luta pelos mais pobres, participação política para combater injustiças sociais, conversão social real, dentre outras, eram a tônica das falas. Esse momento poderia ser descrito, pela gravidade das falas de cada indivíduo e pelo espesso silêncio e concentração de cada um dos ouvintes, como verdadeira profissão de fé, como renovação de um compromisso anteriormente assumido e renovado pelas lideranças. A despeito de ser um encontro de caráter religioso e que tratava de valores religiosos internalizados, palavras e expressões de caráter transcendental, tais como oração, adoração, salvação da alma, milagre, céu ou inferno não foram mencionadas. Importante, ainda, notar que, embora frei Paulo Gabriel tenha dito que a mística era individual, particular de cada um, é possível perceber uma

¹⁸ Aqui o adjetivo renovado não tem a mesma carga semântica do que aquele utilizado pela renovação carismática católica. Renovado, para o grupo que então se reunia, seriam os católicos que teriam abdicado de uma religião simplesmente contemplativa e se engajado nos propósitos sociais do cristianismo.

uniformidade nos discursos: combate às injustiças e a busca de uma vida mais digna já nesse mundo, não em uma vida após a morte.

Esse mesmo rol de valores e preceitos, a quem os religiosos e a Igreja nomeavam de mística, foi verificado em várias das entrevistas coletadas nas comunidades rurais de Miradouro e seu entorno. Essa ligação do religioso com o secular, com o social e político, se verifica, ainda, na forma como o MOBON se define:

O Movimento da Boa Nova não faz, senão, criar condições para que os leigos e leigas se descubram como fermento na Igreja e na sociedade. É por meio deles que a palavra vai se transformando em ações que fazem crescer a vida das comunidades: os grupos de reflexão, a catequese, a liturgia os conselhos comunitários, os trabalhos de diferentes pastorais...

Também é por meio dos leigos que se fortalecem as ferramentas em defesa da vida e com a participação consciente e crítica nos movimentos populares, nas associações, nos sindicatos combativos, na política partidária com responsabilidade em função do bem comum. Sim, o Reino de Deus é com o fermento... e quanto crescimento tem acontecido em nossa região a partir da ação comprometida dos leigos e leigas que assumem seu batismo de levam a sério a Palavra de Deus lida de frente para a realidade (MOBON, 2023)¹⁹

Pode-se, pois, afirmar que os camponeses envolvidos com as CEBs, nas comunidades rurais nascidas pela ação do padre Gwenael e do MOBON na Mata de Muriaé, sobretudo em Miradouro, desenvolveram e internalizaram um *habitus* voltado para a organização de movimentos sociais, de ações e participação política e combate a injustiças, a que Oliveira denominou *habitus* militante (2012, p. 80).

Com a disseminação dos trabalhos das CEBs e popularização dos cursos do MOBON junto à população rural, os camponeses, que antes pautavam suas condutas quase que exclusivamente pela subordinação aos fazendeiros e chefes políticos locais, buscando o favor das famílias dominantes para suprir suas necessidades relacionadas, sobretudo, a trabalho, acesso a serviços de saúde e educação, dentre outros, passam a acreditar na força da organização da comunidade e do direito para satisfazer suas demandas. Buscam por maior justiça social, por melhores condições de trabalho, substituição da ideia de favores pessoais por direitos, e uma crença na possibilidade de melhorar a vida por meio da organização social e política passam a influir nas decisões, comportamentos ou, ao menos, nas cogitações do camponês local. O novo *habitus* que nasce entre os camponeses não substitui o anterior, a que

¹⁹ MOBON — Movimento da Boa Nova. Quem Somos. Disponível em: <http://mobon.org.br/quem-somos/>. Acesso em 28 jun. 2023.

se identificou como sendo de subserviência, porém passa a rivalizar com ele no meio camponês.

5.3 A Organização camponesa para além do campo religioso: os efeitos inesperados da mediação

Conforme enfatizado por Oliveira (2012, p. 189), os contatos do MOBON por seus agentes missionários com movimentos católicos mais politizados tornaram inevitável o surgimento de críticas ao trabalho do Movimento da Boa Nova, críticas essas que acabaram por atingir e influenciar as lideranças leigas. Por mais que o discurso e a ação política fossem vistos com reservas pelo MOBON, esses elementos passaram a penetrar na estrutura do movimento, promovendo transformações nos trabalhos dos missionários e lideranças leigas. Assim, se inicialmente o objetivo do MOBON, conforme visto anteriormente, era de tão somente instalar comunidades religiosas, com o tempo, o contato com a realidade camponesa e as novas concepções surgidas na Igreja a partir do Concílio do Vaticano II fizeram que o movimento se aproximasse da ação política, inclusive incentivando aos católicos que se organizassem em associações, sindicatos, bem como se aventurassem na ação político partidária.

O irmão sacramentino João Resende, também do MOBON, afirma que essa mudança se deu de forma lenta.

A gente foi entendendo que essa fé exigia uma atuação, mas não entrou muito na questão da política não, entrou mais na questão social, sindicato, 1975 mais ou menos, a fase do sindicato. Como é que nós vamos viver a nossa fé se a gente não se organiza, o trabalhador, sobretudo, trabalhador rural que está aí, a mercê de ninguém? [...] aí o pessoal foi despertando, não foi a gente que foi fundar sindicato, mas ele foi caçar um jeito com toda aquela dificuldade, já pensou um cara da roça partir pra fazer um estatuto de sindicato, que luta, que parto, igual parto de elefante. Um cara podia dar uma mãozinha, mas eles é que faziam aquilo, mas depois foi ficando forte e eles foram caminhando. Ali em Tombos, Eugenópolis, Espera Feliz, Muriaé e foi levando (João Resende *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 190).

Perguntado sobre a atuação do MOBON na fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais de Muriaé e região na década de 1980, respondeu Alípio

O MOBON não tem nada a ver com os sindicatos. O MOBON é um movimento de fé libertadora que veio despertar a conversão social e religiosa. Porque não adianta só rezar, tem que buscar a política, que é a busca do bem de todos: o céu não é só lá em cima, não, o céu é aqui também, tem que olhar para a terra. Conversão não pode

desligar da terra. [...]. Se o sindicato foi um jeito que as pessoas acharam para viver essa conversão, elas é que fizeram pra lá, em Muriaé e em outros lugares, foi a solução deles. O MOBON não teve essa função: É evangelização! Se fizeram o sindicato, ou o que estão fazendo com o sindicato, não está relacionado com o MOBON. Agora, ali embaixo [referindo-se a um espaço na casa do MOBON], organizamos um curso de técnico em rede de transmissão elétrica, gratuito. A pessoa só paga se arranjar emprego depois, a gente divide. Isso é uma forma de trabalhar a conversão, também: o que um jovem quer hoje, casar, ter uma família, poder comprar um carro e uma moto para ele se situar no mundo, esse curso é uma forma da gente, cristão renovado, propiciar isso para as pessoas (Alípio Jacinto da Costa, entrevistado pelo autor do trabalho em dezembro de 2011).

Como típica instituição que promove a mediação entre grupos sociais por meio de seus agentes, o MOBON e, sobretudo, seus agentes mediadores não estão infensos a sofrer influência dos mediados. A demanda dos camponeses por maior visibilidade política a fim de promover melhoras em suas condições de vida fez com que houvesse uma inclinação do movimento para aspectos políticos, mesmo que esse não fosse seu objetivo essencial, porém uma evangelização comprometida com a realidade fez com que o movimento tomasse essa direção. Conforme dito alhures, os processos de mediação, por melhor planejados que sejam, possuem resultados imprevisíveis, bem como promovem a transformação não só dos mediados, mas também dos mediadores (NEVES, 2008, p. 39; ZANGELMI, 2011, p. 113). Sendo assim, a evolução do MOBOM para o que se tornou, bem como o desenvolvimento dos capitais culturais e sociais específicos entre os camponeses, assim como o novo *habitus* militante surgido a partir do surgimento das CEBs na região não foi uma imposição ou dádiva unilateral, mas sim um repertório de habilidades e valores construído mutuamente, de forma paulatina, entre mediadores e mediados²⁰.

Segundo More (2018, p. 141 - 142), em análise aos conceitos de *habitus* e capital em Bourdieu, a formação do *habitus* ocorre, sobretudo, na família, no âmbito doméstico, todavia seria por meio da educação institucional que se daria de forma mais intensa a incorporação de *habitus* enquanto capital cultural elaborado para a atuação em campos outros que não o meramente familiar ou aqueles mais próximos à reprodução da vida social camponesa

²⁰ O entrevistado indica, uma nova demanda social que pressiona o movimento para novos rumos: A qualificação profissional para fins de melhor inserção no mercado de trabalho impeliu o movimento a promover um curso técnico, sendo o entrevistado um dos idealizadores desse projeto. Isso demonstra a capilaridade do MOBON, por meio de seus mediadores, em receber as influências do público mediado e se transformar de forma imprevisível para adequar-se às necessidades ou expectativas dos mediados.

(trabalho, religião, etc.). Pelo que se pôde perceber no capítulo anterior, a participação ativa dos camponeses no campo religioso dotou-os de valores e capitais culturais e sociais que os permitiram atuar com proficiência incontestada na fundação e atuação junto às CEBs, participando dos grupos de reflexão e das reuniões plenárias, transformando muitos camponeses em repetidores dos cursos do MOBON. Esses capitais passaram a serem manejados a partir de uma gama de valores e pré-disposições aqui denominada de *habitus* dialógico-militante. Uma liderança comunitária, questionada sobre o trabalho de conscientização acerca de direitos ou organização política pelo MOBON, confirma o depoimento dos irmãos sacramentinos.

O MOBON só dava os tópicos, o trabalho, mesmo, era na CEBs. Mas aquilo que a Igreja exige perante os Evangelhos, eles pegavam a expor para a gente... Mas não ficar preso só no espiritualismo, né!? Ia pregando as coisas aí até descobrir, ia, assim, dando uns toques, na leitura de um Esdras, de um Macabeus, aquela do Egito que eu falei agora mesmo e outras mais. Então pegava aqueles pontinhos, falava daquilo ali e deixava o povo inculcar. Não é que o Zé Resende e o Alípio abria o jogo sobre direitos, lei... Não abria, não. O trabalho deles não era esse. Mas eu acho, hoje, que deveria ter despertado mais, mas não era o campo deles. Esses questionamentos, essas críticas, vinha da gente, na CEBs, não do MOBON (Geraldo Pires Amorim, entrevistado pelo autor do trabalho em março de 2022).

Embora o MOBON não tivesse objetivos políticos e não “abrisse o jogo sobre leis e direitos”, as atividades exercidas pelas comunidades de base revelaram-se uma ação política, uma vez que mobilizavam a população rural, em sua maioria pequenos proprietários e seus familiares, mas também parceiros e empregados rurais para as questões práticas da comunidade. Percebe-se, aqui, que a questão dos direitos trabalhistas que eram sonhados à população rural não foi trazida à baila pelo MOBON, mas foi levada pela população rural aos grupos de reflexão das CEBs, ou seja, os trabalhadores rurais, a partir de sua organização no campo religioso demandavam dos mediadores, missionários do MOBON, uma atenção específica para seus problemas temporais. O depoimento da liderança comunitária e sindical Terezinha Gomes, vereadora por dois mandatos pelo PT em Miradouro (MG), ilustra como se dava esse trabalho de reflexão na descoberta de injustiças.

Quando as pessoas chegavam à conclusão que aquela realidade que ela vivia era uma realidade injusta, não desejada por Deus, aí despertava aquele desejo de mudança na pessoa. Isso foi um papel importante, porque a Igreja falava,[...],que é mais fácil um camelo passar no fundo da agulha, do que um rico ir pro céu: Então o bom era ser pobre, né?[...]. Mas na reflexão da CEBs, [...], era diferente: Ah, você

está aqui, não tem estrada, não tem saúde, [...]. Mas por quê? Aí fala do rei Salomão e vem a reflexão: O prefeito ou o dono da terra quer ganhar muito, quer fazer só para o seu grupo. Então essa pobreza vem é da exploração, do olho grande. E as pessoas iam vendo aquilo de outra forma. A questão das mulheres, aquela discriminação, aquela coisa e tudo: ia naquela passagem da bíblia que os fariseus levam a prostituta para apedrejar[...]. Então aquilo ali era usado para mostrar os direitos das mulheres, da importância das mulheres se libertarem, buscar o mercado de trabalho... Trazer a reflexão da Bíblia para a realidade concreta da pessoa. [...]. Eles [MOBON] pegam a Bíblia e botam o pessoal para interpretar nos problemas locais. Eles pegavam aquilo e começavam a identificar: na nossa comunidade temos alguém que podemos comparar com a Judite, a Esther? Tinha também os livros de novena: contava as histórias das próprias comunidades, o agricultor, agricultora, virava personagem da reflexão, entendeu? Tinha o negócio da ‘Lição da Vida’; até hoje tem nos livrinhos: Contava o caso do vizinho da gente, que superou uma doença, que adotou uma criança. Então as pessoas se viam protagonistas da história dela, aí é lógico que muda mesmo, isso é qualquer um, uma questão de autoestima, até (Terezinha Gomes, em entrevista realizada pelo autor do trabalho em junho de 2022).

Um dos problemas marcantes da região, conforme visto, era o desrespeito aos direitos trabalhistas e ao Estatuto da Terra. Um projeto de evangelização que preconizasse uma “conversão social”, que pretendesse engendrar uma sociedade mais justa e fraterna, fatalmente teria que tratar da exploração sofrida pelos trabalhadores rurais na região e do precário acesso dessa parcela da população aos serviços públicos, pontos fulcrais da realidade camponesa local. No depoimento acima transcrito, percebe-se que a noção de *pobreza* como virtude é questionada. Buscando subsídios na Bíblia, surge, no discurso das CEBs, a ideia de exploração de uns sobre os outros: a *pobreza* não interessa a Deus, mas sim a quem ganha com ela. Ao refletir sobre sua realidade, os camponeses vinculados às CEBs passam a enxergar a situação a que estão submetidos como de opressão, passando a rejeitá-la, almejando, assim, um protagonismo na condução da própria história. Essas reflexões, como disse a entrevistada, passavam necessariamente pela realidade local, vivenciada pelos camponeses: a história que estava nos livrinhos do MOBON²¹ e em pauta nas reuniões de reflexão e plenárias eram a deles próprios, o que resultou num acréscimo na autoestima dos cebistas da região.

²¹²¹ Interessante notar que, de fato, a linguagem adotada nos livrinhos do MOBON é por demais aberta. Perguntas de caráter genérico, uso de termos abstrato, palavras de com amplo leque semântico, uso de reticências. Tudo isso permite que a interpretação do texto neles contido abranja grande quantidade de situações. Por isso a fala do entrevistado Geraldo Pires Amorim: “O MOBON só dava os tópicos, o trabalho, mesmo, era na CEBs”. Essa abertura de linguagem permitia que as comunidades buscassem em suas entranhas os temas que lhes fossem mais afetos e os trabalhassem em suas reuniões locais e plenárias.

Pode-se, pois, afirmar que os cursos do MOBON e a participação nas CEBs serviu como verdadeira escola, à medida que dotou os camponeses locais de argumentos, disposições e atitudes, ou seja *habitus*, não só para questionar como também para buscar soluções para os problemas imediatos vivenciados pela população. O depoimento de uma tradicional liderança de Miradouro ajuda a compreender a extrapolação desse *habitus* militante e dos capitais culturais e sociais cultivados pelos camponeses para além do campo religioso.

Então, a CEBs, a gente começou a partir delas, e passou a ter compromisso com outras coisas e coisas de cristão. Eu aprendi ser da igreja a partir da teologia da libertação. Essas outras igrejas, para mim, eu não considero muito, não. Eu considero o movimento social da igreja, eu considero o movimento de fé e cidadania, mas eu não considero essas outras muito não... Eu acho inútil, acho que faz mais mal do que bem, porque as pessoas ao invés de assumir uma responsabilidade, fica deixando para ver o que Deus vai fazer. As vezes não é coisa de Deus fazer, é coisa da gente fazer. Pois senão a gente vai deixar por conta de Deus, se a gente não pusesse a mão e fosse atrás, aí não tinha sindicato, não tinha PT, não tinha organização nenhuma (José Tote, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

Enquanto José Tote, um dos fundadores de do STTR de Miradouro, do PT e de várias associações da agricultura familiar, com seu discurso, demonstra argumentos e disposições para uma atuação a fim de melhorar a realidade local, a liderança Alveraldo complementa a evidência com ações ocorridas no Patrimônio dos Carneiros, comunidade da zona rural de Muriaé. Eis dois momentos da entrevista:

[...] a comunidade busca uma conversão aqui na terra, o reino de Deus começa aqui na terra. É isso que a gente acredita: Jesus curava doente para que essa pessoa tivesse saúde e vivesse bem aqui nesse mundo [...]. Então a comunidade tem essa coisa, de melhorar a vida do povo aqui, [...], com o social. Aqui no Patrimônio não tinha estrada, não tinha um posto de saúde, não tinha escola, não tinha nada. Para você ter uma ideia, nós fizemos aqui, sem o apoio da prefeitura, de nada, um posto de saúde e pusemos para funcionar. Contratava um médico, no início, e ele vinha dar consulta aqui para o pessoal que precisava, de graça. Não tinha ainda construído um posto de saúde, então cada vez que o médico vinha, o posto de saúde era na casa de um aqui. Aí nós começamos a construir um local onde seria o posto de saúde. Só aí é que o prefeito foi saber o que estava acontecendo e veio ele e o vice aqui ver. [...]. Foi no governo do Pedro Fraga, em 75... Aí ele elogiou muito e falou que o município iria assumir o posto, ia construir e contratar e pagar o médico, sem a comunidade precisar sacrificar. Quer dizer, se não fosse nossa iniciativa esse posto ia demorar a aparecer por aqui. [...]. Teve o negócio do MOBREAL também. [...].

Veio uma professora aqui, ela era... (inaldível)... Gente importante lá de Muriaé. Ela veio aqui montar uma turma do MOBREAL. Pegou a assinatura de todo mundo, montou umas turmas, mas não apareceu para dar aulas direito e ninguém aprendeu. Aí eu vi que ninguém tinha aprendido a ler, isso numa reunião de comunidade que a gente apurou, fui lá e montei as turmas e dei aula de MOBREAL e ensinei o pessoal a ler. Isso foi depois desse negócio do posto de saúde. [...]. Essas reivindicações, tudo isso a gente reunia, fazia grupo de reflexão nas reuniões da comunidade com o pessoal e reivindicava, tomava iniciativa para melhorar. [...].

[...]

A CEBs começou a fazer a conscientização do povo, para o povo perder o medo de reclamar os direitos, isso antes mesmo do sindicato. Aliás, começou, aí, o sindicato veio. Então o povo entrava na justiça e ganhava aquele direito que era dele e o patrão tinha negado uma vida inteira. Isso, aos poucos, [...], o povo foi ficando mais esperto, a exigir mais: Estava na lei, era direito, não tinha nada que negar. Tem até uma história engraçada que aconteceu com uma senhora aqui. Ela trabalhava ali, ó, para um fazendeiro. Estava lá puxando a enxadinha dela e cantando uma música que tinha no livrinho da Igreja [o entrevistando canta]: *“Nossos direitos vêm/ Nossos direitos vêm/ Se não vier nossos direitos/ O Brasil perde também/ Se não vier nossos direitos/ O Brasil perde também.”* Aí a mulher do patrão dela, [...], perguntou: *‘Uai, Fulana, você não tem direitos, não?’* e ela respondeu: *‘Não tinha, não, mas agora tenho e estou aprendendo eles!’* [risos]. Então, olha só que coisa corajosa... Ela falou aquilo sem medo, sem vergonha de falar. Então, a partir das comunidades, teve até essa melhora da conscientização, também (Alveraldo João dos Santos, entrevistado pelo autor do trabalho em fevereiro de 2022).

Pela fala de Alveraldo, é possível perceber uma consciência da ordem injusta sob a ótica dos camponeses cebistas, bem como certa disponibilidade para tentar modificar essa realidade a partir de falas e atitudes por eles sustentadas a partir da vivência religiosa nas CEBs. Verifica-se, pois, a existência do mencionado *habitus* militante a nortear os passos e projetos dos camponeses, quer por iniciativas e causas individuais, quer por iniciativas e causas comunitárias. Diante da não efetividade do poder público em uma localidade rural denominada Patrimônio dos Carneiros, o entrevistado relata que a população local, camponeses, basicamente, a partir das reuniões de CEBs, suprem a ausência do poder público ao contratarem um médico e improvisarem um posto de saúde para atender as pessoas, fato que chama a atenção do prefeito local que, só então, toma medidas para resolver esse problema pontual que atingia a comunidade. Surge, também, no depoimento, uma figura feminina, que canta uma canção religiosa cujo tema são direitos. Questionada por sua patroa sobre seus direitos, a lavradora sustenta que não sabia de seus direitos, mas agora vem

aprendendo sobre eles, numa típica posição de militância e não de subordinação ou subserviência com relação à patroa.

Conforme já exposto, não só de valores, predisposições e anseios, a ação do MOBON e a formação cebista dotaram os camponeses. Houve a incorporação de verdadeiros capitais culturais e simbólicos que permitiram uma atuação direta nos campos sindicais e políticos. Conforme visto no item 3.5 do capítulo anterior, as reuniões de revisão realizadas com as lideranças comunitárias nos cursos do MOBON capacitavam os camponeses para prática dialógica intensa. Ao apontar falhas nas falas e no comportamento dos outros e ouvir críticas a sua conduta e discurso, esses camponeses desenvolviam a capacidade de convencer e de não se enfurecer com críticas ou deboches perpetrados por seus interlocutores. Ademais, tornaram-se hábeis em organizar reuniões, a organizar a fala de cada um dos presentes, a utilizar textos como referência para debates, a interpretar textos, a matizar entendimentos contraditórios a fim de superar impasses e preservar o bom entendimento entre os membros de uma comunidade. Interessante notar que as reuniões, por mais simples que sejam, não dispensam uma mesa com toalha clara posta, encimada por um jarro com flores. Assim, há uma ritualística, uma formalidade própria, que cria um ambiente próprio para a realização das reuniões, ambiente esse reconhecido pelo camponês com destinado a reuniões e discussões não só sobre religião, mas sobre assuntos relacionados à vivência comunitária, a interesses comuns, a objetivos políticos, dentre outros.

Sobre a importância desse cenário ou ambiente e do modo de falar e conduzir as reuniões pelas lideranças cebistas na região, diz um agente local da CPT:

Em Santo Agostinho, marcaram lá para conversar. Eles [empresa mineradora], escaldados, contrataram um serviço, não é auditoria, é... consultoria... “Ah! Nós não somos nada de CBA, nós somos uma consultoria para escutar vocês e evitar conflito”. Aí eu falei, “Minha senhora, o conflito está aqui desde 2003...” Aí fizeram uma dinâmica igual nós, né: puseram um jarrinho de flor, fizeram um toquinho bonitinho para passar de mão em mão para o pessoal ir falando. Aí um cara me disse assim “Vocês fazem assim, né?”, ou seja, eles aprenderam como nós fazíamos a dinâmica, para fazer igual a CEBs faz. Fizeram uma roda bonita, que numa foto parecida até encontro de CEBs, mas não é, era um encontro da CBA. E a conversa, né: “Nós não temos nada com CBA, nós estamos aqui para ajudar vocês”. Mas a comunidade estava armada, aí passa o pauzinho e quem quiser falar falava, aí um pessoal falou. Isso em Santo Agostinho, para lá um pouco onde você estava antontem. Só teve a mulher da casa, que eu acho que já tinham passado a conversa nela, que defendeu e tal. Aí a pauta é bonitinha e se não estiver preparado, engana mesmo. Aí, Pedro Falcon falou, o pessoal questionou, eu disse “Ô gente, vocês me

desculpem que vocês estão fazendo o trabalho de vocês, a gente respeita, mas na verdade vocês sabem o que é pelego? Pois, é essa é a função que vocês estão fazendo aqui. Estão querendo que vocês não sejam muito esfolados, mas o que querem é pôr o arreo em cima. A consultoria deles é para isso. Para vocês não perceberem a dor de vocês.” Aí um velhinho levantou e falou: “Meu filho, isso é pior do que pelego, eles querem por é um bridão em nossa boca.” E meteu o cacete. Eles perderam o estribilho: Tinham três reuniões marcadas nessa comunidade e só fizeram essa. Não voltaram até ontem (REINALDO BARBERINI, agente liberado da CPT, entrevistado em julho de 2022).

Percebe-se, aqui, que a maneira de se reunir e conduzir reuniões, promovendo e incentivando a fala por todos os membros da assembleia não é apenas conhecida, mas reconhecida por entidades estranhas às CEBs e aos camponeses que nela se engajaram. A situação relatada por Reinaldo Barberini informa que uma mineradora, pretendendo atuar em uma comunidade rural localizada entre Muriaé e Miradouro, contratou pessoal especializado para se aproximar dos camponeses locais para melhor vender a atividade mineradora para a comunidade. Os profissionais contratados, a seu turno, buscaram utilizar as mesmas técnicas das reuniões cebistas, num nítido reconhecimento ao capital cultural comunicativo e organizacional incorporado durante anos de atividades das CEBs no meio rural local. Esse depoimento, que trata de um episódio ocorrido por volta de 2016, revela, ainda, outro capital cultural incorporado, qual seja, a habilidade discursiva dos camponeses, outro capital. Com fala mansa, pedindo desculpas, dizendo respeitar o trabalho dos interlocutores, os camponeses desarticulam toda a abordagem pró-mineração trazida pelos mediadores contratados pela empresa que pretendia minerar na região.

Pode-se dizer que os cursos do MOBON e os trabalhos nas CEBs funcionaram como verdadeira escola para os camponeses, propiciando-lhes incorporarem e desenvolverem capitais culturais e sociais.

Não bastasse isso, o fato de as lideranças comunitárias viajarem para outras comunidades para ministrar cursos ou simplesmente representar suas comunidades em reuniões fez com que esses capitais cultural e simbólico se tornassem importantes nas trocas cotidianas dos camponeses. Demonstrar sabedoria diante das situações mais conflituosas, saber dialogar e pacificar os ânimos, bem como falar bem passaram a trazer um reconhecimento perante aos outros e um acréscimo à autoestima do camponês que detinha essas habilidades. Logo, os valores e práticas cultivados nos cursos do MOBON e na participação nas CEBs passaram a ser estimados disseminando-se meio rural à fora. Esse reconhecimento dos capitais culturais engendrados nas CEBs no meio rural permitiu a criação

de uma intensa rede de sociabilidades que veio a se consolidar como verdadeiro capital social camponês, conforme visto nos capítulos I e III desta pesquisa.

A liderança Terezinha Gomes, ao mencionar sua experiência como secretária da educação de Miradouro, afirma que é nítida a facilidade com que se delibera em reuniões relativas a questões de ensino municipal quanto essas são realizadas no meio rural se comparadas àquelas que se realizam no meio urbano.

[...] essa é, aliás, a minha maior dificuldade: Todo mundo fala junto, ninguém respeita a vez do outro falar, não para para ver o lado do outro. Até o aluno é diferente na zona rural. Essa coisa de respeitar a vez do outro falar e escutar o que o sujeito falou é valorizada, sabe. Isso eu aprendi lá na CEBs, lá em Monte Alverne. É muito mais fácil da gente descobrir o problema e mais fácil ainda de resolver se comparado com uma escola da rua, da zona urbana. (Terezinha Gomes, em entrevista realizada pelo autor do trabalho em junho de/2022)

Terezinha Gomes é oriunda da zona rural, tendo participado ativamente das CEBs, foi fundadora do STTR de Miradouro, onde também trabalhou como secretária, é bacharel em Filosofia, foi eleita vereadora por um mandato, em Miradouro, pelo PT e, atualmente, atua como advogada, prestando serviços, sobretudo, na área de direito previdenciário e dando assessoria jurídica a vários STRs exclusivamente na região da Zona da Mata mineira. Esse depoimento talvez seja inadequado para medir as virtudes dialógicas dos camponeses diante daqueles não camponeses, que residem na “rua”, afinal a entrevistada fala sobre as virtudes comunicativas daqueles que dividem com ela a mesma origem e, portando, comungam de inúmeros valores, modos de falar e reconhecimentos mútuos. Porém, embora a depoente tenha saído da zona rural, cursado duas faculdades, trabalhado em funções diversas, ela atribui à atividade cebista o desenvolvimento da capacidade de participar de forma organizada e propositiva em reuniões, o que não se verificaria em pessoas oriundas do meio urbano, onde as CEBs nunca lançaram raízes profundas na região. Nota-se, ainda, na fala da entrevistada, que ela atribui o desenvolvimento de suas habilidades discursivas, de saber se portar em reuniões, não ao fato de ter cursado duas faculdades, mas sim à sua participação nas CEBs.

Fernando Valentim, advogado e atualmente vereador pelo PT, oriundo de Varginha, zona rural de Miradouro, afirmou em sua entrevista que se surpreendeu com a fala de um sisudo professor de Matemática em seu primeiro ano do ensino médio. Esperava estar alguém do nível dos demais estudantes da rede municipal, uma vez que estava a sair da zona rural para estudar o primeiro ano do ensino médio, junto a estudantes que sempre estudaram na única escola do município que oferecia esse grau de ensino. Disse ter se surpreendido com a falta de comprometimento da maioria dos alunos da zona urbana, e mais ainda com o

comentário de um professor que falava que, antigamente, os bons alunos eram da cidade e que os alunos que zona rural apresentava maiores dificuldades, mas que hoje isso estava mudando. Fernando Valentim, que afirmou que nunca foi muito frequentador do trabalho de CEBs, mencionou que o pessoal das comunidades e do STTR de Miradouro sempre ia à escola em que estudava em Varginha, e fazia atividades diversas que ressaltava a importância do diálogo, da importância da organização da população e do valor da vida comunitária.

Um dos agentes mais atuantes na região em finais de 1970 e início de 1980 foi Raul Messias, eleito deputado estadual pelos camponeses do MOBON por dois mandatos consecutivos (um pelo PT e outro pelo PSD). Raul era superintendente da RURALMINAS na região, tendo sido contratado para no PRODEMATA, um programa estadual que tinha como objetivos, segundo uma cartilha institucional “melhorar o padrão de vida e de renda dos pequenos produtores da Região da Zona da Mata, através do aumento da produção e da produtividade agrícola e da expansão e melhoria dos serviços sociais” (RURALMINAS, 1982). Nesse programa, Raul exercia a função de organizador de cooperativas e associações entre os camponeses. Em entrevista, relatou ele a enorme dificuldade em implantar ideias de associativismo e cooperativismo, uma vez que a população rural, em geral, os pequenos produtores, via sua atuação com desconfiança, não estando abertos a novas ideias, a despeito de viverem em grande desorganização enquanto categoria, sendo a tônica entre os camponeses da região — pequenos proprietários, parceiros agrícolas, arrendatários e trabalhadores assalariados — “a total falta de diálogo” entre si. Contudo, afirmou que em alguns pontos da Zona da Mata seu trabalho “enraizou”.

Mas o trabalho foi enraizando. E onde ele enraizou? Onde tinha o trabalho do MOBON. [...]. Aí o trabalho encaixou! Nasceu uma parceria informal: não assinamos documento algum, mas de trabalho, meta e de convicção. Organizamos vários grupos de produtores, algumas cooperativas, associação de pequenos agricultores. Aí chegou à questão sindical, porque em 77, 79, só havia sindicato de produtor rural. Trabalhador era marginalizado. [...]. Depois veio também a CPT, que começou a atuar na área. Ai, fomos trabalhando essa questão da cooperação, do grupo de produtores e logo da questão do Sindicato do Trabalhador Rural. Bom, isso até 1982. [...] Olha, o MOBON foi o principal... O MOBON começou na região, a região era mais difícil ainda do que é hoje. Então, existia uma grande animosidade entre as pessoas. Uma dificuldade de convívio, de diálogo... Havia casos de violência e as pessoas tinham medo disso. E eles começaram um trabalho de mudar isso pela fé, pela oração, pela conversão. Mas a fé sem obras é morta. Então aí é que surgiu essa união: Aí é que uniu a questão dos grupos de produtores. Então nós vamos concretizar isso unindo. Então nós vamos unir as pessoas da comunidade a

comprar adubo juntos. Assim acha um preço mais barato por ser mais quantidade, por fugir do atravessador e ainda economiza no frete. Para vender a produção junto, para não ser tão explorado pelo intermediário. Então foi aí que deu essa liga (Raul Messias Franco, 71 anos, ex-deputado estadual em Minas Gerais por dois mandatos, eleito pelo PT, com votos da Zona da Mata mineira, oriundos essencialmente das CEBs fundadas pelo MOBON, legislaturas de 1987 e 1995, entrevistado pelo autor em 26/12/2012).

Neves (2008, p. 37) afirma que, num universo onde atuem agentes mediadores de várias especialidades ou de várias agências, é comum a concorrência ou disputa de afirmação entre os vários saberes desses agentes mediadores²². Entretanto, na região, o que se observou foi uma harmonização positiva, simbiótica, entre pelo menos dois agentes mediadores: os líderes comunitários das CEBs e o superintendente da SUDECOOP, Raul Messias. O entrevistado relata que foi exatamente junto às CEBs instituídas pelo MOBON que seu trabalho deu melhores resultados. As dificuldades de superar o isolamento e a falta de diálogo com os “*pequenos produtores*” (denominação então dada aos agricultores familiares ou camponeses e até hoje utilizada pelo entrevistado) era muito menor nas localidades onde travava contato com os líderes comunitários formados pelo MOBON. Segundo o entrevistado, os pequenos proprietários e meeiros vinculados às CEBs compareciam mais facilmente às reuniões e discutiam de forma organizada, relacionando vantagens e desvantagens das situações discutidas, bem como planejando meios de buscar resultados desejados por meio de ações conjuntas a fim de atingir metas pré-estabelecidas.

De fato, por meio dos grupos de reflexão, reuniões plenárias e cursos do MOBON, a população de inúmeras localidades rurais já havia, senão quebrado o isolamento entre as famílias rurais, permitido novas ligações entre os camponeses, dando-lhes meios para melhor discutir os problemas da comunidade como um todo, juntando esforços para superá-los. Entretanto, conforme já exposto, as CEBs são grupos informais e simples, não gerando vínculos jurídicos entre seus membros, sendo sua ação limitada, vez que não são pessoas jurídicas. Raul Messias acena para a população rural uma nova possibilidade de organização: as associações e as cooperativas. De fato, conforme relatou o entrevistado, a partir de sua ação mediadora nasceram algumas cooperativas, porém, devido ao aparato burocrático que se exige para montar uma cooperativa e compreender o seu funcionamento, o mais comum foram

²² Como exemplo de concorrência entre agentes, o que pode ocorrer ainda que vinculados à mesma agência, podemos citar eventuais disputas entre agrônomos, zootecnistas, economistas domésticos ou assistentes sociais. Já entre agências, podemos citar disputas entre, por exemplo, os técnicos da EMATER, vinculados a uma agricultura mais tradicional, e o CTA de Viçosa, que busca formas alternativas de produção e manejo de pragas.

associações de pequenos produtores e, principalmente, os grupos de venda e compra, tudo de maneira muito informal, inicialmente.

Essas associações e grupos tinham um funcionamento simples: organizava a compra dos vários produtores para que evitassem os atravessadores e, comprando em maiores quantidades, obtivessem um preço melhor nos insumos adquiridos; buscavam, ainda, planejar a venda da produção, procurando melhores preços junto aos compradores dos produtos.

A partir dessas inferências nascidas da análise do depoimento de Raul Messias, fica clara a insurgência de uma nova espécie de capital social entre os camponeses. Além de recorrer ao fazendeiro ou a políticos tradicionais na solução de seus problemas, através da rede de comunicação e solidariedade nascido a partir das CEBs, os camponeses passam a contar mais uns com os outros, quer da mesma comunidade, quer de comunidade diversa da sua, ou seja, uma rede de relações que pode ser considerada recursos relacionais oriundos do reconhecimento mútuo que pode ser mobilizada para solucionar problemas, promover ações ou comportamentos, divulgar ideias ou informações que, quanto mais utilizada, tende a se expandir e se valorizar, tal como frisado por Matos (2009, p. 35).

Comerford (2003, p. 306) constatou que esse processo de preocupação com o “social” e o “político” vai, aos poucos, se tornando mais recorrente, tornando-se a temática predominante no MOBON e nas CEBs. Os livros utilizados nas atividades de reflexão da comunidade passam a incentivar o associativismo e o sindicato; os cursos passam a trazer questões sociais; as palavras como “pobre” e “pobreza” passam não mais a ser ligadas à ideia de caridade, mas, sim, à de exploração. A figura de Moisés passa a ser amplamente utilizada: a função da liderança comunitária e de todo cristão é adotar uma postura similar à mosaica, ou seja, fazer com que cada “pobre” ou “explorado” tome consciência de sua situação real, assuma sua posição de povo de Deus e caminhe junto com os demais para a “terra prometida”, ou seja, para sua libertação. A caminhada de um povo em busca de sua libertação torna-se um símbolo para os camponeses da região, tanto que é comum na arte das placas, cartazes ou panfletos que identificam os vários STRs da região referências a estrada, passos ou pés.

5.4 Reconhecimentos conflitos e rupturas

Esse novo *habitus*, caracterizado pela pré-disposição à militância e questionamento a situações pretensamente injustas, bem como os vários capitais sociais e culturais, não passa despercebido pela classe dominante da região, marcando conflitos e hostilidades.

Retomando o depoimento já citado de Alverado, nota-se que o desenvolvimento da organização camponesa local, ao organizar por esforços próprios um posto de serviços de

saúde, não passou despercebido pela administração municipal de então, que não só reconheceu a deficiência na prestação da assistência à saúde, como também encampou a construção e instalação de um posto de saúde local. Esse fato é um indício de que a organização camponesa não só conseguia se fazer notar, mas, também, alterar a trajetória da administração municipal, uma vez que o prefeito, ao notar que seu capital político poderia ser maculado diante da organização da população rural em criar um posto de saúde, assume para si a incumbência de fazê-lo e, de fato, entrega a obra e serviços prometidos.

Também é possível perceber, ainda no depoimento de Alveraldo, que uma camponesa, sem acesso à educação formal, porém frequentadora dos trabalhos das CEBs da localidade, não se intimida diante dos patrões ao falar sobre direitos. A pergunta da patroa (mulher do patrão) à camponesa “Ué, você não tem direitos?” revela uma demarcação de limites relacionais. Falar em direitos não é bem-visto em relações onde a consideração e o “dever obrigação” dão o tom das trocas. Mais do que perguntar, é possível afirmar que a mulher do patrão busca ressituar a trabalhadora, fazendo-se valer da violência simbólica que seu status social lhe conferia. A resposta da camponesa, contudo, marca uma nova posição, improvável até então: “Não tinha, não, mas agora tenho e estou aprendendo eles”. Há claramente um momento de tensão, um limite relacional novo se impondo. A tentativa de reiterar a naturalização do padrão de convívio com a empregada, marcado pela subserviência e pelo padrão de respeitabilidade tradicional. A resposta da trabalhadora marca uma posição e demonstra não só um acréscimo de autoestima que, possivelmente, não era esperado pela interlocutora, mas também a afirmação de pertencimento a uma categoria que deve ser tratada como profissional e portadora de direitos, não como uma devedora de favores ou obrigações, uma pessoa “praticamente de casa”, como se costuma dizer ainda na região.

O entrevistado Alveraldo, bem como outros tantos, informou, ainda, sobre a percepção dos empregadores a respeito do trabalho desenvolvido pelas das CEBs. Todas as lideranças comunitárias foram unânimes em afirmar que os “patrões não gostavam” ou “os fazendeiros tinham raiva da gente”. Segundo o entrevistado Geraldo Romualdo da Silva (liderança comunitária em Miradouro), havia fazendeiros que não deixavam os líderes de CEBs fazerem reuniões em suas propriedades e até repreendiam os empregados que participassem das reuniões de comunidade, ainda que fora de suas terras.

Com o intuito de aferir tais informações, foi entrevistado um proprietário rural de Miradouro, 76 anos, comerciante aposentado, empregador rural, filiado ao SR de Miradouro, residente no perímetro urbano, que sintetiza a bem a ideia tida pelos empregadores rurais

sobre o trabalho das CEBs. Ao ser perguntado sobre a relação das comunidades com os direitos trabalhistas:

Iam [as lideranças comunitárias] de propriedade em propriedade mostrando direito... Eles iam pregar comunidade, depois mostrava os direitos. Primeiro rezava, depois vinha com os direitos. [...]. Nas comunidades falava de direito e política, também... Era por isso que o pessoal tinha medo, porque ninguém tinha contrato registrado, nada legalizado, contrato registrado não tinha, não. O que sempre teve era o retireiro [profissional da ordenha] de carteira assinada: uns, também. Aquilo era compadre dando serviço para compadre, alguns que trabalhou muito tempo com um e saiu sem tocar demanda, funcionava assim, entendeu? E eles [as lideranças comunitárias] era tudo informado. Estou para dizer que sabia de direito igual ao doutor, que é advogado. [...]. E eles não perdiam o rebolado. [...]. Ué, falava tudo certinho, sem perder a paciência, sempre com sorriso. Mas aquele sorriso era, assim, para morder depois que o sujeito virasse as costas. Eu tive um problema assim com um funcionário. Ficava aquele povo de comunidade rodeando a propriedade e eu falei rasgado com eles que não estava gostando daquilo. Pois no final das contas ele me levou no promotor e me tirou um dinheiro, me deu prejuízo (L.G.S., entrevistado pelo autor do trabalho em maio de 2022).

A ação pastoral da Igreja Católica por meio do MOBON, com o tempo, auxilia os camponeses locais a desenvolver noções e discursos relativos a direitos nas relações de trabalho, em detrimento da sociabilidade que se dava outros por outros vínculos, tais como a respeitabilidade, o medo de perder o emprego ou terreno “dado à meia” ou a consideração por se achar devedor de obrigação ao patrão, dono da terra ou fazendeiro local. Pelo discurso do entrevistado, pode-se perceber que a resistência dos empregadores rurais, conhecidos na região como *fazendeiros*, às CEBs era verdadeira e se dava pelo temor desses diante de uma possível conscientização dos trabalhadores rurais locais. Essa hostilidade demonstra o reconhecimento, pela classe dominante local, dos efeitos da organização camponesa a partir das CEBs, ou seja, percebem a existência tanto de um *habitus* militante em torno de valores cristãos, como da existência de capitais culturais, sociais de acentuado valor simbólicos que passou a circular em meio aos trabalhadores rurais locais, que criou um novo mercado de relações e efeitos sociais concretos e potenciais. Enfim, houve um efetivo reconhecimento pelos proprietários rurais que usavam o trabalho dos camponeses que as lideranças comunitárias manejavam um discurso convincente a partir de sua vivência religiosa a fim de influir na ordem social vigente, discurso esse bem fundamentado, fato que levou o proprietário entrevistado afirmar que as lideranças comunitárias equiparavam-se a advogados quando o assunto era conhecimento sobre direitos trabalhistas, bem como reconhecem a

habilidade na fala que as lideranças comunitárias possuíam, conseguindo conversar “sem perder o rebolado”, “certinho, sem perder a paciência” e sorrindo, demonstrando um controle não só do conteúdo do discurso, mas também boa técnica para comunicar-se. Também reconhecem a legitimidade ou reconhecimento que essas lideranças tinham junto a seus pares camponeses.

Esse processo, contudo, não se deu sem tensões e rupturas internas ao trabalho de comunidade. Muitas pessoas se afastaram das comunidades, porque nas reuniões plenárias e mesmo nos cursos, ao discutir-se a realidade local, fatalmente mencionavam o nome das pessoas da localidade e de suas práticas. Essas discussões geravam desconforto a muitas pessoas, que por medo ou afinidades com os *poderosos* do lugar se afastavam das CEBs. Sobre esse aspecto, esclarecedora é a exposição a seguir.

A orientação dada às reuniões plenárias e cursos é a de relacionar os temas propostos e as leituras bíblicas à vida da comunidade. É comum, por exemplo, que os livretos tragam uma discussão sobre uma situação qualificada como de injustiça, e que após a descrição de uma situação injusta haja uma questão que procure trazer a discussão para o plano da comunidade: ‘Você conhece alguém nessa situação?’, ou ‘Você conhece um exemplo disso?’ Os exemplos são buscados na própria comunidade, no córrego, ou seja, entre os parentes de uns ou de outros. E serão debatidos em público, inicialmente nas equipes de reflexão, depois nas plenárias. Evidentemente, isso pode gerar tensões e conflitos, ainda que as pessoas tendam a ser cuidadosas ao responder as ‘perguntas’. Nessas localidades, as críticas aos *poderosos, grandes e ricos* dificilmente poderia deixar de ser interpretadas como críticas às famílias mais ‘fortes’ do lugar. De acordo com as narrativas de muitos dos atuais líderes das comunidades e dirigentes sindicais, porém, as tensões só chegaram a um ‘racha’ quando surgiu a discussão do sindicato e da política, colocando de um lado aqueles que *só querem reza* e aqueles preocupados com *o social, a ação, o concreto, o político*. [...]. Os que priorizavam a *reza* aparentemente acreditavam que o campo da *obra* era exclusivo da prefeitura [...], enquanto aqueles que propugnavam a preocupação da comunidade com o *concreto* já davam um primeiro passo no sentido de *politizar* a ação das CEBs, algo que vai se tornando mais explícito. Em Barreira (nome fictício de um município da Mata de Muriaé), como numa série de municípios da região, sindicato e política tomam conta dos debates das comunidades mais ou menos no mesmo tempo, em meados dos anos oitenta (COMERFORD, 2003, p. 306-307).

Interessante notar que a ação mediadora, promovida pela Igreja em finais da década de 1960 com fins meramente religiosos, começa a apresentar objetivos que transcendem ao inicialmente planejado. As CEBs foram criadas, o povo se reunia para discutir o Evangelho e

agir localmente para melhorar a vida da população local, entretanto as CEBs começam dar outra tônica às reuniões: a falar sobre o desrespeito aos direitos do trabalhador rural, a condenar a ação de donos de terras e patrões gananciosos, bem como a criticar os políticos locais e suas práticas clientelistas. Junto a esse processo começam a discutir a necessidade de se criar associações ou sindicatos para melhor tutelar seus interesses.

Vale notar que essas variações inesperadas a partir de um processo de mediação iniciado não é incomum, mas regra. Conforme enfatiza Neves (2008, p. 38), é possível que haja nos processos de mediação desdobramentos inesperados. O objetivo do MOBON e do padre Gwenael nunca teve qualquer pretensão política, mas tão somente de criar uma rede de comunidades nas quais os camponeses vivenciassem um catolicismo comunitário, similar àquele vivenciado pelos primeiros cristãos, tal como idealizado, preconizado pelo Concílio do Vaticano II. Entretanto, os agentes mediadores, por meio de um processo de interação intensa com a população mediada, também são transformados e o rumo das ações mediadoras, *idem*. Direitos, política e sindicatos: esses novos temas, polêmicos e com potencial desagregador dos grupos comunitários já formados, passam a ser as novas metas para o *agir* das CEBs da Zona da Mata mineira, onde atuava o MOBON.

A indignação diante das injustiças sociais, a crença de que é necessário tomar posições efetivas quando se é cristão para mudar aquilo que não está em consonância com os valores cristãos, tornada *habitus* em muitos dos camponeses cria rupturas nos campos religioso, sindical e político regional, o que pode ser observado com clareza no município de Miradouro- MG. O catolicismo na cidade se cinde em, basicamente, dois: aqueles católicos tradicionais, majoritários sobretudo no perímetro urbano do município, que condenam a atuação das CEBs por mesclarem religião com política, uma vez que dividem o campo ao assumir uma posição de crítica a inúmeras práticas há muito naturalizadas na região, buscando uma fé conectada a ação; e de outro lado, aqueles católicos, minoritários, que, animados pelas reuniões e debates das CEBs, propõem uma fé a que chamavam viva, preocupada com o mundo real, tal como se verifica na seguinte fala de um entrevistado, agricultor familiar, liderança comunitária desde início da década de 1970, fundador do PT:

Então, as CEBs, a gente começou a partir delas, e passou a ter compromisso com outras coisas e coisas de cristão. Eu aprendi ser da igreja com a teologia da libertação. Essas outras igrejas, para mim, eu não considero muito, não. Eu considero o movimento social da igreja, eu considero o movimento de fé e cidadania, mas eu não considero essas outras muito não... Eu acho inútil, acho que faz mas mal do que bem, porque as pessoas ao invés de assumir uma responsabilidade, fica deixando para ver o que Deus vai fazer. As vezes não é coisa de Deus fazer, é coisa da gente fazer. Pois

senão a gente vai deixar por conta de Deus aí não tinha sindicato, não tinha PT, não tinha organização nenhuma. Isso até deu uma dividida na Igreja aqui. [...]. O Gélío, você vê a ideia, a ideia que eles tinham: “Vocês estão querendo acabar com a pobreza, nós precisamos dos pobres para poder salvar, nós precisamos dos pobres para fazer caridade e salvar” [reproduz a fala de terceiro]. Onde já se viu? Eu, pobre, escutar um negócio desses. E a maioria pensava assim. Ainda pensa, eu acho. Mas eles viam nossa conversa, de falar da desigualdade, e antes de pensar em falar em PT, em sindicato, a gente já começou a incomodar. Muita gente passou a não frequentar a comunidade quando a gente passou para essa questão de fazer mais crítica. Não sei se é não querer enxergar, não sei se é medo. Aí Quando resolveu montar o sindicato e o PT é que ficou danado de vez (risos). Muita gente que, antes, tinha a gente como pessoa de confiança, passou a tratar diferente [...]. Ah... Não sei se era desconfiança, era como se a gente não fosse bem-visto [neta do entrevistado interrompe] (José do Tote, entrevistado em junho de 2022).

Essa nova prática de conceber a religião, falar sobre ela e praticá-la, juntamente com as habilidades dialógicas e novas redes sociais advindas das atividades das CEBs, fez com que os católicos tradicionais – aqueles que dominavam as práticas e discursos mais ortodoxos da religiosidade local – passassem a reprovar e hostilizar a nova forma de ser igreja, sobretudo pelo fato de o discurso heterodoxo articulado pelas lideranças cebistas e frequentadores das comunidades pretender conferir à Igreja o papel de luta em favor de causas sociais diversas, atentando, assim, contra a harmonia até então vigente entre os sacerdotes e a classe dominante local.

Os efeitos dessa ação mediadora, bem como os capitais e *habitus* por ela engendrados em Miradouro e outras cidades da região não são fugazes, senão perenes e constantemente revalorizados. O agente da CPT Reinaldo Berberine ajuda a entender esse fato:

Tudo dá mais certo no nosso trabalho onde tem CEBs. Não é que é 100% de aceitação, mas o trabalho desenvolve melhor. Na comunidade tem o interesse particular do cara também, isso entra no jogo, também, estratégia de sobrevivência, como falei, só que eles já têm a experiência de saber que as vezes ficar junto, decidir como grupo é melhor. [...]. Tem lugar aqui que a CBA (mineradora que atua na região) nem passa perto porque sabe que o pessoal é organizado, aí tem comunidade, tem lugar, onde a comunidade nunca pegou direito, igual Santa Rosa, que a CBA faz o que quer praticamente, passa todo mundo na conversa. Onde não tem comunidade, o pessoal tem dificuldade até para conversar [...]. Não sabe conversar, assim, não sabe escutar: Todo mundo vai falando, tem dificuldade para escutar os lados da conversa. Igual, você falou de Miradouro: Lá tem um movimento do sindicato dos trabalhadores forte no combate à mineração, você sabia? Essa discussão do está nas comunidades de base, que é bem forte para todo lado na roça. [...]. Onde tem

comunidade, você não parte do zero, é outra coisa. Outra coisa, quando mais você movimentar a comunidade, quando mais você visita, mais forte ela fica, mais importante ela fica, o pessoal cresce, assim, nos valores, no compromisso (Reinaldo Barberine, entrevistado pelo pesquisador em julho de 2022).

Esse entrevistado, agente da CPT na Zona da Mata mineira, falando sobre as comunidades rurais do entorno da Serra do Brigadeiro no enfrentamento à mineração, relata que a capacidade dialógica e organizacional dos camponeses nas localidades onde há trabalhos cevistas é melhor, bem como a noção de grupo, de categoria, é mais desenvolvida, gerando sensíveis efeitos práticos quanto a resultados de discussões, deliberações e ações. Interessante notar que o depoimento de Reinaldo Barberine não se refere ao passado, mas ao presente, ou seja, esse fato permite inferir que a ação mediadora iniciada por padre Gwenael e pelos missionários do MOBON, cuja continuidade foi dada pelas lideranças cevistas locais, gerou efeitos perenes, sentidos até os dias atuais. Reinaldo disse ainda que quando a comunidade se movimenta, quando é mais ativa, a tendência é ela se fortalecer e se tornar mais participativa dos processos decisórios locais, se engajando mais nos trabalhos de caráter político ou de interesse comum para além do campo religioso. Logo, as CEBs, que funcionaram e funcionam como estufa para a constituição de capitais culturais e sociais e *habitus* específicos entre os camponeses, se configuram em verdadeiros mercados onde esses capitais e *habitus* são postos a circular, promovendo-lhes inegável agregação de valor, afinal, dizer que a comunidade se torna mais forte, é dizer que seus membros, suas lideranças, conseguem lançar sua voz e seus planos para além de suas cercanias, tornando-se pessoas de relativa importância.

Resta, pois, claro, que a ação pastoral católica em Miradouro, que tinha como objetivo criar as primeiras CEBs na região, para além de criar e engendrar novos *habitus* e capitais culturais e sociais junto aos trabalhadores rurais, criou também um ambiente propício para a valorização e disseminação desses *habitus* e capitais no campo religioso. Foi ainda possível constatar que esses *habitus* e capitais passaram a serem empregados para além do campo religioso, fazendo com que as lideranças cevistas passassem a influir junto à população local como agentes de informação e conscientização sobre direitos, justiça e cidadania.

CAPÍTULO 6: O SURGIMENTO DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS E DO PT EM MIRADOURO E AS MARCAS CEBISTAS EM SUA ATUAÇÃO

Este capítulo deve ser lido de forma a guardar estreita atenção ao anterior. Aqui se buscou demonstrar como os capitais e *habitus* desenvolvidos no meio camponês a partir da ação mediadora católica, ocorrida a partir de finais de 1960, deram subsídios para que os camponeses criassem não só o PT miradourense, mas também o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais local. Essas duas instâncias camponesas são irmanadas, devendo ser analisadas em conjunto não só quando de suas respectivas fundações, mas também na forma de atuação hodierna, uma vez que grandes áreas de intercessão entre o partido e o sindicato. Como a ação mediadora católica mencionada teve caráter microrregional na Zona da Mata mineira, o surgimento do mencionado sindicato e partido se deu de forma similar em vários municípios da região. Em virtude mesmo do intercâmbio de lideranças comunitárias entre várias comunidades em nível intermunicipal, compreender a criação de um partido ou sindicato em dada localidade, implica em compreender a criação de alguns outros, ainda que de forma mais superficial. Além da criação do STTR e do PT em Miradouro, buscou-se, neste capítulo, descrever e compreender a atuação dessas instâncias criadas pelos camponeses, dando-se ênfase, contudo, a atuação partidária. Nesse sentido foram analisadas as características do PT em face aos outros grupos políticos locais, poias e goteiras, bem como a atuação dos partidos nas campanhas eleitorais do ano de 1988, ano em que o PT foi fundado no município, até a última eleição municipal, em 2020.

6.1 A origem comum e contemporânea do STTR e do PT em Miradouro

Nas pequenas cidades da Mata de Muriaé, dentre elas Miradouro, o surgimento dos primeiros diretórios do Partido dos Trabalhadores - PT está atrelado não só às CEBs, mas também ao nascimento dos STRs, fato que não se verificou em Muriaé, centro da microrregião. O entrevistado Jair Sanches Abreu, 72 anos, professor aposentado, ex-vereador pelo PT em Muriaé, informa

Fiz quatro cursos com o Alípio em Dom Cavate, mas a fundação do PT não se deu pelo pessoal da CEBs aqui em Muriaé. [...] Nasceu antes. Depois é que o pessoal de CEBs veio vindo. Quando o PT começou a se organizar no Brasil, nos anos 1980, também começou aqui em Muriaé. Eu não tive na criação do PT aqui, mas ele foi criado nos anos 80, 82, por aí, e na verdade foi criado por um grupo de sindicalistas, sindicato dos bancários, onde nosso primeiro candidato a prefeito foi um bancário. O PT iniciou com um grupo de companheiros aqui, com a fundação dele, com esse grupo de sindicatos, principalmente dos bancários, até professor tinha pouco. Tinha,

assim, um grupo, umas pessoas mais, assim, revolucionárias (risos). [...]. Na fundação não teve espaço para o pessoal da roça, porque ainda não tinha esse despertar para a política partidária nas CEBs de Muriaé. Para você ter uma ideia, o sindicato de trabalhador rural, aqui, era mais ligado ao Paulo Carvalho, que era do PMDB. Inclusive o Paulo Carvalho que emprestou uma sede para eles, uma sala lá na rodoviária. Eles só se desentenderam depois. [...]. Continua urbano [o PT de Muriaé], para você ter uma ideia, os vereadores de distritos rurais aqui na cidade, nunca são do PT. Todos os vereadores do PT eleitos na cidade tem origem urbana. É claro, a gente tem muito trabalho rural, se aproxima das comunidades rurais, das lideranças rurais e muito da força do partido vem daí. A Cássia, por exemplo, a vereadora mais votada, tem uma pegada forte rural, mas não é uma liderança rural. Eu sempre lidei com CEBs e sempre me aproximei dos distritos, mas minha maior votação é urbana (Jair Sanches Abreu, entrevistado pelo pesquisador em fevereiro de 2022).

Adair Mendes, um dos fundadores do STR de Muriaé, liderança comunitária, atual presidente do PT de Rosário da Limeira e ex-vereador desse município, relatou

No começo do sindicato, teve uma aproximação grande com o Paulo Carvalho. A gente era de esquerda e ele, do MDB, também, na época, era de esquerda. Depois o sindicato viu que o Paulo Carvalho não era de esquerda, porque tomava umas medidas contra a população mais pobre que não era bacana. Aí, com o padre Agostinho²³, o sindicato se aproximou dele e mais contato com o pessoal da CPT e da CUT, aí o sindicato começou a se aproximar do PT. Mas o PT já existia antes do sindicato. [...]. Eu filiei lá [Muriaé], mas quando Limeira se emancipou eu fundei o partido aqui, passei a votar aqui. [...] Fui fundador do PT aqui e vereador duas vezes pelo PT. Ah, é diferente! [perguntado sobre a diferença entre o PT de Muriaé e Rosário da Limeira]. O PT aqui é uma coisa, lá em Muriaé é outra. Aqui é quase todo mundo da roça, os vereadores do PT eleitos vieram da roça. Os filiados é 90% gente da roça. Em Muriaé não, nunca foi, só para você vê, eu não lembro de um candidato do meio rural do PT lá em Muriaé. Não tem... A maioria sempre foi da rua e depois que Limeira emancipou, aí que deve ter menos gente da roça ainda (Adair Mendes, entrevistado em junho de 2022).

De fato, em Muriaé, os candidatos pelo PT foram todos do meio urbano, muito embora Jair Abreu, professor de Educação Física, e Cassia Ribeiro, psicóloga, tenham forte ligação

²³ Segundo pode-se apurar pelas entrevistas realizadas, a ruptura do prefeito Paulo Carvalho com o STR de Muriaé se deu após um incidente acerca de desapropriações para criar-se um aeroporto em Muriaé. Diante da insatisfação dos moradores desapropriados, que por terem que sair de suas casas, quer pelo baixo valor das indenizações, o mencionado padre Agostinho, ligado à CPT e entusiasta das CEBs locais, passou a organizar petições, abaixo assinados e até manifestações públicas contra a construção do aeroporto. Nessa ocasião, o STR local, ainda muito ligado às CEBs e ao MOBON, passou a apoiar o movimento contra a construção do aeroporto. ‘

com o meio rural — o primeiro fazia parte de CEBs, realizou vários cursos no MOBON e muito próximo ao ex-deputado estadual Raul Messias, eleito com votos do PT da Zona da Mata e região leste de Minas Gerais, enquanto a segunda, filha de antiga liderança cebista de Belisário (distrito rural de Muriaé), tem atividade perene junto ao meio rural da região pelo MAM (Movimento Pela Soberania Popular na Mineração) —, é manifesto o caráter predominantemente urbano do partido, composto majoritariamente por professores, servidores públicos e trabalhadores do comércio, segundo informou Jair Abreu.

A formação do PT em Miradouro — assim como Eugenópolis e Vieiras — se deu de forma diferente daquela que se verificou em Muriaé, numa ação de organização político-sindical dos trabalhadores rurais participantes das CEBs a partir do emprego dos capitais culturais e sociais concertados pelo *habitus* militante-dialógico nascidos, ambos, na prática religiosa cebista. Isaias Clovis de Freitas, 54 anos, presidente do STTR de Miradouro, ex-vereador pelo PT, expôs:

E aí a gente dentro da própria CEBs, a gente foi discutindo as questões de religião e também de ação. Então o movimento CEBs é para isso, abrir a cabeça dos trabalhadores tinham que trabalhar, mas também tinha seus direitos, foi nesse momento que surgiu, para ter o direito, para reivindicar o direito, o sindicato de trabalhadores rurais e a entidade é essa, o Sindicato de Trabalhadores Rurais. O nosso foi nascido em 86. Foi nossa primeira reunião. Muitas lideranças das CEBs participaram, mas a dificuldade era que uma minoria pensava dessa forma, porque nem todos os trabalhadores entendiam o processo, as vezes o próprio trabalhador não confiava nele mesmo ou nas pessoas que orientavam ele. Por quê? Achava que o trabalhador era inferior, que não tinha condição de entender e resolver os problemas, que era só serviço, principalmente a mulher, a mulher não tinha competência para nada. E aí foi que o movimento sindical e a CEBs foi incentivando o trabalhador e a mulher a buscar seus direitos individuais. Houve um conjunto, sempre em conjunto. Essa foi a luta. Mas não é só. Não adiantava criar uma entidade para reivindicar direito e não ter e não ter representação política. A gente tinha conscientizado que para ter direito, tinha que ter representação política. Aí, então, resolvemos fundar um partido. Então a gente resolveu fundar o PT e foi nesse momento que chegou a ideia de, no município, se articular isso, por que para ter o direito tinha que votar em pessoas que podia pensar a mesma coisa, então foi desse nível aí em 86: Fizemos o PT e o sindicato tudo junto. [...]. O próprio povo, no momento, não entendia que esse movimento do sindicato era deles, porque eles estavam acostumados a ser submisso. Tinha um seu fulano, que era sempre o cara que tinha mais dinheiro, que tinha o poder de administrar alguma coisa, de ser político, de ser um vereador na câmara... Ele, como trabalhador rural, ele não reconhecia que ele tinha possibilidade de ir além, e a CEBs foi demonstrando que ele tinha condições de ser um cidadão

independente e ter capacidade de fazer. (Isaias Clóvis de Freitas, entrevistado pelo pesquisador em fevereiro de 2022).

Pelo depoimento de Isaias Clóvis, atual presidente do STTR de Miradouro e um de seus fundadores, a fundação do STTR e do PT no município se deu num mesmo fluxo, sendo manifesta a influência e o incentivo da CEBs nesse processo. O entrevistado afirma que as CEBs foram “demonstrando” que os trabalhadores tinham condições de fazer e de se tornarem independentes. O verbo demonstrar, utilizado pelo entrevistado, merece atenção. Para ele, as CEBs não fizeram, mas demonstraram, ou seja, tornaram evidente por meio de provas, argumentos lógicos, a possibilidade de os camponeses locais se organizarem sindical e politicamente. Ao empregar o verbo demonstrar, é como se a liderança sindical entrevistada dissesse: “Sempre fomos capazes, mas não sabíamos”, ou seja, as CEBs proporcionaram aos trabalhadores rurais um aporte de autoconfiança, de autoestima e noção de grupo ainda não experimentado por eles.



Presidente atual do STTR de Miradouro, Isaias Clovis, em reunião na sede do sindicato com lideranças da FETAEMG.

Fonte: Fotografia do arquivo do STTR de Miradouro.

Em outro depoimento, José do Tote ajuda a entender mais esse processo:

Eu falei: Zé Maria, você vai escolher, você fica no sindicato ou funda o PT. Aí nem ele sabia de nada e nem eu. A gente não tinha noção de nada, mas queria fazer. Eu fui tratar de montar o PT, fiquei mais por conta disso, procurar gente que entendia e podia ajudar a montar o partido, e ele, do mesmo jeito, foi cuidar do sindicato, mas eu e ele fundamos estamos como fundador de um e de outro. [Perguntei se José Maria era de CEBs]. Tudo de CEBs: Eu, ele e o pessoal que estava nesse

movimento. A gente, nas CEBs, organizava bem as coisas: Ninguém dá conta de fazer tudo sozinho, não é verdade? Então a gente divide a tarefa no grupo e cada um vai tratar de uma coisa que é mais da responsabilidade dele, mas pode dizer que é o conjunto que faz. [...]. Na roça tem muita gente de CEBs, que movimenta bem, mas não é a maioria, e dentro das CEBs, tem muita gente que não gosta, que não gostava, que a gente partisse para esses outros campos, que é, para mim, coisa de cristão também. [...] É a menor parte que entrou para essa luta, mas a maioria aprova elas, mas não entra para ajudar a construir. (José do Tote, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

Esse depoimento, mais do que confirmar a origem comum e simultânea do STTR e do PT miradourense, oriundos dos trabalhadores rurais cebistas, indica que os capitais desenvolvidos na longa vivência cebista, como o capital cultural de organizar reuniões, de deliberar conjuntamente e buscar efetivar as metas elaboradas em comum, por exemplo, desenvolvido nas reuniões locais e plenárias das CEBs, foram empregados de forma praticamente automática na criação do sindicato e partido político desejados. A frase “A gente, nas CEBs, organizava bem as coisas”, ao se referir à divisão de tarefas com o objetivo de criar entidades fora do campo religioso, indica que todas as habilidades desenvolvidas pelas lideranças e trabalhadores rurais participantes das CEBs foram manejadas para a criação das entidades aqui mencionadas. É possível inferir que a facilidade e naturalidade que esses organismos pertencentes a campos distintos se misturam na cabeça do entrevistado — sem qualquer indicativo de contradição lógica ou temor de estar incidindo numa promiscuidade organizacional, por misturar religião, direitos trabalhistas e política partidária ou sindical num sem cerimônia no mesmo discurso — indicam que os mesmos valores e predisposições presentes no primeiro campo de atuação dos camponeses, são os motivadores e justificadores para que adentrem os campos sindical e político²⁴.

6.2 O surgimento do STTR e suas características

Durante as pesquisas bibliográfica e documental, bem como por meio das entrevistas realizadas, não foi encontrado qualquer indício de organizações camponesas na Mata de Muriaé antes da ação pastoral promovida pelo padre Gwenael e do MOBON, ou seja, é uma região sem tradição de organizações dessa natureza. Comerford (2003, p. 257) estende esse aspecto para toda a Zona da Mata mineira, afirmando, porém, que houve algumas tentativas de organização de trabalhadores rurais na região, contudo nenhuma, pelo que se pode constatar, na Mata de Muriaé.

²⁴ Outros tantos depoimentos utilizados nessa tese, que por lideranças cebistas, quer por antagonistas à organização camponesa nos campos político e sindical, mais do que reforçar esse entendimento, fornece, dele, matizes diferentes.

De fato, segundo informações obtidas junto a FETAEMG, em finais da década de 1970 e início de 1980, havia na Zona da Mata de Minas Gerais alguns poucos sindicatos de trabalhadores rurais, sediados nas cidades de Ubá, Ponte Nova e Manhuaçu. Nenhum desses sindicatos tinha, à época, qualquer vinculação com a ação evangelizadora do MOBON. Destes, somente o de Manhuaçu, contudo, veio a ser colonizado pelas lideranças cebistas, segundo informou o entrevistado Raul Messias, que reputou essa colonização à ação pastoral do MOBON naquela cidade.

A partir das ações das CEBs, decorrentes da ação do MOBON na Mata de Muriaé, vão nascer cerca de quinze sindicatos de trabalhadores rurais, todos a partir de 1984: o STR de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira; o STR de Tombos; o STR de Eugenópolis e Antônio Prado de Minas; o STR de Pedra Dourada; o STR de Palma, Laranjal e Santana do Cataguases; o STR de Vieiras; o STTR de Miradouro; STR de Carangola e São Francisco do Glória; o STR de Fervedouro; o STR de Espera Feliz; o STR de Divino; o STR de Ervália; o STR de Araponga; e o STR de Visconde do Rio Branco, sendo que os três últimos estão fora da microrregião estudada (Mata de Viçosa, o antepenúltimo e penúltimo, e Mata de Ubá, o último).

Estes sindicatos, vale dizer, não nascerem como decorrência ou por influência daqueles existentes anteriormente na Zona da Mata (Manhuaçu, Ubá ou Ponte Nova), senão da ação das CEBs implantadas pelo MOBON na região. Essa assertiva pode ser feita com segurança, vez que todas as lideranças sindicais entrevistadas que participaram da fundação dos STRs da Zona da Mata de Muriaé foram unânimes em afirmar que os sindicatos nasceram nas discussões e reflexões das comunidades.

O Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Miradouro, especificamente, foi fundado em 21 de setembro de 1986, sendo que todos os signatários da ata de fundação eram católicos e proveniente das CEBs da zona rural de Miradouro. Ao se realizar uma leitura comparativa do estatuto do STTR de Miradouro, com aqueles dos sindicatos de Muriaé, Vieiras e Eugenópolis, pode-se perceber que são extremamente parecidos, não guardado entre si diferenças essenciais, que não sua circunscrição de atuação. Um antigo funcionário do STTR de Muriaé, Nilson Lopes, disse, ao ser entrevistado, que essa coincidência não é gratuita. Tendo participado de várias reuniões para criação do sindicato em comunidades rurais diversas em Muriaé, Miradouro e Eugenópolis, informou ao pesquisador que um modelo de estatuto que “deu certo”, ou seja, de um sindicato de trabalhadores rurais devidamente fundado e registrado, serviu como base para todos da microrregião de Muriaé. Verificou-se, também, nessa leitura comparativa, que não há qualquer traço ou resquício da

influência da Igreja ou das CEBs nos documentos constitutivos das entidades sindicais, sendo os estatutos completamente laicos.

O primeiro presidente do STR de Muriaé, Barão de Monte Alto, Rosário da Limeira e Bom Jesus da Cachoeira e uma das fundadoras do STTR de Miradouro relataram a resistência da CONTAG e da FETAEMG em auxiliarem os trabalhadores rurais locais na fundação dos sindicatos de trabalhadores na região, tendo sido fundamental nesse processo a ação de agentes da CUT e da CPT. Essa oposição da confederação e federação de trabalhadores rurais à fundação dos sindicatos na região em recorte se deveu à disputa de espaços, em nível nacional, entre essas entidades e a CUT, que disputava com essas entidades os rumos do sindicalismo rural nacional, bem como criticava a atuação da federação como sendo ineficaz no que se refere a instrumento de luta, mas mero agente formalizador de denúncias de situações pontuais e concretas junto a órgãos públicos, conforme apontam Medeiros (2001, p. 115) e Picolotto (2009, p. 7). Logo a resistência encontrada pelos trabalhadores rurais de Miradouro, dentre outros da microrregião, por parte do sindicalismo oficial não se deveu a uma falta de autenticidade ou ilegitimidade do movimento sindical local, mas uma estratégia de poder da CONTAG e da FETAEMG diante das disputas com a CUT e a CPT na região.

De fato, a importância da participação da CUT e da CPT no processo de formação dos sindicatos é inegável. Terezinha Gomes, 43 anos, ex-liderança comunitária e sindical, vereadora por dois mandatos pelo PT em Miradouro (MG), em entrevista realizada pelo autor do trabalho, informou:

A FETAEMG ela tinha muito dinheiro, tinha muito poder, e quando foram fundados os sindicatos aqui da região eles foram fundados numa outra orientação, porque já tinha disputa... A FETAEMG é muito antiga, é da época do Ministério do Trabalho, da criação e tal... Quando começou a abrir o processo de redemocratização e a CUT já funcionava. Aí começou a fundar sindicatos para ter base. Aqui na nossa região era um lugar que não tinha sindicatos, o mais próximo daqui era do de Caratinga (já na região do Vale do Rio Doce). Primeiro de tudo chegou a CEBs, foi o primeiro passo, que veio os padres e esse pessoal lá de Dom Cavate. [...]. Aí, como eu ia dizendo, chegou a CPT, que era a Comissão Pastoral da Terra, e junto com a CPT a CUT. Aí os sindicatos já foram fundados e tal. A CUT orientou, a gente fundou do jeito que ela orientou, nós fundamos o sindicato contestando o Ministério do Trabalho, contestando a forma que eles faziam a política e assim por diante, enquanto que a FETAEMG era totalmente atrelada ao governo (Terezinha Gomes, entrevistada pelo pesquisador em junho de 2022).

Pelo que se observou durante as entrevistas, a prática organizativa das CEBs, com assembleias e reuniões sistematizadas e estruturadas, bem como o discurso de igualdade e

justiça social elaborado e em franca circulação no meio camponês, a partir da atividade cebista e dos cursos e palestras do MOBON, encontraram boa consonância com os trabalhos da CPT e da CUT na região em virtude da similaridade dos discursos e do método assemblear adotado na prática. As habilidades de organização, falar em público, argumentar e contra-argumentar, bem como a capacidade de mobilizar pessoas para objetivos comuns, ou seja, capitais culturais e sociais desenvolvidos, acumulados e valorizados durante anos de trabalhos junto às CEBs foram empenhados e reinvestidos na fundação dos STRs locais, inclusive no de Miradouro. Assim como os entrevistados Reinaldo Barberini e Raul Messias Franco (item 5.3 dessa tese) afirmaram que o trabalho desenvolvido pelas CEBs foi fundamental para a boa execução de seus respectivos trabalhos de extensionistas, à medida que capacitou os camponeses para o diálogo e para uma postura mais militante, resta claro que também com relação à fundação e consolidação do STTR miradourense.

O camponês local, Geraldo Pires Amorim, conseguiu separar bem, em suas concepções, os campos sindical, político e religioso.

Comunidade, sindicato, tudo isso é... não é que é ligado, mas uma coisa levou a outra. Mas não quer dizer que uma pessoa que é do sindicato é também da CEBs. Cada coisa é uma coisa própria, separada. [...]. O PT também é igual, a associação de agricultura familiar, também: Eu fui desses grupos todos, participei de tudo, mas tem gente que é da CEBs e é do PFL, que é o DEM, ou do PMDB, entendeu. Qualquer comunidade que você for aí você encontra gente de todo partido. [...]. Deve ter gente que já foi da direção do sindicato e era de outro partido, mas é menos. [...]. O sindicato é mais ligado ao PT, tanto que no início eles chamavam o sindicato de sindicato do PT, uns ainda chamam, mas não é obrigatório. Eu era de CEBs, do PT e do sindicato, mas tem PT que nunca foi de CEBs ou sindicato e gente do sindicato que nunca movimentou nesses outros. Se for trabalhador rural, da agricultura familiar, meeiro, retireiro, pode entrar no sindicato, independente de religião e partido. O Bastião, que estava aqui, ele sempre foi do lado do Max e é do sindicato, firme com o sindicato. Nunca foi de comunidade, também. No início foi difícil de separar, muita gente não entendia, por que a origem é igual (Geraldo Pires Amorim, entrevistado pelo pesquisador em março de 2022).

A origem comum do PT e do STTR local, vindos das CEBs, é reconhecida, porém, assim como o estatuto do sindicato não se vincula a sua origem, sua atuação também não. Seus filiados podem pertencer a grupos políticos ou religiosos diversos, conquanto que se classifiquem como trabalhadores rurais.

Em verdade, verificou-se que pessoas ligadas ao SR local não acolheram bem a fundação do STR. Um antigo funcionário do Sindicato Rural, que cuidava dos cadastros do

FUNRURAL em Miradouro, de 1978 a finais da década de 90, funcionário da prefeitura aposentado, em entrevista concedida ao autor do trabalho declarou:

O sindicato dos trabalhadores rurais, isso é tudo PT. É um comunismo disfarçado. Eles criaram esse sindicato para fortalecer o PT: O Carlim, a Tereza e o irmão dela, e esse agora que é presidente... Isaias, isso. Eles fizeram o sindicato para fins de política. [...]. Pois é, eles misturaram religião com política nessas roças, aí: faziam uns cursos em Eugenópolis e vinham com o movimento de PT disfarçado no meio. Esse pessoal foi esperto, foi tirando os pequeninhos de cabeça para votar no PT, levando para o sindicato deles. Para ir para a política, mesmo. Na época não tinha um que não andava com aquela estrelinha vermelha do PT na roupa. Para tomar um dinheirinho do cara para ir numa reunião fora da cidade dizendo que não podia trabalhar. (J.M.C., cerca de 70 anos, entrevistado pelo pesquisador em janeiro de 2022).

O entrevistado J.M.C., declaradamente pertencente ao grupo político goteiras, enfeixa em sua crítica ao STTR aqueles argumentos mais comuns que fundamentavam a organização camponesa a partir das CEBs em Miradouro, a mistura de religião com política e disseminação do comunismo. Para aqueles que se opunham ao STTR e ao PT, as lideranças cebistas eram vistas como espertalhões, agindo de maneira estratégica e maliciosa para obter benefícios pessoais, notadamente projeção política. O entrevistado não reconhece que simples camponeses possam, de per si, se organizarem supondo estão sendo manipulados por terceiros, o que revela uma concepção de inferioridade natural dos camponeses em face dos demais grupos sociais locais, sendo perceptível, na fala do entrevistado, dúvidas quanto à capacidade do camponês em ler e perceber a realidade de seu entorno, o que demandaria uma tutela por parte de figuras tradicionais da sociedade local, para que não fossem ludibriados. Essa fala preconceituosa mexe com as reminiscências desse pesquisador, já que, desde criança, percebia e achava natural aquilatar as pessoas do meio rural como simplórias. Esse preconceito, aliás, decorrente do *habitus* de resignação e subordinação então vigente na sociedade local acerca dos camponeses (capítulo 2 dessa tese).

A liderança Terezinha — uma das mais hostilizadas em Miradouro quando do início das atividades do STTR —, ajuda a entender esse preconceito e desconfiança com relação à organização político sindical local.

Uma coisa mais boba do mundo gerava um conflito. E o sindicato tinha um papel importantíssimo nisso tudo: era a forma de comprovar a profissão. Nem o trabalhador nem a trabalhadora tinha a noção disso, então nossa responsabilidade era grande. Isso hoje o pessoal pode até achar pouco, mas não era naquela época. ‘Esse bando de roceiro querendo saber das coisas’, era assim que o povo do cartório e

INSS pensava. Preconceito, mesmo, forte. [...]. Claro que tinha questão política no meio, também, a gente era do PT, que tava começando na região, e tinha uma resistência que você sabe. [...]. Então, assim, eles negavam as coisas para ver se a gente desistia. A gente ia, as vezes, para o INCRA sabendo que iam negar para a gente porque era do sindicato do trabalhador. Era um trabalho de desqualificação da gente. E a gente, Fernando, nas estava parado, a gente tinha assessoria e estava estudando tudo o que fosse ligado ao trabalhador, e o pessoal dos produtores, dos patrões, da prefeitura que defendia eles, já estava ultrapassado. Isso é que dava mais raiva (Terezinha Gomes, em entrevista realizada pelo autor do trabalho em junho de 2022).

Pela fala de Terezinha, é possível constatar que o teor da fala de J.M.C. extrapola o preconceito. Trata-se, sim, de uma estratégia de defesa, de preservação do *status quo*, a fim combater o movimento camponês nascente, porquanto esse estava a promover mudanças comportamentais no campo. Não bastasse isso, o sindicato de trabalhadores esvaziou o papel daquele outro, dos patrões. Dois dos fundadores do STTR de Miradouro disseram ter participado, antes, do SR em Miradouro. O depoimento de um deles, Geraldo Pires Amorim, 72 anos, agricultor familiar aposentado, ex-líder comunitário, tesoureiro por três gestões no STTR de Miradouro, é rico e ajuda a compreender esse esvaziamento.

Tinha algumas pessoas aqui que berrava e até agiu muito violento com nós, mas nós soubemos passar isso daí. Deus ajudou. Aqui mesmo em Miradouro tinha gente aí que não aceitava o sindicato, não. O pessoal fazendeiro aí não gostava, pensava que ia vir uma lei, aí que iria orientar os trabalhadores: pôr eles na justiça, cobrar direitos... E eles tinham medo. Mas era isso mesmo: o sindicato é para isso. Cada um com seus direitos e cada um vai até onde pode ir, uai! Tinha gente que ficava uma vida inteira numa propriedade e depois morria igual mendigo, não deixava nada para filho, direito nenhum... É muito absurdo uma coisa dessas e eu acho o seguinte: um patrão que faz uma coisa dessas com o empregado, não precisa de rezar e ir na igreja, não... Se eu fizer um negócio desse com um companheiro trabalhador meu, eu não sou digno de tomar comunhão. [...]. Eu também era filiado ao Sindicato Rural, do patrão – não existia o do trabalhador –, e eu era filiado primeiro lá em Muriaé, aí depois abriu o patronal aqui e eu fiz a minha transferência para aqui. Depois quando o sindicato do trabalhador foi começando, pensei: “Eu vou adequar, eu estou no lugar errado”. Agora já tem meu lugar aí, eu estava lá em cima e voltei cá pra baixo, junto com o pessoal da comunidade (Geraldo Pires Amorim, entrevistado pelo autor em março de 2021).

O entrevistado, pequeno proprietário rural e agricultor familiar, é um dissidente do SR. Por ser pequeno, trabalhando sua propriedade com as próprias mãos e de sua família, entendeu que “estava no lugar errado”. Sua realidade social e seus interesses eram distintos daqueles vigentes no SR, seu lugar era junto com os trabalhadores. O fundamento de sua

opção pelo STR, embora se apresente aparentemente com roupagem religiosa²⁵, não advém de uma ideia de justiça inculcada em cultos ou reuniões, não nasceu do discurso exógeno, mas sim de sua vivência.

Minha família, eu, a gente tinha nossa terra para tocar, então tinha uma situação um melhor. Mas para dar conta, todo mundo trabalhava para os outros a dia ou a meia, também. Um pai de família que trabalhasse a dia, que não tivesse o seu para pegar, passava até fome com a família. [...]. Eu sei, muito companheiro nosso sabe, o que é trabalhar a dia para os outros, que as vezes sem consciência de que é um pai de família que está ali (Geraldo Pires Amorim, entrevistado pelo autor do trabalho em março de 2021).

As circunstâncias materiais enfrentadas pelo entrevistado, refletidas e debatidas nas reuniões das CEBs, lhe permitem perceber que seu lugar, que seu sindicato, deve ser aquele que busca ampliar suas expectativas e direitos, e não aquele outro, que prima pela preservação do *status quo*, pela manutenção de uma realidade opressora dos camponeses.

Pode-se, assim, inferir que a atuação da Igreja, por meio das CEBs, autorizou os trabalhadores rurais a discutirem a questão camponesa local de maneira coletiva. Buscar seus direitos pela via sindical ou mesmo política não é conspirar, trair o patrão, mas auxiliar a si e ao próximo. A organização de trabalhadores para a busca de soluções comuns, talvez, inicialmente, parecesse errada para o trabalhador, afinal, falar sobre injustiça é falar de pessoas que sofrem e perpetram as injustiças. Logo, o *habitus* de resignação e subordinação vigente entre os camponeses, com todo o seu valor simbólico decorrente da vivência religiosa camponesa — contido, inclusive na máxima religiosa que orienta àquele que sofre uma agressão ofertar a outra face —, dificilmente poderia ser modificado sem a autorização da igreja, tal como é possível perceber ainda no depoimento de Geraldo Pires Amorim.

Não sairia [o sindicato] se não fosse a ação da Igreja! Porque não conseguia juntar o povo, porque quando o povo da CEBs formou e o fortalecimento dentro da comunidade, o povo da comunidade confiava no líder da comunidade, e ele falava: “olha, gente, existe isso e isso e isso, e nós precisamos de chegar aqui e o caminho que nós temos que entrar é por aqui, assim, para nós panhar o conhecimento e nós

²⁵ Ao analisar os depoimentos colhidos na mesma região estudada, COMERFORD (2003: 263) afirma que é constante encontrar nas narrativas a justificação da criação dos STRs como uma missão da comunidade em favor dos pobres, pequenos, explorados e trabalhadores. O sindicato é visto, pois, como uma forma de ajudar os desvalidos, uma missão cristã. Num dos depoimentos citados por esse autor, a liderança sindical afirma que Deus queria a justiça, sendo, pois, necessário que se fundassem na região os STRs, a fim de combater as injustiças que incidiam sobre os trabalhadores rurais (COMERFOR, 2003: 263). Esse discurso, porém, é respaldado, conforme demonstrado nesse trabalho, na realidade material experimentada pelos camponeses.

ter um favorecimento mais tarde com nossos filhos, com nosso netos, é por aqui que nós vamos começar, porque até hoje nós estava no escuro, agora estamos começando a ver a luz, estamos começando a abrir nossos olhos”. E aí foi chegando. Nós chegava e falava de sindicato com o povo aqui da comunidade e ninguém aceitava. Para chegar e falar de sindicato teve que conversar muita coisa antes, viu... Teve que conversar. Nas novenas falava do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, no Natal, falava da paixão e morte, e aí dava os tópicos. Não ia direto no assunto, por exemplo, fazia a comparação daquele povo lá no Egito, fazia a comparação com a leitura e o que a gente vivia, e aí foi onde... onde eu desenvolvi! Se fosse para chegar e montar um sindicato aí, eu vejo que na zona rural ninguém não ia, não. Eu não ia, é lógico! Você vai mexer com uma coisa que você não sabe o que é, rapaz? Você não tem informação de nada! É mesma coisa de você chegar e pedir uma assinatura num papel: vou assinar para quê? Você, que é advogado sabe, tem que saber primeiro [risos]. (Entrevistado pelo autor do trabalho em março de 2021).

José Maria Pinto da Silva, 58 anos, natural de Rosário da Limeira, participou da fundação do STR de Muriaé, sendo o seu primeiro presidente, importante líder sindical local que, inclusive, compôs os quadros da FETAEMG em finais de 1980 e início de 1990. Ele, também o primeiro presidente do STR de Muriaé, Barão de Monte Alto e Rosário da Limeira, fala das dificuldades em razão do regime militar em vigor.

Em 85, nós convocamos uma assembleia para aprovar o estatuto. E veio um cara, da CUT ou CPT, para falar. Um cara lá de Belo Horizonte, outra realidade. Ele apresentou um slide que o teor do slide era mostrar a organização: um filmezinho dos gatos com a onça. Se o gato não unir, a onça come o gato. E quando passou aquele slide [risos]... Nós éramos umas 120 pessoas dentro do salão paroquial. Esvaziou totalmente nossa estratégia de aprovar o estatuto, porque as pessoas chocaram com aquilo lá do gato comer a onça, da onça comer o gato. E aí pronto, aí foi tudo por terra aquele trabalho de um ano e meio, voltou tudo a zero. Então, nós tivemos que retomar, novamente, de procurar e reorganizar e reunir nas comunidades mais um ano, praticamente um ano, e explicar o que era o teor do filme, que aquilo não foi bem explicado... Eles entenderam que aquilo estava propondo uma luta armada, violência. Então, a dificuldade de compreensão era tão grande, nesse nível. Tinha que tomar cuidado para falar porque o pessoal, assim... Era muito correto e não queria confusão. [...]. Não lembro, bem mas era sobre se organizar [falando sobre o teor do slide], que se os pequenos não se organizassem os grandes vinham e comiam os pequenos, [...], só que a pessoa que veio trabalhar com esse slide não soube explicar e a imagem foi assustadora para muita gente e desmobilizou. [...]. Nós tínhamos muito poucos recursos audiovisuais e muita desconfiança, porque as pessoas tinham muito medo porque estávamos sob uma

Constituição elaborada pelo governo militar que tinha muitas restrições do que falar. [...]. Era para o nosso sindicato ser o primeiro a ser fundado na região, mas aí teve esse negócio do esvaziamento dessa primeira assembleia, por isso o sindicato de Tombos foi o primeiro, entendeu? Preciso, como eu te disse, de mais um ano para desfazer o mal-entendido e ir nas comunidades tudo de novo para juntar o povo [risos]. (Entrevistado pelo autor do trabalho em novembro de 2011).

No primeiro depoimento²⁶, resta claro que tratar de lutas por direitos, por cidadania, era visto com desconfiança pelos trabalhadores rurais, mas que com o uso dos métodos, discursos e valores cevistas foi possível mobilizar a população para perceber que a realidade por eles vivenciada não se coadunava com os termos de justiça cristãos, de sorte que contrapor-se à uma ordem opressora, com base em valores cristãos, não era errado. Todavia, tratar mais diretamente do assunto, com critérios puramente mundanos, sem edulcorar o discurso com valores religiosos que justificassem e autorizassem um enfrentamento da opressão vivenciada, era visto com desconfiança e desconforto pelos trabalhadores rurais. Durante as entrevistas, foi possível perceber que a fala das lideranças cevistas são sempre suaves, sem pressa, num tom pacificador, convidativo ao diálogo. Uma fala mais ríspida, endurecida, que afrontasse diretamente os valores religiosos e os tradicionais *habitus* resignação e subordinação do camponês, seria incapaz de gerar sua adesão ou mesmo causar-lhe total rejeição ao discurso ou proposta a ele destinado. Já o novo *habitus* surgido nas CEBs, embora militante, tem estofamento religioso, em que se valoriza do diálogo para fins de comunhão em torno de valores cristãos a justificar uma sociedade mais justa. Num ambiente em que a luta se dá sob a égide de valores cristãos, o adversário não merece a violência, o desrespeito ou a eliminação, mas a chance de conversão. O simples termo luta de classe deve ser relativizado, afinal todos são irmãos.

6.3 Notas sobre a atuação do sindicato

O STTR de Miradouro começou sua atuação pelo que havia de mais comezinho e elementar entre qualquer cidadão, mas ainda distante dos camponeses, o acesso a documentos.

Aí, nós descobrimos, com o sindicato, uma dificuldade: O povo da zona rural não tinha documento. O documento que o pessoal tinha era título. Raramente uma identidade. CPF ninguém tinha. Não tinha e nem sabia para o que servia. Então o

²⁶ Os depoimentos em questão falam da fundação de sindicatos distintos, Miradouro e Muriaé, respectivamente, contudo, além dessas cidades serem vizinhas e o público do sindicato serem trabalhadores rurais, em ambas as cidades a organização camponesa se deu em torno das CEBs e do MOBON, ademais, a metodologia da ação católica na região, conforme visto sobretudo no capítulo anterior, promovia e promove intensa ligação entre a lideranças e comunidades diversas, de sorte que é perfeitamente possível usar ambos para compreender a realidade local de então.

sindicato começou a investir nessa organização de documentos, a primeira coisa. Não tinha nem documento para começar o sindicato, porque a pessoa não existia oficialmente. Aí tirava os documentos e a gente fazia a carteirinha do sindicato e ela valia muito na época, mas para isso eles exigiam os outros documentos. [...]. Se a pessoa precisasse de algo e não tivesse documento, se ele tivesse procurando recurso com um fazendeiro, com o sindicato rural [patronal], eles davam um jeito lá e resolvia, mas se o cara estivesse sozinho ou com o sindicato dos trabalhadores, aí eles exigiam tudo e o trabalhador ficava de mão abanando. Então, assim, isso foi até bom, porque todo mundo que sindicalizou passou a ter toda a documentação e saber para que servia e isso é simples, mas você não imagina a independência que dava. Então nós começamos a trabalhar e já estava na constituição e ninguém sabia e falava e foi aí que a gente começou a contestar essas questões direito. Porque, também, tinha uns direitos, lá, mas a lei foi mudando e foi criando mais, até para a agricultura familiar. Auxílio-doença, salário maternidade... Foi descobrindo depois, a questão das aposentadorias, os meeiros terem contrato, que é uma segurança muito grande. A pessoas que trabalhavam a meia, ninguém tinha contrato. Um ou outro só... Mas você imagina o que é um cara que não tinha qualquer referência passar a ter seus documentos todos, tudo regularizado? Você não consegue. O cara dava uma crescida, já era um... uma coisa boa, um reconhecimento. Acho que o grande benefício dessa época foi essa organização. E o povo, não sei se era a situação da época, falta de conhecimento, mas o povo da roça era muito pobre. Eu lembro que quando eu fiz essa casa, foi em 1998, essa era uma das melhores casas que tinham aqui na região. Hoje minha casa é uma das piores. A maioria das pessoas plantaram café, organizaram, aprenderam fazer as coisas, e a gente cobrava do prefeito, de algumas organizações, assistência técnica, e o pessoal foi evoluindo, também, no modo de produzir. O pessoal mais miúdo foi entender o uso do calcário depois do sindicato. Hoje tem um novo problema, que é o excesso de agrotóxico do meio rural. Pessoal partiu para o transgênico, muita gente usando essas coisas assim e tem esses novos problemas que a gente enfrenta. [...] O pessoal do sindicato patronal ajudava um ponto, um caso de uma pessoa, um probleminha. O nosso, não: Organizava a vida do trabalhador mais completamente, para dar mais independência para o trabalhador, mesmo.. (José do Tote, entrevistado em junho de 2022)

A falta de acesso a simples documentos de identificação era um dos principais problemas que afligia os trabalhadores. Sem documentos, o trabalhador praticamente inexistia para o Poder Público, reforçando ainda mais a dependência em relação aos fazendeiros e a chefes políticos locais. O acesso a documentos, a formalização da existência do indivíduo camponês diante dos órgãos públicos, é visto como um assenhoramento de si mesmo, não só por poder buscar sozinho junto a órgãos públicos ou bancos seus interesses, sem a intermediação de alguém, mas também a tranquilidade decorrente da força simbólica que os

documentos oficiais trazem a qualquer pessoa pelo reconhecimento público, notório e inquestionável de seu teor a seu portador. Repare que o STTR ajuda o camponês a superar a situação de abandono e falta de acesso a serviços básicos do trabalhador rural, tal como relatado em Karandel del Canto (1977, p. 19). O entrevistado afirma que o SR resolvia problemas pontuais, específicos, quanto instado a fazê-lo, isso mediante a intermediação de um proprietário rural a ele filiado, ao passo que o STTR tinha uma ação mais ampla e consistente, “organizava a vida do trabalhador mais completamente”. De fato, ajudar na obtenção da documentação básica, oferecer informações precisas acerca de direitos relativos à relação de trabalho celetista, sobre parceria agrícola, questões de acesso a benefícios previdenciários e assistência de saúde, é dar maior independência aos trabalhadores, sobretudo diante do assistencialismo promovido pelos líderes políticos tradicionais e pelo SR local, conforme tratado no capítulo 2 deste trabalho. Importante notar que acesso a documentos e noções sobre contratos e direitos deles decorrentes significa um importante aporte de capitais social e cultural ao camponês.

O STTR de Miradouro, atualmente, tem como filiados, sobretudo, agricultores familiares. Segundo seu atual presidente, os empregados rurais sindicalizados são residuais, sendo mais comuns os celetistas no início de atuação do sindicato.

Sempre foi mais parceiro, pequeno proprietário, mesmo. Mas no início tinha muito empregado, mesmo. A gente nem sabia a diferença, chamava tudo de trabalhador, porque é tudo trabalhador, mesmo, né (risos). Mas depois que o pessoal foi organizando, conscientizando, aí quem tinha a carteira assinada não achava tão interessante, assim, ficar no sindicato. Mas no início, não tinha carteira assinada, foi o sindicato que foi resolvendo isso: “Não tem carteira e trabalha por salário, então tem que ter carteira”, chamava o patrão, manda para o advogado. É meeiro ou terceiro, vamos fazer o contrato, porque depois, na velhice, não tem quem ajude, vai ser uma luta para aposentar”. Foi assim que começou. Carteira assinada na roça, é coisa nossa, que partiu da gente. Isso não tinha aqui. Teve muita briga, aí, mas hoje, até os patrões reconhece que o sindicato (STR) só ajuda, que é importante. (Isaias Clovis de Freitas, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

Por não ser objeto deste trabalho, não foi feita uma avaliação acerca dos percentuais de agricultores familiares (proprietários de terras ou não) e de trabalhadores celetistas membros do STTR local. Contudo o próprio presidente da entidade afirma que os agricultores familiares sempre foram de maior número no sindicato. Importante notar que a própria atuação do STTR começou por promover mudanças quando a categorização de seus filiados. À medida que o empregado rural se conscientiza acerca de seu direito à regularização da relação trabalhista rural, os patrões, ainda que a contragosto, começam a assinar carteira e a

pagar os direitos trabalhistas devidos. A regularização da questão trabalhista local passa, assim, a fazer com que os empregados rurais tenham, em regra, uma passagem mais fugaz pelo STR, ao passo que os agricultores familiares, assim entendidos os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários rurais, permanência mais duradoura na entidade. Claro é que esse vínculo mais forte dos agricultores familiares à entidade sindical está ligado à gama de serviços que o STTR presta a eles, bem como a questões relacionadas à prova e encaminhamentos de caráter previdenciário.

O depoimento de um proprietário rural, 68 anos, comerciante aposentado, empregador rural e antigo afiliado ao SR local permite melhor compreensão desse momento do STTR.

Tive [problemas] com o Zé. Eu tava doido para ele sair fora, ele também querendo ir. O pessoal do sindicato [STR], a Tereza, interferiu e tirou o Zé de cabeça, com aquele sindicato dela, sem ela ser advogada, sem ela ser nada. Só com aquele sindicato dela. Eles não precisavam de me intimidar, de chamar para ir lá não, ué? Aí eu fui no contador e ele fez as contas do Zé, lá. O Zé tava doido para sair e eu falei para ele: ‘Ô Zé, eu vou te pagar os seus direitos, você vai receber férias, receber décimo terceiro, tudinho, que você quer ir embora. Então você, depois, me devolve a multa que eu vou pagar’[40% do FGTS]. Mas eles [pessoas do STR] conversando com o Zé... O Milton me fez muita raiva, porque encostelou com o Zé e não deixou eu conversar sozinho com o Zé de jeito nenhum, para o Zé não devolver o dinheiro, entendeu. Aí o cheque ficou com ele para lá, mas o combinado foi outra coisa minha com o Zé, sabe? Mas eu cheguei nele, depois que saímos da sala do promotor e falei do cheque, na frente do pessoal do sindicato: “E meu cheque?” Ele respondeu, rapaz, que se fosse para devolver o cheque o promotor tinha falado na sala para devolver e, se eu quisesse, a gente voltava lá para perguntar para ele. Depois eu tive um problema parecido com outro e, de novo, o sindicato deu orientação. Mas, assim, o sindicato [STR], hoje, eu vejo como bom, porque ele é que ensinou para gente que tinha que ter contrato de parceria para evitar dor de cabeça, mas na época eu acho que não precisava. [...]. Porque era compadre dando serviço para compadres, era uma confiança que tinha um no outro. Hoje eu uso o serviço do sindicato de trabalhador. [...]. Não sou filiado, mas eles fazem um monte de coisa para os filiados e quem quiser usar os serviços e não for filiado paga uma taxa e pode usar o serviço. [Diante da aproximação do entrevistado com o STR, perguntei sobre o SR nos dias atuais]. O sindicato ficou de pé aí, mas acabou na prática. [...]. Acabou [o SR], porque foi acabando: acabou esses direitos de internação, acabou direito de dentista... tinha tudo... Então foi com o INSS, entendeu. Aí tudo que o pessoal tinha que fazer, fazia com o INSS. Foi onde declinou. E quando o sindicato do trabalhador começou a fazer a carteirinha do FUNRURAL, também, aí a gente que era patrão não precisava mais resolver mais nada para o pessoal da roça. Não adiantava mais ter sindicato [SR], não tinha mais benefício para o povo, entendeu? Aí o negócio

desanima quando é assim. Eu, aqui em casa nunca usei esses benefícios, tudo particular, mas era um negócio que ajudava o povo, entendeu. O sindicato ele ainda existe, mas ele só tá fraco (L.G.S., entrevistado pelo autor do trabalho em maio de 2022).

O entrevistado relata um episódio ocorrido em inícios ou meados de 1990, quando um antigo empregado, sem carteira assinada, procura o sindicato e recebe orientação e apoio para exigir seus direitos. Dois membros da então diretoria do STTR fazem verdadeira escolta do empregado do entrevistado para que não seja abordado, possivelmente para que o entrevistado não tenha chances de abordar o empregado e busque convencê-lo de desistir de sua multa de FGTS. Ao afirmar que não precisava de ser intimado para resolver a questão, bem como ao falar que naquela época o STTR era desnecessário, por que era “compadre dando serviço para compadre”, fica claro que, para ele, os valores de morais mencionados no capítulo 2 desta tese, como o “dever obrigação”, bem como relações baseadas na afetividade, fundamentais para aquilo que chamamos de *habitus* de resignação e subordinação, é o que orientava a conduta do entrevistado com relação aos camponeses locais. Certamente acreditava que ao evocar esses valores conseguiria receber o cheque emitido de volta. Há muitos relatos de situações similares a essa entre os entrevistados de Miradouro e Muriaé, de patrões que não aceitam a ideia de o direito passar a pautar as relações de trabalho no campo, sendo os STRs postos como responsáveis por essa mudança de paradigma.

Em momento posterior, o depoente afirma, ainda, que a atuação do STTR fez com que modificasse seu modo de contratação. Ao invés de fazer contratos de trabalho irregular, passou a adotar o sistema de parceria agrícola, porquanto economicamente mais interessante para si do que assinar carteira. Afirma, ainda, que o STR o fez compreender a importância do contrato de parceria agrícola e que passou, inclusive, a utilizar serviços ofertados pelo sindicato dos trabalhadores abertos ao público geral numa franca mostra de reconhecimento da confiabilidade da instituição junto à comunidade. Lado outro, o depoente declara que o fortalecimento do STTR gera o ocaso do SR na cidade, que tinha função meramente assistencialista junto aos trabalhadores rurais por meio da intermediação dos patrões junto a órgãos públicos ou privados para acesso a serviços e outras vantagens pontuais.

Foi possível catalogar inúmeras ações do STTR local: Convênio com o INSS a fim de promover melhor acesso a benefícios previdenciários; combate ao uso de agrotóxicos, coordenando, inclusive, um boicote entre os trabalhadores diante de proprietários que utilizassem alguns produtos em específico; organização de cursos diversos; compra de máquina de beneficiamento de café para atender os filiados do STTR; apoio à criação de

associações de compra e venda de produtos, bem como de cooperativa de crédito; organização e concessão de documentos relativos ao PRONAF; fornecimento de assessoria e serviços contábeis diversos; atendimento para consultas jurídicas uma vez por mês para filiados com advogado. A frente de luta mais intensa do STTR local, atualmente, segundo seu presidente, é a franca oposição à expansão da mineração na região, diante da destruição do meio ambiente e do impacto que a atividade pode exercer sobre a agricultura familiar na região.

Nas três reuniões do STTR assistidas pelo pesquisador entre os meses de janeiro a abril de 2022, recados das CEBs locais, de outros sindicatos, bem como, uma oração inicial é comum. Além dos assuntos relativos à categoria, falas sobre a política local e nacional eram constantes, sendo a possibilidade de eleição de Lula à presidência e a derrota de Jair Bolsonaro o desejo unânime entre os presentes.

Durante toda a história do sindicato, as eleições foram realizadas conforme os termos estatutários, porém nunca se deram disputas entre chapas, ocorrendo sempre a aclamação de chapa única. Os cadastros de filiados do STTR local não estão informatizados e estão desatualizados. São mais de 3.600 fichas cadastrais, mas segundo o presidente da instituição há apenas cerca de 2.000 a 2.100 filiados atualmente em virtude de desfiliações e óbitos ocorridos. Embora esse pesquisador tenha tido acesso a livros de atas, prestação de contas outros documentos do sindicato, as fichas cadastrais não foram disponibilizadas, porém esse fato não desqualifica ou relativiza as informações aqui lançadas.

O sindicato tem intensa atividade política. Visitas de deputados do PT são constantes, sendo que a sede da entidade se lota de filiados nessas ocasiões para um misto de prestação de contas e divulgação de seus trabalhos em busca de apoio político do STR, que funciona, nesse aspecto, em consonância com as determinações do PT local. Deputados do PCdoB e do PSB também visitaram o referido sindicato, contudo, segundo seu presidente, essas visitas são mais raras não atraem tanto a atenção dos filiados. Sobre o assunto, diz Isaías Clovis, atual presidente da entidade:

Quando vem um deputado, por exemplo, a gente comunica às comunidades todas pelas lideranças. Isso, na pandemia deu uma parada, mas agora voltou de novo. [...]. Antes mandava recado, porque não tinha telefone na roça, agora com celular e *WhatsApp* é na hora. Aí a liderança comunica oficialmente na comunidade dele, mas como tem muita gente no grupo do sindicato e das comunidades [CEBs], todo mundo fica sabendo bem mais rápido. [...]. Quanto é um deputado mais nosso, a gente chama todo mundo para vir, mesmo, até porque o povo votou foi nele e vem mais fácil e a gente insiste mais para o povo vir. Quanto é um cara mais distante, que vem conhecer, aí vem menos gente, mas a gente comunica também. [...]. Do

DEM, esses outros nunca veio, só de esquerda igual a gente (Isaias Clovis, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022)

A fala do entrevistado deixa claro que o STTR local busca conectar os interesses dos trabalhadores rurais locais com a política nacional, ademais, conforme visto, a ligação da entidade com o PT local é muito próxima, de sorte que dos cinco vereadores do PT eleitos na cidade, somente um não tinha ligação direta com o sindicato, muito embora seus pais fossem sindicalizados, porquanto parceiros agrícolas.

O STTR de Miradouro não deixa de ser um espaço de prestação de serviços, contudo não há como negar que se trata de uma entidade fruto da organização camponesa local, que partiu de seu reconhecimento enquanto categoria a partir dos novos capitais e *habitus* por eles desenvolvidos e cultivados nas CEBs. Os serviços prestados pelo STTR de Miradouro, sobretudo aqueles relativos à elaboração de contratos de parceria e organização de documentos para fins, sobretudo, de acesso a benefícios previdenciários, não podem ser vistos como mera prática clientelista ou sob a ótica de uma submissão da entidade ao Estado (MEDEIROS, 1989). Em verdade, o sindicato foi criado não só à revelia do sindicalismo oficial de então, uma vez que a CONTAG e a FETAEMG se opunham ao nascimento da entidade, mas também das elites locais, que utilizavam o SR local para fins assistencialistas, sobretudo por monopolizarem o acesso à assistência de saúde e previdenciária pela via oficial do FUNRURAL. Esses serviços enfeixados pelo STTR local são vistos por seus afiliados e até mesmo por seus antigos antagonistas, como prova da capacidade organizativa dos trabalhadores rurais locais²⁷.

As inferências finais acerca do STTR de Miradouro podem ser feitas a partir do depoimento de Geraldo Romualdo.

A gente pensou assim: do mesmo jeito que a gente aprendeu a falar sobre Deus, dar uma visão nova para a palavra de Deus nas comunidades, a gente também pode aprender essa questão de sindicato e política. É até o João Resende que falava assim. Não tinha padre que apoiasse a gente aqui e a gente fez a comunidade e estamos aí dando curso para todo lado. [...]. Mas foi difícil. Escrever uma ata, estatuto, levar para registrar... O pessoal até debochava da gente, mas não desistimos. [...]. Tinha o apoio, igual eu falei, do padre Agostinho de Muriaé e o pessoal do MOBOM meio que colocava fogo na gente. O Alípio até espetava mais forte que o João Resende,

²⁷ Vale frisar que nem todos os sindicatos de trabalhadores rurais locais tem o mesmo vulto. Durante as entrevistas, verificou-se, por exemplo, que o STR de Vieiras era extremamente apático. Em visita a entidade, recém-saída de uma disputa eleitoral ocorrida em 2022, onde seu único presidente desde sua fundação, em 1986, foi derrotado após 36 anos na presidência da entidade, foi possível verificar que a organização burocrática da entidade praticamente inexistia: Sem atas, sem eleições, sem prestação de contas, esse STR tão somente prestava informações e emitia declarações para filiados que buscavam se aposentar.

mas os dois diziam da importância de se organizar: “Vocês vão ficar assim, sem uma organização sem nada? Se vocês não pegarem para fazer ninguém vai fazer para vocês!”. Mas a CEBs é um movimento muito bom, é uma escola. A gente sabia reunir e conversava com confiança entre nós e a gente discutia e decidia o que tinha de fazer e ia para cima, a gente tinha a certeza que ia dar certo. O sindicato, por exemplo, ele deu muito certo. Olha que coisa boa que está ai funcionando (Geraldo Romualdo da Silva, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

O entrevistado fala que a CEBs foi uma escola e vincula o sucesso do STTR local a elas. Não há dúvidas que a escola é um grande difusor de capitais sociais e culturais. Essa fala simples do entrevistado dá a dimensão do que foi a CEBs para a organização camponesa local, especificamente, para a formação do STTR. O entrevistado, que pouco sabia falar sobre religião, sobre Deus, afirmou que do mesmo modo como aprenderam sobre esses assuntos, tornando-se autoridades para falar do assunto para outros camponeses e ministrar cursos na sua localidade e fora dela, também poderiam aprender sobre sindicato e política. Não só o falar em público, a capacidade argumentativa, a habilidade para realizar reuniões, mas o próprio aprender a aprender e não temer enfrentar o desconhecido em busca de informação, superando dificuldades é um capital cultural que somente uma boa escola consegue dar aos seus alunos. Atas, estatutos, burocracias cartorárias, tudo isso é enfrentado pelos camponeses embebidos de um novo modo de vislumbrar o mundo. Os deboches que diz o entrevistado terem enfrentado nada mais são do que uma tentativa de evocação do *habitus* de subordinação e resignação que esperavam dos camponeses, *habitus* esse que se verga à aqueloutro engendrado e fortalecido entre os camponeses a partir das CEBs, qual seja, o *habitus* militante-dialógico.

Nessa fala, é ainda possível perceber a força do capital social constituído nos trabalhos cebistas. A todo o momento o entrevistado utiliza o termo “a gente” para falar do grupo, dos camponeses cebistas: “a gente sabia reunir e conversava com confiança entre nós [...] e partia para cima”; “não tinha padre que apoiasse e a gente fez as comunidades [...] dando curso para todo lado”. As CEBs permitiram aos camponeses nela iniciados criarem uma rede de relações sociais legitimadas pela confiança e cumplicidade mútua, bem como pela busca de soluções práticas para os problemas cotidianos, fato que resultou numa coesão e comunhão em torno de objetivos comuns — algo como uma cumplicidade solidária que surge entre estudantes de uma mesma turma, por isso, também, o movimento cebista é equiparado a uma escola —, capital esse que foi investido na criação e consolidação do STTR de Miradouro.

6.4 O nascimento do PT em Miradouro e suas características

Conforme se verifica no primeiro livro de atas do Diretório do PT em Miradouro, o partido foi fundado em 22 de março de 1987, com 27 membros fundadores. Desses, somente cinco não eram trabalhadores rurais. Todos os fundadores eram católicos e participavam das CEBs e grupos de reflexão locais.

Assim como se dá com o STTR, a organização burocrática do partido é digna de nota. Livros de atas, reuniões e eleições para convocação e decisão sobre a direção interna do partido, relatórios registrados em livro de tentativas sobre sondagens e propostas de coligação, assembleias para decidir sobre candidatos, coligação e apoios de deputados. Pode-se dizer que é um partido que tem memória escrita organizada. Dois entrevistados falam sobre a organização, sobretudo burocrática, do partido. O primeiro foi filiado ao PT e ao DEM em diferentes momentos de sua vida e relata que:

O PT tem muito mais filiado que os outros partidos aqui. E eles participam do PT. Nos outros partidos tem filiados, mas a participação é praticamente inexistente. Eu filiei, desfiliei e depois, voltei a filiar no PT. [...] Eu fui candidato pelo PT em 1992, mas fui eleito depois, pelo DEM. [...]. No grupo dos goteiras, por exemplo, é um grupo menor para decidir e muita coisa já vem de cima para baixo, já o PT é muita gente filiada, de lugares diferentes, por isso acho que tem mais reuniões [...]. Nas assembleias eles anotam tudo na ata, isso é verdade, e fazem mais reuniões, isso deve ser para não perder o fio da meada, porque eles movimentam mais o partido, não é só na época da eleição. Os outros grupos sempre tiveram aquela liderança mais personificada no chefe do grupo, por último, foi o Max e agora o Cloves, e do outro lado o Nico e agora a Catita, então essa necessidade de reunir todo o partido para tomar uma decisão é menos importante (M. M. M., entrevistado em abril de 2022).

O segundo depoimento é de uma liderança fundadora do partido e por duas vezes eleita vereadora pelo PT local:

Eu tenho certeza que é mais organizado. Tem que ser. O PT é um partido de verdade, não é um partido com dono. Então o povo reúne mesmo e vem saber o que está acontecendo e fala se achar que deve falar e toda reunião começa com a leitura da ata anterior ou da ata que tem a ver com a pauta do dia. E tem outra coisa, desde que a gente começou a organizar a partir da CEBs, nada foi tranquilo para a gente. Se faltasse um documento, uma coisinha, ia tudo por água abaixo, ninguém quebrava um galho, nem nada, muito pelo contrário, a gente era motivo de deboche. Foi assim com tudo no sindicato, foi assim no PT também. Então a gente é organizado para não ter problema com Justiça, com filiado, com outros partidos. E a

gente criou gosto por isso: Tudo documentado para quem quiser ver, tudo aberto. Eu, por exemplo, declarei minha desfiliação com o coração apertado numa assembleia na frente de quem estava lá e isso foi para a ata. [...]. Na CEBs era muito organizado, mas não tinha essa necessidade de livro, de atas, nem convinha ter, mas a ideia de ser democrático, de todo mundo poder falar e ter que escutar vem daí. Numa reunião do PT acontece, às vezes, igual nas reuniões de revisão da comunidade só que é oficializado (risos) (Terezinha. Gomes, entrevistada pelo pesquisador em junho de 2022).

O partido conta com livros de atas regulares desde o momento de sua fundação até 2020, sendo possível por meio dos registros neles contidos acompanhar importantes eventos vivenciados pelo PT miradourense. Pelo relato dos entrevistados, confirma-se uma característica do partido que também evidenciou os livros de atas. O partido, embora possua lideranças mais ativas que outras, não tem um líder que enfeixaria todo o apoio ou uma significativa parte do apoio em torno de si. O primeiro entrevistado, que foi filiado ao PT e ao DEM (grupo dos goteiras), narra que o PT tem mais participação de seus afiliados nas decisões do partido, que não é dominado por uma única pessoa ou família. Afirma, ainda, que o partido tem mais cuidado com a documentação e registro de suas reuniões que o outro no qual se filiou. A outra entrevistada, a seu turno, frisa que a organização é uma necessidade, que os registros das atividades do partido em ata são importantes por que não tem um “dono”, logo, todas as decisões importantes tomadas em reunião, por serem coletivas, devem ser registradas para que não haja tergiversações sobre os planos traçados pelo partido, bem como para que aqueles ausentes em dada reunião possam saber o que de fato nela ocorreu, podendo exigir explicações caso o ali deliberado não fosse cumprido pela direção do partido.

A entrevistada Terezinha atribui a organização e o cuidado do PT com os aspectos formais de sua existência e atuação, além de seu caráter mais genuíno como verdadeiro partido política, ao fato dele ter origem nas CEBs. Pela sua fala, pode-se inferir que a organização das CEBs — reuniões agendadas com rígido cumprimento de horários, participação de todos que quisessem participar mediante agendamento das falas nos encontros plenários, eleições para a escolha de lideranças, realizações de cursos, o fato de as lideranças prestarem conta de suas atividades à comunidade quando iam atuar em nome dessas fora de suas circunscrições, dentre outras — e o fato de as lideranças cebistas terem passado pelas então chamadas reunião de revisão — nas quais se tratava, em público, de aspectos mais delicados da conduta do grupo e mesmo das lideranças — também influem no caráter mais democrático, bem como na valorização da transparência. O cuidado com a burocracia se deveria, ainda, ao fato de a organização camponesa local não ter sido bem aceita pelos grupos

políticos dominantes, que não manifestavam boa vontade em facilitar a abertura do STTR local ou para que os camponeses tivessem maior autonomia, o que fez com que o STTR e o PT passassem a ter um cuidado diferenciado com a burocracia institucional.

É, pois, possível perceber que as habilidades de falar em público, de organizar reuniões, de decidir coletivamente, bem como a noção de grupo e a rede de contatos estabelecido entre os membros das diversas comunidades rurais, foram e são manejados, enquanto capitais culturais e sociais, não só para a fundação do partido, mas também para garantir seu funcionamento. Não bastasse isso, as reuniões do partido não são meramente protocolares, mas, sim, palcos de debates e deliberações por vezes delicadas, tanto é que a entrevistada Terezinha afirma que, por vezes, as reuniões do PT remetem-na às reuniões de revisão feitas entre as lideranças comunitárias entre si e nos cursos do MOBON, devido ao tom aberto das falas nas reuniões, bem como a não evitação em se tratar de assuntos delicados. Sob esse aspecto, o livro de atas de convenções e reuniões da comissão executiva do PT de Miradouro, aberto em 5 de junho de 2011, documenta fatos merecedores de análise:

- 1 – Nas atas de reuniões da comissão executiva do PT de Miradouro realizadas em 27 de julho de 2011 e 13 de agosto de 2011 (fls. 05 a 11 do referido livro), dentre outros assuntos, o partido delibera sobre carta aberta de um vereador do PT aos munícipes — nela teria afirmado que ter sido eleito por mérito próprio e não por força do partido ou do sindicato, tendo a carta sido emitida como resposta pública a cobranças para que o vereador tomasse uma posição mais dura diante do prefeito que, embora eleito por uma coligação entre o PT e o PMDB (sigla então ostentada pelo grupo dos poaias), estava desrespeitar, segundo informações contidas no livro de atas, os compromissos assumidos na coligação —, contando essas reuniões com a presença do vereador. Cobrança, indignação e reprimenda dão o tom das reuniões acerca desse assunto, sobretudo em virtude de o vereador ter sido funcionário do STTR desde sua fundação. Nessa reunião, o vereador retratou-se, contudo, na eleição seguinte não foi eleito, uma vez que o então presidente do STTR candidatou-se a vereador, minando a base o vereador repreendido, que veio a se desfiliar do partido após derrota na eleição de 2012;
- 2 – Na ata de reunião da comissão executiva do PT de 16 de novembro de 2011 (folha 14v do livro de atas), diante do crescimento do PT na cidade

em decorrência das coligações efetuadas, é informado pela presidente do partido mudança em seu estatuto, devendo os novos filiados fazer um curso sobre a história do PT, porquanto o partido estaria a perder sua identidade. Nessa mesma reunião, a assembleia debate sobre eventuais medidas a serem tomadas diante de uma humilhação sofrida por uma secretária da administração cometida pelo então prefeito;

- 3 – Na ata de reunião da comissão do PT de 19 de julho de 2016 (fls. 53 do mencionado livro de atas), presente o prefeito municipal eleito em 2016, Mirim (PSB), por meio de uma coligação que juntou PT e goteiras (que se distribuíram pelas siglas PSB, DEM, PHS, PTB e PP) consta: *“Mirim diz que somos amigos e que devemos sempre falar o que pensamos na presença e diz que almeja e pensa o PT bem mais forte por que o PT cobra dos secretários e é o único partido que faz isso”*.

As atas resumidas no item 1 do parágrafo anterior tratam, dentre outros assuntos, de dissenso entre o vereador Carlinho do Sindicato e o PT. Segundo os entrevistados, o vereador Carlinho haveria sido seduzido pelo prefeito a despeito de conflitos na condução da administração municipal entre o chefe do executivo e o PT, uma vez que aquele estaria a descumprir compromissos firmados quando da coligação, afastando-se dos objetivos traçados no plano de governo, bem como estaria a restringir as atribuições de secretários municipais vinculados ao PT. Esse tipo de situação, uma prestação de contas diante de uma reunião partidária aberta aos filiados, dificilmente ocorreria nos outros grupos políticos da cidade. Isso porque a noção de mandato de vereador enquanto um direito do partido e como representação de setores da sociedade não está presente ou é mais débil nos outros partidos locais. Quando vereadores dos tradicionais grupos políticos locais assumem uma posição contrária aos desejos de seu grupo, não há reuniões com o diretório do partido ou comissões para se discutir a ética da ação do detentor do mandato. A situação é posta em termos de lealdades pessoais ao chefe político do grupo e não como uma ofensa a ideais e projetos do partido. Sobre a conduta do vereador Carlos, diz um membro do partido e presidente do STTR sobre episódio:

Ele [o vereador] não podia ter feito aquilo, ele era experiente, sô! Trabalhou muito tempo no sindicato e participou desde o início, do PT, também. Não podia cometer um erro desses, ele tinha maldade. Ele sabia que o Wagner estava jogando a gente para escanteio, tirando a gente de tudo na administração, fazendo o que dava na cabeça dele. Quando ele veio até nós para a coligação, ele foi nas bases todas, falando o projeto dele. Depois que ele viu que não precisava mais de voto, porque já era prefeito, aí ele quis fazer o que bem entendesse. Então, assim, tinha muita coisa

que o partido não aprovava e muita coisa que ele tinha prometido não fazer que ele foi passando por cima do jeito que ele queria. E aí, com isso tudo acontecendo, o nosso único vereador dar um fora desses, de falar que o partido não tinha força, que não tinha razão de reclamar, imprimir isso e espalhar... Na reunião alguém perguntou para ele se ele iria sair ou continuar no PT. Ele respondeu que queria continuar. Eu dei os parabéns para ele que ele queria continuar, mas não deixei de falar tudinho para ele, que o que ele fez não era certo. [...]. Eu falei, a Tereza falou, um monte de gente falou e ele escutou caladinho, sem graça, porque sabia que estava errado. Respondia. Quanto trabalho para eleger o cara e o cara faz isso. Depois ele saiu, afastou do partido (Isaias Clovis, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

O vereador foi um dos fundadores do PT na cidade e, além disso, trabalhou como funcionário do STTR desde sua fundação até sua eleição para vereador. Logo, o termo maldade utilizado pelo entrevistado não indica que o vereador agiu de maneira maliciosa contra o sindicato e o PT, mas, sim, que possuía experiência e vivência para não se deixar seduzir pelas falas do prefeito que, segundo as lideranças petistas locais, havia atraído o partido, prejudicando todo um projeto coletivo. A fala de Isaias não é a de um líder político atraído a exigir lealdades pessoais ou a manifestar insatisfação por ingratidão por benefícios concedidos ao vereador, mas de um membro do partido indignado pelo fato de seu representante não estar a cumprir o papel esperado pelo partido. Pela fala do entrevistado e até mesmo pela forma assemblear como o assunto foi tratado, percebe-se que a ideia do mandato do vereador como um bem coletivo pertencente ao partido e seus eleitores em detrimento do indivíduo eleito é bastante naturalizado no PT. A ideia de, pois, de política como forma de promover o bem comum, tão trabalhada nas CEBs, está viva e presente no partido, assim como também o espírito presente nas reuniões de revisão, tão comum nas formações de lideranças cebistas promovidas nos cursos do MOBON, nas quais assuntos desconfortáveis eram enfrentados de forma aberta diante de toda a assembleia.



Reunião do PT local na sede do STTR em Miradouro.

Foto do autor da tese.

A ata a que faz menção o item 2 do parágrafo anterior, a seu turno, cuida, dentre outros assuntos, da identidade do partido. Quando da fundação do PT em Miradouro, era comum fazer um exame da vida de uma pessoa que pretendesse entrar no partido. Só após a aprovação do nome pelos demais membros do partido, sua inscrição era deferida. Com o tempo, essa prática se perdeu, conforme informaram os entrevistados José do Tote e Isaias Clovis. Essa prática existia a fim de garantir que as pessoas que entrassem no partido tivessem comprometimento com os estatutos e projetos do diretório local do PT. Na ata de 16 de novembro de 2011, uma liderança fala da necessidade de os novos filiados passarem por um curso sobre a história do partido. Entrevistada, a atual presidente do partido, Gilsilene (quem fez o comunicado à assembleia na ocasião), informou que a medida tem o objetivo de fazer com que o partido não perdesse seus valores, suas raízes, e se transformasse uma “legenda vazia, igual a outras que abrem e fecham no município” (Gilsilene Mendes, 2ª entrevista em 21/02/2023). Nessa ocasião, o partido discutia uma possível coligação com o PFL, PP e PSB (legendas então dominadas pelos goteiras), tradicionais opositores ao STTR e ao PT local, o que gerou a insatisfação de alguns filiados. O medo de algumas lideranças era que o partido se perdesse enquanto proposta de uma política nova — pautada na busca por uma administração municipal comprometida com maior justiça social, pensada a partir das necessidades da população mais pobre, enfim, por valores desenvolvidos nas CEBs, que justificariam a ação

política — e se tornasse um grupo que, simplesmente, se mobilizava em torno de cargos na administração, reproduzindo o tradicional da política local.

O item 3, a seu turno, faz referência à ata de 19 de julho de 2016, uma reunião aberta a todos os filiados do PT, convocada e organizada por um órgão interno do partido denominado Comissão do PT, para se ouvir e discutir os rumos da coligação da qual o PT fazia parte e que elegeu, para prefeito Mirim (Almiro Lacerda), do PSB. Numa de suas falas nessa reunião, o prefeito candidato à reeleição — já eleito com apoio do PT em 2012 —, afirma que o PT tem um comportamento diferente dos demais partidos da coligação. O partido cobra dos secretários e da administração, sendo o único que adota tal prática. Esse ativismo junto à administração enquanto partido, de fato, não é visto senão no PT na cidade. Nas coligações municipais de Miradouro, nas administrações de 2005/2008 àquela de 2017/2020, somente o PT, enquanto partido integrante das coligações vencedoras, se posicionou, por vezes, com discordância acerca de pontos assumidos pela administração municipal. Isso demonstra que o PT tem posições institucionais que o caracterizam como grupo organizado em torno de projetos e objetivos próprios, não em torno de interesses pessoais.

Em todas essas atas, fica manifesto o caráter coletivo do partido. Um órgão que busca condensar a vontade de seus afiliados, que se pauta por valores institucionais e que atua enquanto órgão dotado de vontade e decisões próprias, o que não significa negar a ocorrência de disputas internas, tentativas de instrumentalização do partido para fins particulares ou mesmo atitudes mais pragmáticas de seus membros.

6.5 O PT e os outros partidos políticos de Miradouro

Há, atualmente, uma miríade de partidos com filiados em Miradouro. Num total de 22 siglas e, dos pouco mais de 7 mil eleitores inscritos na cidade, 1.194 encontram-se filiados em partidos políticos. Desses 22 partidos, apenas 10 constituíram órgãos provisórios ou definitivos e, dentre eles, apenas dois encontram-se vigentes: O diretório do PT (órgão definitivo vigente) e a comissão provisória do PSD, conforme se verifica na tabela 2.

Tabela 2: Número de filiados nos partidos de Miradouro.

Ordem de classificação por número de filiados	Sigla do partido	Número total de filiados	Percentual de filiados	Situação do partido na cidade
1	PT	204	17,08543	Órgão definitivo vigente
2	PRTB	175	14,65662	Órgão provisório não vigente
3	PDT	104	8,710218	Órgão provisório não vigente
4	União Brasil (DEM)	160	13,40034	Sem composição
5	PSDB	100	8,375209	Órgão provisório não vigente
6	PSB	71	5,946399	Órgão provisório não vigente
7	MDB	71	5,946399	Órgão provisório não vigente
8	PTB	60	5,025126	Órgão provisório não vigente
9	PV	53	4,438861	Órgão provisório não vigente
10	Podemos	51	4,271357	Sem composição
11	PL	39	3,266332	Sem composição
12	Republicanos	37	3,098827	Sem composição
13	Cidadania	22	1,842546	Sem composição
14	PSD	18	1,507538	Órgão provisório vigente
15	Solidariedade	16	1,340034	Órgão definitivo não vigente
16	PP	4	0,335008	Sem composição
17	PCdo B	2	0,167504	Sem composição
18	Novo	2	0,167504	Sem composição
19	DC	2	0,167504	Sem composição
20	PSOL	1	0,083752	Sem composição
21	PSC	1	0,083752	Sem composição
22	Patriota	1	0,083752	Sem composição
Número total de filiados		1194	100	

Fonte: Dados coletados junto à Justiça Eleitoral em Muriaé (em 13/06/2023) e na página do Tribunal Superior Eleitoral: <https://sgip3.tse.jus.br/sgip3-consulta/#!/orgao-partidario/listagem-orgaos-partidarios> em 01/07/2023.

Num primeiro momento, pode parecer que esse grande número de partidos indique uma grande complexidade na política local, havendo vários grupos a disputar as eleições municipais. A realidade, contudo, não é essa. Há, na cidade, basicamente, três grupos políticos, um oriundo do antigo PSD, um oriundo da extinta UDN e o PT. Os dois primeiros grupos políticos remontam meados do século passado, conforme visto no capítulo 2 desta tese, e possuem, respectivamente, os epítetos de poaia e goteira. O PT, a seu turno, não possui apelidos, contudo a sigla tem significado na localidade para além das palavras que a

compõem. Antes de ver o partido como uma agremiação de projeção nacional, importante vê-lo como um grupo local, com características e valores bem próprios.

Em Miradouro, o PT não é só o partido com maior número de filiados, mas também o único a ter um diretório vigente. Um órgão partidário definitivo no âmbito municipal, conhecido como diretório partidário, só se institui após a comissão provisória promover e concluir processo eleitoral relativamente complexo para a formação do diretório do local, conforme, nos termos da Resolução nº. 22.571, de 2018, do Tribunal Superior Eleitoral combinado com os arts. 36 a 42 do Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Esses fatos — um grande número de filiados e um órgão definitivo ativo — indicam que o PT de Miradouro não é um partido que se aglutina tão somente às vésperas das eleições municipais, mas que tem vida ativa durante períodos não eleitorais. De fato, durante as pesquisas de campo, o pesquisador pode presenciar ligações dos entrevistados para outras lideranças, referências a reuniões com deputados e até mesmo reuniões de membros da direção do partido para fins diversos. A agenda da diretoria é sempre movimentada.

As diferenças da vida institucional do PT local, bem como a participação e composição de seus filiados ficam mais evidentes se comparados aos mesmos aspectos dos demais partidos locais.

O PRTB de Miradouro, por exemplo, embora seja o segundo em número de filiados no município, contando com 174 membros, teve desempenho residual nas eleições municipais de 2020. Seu candidato, Wellington Silva, contou com apenas 90 votos para prefeito. Esse fato pode ser explicado em virtude desse partido ter abrigado nas eleições de 2016 o candidato Wagner Dutra. Eleito duas vezes prefeito na cidade pelo PMDB (grupo dos poaias) nos pleitos de 2004 e 2008, o ex-prefeito fundou o PRTB com o fim de concorrer à eleição, já que a legenda do PMDB foi tomada por pessoas ligadas ao grupo goteira. Wagner Dutra, com seu prestígio político, conseguir inflar as filiações no PRTB, contudo, uma vez derrotado, desfilou-se do partido, vindo o diretório ser refundado por Wellington Silva que, na última eleição municipal, não obteve votos sequer da totalidade dos filiados de seu partido. Todavia, após, sua derrota em 2016, a legenda foi esvaziada de significado, contudo os filiados ao partido dele não se desfilaram, sendo a legenda — com seu numeroso, porém inerte espólio — encampada, em 2020, pelo candidato Welington. Sendo assim, a filiação ao PRTB local não se deveu a um projeto ou proposta do partido emanada de seus estatutos, ou mesmo da força de seus quadros nacionais, uma vez que jamais houve um deputado da legenda votado na cidade, mas sim da força do nome de um candidato local, duas vezes prefeito na cidade.

Os partidos que compuseram a coligação vencedora das eleições municipais de 2020, PTB e PV, contam, juntos, com 113 filiados. Dos sete membros que compuseram cargos no órgão partidário provisório municipal do PTB, número mínimo de componentes previsto no art. 53 do Programa e Estatuto Nacional do PTB, quatro eram da família do hoje prefeito Cloves Botelho, sua mulher, uma sua filha e um filho, sendo que o patriarca e o filho eram os únicos com responsabilidades administrativa e financeira do partido. No PV, ao seu turno, embora conte com dez nomes na composição do seu diretório, conforme exigência do art. 62 do Estatuto do Partido Verde, apenas a presidente do partido e o secretário de organização e finanças, o atual vice-prefeito Rogério Valentim, possuem responsabilidades administrativas, sendo eles, presidente e secretário, casados entre si. Importante notar que PTB e PV são presididos, respectivamente, pelas atuais lideranças políticas dos grupos políticos tradicionais locais. O atual prefeito, Cloves Botelho, sempre pertenceu ao grupo goteira, ao passo que a esposa do vice-prefeito eleito é filha de Nico Andrade, por duas vezes prefeito de Miradouro, tendo ela sido eleita vereadora por dois mandatos consecutivos na cidade (em 2012 e 2016) e reconhecida como herdeira política do pai.

O grande número de parentes nos órgãos partidários locais tem uma explicação. Mais do que indicar que as lideranças partidárias são plenipotenciárias ou que só apenas parentes do líder político teriam voz nos órgãos partidários, revela a diminuta importância dos partidos políticos enquanto órgãos coletivos de reflexão e deliberação sobre um plano ou projeto de administração para o município. Em verdade, as siglas são meros aparatos burocráticos necessários para viabilizar candidaturas e coligações nos períodos de eleições municipais. Normalmente, na escolha do partido pelas lideranças políticas locais, é considerada a legenda de deputados estaduais e federais influentes na região para, quando muito, de sorte a apurar-se benefícios oriundos, sobretudo, de emendas orçamentárias parlamentares. É, pois, possível perceber que a relação dos tradicionais grupos políticos locais com as legendas partidárias escolhidas é praticamente a mesma que se dava em meados do século passado, conforme explicitado no item 2.4 desta tese, pautando-se por aspectos pragmáticos, tais como facilidades junto aos planos governamentais estadual e federal na obtenção de verbas e recursos.

Os depoimentos de L.G.S. e H.R.C., respectivamente pertencentes ao grupo poaia e goteira, sintetizam as concepções dos grupos políticos locais acerca do campo político municipal.

Não me importa a sigla. O que é sigla? Sigla é letra. Para mim o que vale é [são] os companheiros que tem compromisso com o progresso do município. O Nico Dias

fez uma revolução na administração dessa cidade, o Max, o Durval, tudo administrador que não pensava em si em primeiro lugar, mas no município [...]. É fazer obra, é não roubar tudo do município para resolver o problema da família dele. [Falei sobre comentários sobre o uso da prefeitura por um dos ex-prefeitos citados]. Acontece? Acontece, mas é bem menos. O pessoal do lado de lá é bem pior, é uma frieira. Eu sempre acompanhei esse grupo. Eu o papai, o Antônio [irmão do entrevistado]. Eu nunca mudei de lado. [Perguntado sobre o PT]. O PT começou muito simplesinho, um pessoal muito humilde, mas. Eu pensava que era um partido de coitadinho, mais do pessoal mais miúdo da roça. Mas eles nunca ganharam eleição e começaram a servir de vice. Hoje eu vejo diferente. Tem que tirar o chapéu, porque eles firmaram na política e eu não acreditava, porque era um pessoal mais simples mesmo, da roça. [Sobre a relação do PT com famílias tradicionais do lugar]. Tem gente da mesma família, sim, todo partido tem [...], só que não é tipo um grupo que reúne famílias, sabe como é... Ele é mais formado por gente que veio dos dois lados e do pessoal que veio das comunidades. A gente até falava que PT era revoltado, que desconsiderava o ritmo da família [...]. Por exemplo, eu sou de um grupo, meus filhos não seguem. Vão para o PT, isso que é não seguir o ritmo. Eu já fui mais contra o PT aqui, mas na última, eu até queria que a Gilsilene [candidata do PT nas eleições municipais de 2020] ganhasse e até votei nela. [...]. Ela é capacitada, ela é assessora de deputado e tudo. Andou para todo lado atrás das coisas, não dá para acreditar que saiu da roça e foi sendo isso tudo. Arranjava verba com deputado quanto foi vice, andava atrás disso o tempo todo. Nunca teve um vice que fizesse isso. E, e eu acho que eles querem trabalhar direito, porque o pessoal deles que está na prefeitura é muito reconhecido o trabalho (L.G.S., entrevistado pelo pesquisador em maio de 2022).

Sempre, aqui em casa, fomos do lado do Nico [Andrade]. [...]. Por quê? Ué, porque o meu avô sempre acompanhou esse lado político também, minha mãe também. Sempre teve essa ligação. [...]. Eu acho que esse lado é melhor [...] porque é mais correto, não tem essa de beneficiar só os do seu grupo. O PFL sempre pegou a prefeitura para comprar nos comércios das famílias deles, dos aliados deles. Olha o fórum, a prefeitura, sempre teve cheio de gente do lado deles. [Sobre o PT]. Eu não gosto de PT — nunca gostei, aliás —, eles mudam de lado. Ninguém queria ficar com eles e eles foram vice [do grupo poaia] e queriam mandar no lugar do prefeito; do mesmo jeito o outro lado foi ajudar, por isso [querer mandar] brigou com os dois lados. [...] Aqui tem dois lados: Sempre foi poaia e goteira. Eu sou poaia você é goteira. Tem gente que fica querendo vantagem que não é uma coisa nem outra e fica sempre do lado de quem ganha. O PT é isso, é um lado que quer ganhar a vantagem dele, que não é uma coisa nem outra. (H.R.C., entrevistado pelo pesquisador e junho de 2023).

Os dois depoimentos são de pessoas dos dois tradicionais grupos políticos locais. Não há, essencialmente, diferenças entre as falas de ambos acerca de suas opções para serem goteira e poaia, respectivamente. Também as razões para não apreciarem o grupo político rival são as mesmas. Tradição familiar, lealdades pessoais, competência e honestidade no trato com a coisa pública como qualidades; desonestidade, proselitismo ou nepotismo, perseguições políticas e incompetência como defeitos são utilizados por ambos para qualificar-se a si e ao oponente. Assim como visto no capítulo 2 desta tese (item 2.4), não há diferenças de caráter ideológico entre os grupos poaias e goteiras, apenas uma disputa entre líderes políticos mais tradicionais da localidade que se encerram em duas fileiras de igual propósito: ganhar as eleições municipais. Importante notar que o primeiro entrevistado afirma não se importar com siglas partidárias, sendo importante tão somente os “companheiros” que estão abrigados por ela, ou seja, as lealdades tradicionais que remontam o passado político local. A segunda entrevistada, por sua vez, afirma que há somente dois lados na política local e que ela é fiel ao lado que seus avós seguiam, o que confirma a importância da tradição e lealdades pessoais e familiares na política local em detrimento de projetos partidários.

Os entrevistados, poaias e goteiras, a seu turno, têm uma visão acerca do PT miradourense que não coincide com aquelas que sustentam acerca do grupo adversário local. As impressões do primeiro entrevistado acerca do PT são ricas e mudam com o tempo. Num primeiro momento, o entrevistado utiliza as palavras “coitadinho”, “simplesinho” e “gente mais miúda da roça” para se referir aos membros do partido quando recém fundado. Essa fala demonstra não só preconceitos com a origem camponesa do partido, mas também que não vê como o novo grupo político — sem lideranças tradicionais, sem poder econômico, sem qualquer reconhecimento no campo político local — possa se firmar no município, afinal as palavras e expressões utilizadas indicam não só a pobreza material, mas também uma deficiência cultural e até mesmo cognitiva (simples, na região, indica falta de malícia ou pouca inteligência). Nesse momento, é claro para o entrevistado que os camponeses não possuiriam capital econômico, social e cultural que os habilitassem a se firmarem enquanto grupo político relevante.

Posteriormente, o primeiro entrevistado afirma que o novo grupo político “quebra o ritmo” local, à medida que não se reúne em torno de lideranças políticas oriundas dos grupos políticos tradicionais. Diz ainda que chegou a qualificar o PT local como um partido de “revoltados”, porquanto a legenda era procurada por alguns que não queriam seguir os grupos políticos abraçados por suas famílias. Nesse trecho de sua fala, o entrevistado já não vê os petistas miradourenses como simplórios ou dignos de dó, mas como um grupo que conseguiu

se firmar na política local atraindo “revoltados”, ou seja, pessoas insubmissas insatisfeitas com a política realizada pelos tradicionais grupos locais. Logo, o PT seria um ponto de convergência entre os dissidentes dos grupos poaias e goteiras, portanto percutindo de maneira significativa na política local à medida que consegue corroer, ainda que incipientemente, a dicotomia política local. Ademais, as expressões “quebrar o ritmo” e “revoltados” indicam um novo paradigma político, que causa estranheza e incompreensão ao entrevistado: como não consegue classificar o PT como um grupo igual aos demais, com lideranças que manejam seus capitais sob o *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, mas que adota uma postura arreada a esse tipo de dominação, entende o partido “quebra o ritmo”, ou seja, atua de forma diferente, em atitude de revolta ou não aceitação das regras tradicionais do jogo político local. Por fim, na última parte da entrevista, L.G.S. afirma que já foi mais contra o PT, mas que, contudo, na eleição municipal de 2020, votou na candidata do partido para o cargo de prefeita, afirmando que o partido fez um bom trabalho na prefeitura, o que demonstra o reconhecimento, pelo entrevistado, da legitimidade política do partido no município, ainda que de forma um tanto que insegura.

O depoimento da segunda entrevistada, do grupo poaia, nos traz mais elementos para compreender melhor a realidade local. Afirma ela, inicialmente, que só existem duas vertentes políticas em Miradouro, negando a existência do PT como grupo político autêntico ou legítimo, classificando-o como um grupo que “não é uma coisa nem outra” e que “muda de lado” em busca de vantagens (cargos de secretaria na prefeitura). Em verdade, ao se apegar à dicotomia tradicional entre poaias e goteiras havida na política local como a única forma legítima de se fazer política na cidade, a entrevistada ressalta mais a similitude dos dois grupos do que as exterioridades que a motivam a optar radicalmente por um deles. Uma coisa e outra, ou seja, poaias e goteiras, se equivalem; o novel grupo, por sua vez, é diferente, porquanto incompreensível à entrevistada em seu modo de conceber a política: uma disputa maniqueísta entre grupos e famílias mais ou menos tradicionais que se digladiam em razão de lealdades familiares e vantagens pessoais obtidas por meio do acesso direto à administração pública local, ou seja, a entrevistada concebe a política a partir do *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo que orienta a política local. Por conta disso, afirma que o PT é um grupo que quer obter vantagens sem prestar qualquer reverência às tradições políticas locais, vazio, pois, de sentido²⁸.

²⁸ Embora não tenha especificado quais seriam as tais vantagens, é possível que entrevistada estivesse a se referir aos cargos de vice-prefeito e secretários municipais.

Afirma, ainda, a segunda entrevistada, que o PT “quer mandar”, não se conformando com o lugar de vice nas coligações que ajudou a compor, tendo brigado com os dois lados, julgando o PT como um grupo ingrato, que mesmo quando acolhido por um dos dois grupos tradicionais da política local, se rebelou contra quem o ajudou. Em momento algum há críticas ligadas à corrupção ou mal uso da coisa pública — mesmo tendo, o PT, nas quatro últimas eleições municipais, assumido secretarias importantes no município —, mas sim que o partido objetivava “mandar no lugar do prefeito”. Percebe-se, aqui, que a entrevistada não concebe a política como um campo de discussão e deliberação, mas de puro arbítrio emanado por uma liderança eleita por um dos lados tradicionais. Ademais, a mesma ideia de o PT municipal ser um “partido de coitados”, verificada na primeira entrevista, está presente na fala da segunda entrevistada ao afirmar que seu grupo político acolheu o PT e, depois, o grupo rival fez o mesmo, ou seja, um grupo inadequado ao campo político local e que precisa ser legitimado e tutelado por um dos grupos tradicionais. Sendo assim, a entrevistada esperava que o PT, um partido de camponeses, se portasse em conformidade com o *habitus* de subordinação e resignação, tradicionalmente vigente no meio camponês (item 2.3 desta tese), e não com o *habitus* militante-dialógico, engendrado nas CEBs locais e levado pelos camponeses para sua organização política e sindical. Aliás, é a presença desse *habitus* militante-dialógico no PT que se opõe ao *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo dos partidos tradicionais, que leva o primeiro entrevistado a considerar o PT um partido de revoltados.

Enfim, ambos os entrevistados têm dificuldades, em graus específicos, de compreender ou aceitar o PT como grupo político em virtude desse partido e seus membros adentrarem o campo político com *habitus* inovadores, de difícil cognição para grande parte da população local, arraigada ao fazer político tradicional.

Um depoimento de uma liderança petista permite um detalhamento maior da análise aqui realizada.

Eles fazem campanha para deputado [os grupos tradicionais da política local], mas não têm interesse igual eles têm para prefeito, e não gastam dinheiro igual eles gastam para prefeito. Ué, mas para deputado, presidente e outras coisas não é política também? A gente sabe o que nossos deputados estão fazendo e a gente cobra. Eles têm a questão de já terem muitos funcionários na prefeitura e prometerem muitos empregos. Muita gente vê que numa casa que tem uma pessoa que trabalha na prefeitura tem pelo menos outros dois votos. Aqueles dois votos, a pessoa fica com medo de votar contra e ser mandado embora: Desemprego é grande e a cidade só tem a prefeitura para dar um emprego as vezes um pouquinho melhor

que um mercado. Então eles têm bem mais interesse na política local, aí eles buscam isso com muito afinco. [...]. Eu falo que o povo, [...], têm uma tendência muito grande em votar num candidato porque ele em mais chances de ganhar. E, também, de votar no rico. Para o pobre ganhar é mais difícil. Eu estava escutando um cara, na tevê, psicanalista, ele estava falando que o pobre não tem valor, ele não é considerado por quem é rico. Mas quando ele recebe um agrado, ele passa a ser gente, aí ele se entrega. Para você ver, o pessoal falava que o Nico Dias fazia campanha dando tapinhas nas costas das pessoas, e isso é muito fundamental. Agora, do pobre para o pobre, isso rende pouco. Mas quando o rico que faz, isso é fatal! O cara entrega porque ele sempre quis estar numa situação de importante, mas ele não está. Ele não vê a ilusão daquilo, que é só aquele minutinho de atenção ali. Não vê que é para tudo ficar do jeito que está. Tem gente que fala que sempre acompanhou fulano ou sicrano... Qual o sentido disso, de ficar preso nisso? Não pode ser independente uma coisa da outra?... E tem tudo que entra: dinheiro, favores, promessas... O saco de cimento, que eu falo: Eu não vou nunca fazer política do saco de cimento. [...] Eu chego perto de uma pessoa, eu estou fazendo campanha, e ele me faz um pedido que eu não posso atender, eu sou franco, “você vai me desculpar, a gente tem um plano de governo, eu quero seu voto para tentar executá-lo da melhor maneira possível, mas eu não quero passar na sua porta amanhã e tomar nome de mentiroso nem de falso”. Eu não quero no dia de amanhã dar razão para falarem mal. Então, nisso que está a diferença. [...]. Eu nunca gostei da ideia da coligação, mas para a gente lutar a gente tem que existir. Então foi o modo como a gente conseguiu sobreviver até aqui. Fomos vice cinco vezes, e nas cinco nós fomos aprendendo como funciona o município por dentro. Isso foi bom? Foi por um lado. O PT assumiu várias secretarias e nunca podem falar que o trabalho foi ruim ou que teve coisa errada. Muito pelo contrário, isso gerou até ciúme dentro da prefeitura. Por isso é que rompeu com o Wagner e o Mirim, mas por outro lado acho que ficou uma imagem que a gente só serve para ser vice. [dois prefeitos que teve nomes do PT como vice em coligações] (José do Tote, entrevistado pelo pesquisador em junho de 2022).

O entrevistado, fundador do PT e candidato a vice-prefeito na eleição municipal de 2020, tem uma abordagem diferente dos demais entrevistados sobre a realidade local. Essa abordagem, contudo, confirma as inferências até aqui realizadas sobre o campo político municipal.

Primeiramente ele diz que os grupos políticos tradicionais dão menos importância às eleições estaduais e federais, concentrando seus esforços de maneira extrema nas eleições municipais. Para ele, a política local deve estar, necessariamente, atrelada a um projeto maior, à política nacional e estadual, à feitura das leis pelos deputados. Preocupar-se só com as eleições municipais apenas seria um desvio do sentido de política, revelaria não a

preocupação com o bem comum, mas com interesses individuais. Para o entrevistado, a extrema dissonância entre os interesses manifestos nas eleições de diferentes níveis pelos grupos tradicionais ajuda a explicar o tipo de política que imputa aos adversários, feita não a partir de projetos para o coletivo, mas por meio avivamento de lealdades familiares antigas, de ajudas financeiras, de promessas particulares e afagos que simulam intimidades, a que o entrevistado denomina política do saco de cimento e dos tapinhas nas costas. Em verdade, essas práticas manobram, além do capital econômico, presente em promessas de empregos ou de auxílio econômico, capitais sociais e culturais de alto valor simbólico e o entrevistado sabe disso e sabe o valor que essas práticas possuem na política local. As pessoas se sentem aceitas e prestigiadas quando a liderança política tradicional as remete a lealdades familiares antigas de favores prestados a seus ascendentes, bem como os tapinhas nas costas quando vindo de um “rico”, de uma pessoa que tem uma projeção social, fazem com que o “pobre” se “entregue”, ou seja, o simples gesto de uma pessoa importante e poderosa faz com que a pessoa mais simples se sinta dignificada por um simples gesto. A força dessa prática, verdadeira violência simbólica, reside no *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo vigente na cidade e tão bem manejado pelos grupos políticos tradicionais a partir das espécies de capitais que possuem.

Por outro lado, o entrevistado, como liderança política camponesa, sabe que não possui os mesmos capitais simbólicos para negociar o voto no campo político. Não é uma referência de sucesso econômico, não é oriundo de famílias políticas tradicionais, não possui benesses imediatas para conceder ou prometer, logo seus tapinhas nas costas não teriam qualquer condão de convencimento junto aos eleitores. Bem para além disso, tais práticas contrariariam o *habitus* militante-dialógico engendrado e fortalecido durante anos de reuniões e plenárias cebistas, de cursos do MOBON, de trabalhos e conversas informais sobre temas relacionados à ética, política e cristianismo em incontáveis comunidades durante vários anos. O entrevistado, portanto, maneja outra sorte de moedas para fins políticos: fala em projeto de governo, em justiça social, em política como forma de emancipação da população mais pobre e sobre como os “ricos” do lugar manipulam as privações da população com fins de ganharem com a política. Há, assim, uma argumentação elaborada, um exercício das habilidades de fala, a fim de convencer pela lógica e pela razão, não por insinuações de intimidades, referências a laços afetivos familiares decorrentes de antigas lealdades ou promessas de vantagens pessoais ou agrados imediatos, mas por meio de falas relativas ao que entende ser a ética na política. Há, também, um discurso ligado à consciência de classe e busca de maior igualdade e justiça social, o que pode ser verificado não na polaridade pobre *versus* rico empregado pelo

entrevistado a fim de convencer eleitor a votar no PT, bem como o argumento de que os grupos políticos tradicionais usariam a administração municipal para fins meramente egoísticos (empregos, instrumentação das compras do município para beneficiar aliados políticos e utilização do poder econômico privado para empregar aliados e parentes de aliados), devendo os oprimidos, os mais pobres, se organizarem em busca de uma sociedade melhor.

Um grupo social, segundo Bourdieu (2010, p. 167), passa a existir quando os membros que assumem sua representação passam a lutar não só pela defesa dos interesses dos mandantes, mas também, pela preservação e desenvolvimento da própria organização. Sendo assim, há que se ter mandantes com interesses similares que possam ser enfeixados numa pauta comum para que um grupo social se organize. A partir da mediação religiosa iniciada em finais de 1960, que fez nascer as primeiras CEBs locais, os camponeses miradourenses, a partir de um novo padrão de religiosidade, conseguiram identificar seus interesses comuns e se organizar sindical e partidariamente. A criação do STTR e do PT locais, com escolha de dirigentes e estatutos, bem como com os registros burocráticos das respectivas entidades, no decorrer da década de 1980 demarcam esse momento. Uma vez fundado o partido, por óbvio que outros grupos sociais que não alguns camponeses cebistas começaram a, também, fazer parte do mesmo, sobretudo em virtude do sucesso da agremiação como principal partido de massa nacional.

Embora perene, a organização política dos camponeses de Miradouro, que se manifesta pela existência de um sindicato ativo e um partido de funcionamento perene, essa organização sofre reveses quando das eleições municipais, uma vez que as rivalidades entre os grupos políticos tradicionais locais saem de seu estado de repouso e se tornam protagonistas na política local.

Esse dado não é exclusivo da cidade de Miradouro ou demais da região. Palmeira (2010, p. 19 - 20) estudou esse fenômeno em várias cidades do país, sobretudo de Pernambuco. Assim como em Miradouro as pessoas falam em época ou ano de política para designar o período de campanha e eleições municipais, Palmeira (2010) fala em tempo de política, sendo as análises perpetradas por esse autor úteis para explicar o que se verifica na cidade, afinal, na época ou tempo de política há um acerto de contas entre eleitores e lideranças políticas e a assunção de novas obrigações.

Parentes ou não, as pessoas relacionam-se, no dia a dia, através de múltiplos fluxos de trocas, que as vão vinculando umas às outras, confirmando ou não relações preexistentes, cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens

dentro de uma comunidade. Via de regra, estão em jogo ajudas ou pequenos favores, que vão sendo saldados o longo do tempo e que permitem a inversão frequente das posições de quem dá ou recebe. Mas há também grandes favores ou ajudas maiores, que são buscados fora, junto a quem tem condições de fazê-los, por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficiente para mobilizar recursos de diferentes espécies de modo a atender às solicitações feitas. Esses favores como, por exemplo, emprego público para um membro da família; atendimento gratuito num hospital privado ou atendimento especial num hospital público; um grande empréstimo em dinheiro, serviços advocatícios gratuitos ou coisas que tais, não têm como ser repostos no dia a dia. A eleição pode ser se não um momento de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, e a retribuição é o voto. Quanto a esse ponto, aliás não apresentamos grande diferença com relação ao que tem sido relatado pela literatura sociológica internacional sobre patronagem e clientelismo. Nos casos que estudamos, todavia, as coisas parecem ser um pouco mais complexas. Favores ou ajudas, grandes ou pequenos (sem que isso suprima o que foi dito antes), supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas (a promessa da retribuição e a promessa do atendimento). A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas votam na (“acompanham a”, como se diz) facção onde estão ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas) (PALMEIRA *et al*, 2021, p. 19 - 20).

É, pois, nas eleições municipais, que os grupos poaias e goteiras ganham novo viço e conseguem reproduzir sua forma de fazer política, dando novo verniz ao *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, afinal, como disse a liderança petista entrevistada, diante da crise de emprego, uma vantagem econômica qualquer já é uma vantagem e, a depender do “agrado”, é capaz de gerar uma lealdade política duradoura. Mesmo aqueles tapinhas nas costas, a quem o mesmo entrevistado qualificou como ilusão, indicam um capital social que pode ser mobilizado para se resolver questões pontuais, sobretudo se vindo do candidato que o eleitor “acha que vai ganhar”, afinal qualquer problema com a administração pública, a necessidade de um serviço, o conserto de uma estrada pode ser reivindicado com a lembrança daquele gesto, verdadeiro sinal de crédito para a política tradicional.

6.6 O PT nas eleições municipais desde sua fundação

Fundado em 1987, já em 1988 o PT de Miradouro ingressou na disputa pelo cargo de prefeito com candidato próprio, passando com o tempo a realizar coligações, conforme se verifica na tabela 3.

Tabela 3: Eleições municipais em Miradouro de 1988 a 2020.

Ano das eleições municipais	Candidatos à prefeito		Atuação do PT para cargo no executivo municipal	Vereadores eleitos pelo PT
	Candidato vencedor	Candidato(s) derrotado (s)		
1988	Max (goteira)	Nico Andrade (poaia) Pedro Passos (PT)	Candidato próprio	Zico
1992	José Dias (poaia)	Nico Dias (poaia) João Paletó (PT)	Candidato próprio	x
1996	Max (goteira) 3589 votos	Rogério (poaia) 3167 votos	Pedro Passos (vice da chapa derrotada)	Terezinha
2000	Max (goteira) 3531 votos	José Dias (poaia) 2929 votos	Jary Cunha (vice da chapa derrotada)	Terezinha
2004	Wagner (poaia) 3878 votos	Cloves Botelho (goteira) 3182 votos	Jary Cunha (vice na chapa vencedora)	x
2008	Wagner (poaia) 3924 votos	Max (poaia) 3409 votos	Gilsilene (vice na chapa vencedora)	Carlinho do Sindicato
2012	Mirim (goteira) 3888 votos	Marcio Malafaia (poaia) 3531 votos	(Gilsilene (vice da chapa vencedora)	Isaías
2016	Mirim (goteira) 3562 votos	Wagner (poaia) 2602 votos Bruno (dissidente goteira) 504 votos	Marco Aurélio (vice na chapa vencedora)	x
2020	Cloves Botelho (goteira/poaia) 3882 votos	Gilsilene (PT) 2524 votos	Candidato próprio	Fernando Valentim (PT)
				Vereadores eleitos dissidentes do PT: Rafael (PDT)

		Wellington (PRTB)		João Renato (PV)
		90 votos		Valter Lanes (PSB)

Fonte: Tabela construída a partir de dados do TSE e a partir de anotações de particulares²⁹ sobre os pleitos eleitorais de Miradouro.

6.6.1 Eleições de 1988

Nas eleições municipais de 1988, o PT lançou seu primeiro candidato a prefeito, Pedro Passos. O candidato trabalhava como dentista protético, sendo líder de jovens na Matriz da cidade e dirigindo o grupo JUC (Juventude Unida a Cristo). Embora não residisse na zona rural, o candidato tinha vínculos com as CEBs rurais mantendo na cidade um grupo de reflexão, fato que o aproximava das várias comunidades rurais locais. Nessa eleição, pelo então PFL, foi eleito prefeito Maximiano Gomes Martins (Max), liderança goteira. Max sucedeu outros dois prefeitos goteiras, Nico Dias (prefeito entre 1979 a 1982) e Durval Moreira (prefeito entre 1983 a 1988), consolidando o domínio dos goteiras na política local.

Nesse pleito, o PT conseguiu eleger um vereador: Zico Hastenreiter. Zico, então pequeno proprietário de terras, fundador do PT local e liderança comunitária, foi eleito pelo apoio dado a sua candidatura por membros de várias CEBs da cidade, que decidiram que eleger um nome era melhor do que pulverizar os votos e não fazer nenhum vereador. Apesar de eleito por meio de uma verdadeira corrente em torno de sua candidatura, Zico, tão logo assumiu, foi cooptado pelo prefeito eleito, abandonando o PT e apoiando integralmente a administração de Max.

6.6.2. Eleição de 1992

Na eleição de 1992, elegeu-se prefeito, pelo PMDB, quebrando a hegemonia goteira, José Dias, ex-gerente da Minas Caixa de Miradouro, que foi escolhido pelo grupo dos poaias para concorrer ao cargo de prefeito em virtude da idade e saúde de Nico Andrade. Nesse pleito, Nico Dias (candidato pelo PFL), a primeira liderança goteira na cidade, foi derrotada. Nessa eleição, o PT não elegeu vereadores. Segundo o entrevistado José Tote, nessa eleição dois incidentes que marcaram o partido: primeiro foi uma desavença ocorrida num comício na Praça Santa Rita, ponto central da cidade, na qual o comício do PT foi cercado e hostilizado por uma carreata do grupo dos goteiras, ocasião em que o líder poaia Nico Andrade, embora

²⁹ Agradeço à presteza de Alberto José dos Reis Neto e Adolfo José Raposo Neto que contribuíram com suas notas pessoais para a elaboração dessa tabela, uma vez que os resultados das eleições municipais de Miradouro anteriores ao pleito de 2004 não se encontram nos sites da Justiça Eleitoral, sendo inacessível até o momento junto ao Cartório Eleitoral de Muriaé em virtude da precariedade do arquivo local.

não candidato, ofertou abrigo a todo o grupo que se sentiu hostilizado (a entrevistada Maria Luíza de Castro Andrade Valentim também confirma o ocorrido). Esse fato foi visto como extrema mostra de desrespeito e violência por parte dos petistas locais, não bastasse isso, o fato de o vereador eleito pelo PT no pleito anterior ter sido cooptado pelo grupo dos goteiras, então PFL, levou a uma aproximação entre os petistas e o grupo poaia. José Tote afirma que nessa eleição houve um movimento não planejado de os eleitores do PT “descarregaram os votos no Zé Dias”, como também informaram os entrevistados M.M.M. e L.G.S.

Em verdade, diante das sucessivas vitórias do grupo goteira, seria natural que os grupos mais fracos tendessem a se unir para bater o adversário comum e mais forte. Não bastasse isso, as rivalidades entre o PT local e o PFL têm relação com as disputas pelo capital simbólico entre o STTR e o SR local, uma vez que, conforme visto, os camponeses oriundos das CEBs, por meio do STTR, não só minaram o assistencialismo institucionalizado pelo FUNRURAL, bem como combatiam a ideia de subserviência ao poder econômico e ao assistencialismo com as ideias de cidadania e direitos. Logo, embora ambos os grupos políticos tradicionais trabalhassem tendo como norte o mencionado *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, o grupo político goteira o administrava com maior maestria, possivelmente em virtude do poder econômico.

A fala de Maria Luíza de Castro Andrade Valentim, filha de Nico Andrade, esposa do atual vice-prefeito e duas vezes vereadora pelo PMDB é esclarecedora.

Os dois lados eram coronéis, de um lado o Juquinha e o Teodoro e do outro o Nico Dias e o sogro dele. Eles ficaram na política local, mas o pessoal dos Vales deixaram a política e foram embora daqui de Miradouro. Então meu pai ficou com essa farmácia, que tem 110 anos, olha só!, e entrou para a política local. Só que meu pai, assim, era o primo pobre da história, então quando o Nico Dias consolidou na política, ficou muito difícil, porque o pessoal do outro lado tinha muito mais dinheiro. [...]. Meu pai ajudava muito o povo, então essa era a força política dele. Essa farmácia vivia cheia de gente e se tinha dinheiro, levava, se não tinha, não saía sem ajuda, também. [...]. Mas ele não ficava só aqui dentro, não. Primeiro era de burro, de cavalo, depois de jipe, de fusca, ele saía daqui e ia para toda a zona rural de Miradouro atendendo o povo, ele gostava muito desse movimento. [...]. Era essa dedicação dele, essa paixão dele com política, com ajudar o povo mais pobre e melhorar Miradouro, contra a força econômica do outro lado. [Ele] prestava uma assistência muito grande. (Maria Luíza de Castro Andrade Valentim, entrevistada pelo pesquisador em agosto de 2023).

Também uma entrevistada, de família tradicionalmente goteira, que afirma ter sempre votado no grupo político ligado à sua família, que não quer ser identificada disse:

Hoje eu consigo ver isso com muita clareza, mas na época em que eu morava lá não dava para perceber. O pessoal que votava no Nico Andrade era mais pobre, mesmo, era o povo mais simples, mais preto. Os goteiras eram mais metidos (cita nomes a fim de confirmar como um dos grupos era mais “metido” do que o outro). [...]. Eram [mais metidos] porque eram mais ricos mesmo. O seu Amaro [sogro do Nico Dias] era muito rico e investia pesado na política. Olha a família do Max, o quanto eles dominam o comércio da cidade. Dominavam muito mais na época em que eu era mais jovem. Isso era tão forte que a gente nem conversava com pessoas do outro grupo. Hoje eu consigo ver isso, mas isso era colocado na cabeça da gente quando ainda criança. A gente se achava melhor por só por falar que era goteira... No grupo, chamar o outro de poaia era xingar, ofender. Olha só: Só na última eleição de 2020, com a coligação do Cloves com o Rogério, é que eu não votei no PFL, no grupo goteira, né, porque não existe PFL mais (V.D.B., entrevistada pelo pesquisador em julho de 2023).

Em ambas as falas, advindas de memórias e impressões de grupos políticos distintos, verifica-se que o poder econômico é preponderante no grupo dos goteiras, sendo esse capital econômico manejado inclusive de forma simbólica, à medida que o vocábulo “metido”, advindo de “metidez”, indica arrogância e ostentação de uma posição pretensamente superior a dos demais. Por tudo isso, pode-se afirmar que a aproximação do PT, que sintonizava seu discurso político a partir do *habitus* militante-dialógico, com o grupo político tradicional com menor poder econômico, seria mais natural e esperado.

A derrota, contudo, dos goteiras nessa eleição é atribuída ao fato de o candidato a prefeito do grupo, Nico Dias, contar então com 80 anos e de haver uma alta rejeição contra o nome do candidato à vice-prefeito da chapa, José Paulo de Paiva, uma vez que o vencedor das eleições de 1992 não é um nome político de tradição na cidade.

Nessa eleição, o PT não elegeu vereadores.

6.6.3 Eleição de 1996

No pleito de 1996, foi eleito, novamente, Maximiano Gomes Martins, do grupo dos goteiras, pelo PFL. Nesse pleito, ocorreu a primeira coligação do PT com o então PMDB, o grupo dos poaias. Nessa eleição, o PT conseguiu fazer uma vereadora que se notabilizou como sendo uma das mais combativas da história da cidade, segundo informaram vários entrevistados, qual seja, Terezinha Gomes, oriunda da zona rural de Miradouro, fundadora do PT na cidade e funcionária do STTR local. Terezinha ficou conhecida por ser a vereadora extremamente atuante, sobretudo na busca de melhorar a educação da zona rural, fazendo grande oposição ao prefeito eleito.

A coligação entre o PT e o grupo político poaia deixou insatisfeitos entre os próprios simpatizantes do partido, sobretudo aqueles oriundos de famílias pertencentes ao grupo goteira. Um filiado, que chegou a ser candidato a vereador pelo PT nas eleições de 1992, por exemplo, pediu sua desfiliação do partido e filiou-se ao PFL, voltando ao grupo político de sua família, vindo a ser eleito vereador pelo lado goteira no pleito de 2000. Esse entrevistado era então filiado ao PT e, em virtude de o partido ter apoiado o grupo adversário, pediu sua desfiliação e se filiou, posteriormente, ao PFL, retornando a suas origens goteiras. O entrevistado citou outros nomes que deixaram o PT nessa ocasião, fato que demonstra a força dos grupos políticos tradicionais locais mesmo sobre aqueles que buscam negá-los. Esse entrevistado, embora tenha dito na sua entrevista que poaias e goteiras se equivalem, disse sobre sua saída do PT na ocasião,

Eu nunca gostei do lado de lá. Minha família saiu do lado de lá e fundou a UDN antes do Nico Dias vir para o lado de cá, junto com o Zé Natálio. [...] Os dois grupos, eu disse que eram iguais, mas o lado de lá é pior, é mais perseguidor [Perguntei se a administração goteira nunca perseguiu um poaia]. Ah, Fernando... É uma questão de sangue. Minha família não cruza com o lado de lá (M.M.M., entrevistado pelo pesquisador em abril de 2022).

Em verdade, não há atavismos, como possa parecer ao senso comum, não se trata de uma questão de sangue, como diz o entrevistado, mas simplesmente a força do *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo vigente na cidade. O entrevistado, diante da aproximação do PT ao grupo que sempre lhe foi adversário, busca nas tradicionais lealdades familiares e no pragmatismo uma reaproximação com o seu grupo de origem. Essa reconciliação foi bem aceita e bem-sucedida: o entrevistado, foi candidato a vereador no pleito seguinte pelo grupo dos goteiras (PFL), sendo sua reabilitação festejada por todo o grupo nas eleições de 2000 por ter sido o vereador mais votado naquele pleito.

6.6.4 Eleição de 2000

Em 2000, Max (PFL) é reeleito prefeito, sendo derrotado o ex-prefeito José Dias (PMDB) que teve como candidato a vice-prefeito Jary Cunha (PT). Nessa eleição, a petista Terezinha foi reeleita vereadora. Segundo afirmaram aliados e opositores em suas entrevistas, esse mandato de Max foi extremamente ruim. Possivelmente, esse desempenho não possa ser atribuído tão somente ao prefeito, mas à conjuntura recessiva nacional de então e ao crescimento do PT na política nacional. Todavia, segundo aliados de Max, a atuação da vereadora Terezinha era implacável com o prefeito e, com sua habilidade política, conseguiu, através de sua contundente oposição na câmara municipal, desestabilizar a administração do

prefeito. Outros disseram suspeitar que Max estava deprimido ou instabilidades familiares ou patrimoniais, tamanha era sua apatia durante essa administração.

Uma entrevistada muito ligada às atividades da Câmara Municipal de Miradouro chegou a afirmar que em seu segundo mandato, a vereadora Terezinha estava “mais corajosa e brigona do que nunca” e que era não só a vereadora mais atuante do município, como também a mais “capacitada e que mais se dedicava a suas funções”, sobretudo quanto essa atuação implicava em combater a administração do então prefeito. Essa mesma entrevistada disse, quando questionada sobre o uso do termo brigona:

Ela [Terezinha] ia para cima. O que viesse do executivo para a câmara não era aprovado sem ele criticar tudo. Só que ninguém sabia fazer esse trabalho igual ela fazia. Ela sabia tudo que a Administração Pública podia ou não podia. Baseava tudo que ela falava na lei e na Constituição e punha medo no pessoal, porque você não tinha um vereador que fosse preparado para isso. [...]. Era não era formada ainda, não. Ela foi fazer Direito depois. [...]. Todos os vereadores da situação evitavam travar um debate com ela, porque era pedir para passar vergonha. [...]. Eu nunca tinha visto um assim [vereador]. (A.L.P., entrevistada pelo pesquisador em janeiro de 2023).

6.6.5 Eleições de 2004

Em 2004, o grupo dos poias lança como candidato Wagner Dutra (PMDB), um médico oriundo de Tabuleiro do Pomba, recém chegado à cidade. As lideranças poias se escassearam e Wagner, sem qualquer experiência política, se aproxima da herdeira política de Nico Andrade. Novamente há coligação com o PT, com Jary Cunha como candidato a vice-prefeito. Do lado dos goteiras, Max tenta a reeleição. A campanha de Wagner é focada no insucesso do último mandato de Max, bem como na proximidade com o PT e as comunidades rurais. As falas de Wagner acerca de Max e sua administração durante a campanha são duras e geram ressentimentos em familiares e aliados da liderança goteira, de sorte que as lealdades tradicionais do campo poia são reavivadas pela possibilidade de revanche, vindo Wagner se firmar como a principal liderança poia, mesmo não sendo miradourense e alheio às histórias das famílias locais. A coligação PMDB/PT é eleita, porém o PT não elege vereadores. A ex-vereadora Terezinha Gomes não se candidata, porém assume a Secretaria da Educação do município, vindo a administração municipal se tornar destaque estadual em qualidade de ensino.

6.6.6 Eleições de 2008

No pleito de 2008, a coligação do grupo dos poaias com o PT é praticamente automática. Wagner tenta a reeleição tendo como candidata a vice-prefeira Gilsilene Mendes. Como o falecimento de Max, num trágico acidente automobilístico, Cloves Botelho, pelo PFL, vem representando o grupo dos goteiras. Wagner é reeleito e o PT faz um vereador, Carlinho do Sindicato. Carlinho, até o momento de sua eleição, era funcionário do STTR de Miradouro e também ligado ao grupo de jovens católicos da cidade. Nesse segundo mandado, Wagner e o PT se desentendem com relação aos rumos da administração e o papel dos secretários do PT. Nessa disputa, o vereador Carlinho do Sindicato, cobrado pelo partido para assumir, na Câmara Municipal, uma postura contrária à administração, emite uma carta aberta posicionando-se a favor da administração e contra as deliberações do partido, afirmando, inclusive, que não devia sua vereança ao partido, tendo sido eleito por méritos próprios.

6.6.7 Eleições de 2012

No pleito de 2012, Wagner apoia Márcio Malafaia, próspero empresário e negociante de gado local, é de família tradicionalmente goteira. Apesar de suas origens, Márcio vem apoiado pelo grupo dos poaias, sob a legenda do PMDB. Pelo lado dos goteiras sob a legenda do PSB, vem Mirim (Almiro Marques de Lacerda Filho) em coligação com o PT, vindo como vice-prefeita novamente Gilsilene Mendes. Embora Mirim seja de família tradicionalmente poaia, vem apoiado pela família do ex-prefeito Maximiano Gomes Martins e por todo o grupo dos goteiras (em sua maioria filiados no DEM). Ambos os candidatos cabeça de chapa são estreantes na política.

A coligação que gerou a chapa Mirim e Gilsilene foi longamente costurada. Inicialmente Cloves (PTB) pertencente ao grupo dos goteiras pretendia vir candidato, havendo outros nomes que buscavam a candidatura pelo grupo dos goteiras. Gilsilene Mendes (PT) também tinha interesse de encabeçar a chapa, entretanto o grupo dos goteiras, por ter maior força política nas eleições municipais que o PT, não abria mão da candidatura à prefeito. Conforme ata do dia 28 de julho de 2021, diante da desistência de Cloves Botelho a ser cabeça de chapa da coligação, surgiu o nome de Mirim, fato que surpreendeu a todos, compondo a coligação os seguintes partidos PSB, PTB, DEM e PT. Essa coligação trouxe dissenso, tendo lideranças tradicionais do PT, que se opunham ao grupo do ex-prefeito Maximiano, se desfiliação do partido por não aceitar a coligação com o DEM (sigla mais representativa dos goteiras). Em verdade, praticamente todos davam como certa a vitória de

Márcio Malafaia em virtude de suas condições de fortuna, tendo ele se colocado como candidato cerca de dois anos antes da eleição, inclusive adesivando carros com o slogan “Eu vou sim!”, em alusão ao fato que iria se lançar candidato. Fato é que Mirim venceu as eleições para prefeito e Gilsilene (PT) foi novamente eleita vice-prefeita. Nessa campanha eleitoral, houve uma gigantesca participação do PT na campanha, parecendo mesmo que Gilsilene era a cabeça de chapa. O vermelho dava o tom dos comícios. A força do PT na campanha foi registrada nos documentos oficiais do partido, afinal, conforme se verifica na ata de 30 de outubro de 2012 (fls.25v do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011), cerca de 110 afiliados, nesse ano o PT teve um acréscimo de 98 filiações, praticamente dobrando o número de filiados.

Em verdade, vários fatores contribuíram para que a candidatura tida como azarona ganhasse as eleições: Mirim, de origem poaia, conseguiu capitanear os votos de sua extensa família, bem como boa parte do capital político de seu pai, Almiro Lacerda, ex-vereador em Miradouro pelo grupo dos poaias; a candidata do PT garantia a quase unanimidade dos eleitores de seu partido para a chapa e, por fim, a coligação contava com os partidos que compunham a ala dos goteiras, que embora sem um líder político próprio que aceitasse encarar o desafio, possuía grande ressentimento contra Wagner e o grupo dos poaias em virtude da derrota imposta a Maximiano, morto em um acidente automobilístico. Lado outro, a candidatura de Márcio Malafaia (PMDB), apesar de grandes investimentos e do apoio de Wagner, não surtiu os efeitos esperados, sendo rejeitada pela população local. Ademais, Mirim, médico veterinário, tinha sido secretário da agricultura na administração de Wagner Dutra, tendo ampla aceitação no meio rural local, quer com a agricultura familiar, que pelos fazendeiros locais.

Nesse pleito, o PT fez um vereador apenas. Carlinho do Sindicato, eleito no pleito anterior, teve sua votação reduzida e não conseguiu reeleger-se, não só em virtude do dissenso com o PT, mas também em decorrência da candidatura de Isaías Clovis, então presidente do STTR de Miradouro, base eleitoral de Carlinho, que se desligou do partido e da vida política. O Isaías, em sua atuação na câmara, teve diversos dissensos com o prefeito Mirim durante a administração sobre a destinação de verbas de deputados do PT pela administração municipal, bem como por exercer a autonomia na administração da Câmara Municipal, uma vez que, segundo Isaías, o prefeito queria decidir sobre as verbas destinadas à gestão do Legislativo municipal.

6.6.8 Os pleitos municipais de 2016 e 2020 e as disputas internas do PT no período

As duas últimas eleições municipais, ocorridas em 2016 e 2020, merecem atenção especial, uma vez que acarretaram efeitos sob o PT que são sentidas até a presente data. Se são pontos distintos e delimitados no calendário eleitoral oficial, em Miradouro devem ser compreendidas de forma unificada.

A vice-prefeita Gilsilene (PT), eleita no pleito de 2012, mas alguns do partido, tinham o interesse de lançar candidatura própria, com o PT na cabeça da chapa nas eleições de 2016. Como o partido estava numa crescente, acreditava que seria um ótimo momento para o PT voltar tentar o protagonismo nas campanhas municipais. Não bastasse isso, Gilsilene é considerada até mesmo pelos adversários, como a vice-prefeita mais atuante que já passou pela prefeitura, tendo intermediado junto aos deputados federais e estaduais mais votados do PT na cidade — Rogério Correia, André Quintão e Padre João — de cerca de 1,5 milhão de reais a serem empregados para fins diversos no município. Os secretários municipais do PT na administração, contudo, pretendiam perseverar na coligação, afinal a aceitação de Mirim junto ao município era muito boa.

Conforme ata de reunião do Diretório do Partido, de 22 de fevereiro de 2022 (fls. 40 a 41 do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011), na qual estava presente o então prefeito Mirim (PSB), esse manifestava grande simpatia pelo PT e dizia que, quando saísse da prefeitura, apoiaria Gilsilene, insinuando que esse apoio poderia se dar mesmo em 2016, sem, contudo, firmar compromissos oficiais.

Em reunião de 22 de junho de 2022 (fls.45v a 48 do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011) vê-se um partido dividido. O presidente reeleito do STR, o ex-vereador Isaias Clovis (PT) e algumas lideranças cebistas são a favor de o partido lançar o nome de Gilsilene como candidata a prefeita, independente da adesão dos demais partidos que compõem a coligação (DEM, PSB e PTB), outras lideranças apontam, em pesquisa feita junto a filiados da zona rural, a intenção de permanecerem a coligação, independente de o PT ser cabeça de chapa ou não. Após três outras reuniões, o PT decide apoiar a candidatura de Mirim (PSB) para prefeito, sendo escolhido Marco Aurélio (PT), então secretário municipal de agricultura, como candidato a vice-prefeito. A coligação PSD, PTB, DEM (legendas goteiras) e PT é mantida em virtude da alta aprovação de Mirim segundo pesquisas extraoficiais realizadas. Nessa eleição, Mirim (PSB) é eleito, sendo derrotado nessas eleições Wagner Dutra (PRTB), representando o grupo dos poaias. Nesse pleito, o PT não elegeu vereadores.

O mandato de Mirim e Marco Aurélio, talvez em virtude de ter se dado em meio ao governo Temer e Bolsonaro, não teve o mesmo brilho da administração anterior. Não bastasse isso, uma das grandes estrelas da gestão passada, a Secretaria da Agricultura, passou à responsabilidade de Mizaél Cabral que, embora filiado ao PT local, fez uma gestão um tanto descuidada, sendo extintos vários projetos realizados pela secretaria anterior, gerando a insatisfação de vários agricultores familiares e do STTR local.

Mais importante, porém, do que considerar a administração municipal de então, é focar na vida do PT durante essa administração. Pelo teor das atas em que se decidiu firmar a coligação, bem como do relato dos entrevistados, além das primeiras atas partidárias do ano de 2017, verifica-se que o PT se apresenta dividido. Alguns entrevistados afirmaram que Gilsilene, nessa eleição, apoiou Bruno do Durval (PRB), fato não verificado na pesquisa e negado por Gilsilene em entrevista ao autor deste trabalho. O que se verificou é que era grande a expectativa em torno do lançamento de candidatura própria pelo partido, sendo dito por Gilsilene acerca do tema

Eu nunca escondi que queria ser prefeita, sempre deixei meu nome à disposição se o partido aprovasse. Então eu estava, sim, me dedicando a isso, eu vinha de duas vice-prefeituras de sucesso e os deputados do PT, na época, foram os que foram mais presentes no município. O próprio Mirim falava que as secretarias do PT eram as que mais destaques davam ao município. Então, assim, eu tinha o direito de tentar, de pôr meu nome para o partido e tentar vir candidata. [...]. É claro que eu não [gostei de não ter sido candidata]! Eu fiquei triste com isso. O Mirim sempre falou que iria apoiar o PT, mas em 2016 ele mudou de ideia na última hora. O Mirim passou a ter muita influência em cima de muitos companheiros nossos, de dentro o PT. [Sobre suposto apoio dado ao candidato Bruno, o menos votado no pleito de 2016]. Andaram falando isso [sobre ao Bruno]. Eu não saí do partido. Se eu resolvesse apoiar outro candidato, eu sairia do partido. Eu continuei, mas declarei que não iria assumir nada na administração nova do Mirim. E continuei ativa no partido. Assumi trabalhos fora da cidade, fui assessora do André Quintão (então deputado estadual pelo PT), assumi um trabalho que eu reputo muito importante na CPT, mas se eu perdi uma reunião do partido no período do Ronaldão foi muito (Gilsilene, Mendes, entrevistada pelo pesquisador em junho de 2023).

Um dissidente do PT, que pediu sua desfiliação em 2020, disse sobre a campanha de 2016:

Ela [Gilsilene] sempre dominou aquele pessoal de CEBs, que é doido com ela. Ela só fica nesses movimentos e consegue seduzir esse pessoal. Ela sempre quis o partido para ela. Isso não é só nessa eleição agora, não [eleições de 2020]. Desde a eleição passada ela queria manipular para ser candidata [eleições de 2016]. Por isso

nós fizemos uma oposição no PED em 2017 e ela desistiu de concorrer. [...] Se tem uma coisa boa que Igreja fez nessas roças todas foi as CEBs. Agora que eu moro na rua eu não participo mais, mas já tive até função na comunidade que eu fazia parte. Mas o PT de Miradouro tem esse defeito de pensar que só quem é de CEBs é PT. Tem um pessoal de CEBs que é preso no passado e a Gilsilene ganha esse pessoal no papo, no coração dessas pessoas. Aí na última eleição eu saí do partido e aconteceu o que aconteceu [perder as eleições de 2020]. Se fosse o Marco [o candidato a prefeito], a gente teria ganhado essa política. (R.P., entrevistado pelo pesquisador em agosto de 2022).

Sobre a forma como Gilsilene lida com o partido, também se manifestou outro dissidente do partido.

Ela controla o partido com mão de ferro. Ela não abre mão de nada para ninguém, porque ela quer ser candidata à prefeitura de todo o jeito, seja do jeito que for. Ela conseguiu pôr todo mundo contra o Marco, por isso o Marco saiu [do PT] e fundou o PDT, porque ela acha que o partido é dela. [...]. O forte dela, eu acho, é o pessoal de CEBs, porque ela vai para Belo Horizonte e faz um movimento forte da CPT, da Igreja, na região toda. (M.V.M, entrevistado pelo pesquisador em julho de 2022).

Nota-se um grupo claramente interessado em tomar para si o protagonismo dentro do PT. Para isso, obnubilar Gilsilene dentro do partido é fundamental, afinal ex-vice-prefeita tem história, tem capitais sociais e culturais de alto valor simbólico agregado. Oriunda de família de trabalhadores rurais não proprietários de terras, integrante desde a adolescência das CEBs, cursilhista do MOBON, ex-funcionária do STR, três vezes presidente do PT em Miradouro, duas vezes vice-prefeita, assessora de deputado do PT, coordenadora estadual da CPT, seria natural que Gilsilene se firmasse como a principal liderança do partido em Miradouro, sobretudo em relação àqueles filiados e eleitores ligados à história do PT local, que participou da fundação do partido e dos grupos ligados às CEBs.

Essa oposição percutiu nos registros oficiais do partido. Nas primeiras reuniões de 2017, o PT tem divergências internas para eleger o novo diretório municipal do partido pelo PED (Processo de Eleições Diretas), previsto no estatuto do nacional do PT. A fim de se evitar conflitos, disputas internas no processo eleitoral, Gilsilene desiste de lançar seu nome para presidente do partido. Rita Ribas, a seu turno, lança seu nome para presidente do partido a fim de montar uma administração entre as duas alas da agremiação, fato que não é aceito por aqueles que se opunham à Gilsilene — um grupo liderado por Marco Aurélio, vice-prefeito eleito em 2016, Rafael Palmerindo, cotado para ser o novo secretário de agricultura de Mirim, e Ronaldo Ferreira, agricultor familiar local — de sorte que Rita também retira seu nome como candidata. Em 23 de junho de 2017, o partido conta com novo diretório por meio

de aclamação de uma chapa única, tendo como presidente Ronaldo Ferreira. Nessa nova diretoria partidária, Gilsilene assume a secretaria de formação política do partido (cf. anexo as fls. 69v, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011).

Como Mirim (PSB) não poderia candidatar-se a prefeito em 2020, era, mais do que nunca, certa a possibilidade de o PT lançar candidato próprio ou ser cabeça de chapa na coligação que por duas vezes o elegera prefeito. Ademais, ao contrário do que se deu em relação ao ex-prefeito Wagner Dutra, somente Gilsilene e alguns filiados mais ligados à tradição cebista do partido e ao ex-vereador e presidente do STR, Isaias Clovis, se indispuseram contra Mirim, e mesmo esses declaravam o episódio superado, de sorte que em reuniões do partido, Mirim havia declarado que apoiaria o nome que o PT indicasse para prefeito nas eleições de 2020. Essa expectativa fez com que o vice-prefeito Marco Aurélio passasse a ser cotado como futuro candidato, gerando uma tensão entre ele e Gilsilene. Não bastasse isso, já em 2019, Mirim começa a alardear que apoiaria seu vice como candidato a prefeito nas eleições de 2020, gerando, ainda mais tensão dentro do PT miradourense.

Marco Aurélio, a seu turno, é servidor licenciado do município e professor universitário da rede privada e do ensino médio na rede pública, tendo sido eleito vice-prefeito em 2016. Sua entrada para a vida política e filiação partidária junto ao PT se deu quando começou a trabalhar na EMATER – MG como quadro administrativo cedido pelo município, quando passou a se relacionar com a agricultura familiar de Miradouro. Devido à qualidade e o reconhecimento de seu trabalho na EMATER – MG, assumiu o cargo de secretário de agricultura no final do segundo mandato de Wagner Dutra, em 2012. Marco Aurélio se notabilizou não só como professor, mas principalmente por sua atuação na secretaria de agricultura de Miradouro desenvolvendo projetos diversos, que abrangiam praticamente todas as vertentes produtivas da agricultura familiar local, buscando, sobretudo, garantir mercado aos produtores e agregar valor à produção, de sorte que setores mais dinâmicos da agricultura familiar local, bem como o eleitorado urbano do PT local tinham uma tendência a ter maior afinidade com seu nome que com o de Gilsilene.

Mais uma vez, o livro de atas registra e ajuda a compreender os fatos de então. Na ata de reunião do Diretório do Partido de 5 de agosto de 2019, a fim de se deliberar sobre o PED daquele ano, há muitas falas sobre a divisão do partido e sobre a necessidade de superá-las. Um trecho da ata, contudo, merece destaque:

Valtinho da Padaria diz que seja quem for o presidente, deve acabar com a “picuinha” e em toda reunião Marco e Gilsilene “se bicam” e que agora José Caju tá

“implicando” com Marco e que devemos parar de “debicar”. José Caju diz ter sua opinião e que não está implicando com ninguém (fls. 69v, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011)

Na mesma reunião, há o registro da seguinte manifestação do então vice-prefeito Marco Aurélio:

Marco reclama ter sido “pisado”, “desmerecido” por não ser da CEBs e que entrou no partido por acreditar neste e que gostaria de ver outra pessoa no lugar de Ronaldo, que conseguiu conduzir tudo até aqui. Que nós não temos vereador na Câmara hoje e que não será fácil colocar outro lá e que toda vez que nos reunimos é muita “picuinha” (fls. 69v, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011).

Importante saber quem são as personagens mencionadas nesses excertos dos livros oficiais do PT de Miradouro. Valtinho da Padaria é um empresário local, proprietário de uma padaria e oriundo da cidade do Rio de Janeiro, hoje vereador pelo PSB em Miradouro. José Caju é do meio rural, agricultor familiar, voluntário da CPT em Miradouro e liderança cebista. O que se vê é um choque não só de representante de alas, mas sim de *habitus* e capitais distintos na reunião. José Caju³⁰, com sua franca experiência em reuniões de CEBs e cursos do MOBON trata dos assuntos de forma mais direta, com mais facilidade de se posicionar e apontar aquilo que acha certo ou não no partido e na conduta dos seus integrantes, não tendo problemas em apontar aquilo que julga ruim na conduta do outro diante dos interesses do grupo, tal como já o fizera muitas vezes nas chamadas reuniões de revisão, nas quais desenvolveu o *habitus* militante-dialógico que caracteriza os camponeses cebistas locais. Contudo, isso que para José Caju era natural, para Valtinho da Padaria era simplesmente implicância e não uma forma de buscar soluções para problemas, tanto o é que responde a seu interlocutor que não se trata de implicância, mas sim de exercício de sua opinião.

Também Marco Aurélio demonstra-se melindrado diante da assembleia, afirmando que se sente “pisado” e “desmerecido” pelo PT de Miradouro em virtude de não ter origens nas CEBs. Embora contasse com mais de 10 anos de filiação ao partido, tendo conseguido se firmar como uma liderança interna de grande força e ser eleito vice-prefeito pelo partido após a aprovação de seu nome pelas bases, Marco Aurélio não se sente aceito pelo grupo. Assim como Valtinho da Padaria, também de origem urbana e sem relação com as CEBs, Marco Aurélio afirma que as reuniões do partido estão repletas de “picuinhas”, termo que indica uma atitude que oscila entre a pirraça ou implicância relativamente infantil à teimosia ou

³⁰ José Caju não foi entrevistado nessa pesquisa, porém o autor do presente trabalho o conheceu e com ele conversou durante um evento promovido pelas CEB do Sapé, no distrito miradourense de Monte Alverne.

hostilidade por motivos menores. Talvez, exatamente pelo fato de “não ser de CEBs”, é que o vice-prefeito se sintia desprestigiado pelo PT, sobretudo pela ala advinda das CEBs — vale lembrar que a atuação de Marco Aurélio enquanto secretário da agricultura é reconhecida e festejada pelo PT local como sendo uma das grandes responsáveis pelo sucesso do primeiro mandato de Mirim (PSB), sendo improvável que o partido o hostilizasse, embora alguns nomes do partido bem provavelmente o fizessem —, afinal não se fez em meio às reuniões plenárias e de revisão tão comuns nos meios cebistas e nos cursos do MOBON, nos quais a comunicação com voz mansa e com o uso de figuras e metáforas não deixavam de tocar em assuntos delicados, desagradáveis ou doloridos, chamando o interlocutor a se posicionar diante de um erro seu ou de uma injustiça a ele imputada.

Ser questionado, cobrado, ou ter sua conduta ou vida pessoal censurada em reuniões ou assembleias por qualquer dos presentes quando o assunto de alguma forma possa percutir no grupo, seja ele o STR, o partido ou mesmo a própria comunidade, é, conforme visto alhures, natural. O próprio autor do presente trabalho experimentou dessa sinceridade cebista em meados de novembro de 2022, quando convidado a falar sobre as perspectivas do novo governo Lula em uma reunião entre liberações cebistas de todo o Estado junto à CPT realizada em Miradouro. Na ocasião, o autor desta tese defendeu ideia de que a esquerda deveria apegar às regras institucionais como estratégia para superar o bolsonarismo, de forma a se apropriar do discurso pela legalidade e institucionalidade, deixando o discurso de ruptura e violência para a extrema direita derrotada. Uma liderança comunitária local disse que essa fala era típica de uma pessoa que conhece o mundo a partir de um gabinete de trabalho, de quem desconhecia o fato de que a lei e as instituições, sem a pressão popular e os movimentos sociais, sempre são utilizadas contra os oprimidos, afirmando que a fala do “companheiro” era quase pueril. Ora, por estar em meio ao grupo, aceito por lideranças reconhecidas na região, consideraram esse pesquisador como um iniciado no grupo, não um estranho, logo a liderança em questão dispensou-lhe o tratamento ordinário das assembleias. Uma comunicação direta e sincera, dentro do esperado num ambiente onde predomina o *habitus* militante-dialógico. Aliás, nesse momento, o pesquisador percebeu que era bem aceito no grupo, que não era visto com desconfiança ou como um indesejado em meio às lideranças.

Assim como Marco Aurélio, o vereador Carlinho do Sindicato, conforme visto antes, foi cobrado em reunião acerca de suas condutas. Gilsilene também não deixou de sê-lo. Em reunião de 02 de agosto de 2016, quando a ex-vice-prefeita buscava defender a candidatura própria do partido para prefeito, um dos presentes na reunião disse que a população achava

que seu então marido prejudicava sua candidatura³¹. Gilsilene, em momento algum, cortou a fala de seu interlocutor se pôs como ofendida, mas tão somente afirmou que o marido não a atrapalha e que lhe dá todo o apoio necessário para que ela atue na política ou em favor do partido (fls. 56v e 57 do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011). Em verdade, pelo que se observou nas reuniões assistidas e pela detalhada leitura dos livros de atas do partido, é que jamais um membro do partido ou do sindicato, quando questionado sobre qualquer tema, mostra-se indignado com uma pergunta ou uma crítica, mas responde o que lhe é perguntado, sem se colocar numa posição de hostilizado. Também é comum respostas ou falas que se iniciem com expressões do tipo “eu errei”, “eu tentei fazer o correto” ou “será que eu estou fazendo tudo errado?”, mas nunca se deslegitima o interlocutor ou a assembleia. Um bom exemplo dessa postura vem da liderança e ex-vereadora Terezinha. Consta no livro de atas:

Tereza diz que se existe uma pessoa que atrapalhou o partido, esse alguém é ela. Que reconhece seus erros e que se arrepende” (Reunião com Lideranças e Apoiadores realizada em 08 de agosto de 2018, fls. 74, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011).

Terezinha, que pediu sua desfiliação na campanha de 2016 por não concordar que o partido continuasse na coligação PTB, PSB e DEM, voltou a se filiar no PT em 2018 e, ao se posicionar sobre questões internas do partido, já se coloca como uma pessoa que errou e se arrepende, de sorte a evitar ou dificultar questionamentos à sua fala em virtude de seu posicionamento passado, sem tentar justificar suas razões. Enfim, há respeito pela fala e opinião de todo e qualquer que tome a palavra no grupo, o que não significa haver concordância entre os debatedores.

Marco Aurélio, embora tenha elevado capital cultural devido sua formação acadêmica, bem como possua capitais sociais relacionados à sua atuação não só como professor, mas também como secretário municipal de agricultura e vice-prefeito, não se articula bem em meio à dinâmica comunicativa vigente nas reuniões do PT de Miradouro. Afirmar que se sentiu “pisado” e “desmerecido” pela fala de companheiros de partido em uma reunião é demonstrar um excesso de delicadeza consigo que não condiz com quem quer ser investido como representante do grupo, ao passo que qualificar as discussões internas do partido como “picuinhas” é infantilizar toda a assembleia, podendo ser interpretado como uma forma de se colocar numa posição de superior aos demais do grupo, atitude completamente dissonante do

³¹ A relativização do caráter do marido de Gilsilene foi um dos principais temas trabalhados contra a então candidata em 2020, muito embora lhe imputassem qualquer atividade criminosa ou ilícita, afirmavam que ele vivia da sombra política da esposa, sendo pouco dado ao trabalho, fato não verificado na pesquisa.

habitus militante-dialógico engendrado durante anos nas CEBs e levado pelos camponeses para as reuniões e assembleias sindicais e partidárias. Sua atitude estaria mais consonante com aquela esperada em meio à vigência do *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, na qual a liderança política não é diretamente confrontada ou questionada, contando com sua posição econômica ou social para se fazer respeitar, pouco aberto à construção conjunta de posições a partir de reuniões e assembleias.

Fato é que Marco Aurélio, Ronaldo Ferreira e Rafael Palmerindo, mesmo diante da divisão do partido, buscavam novamente estar à frente do partido nos próximos dois anos, sendo fundamental que sua ala continuasse no comando do diretório do partido após o de PED de 2019. Há tentativas, contudo, de se elaborar uma chapa única, de coalização, a fim de se evitar disputas internas no PT, diante de uma clara divisão do grupo em torno dos nomes de Marco Aurélio e Gilsilene. Essas tentativas, contudo, são infrutíferas. Ronaldo, Rafael e Marco Aurélio registram sua chapa sem aceitar compor com o grupo de Gilsilene. Diante disso, uma segunda chapa é registrada, tendo como candidata a presidente Gilsilene.

Desde a fundação do PT de Miradouro, tal como se deu com o STTR local, nunca houve disputas eleitorais sobre o diretório do partido. Por meio de conversas informais, manifestações pessoais de interesse no cargo ou função, ou mesmo indicação ou sugestão de terceiros, era montada uma chapa que era homologada pelos filiados ao partido. Todavia, como o partido estava dividido em torno de duas lideranças que objetivavam lançarem-se a candidatos à prefeito nas eleições de 2020, ganhar o PED e ter o diretório sob o controle de seu grupo não só demonstrava vigor político em virtude da aprovação da maioria dos filiados, mas também como permitia o uso do diretório do partido para dar maior visibilidade ao nome escolhido pelos seus integrantes diretório para a convenção.

No PED realizado em outubro de 2019, o grupo de Gilsilene saiu como vitorioso. Uma filiada do PT, pequena comerciante local, de origem urbana e sem qualquer ligação com a CEBs ou a Igreja católica assim justificou seu voto em Gilsilene no PED:

O pessoal do Ronaldão, do Marco, estava deixando o Mirim controlar eles. O Mirim estava com o PT na mão dele. Todo mundo estava falando isso, só não via quem não queria ver. Se o Mirim fosse PT, se quisesse ser PT, ele estava no PT, não estava no partido dele. Tanto é que ele meteu o pé no PT, no Marco e em todo mundo. [...] Eles fizeram uma campanha contra a Gilsilene [...], mas só falavam do marido dela. [...] Dela falavam que ela só pensa e ser prefeita, mas o que é que tem isso? Não é isso que o Marco quer, que o Ronaldão quer também? Falou também que ela só vive de política. Mas se a pessoa é da política, dedica para isso, qual o problema, também? (A.M.G.S., 45 anos, comerciante).

A ideia de que Mirim tinha grande influência sobre o partido por meio dos petistas mais próximos a administração municipal era bastante disseminada na cidade, tendo até sido objeto de discussão em reuniões do partido, conforme registros nos livros de atas. Essa influência vinha, sobretudo, do fato de o prefeito insinuar que apoiaria o nome de Marco Aurélio para sucedê-lo na prefeitura. Essa aproximação foi interpretada como uma forma de o então prefeito, estranho ao partido, influir dentro do PT, além de antecipar e conhecer as movimentações internas do partido. Talvez essa impressão de tentativa de colonização do PT pelo então prefeito por meio do grupo de Ronaldão, Marco e Rafael, bem como a impressão de fragilidade desconforto com relação às reuniões internas do partido declarada por Marco Aurélio tenham afetado no resultado da escolha do diretório.

O novo diretório é empossado, em 17 de dezembro de 2019 em ata meramente protocolar. Não há cumprimentos pela vitória ou mesmo registros de falas sobre unidade do grupo, valores democráticos e afins³². Os debates, os pedidos e concessões de palavras tão comuns nas reuniões do partido não ocorreram.

Após a derrota na disputa pelo diretório, Ronaldo Ferreira, Rafael Palmerindo e Marco Aurélio resolvem se desfiliar do PT e fundar o PTB na cidade a fim de lançarem o nome de Marco Aurélio como candidato à prefeito. A primeira carta de desfiliação que chega ao conhecimento do PT é a do vice-prefeito Marco Aurélio e, diante disso, o novo diretório convida Marco Aurélio para explicar ao partido sua desfiliação. Segundo consta nos registros do partido, assim manifestou-se o já discidente Marco Aurélio:

Disse que o que motivou sua desfiliação é não estar mais se sentindo bem participando das reuniões do PT, que eram muito conflituosas e que sua participação causava muitas brigas, em suas palavras disse que saiu “muito queimado”, que sua saída seria melhor para o crescimento do partido. Afirmou que não fica feliz com isso, mas que se sente confortável. Gilsilene o perguntou se é verdade que ele fundou o PDT, ele afirmou que sim e que alguns filiados do PT estariam se desligando para poder acompanhá-lo. Disse que está aberto ao diálogo. Disse que o deputado Patrus Ananias e André Quintão estão sabendo disso e que inclusive tem apoio dos assessores desses mandatos para criação do PTB. (Reunião do Partido dos Trabalhadores de 10 de março de 2020, fls. 86v e 87, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011)

Cerca de 60 pessoas se desfiliam do PT e boa parte delas vai para o novo partido, fundado em 04 de março de 2020, inclusive os secretários de agricultura e ação social Rafael Palmerindo e Ambrosina. Entre os filiados do PDT corre a notícia de que Mirim não mais

³² Ata de Posse do Novo Diretório realizada em 17 de dezembro de 2019, fls. 84v a 85v, do Livro de Atas das Convenções e Reuniões do PT de Miradouro aberto em 05/06/2011.

apoiará um nome do PT para a prefeitura, mas sim o de Marco Aurélio, do PDT. Em tese, com o apoio do prefeito e das legendas do grupo goteiras, ficaria fácil guindar o apoio do PT, mantendo, assim, a coligação vencedora em 2016 (PSB, PT, PDT e DEM), conforme explicou um dos diretores do PTB mais próximo ao prefeito Mirim.

O PDT lança Marco Aurélio como seu candidato a prefeito tendo como vice Márcio Malafaia Aredes Júnior, do PMDB. O grupo declara e alardeia o apoio do prefeito Mirim à chapa, contudo isso não se deu. Mirim e o grupo dos goteiras deixam de apoiar Marco Aurélio, conforme insinuado, bem como deixam de apoiar a candidata do PT, Gilsilene. Há um apoio informal de Mirim à coligação Cloves (PTB) e Rogério Valentim (PV). Pela primeira vez, desde, 1971, há uma união entre os dois grupos políticos tradicionais do município — poaias e goteiras — em uma eleição³³. O PDT de Marco Aurélio, que contava com o apoio de Mirim e do grupo goteira, se vê esvaziado em suas pretensões à prefeitura, vindo a desistir da disputa pelo posto de prefeito.

O PT, a seu turno, chegou a tentar estabelece coligações com o PV — de Rogério e Maria Luíza (Catita), lideranças poaias — e com o PTB — de Cloves Botelho, liderança goteira —, mas foi surpreendido pela aliança entre os grupos políticos tradicionalmente adversários, de sorte que o pleito eleitoral foi disputado entre a coligação “Pela Força da União”, coalizão poaia e goteira, e o PT, que lançou chapa pura. Também veio disputando o candidato Wellington Silva, pelo PRTB, que teve votação inexpressiva. Nessas eleições, a coligação entre os tradicionais grupos rivais foi eleita contando com 59,76% dos votos válidos (3.882 votos), contra 38,85% dos votos obtidos pelo PT (2.524 votos) e 1,39 %, por Wellington (90 votos).

Em suas entrevistas, as lideranças petistas Gilsilene e Isaias Clovis afirmaram que o PT chegou a procurar tanto Cloves Botelho (PTB), quanto Ana Luíza Valentim (PV) para comporem uma coligação, porém, segundo afirmaram, ambos os grupos só aceitavam compor uma coligação com o partido se Gilsilene ou outro nome indicado pelo PT se contentasse com a candidatura a vice-prefeito. *“Quer a gente só como vice. Para vice serve, então reconhece que a gente tem força. Mas não aceita a ideia de o PT vir como prefeito. Por que não pode*

³³ Segundo apurado em entrevistas, nas eleições municipais de Miradouro, anos de 1966 e 1971, houve composição entre os dois grupos políticos a fim de se evitar um confronto direto entre os dois grupos políticos. Nessas composições, lançava-se uma chapa única, sendo acordado entre as lideranças que o candidato a prefeito governaria durante a primeira metade do mandato e o candidato à vice, durante a segunda, mediante renúncia do prefeito. Essa curiosa composição funcionou bem em 1966, contudo malogrou em 1971, uma vez que o prefeito então eleito pelo grupo poaia, João Montezano, deixou de renunciar no prazo programado, tirando do vice-prefeito, Gélcio de Souza Meireles, alguns meses de mandato.

aceitar? A gente aceitou tantas vezes.”, perguntou Gilsilene talvez de maneira retórica em sua entrevista ao comentar a derrota no pleito de 2020.

Por óbvio, tanto entrevistados petistas como pedetistas afirmam que o então prefeito agiu de má-fé com o PT, insuflando uma dissensão dentro do partido a fim de garantir que qualquer de suas lideranças internas fossem eleitas, sendo que o apoio dado à chapa “Pela Força da União” já estava há muito planejado. Essa hipótese, vigente entre em Miradouro, não foi confirmada nem refutada na pesquisa realizada. A seu turno, Isaias Clovis disse que considera Mirim um adversário mais perigoso que o ex-prefeito Wagner Dutra, uma vez falou que apoiaria o PT, depois teria garantido apoio a Marco Aurélio fomentando uma ruptura do partido em dois, vindo, contudo, a apoiar o adversário. Clovis também se pergunta: “Para que prejudicar o PT desse jeito?”. O ex-prefeito Mirim, que talvez trouxesse elementos para compreender melhor esse momento da política local, não foi entrevistado, assim como não o foi o prefeito então eleito, Cloves Botelho. Foram, contudo, entrevistados, em conjunto, as lideranças do PV, Rogério Valentim e Maria Luiza Andrade Valentim, respectivamente vice-prefeito eleito e presidente do PV, que são casados entre si. Maria Luiza disse a respeito dessa eleição:

Nessa eleição foi bastante estranho. O Marco saiu do PT e procurou a gente para coligar. Ele fundou o PDT e veio. Fizemos uma reunião nessa farmácia aqui com todo mundo do PDT. Disse que tinha o apoio do Mirim. Aí ele ficou na dúvida, porque o Mirim, segundo ele me disse, tinha garantido apoio dele junto com o pessoal do PFL [DEM e PSB]. Eu virei e disse ‘Você acha que eles vão te apoiar, você é de família humilde, eles vão querer alguém do grupo deles’. E ele confiando muito no apoio do Mirim e não decidia fechar com a gente e preferia contar com o apoio do outro lado. Parece que o Mirim deixou de apoiar ele e nós [PV] coligamos com o Clovis. [...]. A Gilsilene também me procurou para montar uma chapa. Aí disse que sairíamos vice de Clovis. Falou sobre a memória política de meu pai, que não ficava bem a coligação com o Clovis, aí eu disse que ela saiu do grupo primeiro, que ela se coligou ao PFL. Então, quem é quem nesse negócio de memória? O PFL é que sempre foi o maior adversário do PT, não o nosso grupo. [...] Aí fizemos a chapa com o Rogério e o Clovis: Vou falar para você: Não foi fácil, porque tinha muitas diferenças. [...]. Essa coisa que você falou, da política antiga, de poias e goteiras. Então passar em cima disso foi difícil para mim e para a Flávia [esposa de Clovis Botelho, filha de uma família de longa tradição goteira]. [...]. Essas coisas antigas da política, essas desavenças por pertencer a grupos diferentes. Mas olha só, o quanto de mal-entendidos, de coisas velhas sem sentido ficou para trás [...]. A nossa união deu certo. (Maria Luiza de Castro Andrade Valentim, entrevistada pelo pesquisador em agosto de 2023).

A entrevistada, Ana Luiza, principal liderança política do antigo grupo dos poaias, inicia suas considerações sobre o pleito eleitoral de 2020 adjetivando-o como “bastante estranho”. De fato, a grande rivalidade entre os componentes dos grupos poaias e goteiras foi relativizada, dando vez a uma coligação improvável, de nome bastante sugestivo, “A Força da União”. Em dado momento de sua entrevista, Ana Luíza disse que não foi fácil realizar a coligação, afirmando que, para tanto, foi necessário superar diferenças havidas entre os dois grupos. Pontuou que essas diferenças eram decorrentes da dicotomia poaia e goteira, bem como que essa superação foi difícil para ela e para a esposa do prefeito eleito em 2020. A entrevistada, contudo, não indica quais seriam essas “muitas diferenças” tão difíceis de superar, apenas insistindo em dizer que foi difícil para ambos os lados. O pesquisador perquiriu acerca dessas diferenças, obtendo, tão somente, uma resposta lacônica, composta pelas expressões “coisas da política antiga” e “desavenças por pertencer a grupos diferentes”. Não há referências a projetos e propostas de governo, mas tão somente à velha dicotomia poaias *versus* goteiras, a tradições e vínculos familiares.

Em verdade, a coligação vencedora “A Força da União” não juntou diferentes, mas simplesmente adversários tradicionais de longa data. Ambos os grupos, guiados pelo *habitus* do tradicionalismo e pragmatismo manejados pelos remanescentes dos antigos grupos políticos tradicionais em Miradouro, promovem uma união a fim de impedir que as lideranças petistas, forjadas, sob o *habitus* militante-dialógico, tivessem chances de protagonizar a política local, valorizando ainda mais os capitais culturais e sociais paulatinamente engendrados, disseminados e valorizados a partir da ação mediadora católica na região na década de 1960.

Em Miradouro, para os grupos rivais poaias e goteiras, é mais plausível lidar com e aceitar a vitória do adversário tradicional, preservando-se o fazer político tradicional, baseado no assistencialismo e nas lealdades familiares, do que permitir que um novo grupo, oriundo dos grotões do município, com lideranças surgidas fora do núcleo urbano do município, em meio a camponeses e trabalhadores rurais, com potencial para renovar e inovar a forma de se fazer política localmente lidere. Não se trataria, pois, de medo do PT, conforme cogitado pela liderança petista Gilsilene Mendes, quando entrevistada, mas sim de uma forma de impedir que elementos heterodoxos do fazer político camponês, nascidos a partir do emprego dos capitais culturais e sociais próprios, orientados pelo *habitus* militante-dialógico tipicamente ceibista viessem a preponderar no campo político local em detrimento da política tradicional, baseada em aspectos relacionados a lealdades familiares tradicionais e as vetustas práticas de trocas de favores. Para poaias e goteiras, permitir uma vitória de uma liderança política seria

perder o monopólio de que os prefeitos devam provir de um dos dois grupos políticos tradicionais, que a legitimidade para assumir o cargo passe por outros critérios que não a sacração do possível prefeito pelos tradicionais donos da política local.

Os novos *habitus* e capitais cebistas, incorporados no PT enquanto grupo político local, poderiam modificar a lógica da política local, fazendo que o campo passasse a valorizar práticas e discursos políticos cujos grupos tradicionais, em maior ou menor grau, poderiam manejar com habilidade inferior ao novel grupo político insurgente. No caso da última eleição municipal, permitir que Gilsilene Mendes — uma liderança mulher, de origem rural, não oriunda de famílias tradicionais da cidade ou por elas sagradas na despida de capital econômico — viesse a ser eleita, faria que boa parte do poder simbólico que fundamenta a legitimidade e a força política dos grupos poaias e goteiras fosse relativizado e contestado. A naturalização ou o encanto que imbuí de poder os candidatos dos grupos tradicionais poderiam ser quebrados. Logo, a união entre poaias e goteiras tende a durar até haja um estiolamento do *habitus* e capitais relativamente inovadores, porém mais típicos dos camponeses cebistas mais intensamente presentes no PT e, conseqüente, revigoração do *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, mais típico dos grupos poaias e goteiras, de sorte que estes grupos possam, com maior margem de segurança, disputar as eleições um contra o outro, dependendo ou não da coadjuvância do PT local. Nisso reside a força da união entre poaias e goteiras nas eleições de 2020.

Não se trata de afirmar que o partido oriundo do meio camponês-cebista seja melhor ou pior que os grupos tradicionais que disputam a política local desde a primeira metade do século passado em Miradouro, mas que ele guarda diferenças relativas a práticas e discursos com grupos tradicionais, bem como que tais diferenças, consistentes no novo *habitus* e capitais culturais e sociais que lhes são específicos oriundo do meio camponês que motivou a criação do STTR e do PT, percutiram no campo político local, fazendo que o novel partido influísse de forma substantiva no campo político local, com típico efeito de histereses, fazendo com que os grupos políticos tradicionais, inicialmente, buscassem coligar-se com o PT local a fim de melhor se posicionarem nas disputas políticas contra o grupo rival tradicional, quer arranjando com que esses dois grupos se unissem em improvável coligação a fim de evitar a vitória nas eleições de um candidato petista.

Importante notar que nesse pleito municipal de 2020, o PT elegeu um vereador, Fernando Valentim, porém três outros eleitos, Rafael Palmerino (PDT), Valter Lanes (PSB), também conhecido como Valtinho da Padaria, e João Renato (PV), são dissidentes do PT

local. Os dois últimos saíram do partido em 2021, após a vitória de Gilsilene para o diretório do partido e o último, um dos fundadores do PT, desfilou-se do partido no ano de 2012.

6.7 O defeito do PT sob a ótica dos dissidentes

Três fundadores do PT, quando entrevistados, afirmaram que a derrota do PT miradourense em 2020 foi a maior vitória do partido, uma vez que conseguiram, lançar candidatura própria, sem coligações, e obterem uma expressiva votação (38,85% dos votos válidos). *“Se não tivessem coligado, não teriam ganhado. Tiveram de juntar para fazer a política que eles sempre fizeram, mesmo tendo o PT dividido na hora agá”* (José do Tote, entrevistado em junho de 2022). Essa forma de ver o PT, contudo, comporta restrições, sobretudo com relação aos dissidentes do partido, quer aqueles que fundaram o PDT, quer de outros que se desfilaram em outros momentos do partido.

Veja-se o depoimento de dois dissidentes em parte já trabalhados nesta tese, o primeiro, saído do PT em 1997, tendo retornado ao partido em 2012 e o segundo, de um dos dissidentes fundadores do PTB no ano de 2020.

Ela [Gilsilene] controla o partido com mão de ferro. Ela não abre mão de nada para ninguém, porque ela quer ser candidata à prefeitura de todo o jeito, seja do jeito que for. Ela conseguiu pôr todo mundo contra o Marco, por isso o Marco saiu [do PT] e fundou o PDT, porque ela acha que o partido é dela. [...]. O forte dela, eu acho, é o pessoal de CEBs, porque ela vai para Belo Horizonte e faz um movimento forte da CPT, da Igreja, na região toda. No *facebook* dela você só vê isso. Ela vai nisso tudo e mantém esse contato com as CEBs e com o Isaías [presidente do STR]. Com isso ela controla a cabeça desse pessoal rural do PT (M.V.M., entrevistado em junho de 2022).

Para você ser candidato do PT você tem que ser da CEBs. Por isso a Gilsilene! Isso existe?! [um misto de exclamação e interrogação para demonstrar indignação] Para mim é um trabalho maravilhoso [as CEBs], mas tem pouca gente que participa. O que é que adianta? A CEBs vai eleger um prefeito? Eles têm isso na cabeça. [...]. Para você ser candidato do PT em Miradouro eles querem que você seja radical, você não pode conversar com outro partido, você não pode fazer amizade com quem é do outro partido. Agora que mudou um pouquinho, rapaz! O Marco, eles não aceitam o Marco porque ele não é da CEBs. Eles são muito radicais, mas muito! Olha os candidatos que eles escolheram aí que foram eleitos. Todos escolhidos à dedo. O Carlinho, a Tereza e o Isaías, todos de dentro do sindicato. Eles não aceitam outros não. Eu sempre gostei muito das CEBs, mas nunca foi aquele cara que fez parte de diretoria de CEBs de diretoria de sindicato, apesar de ser filiado, de apoiar e

de achar que é importante. Mas eles não aceitam quem não faz parte disso. Eles são muito fechados. [...]. Ela [Gilsilene] sempre dominou aquele pessoal de CEBs, que é doído com ela. Ela só fica nesses movimentos e consegue seduzir esse pessoal. Ela sempre quis o partido para ela. Isso não é só nessa eleição agora, não [eleições de 2020]. Desde a eleição passada ela queria manipular para ser candidata [eleições de 2016]. Mas o que esse movimento de CPT traz de bom para a cidade? Nada! Faz é raiva nos outros. Por isso nós fizemos uma oposição no PED em 2017 e ela desistiu de concorrer. [...] Se tem uma coisa boa que Igreja fez nessas roças todas foi as CEBs. Agora que eu moro na rua eu não participo mais, mas já tive até função na comunidade que eu fazia parte. Mas o PT de Miradouro tem esse defeito de pensar que só quem é de CEBs é PT. Tem um pessoal de CEBs que é preso no passado e a Gilsilene ganha esse pessoal no papo, no coração dessas pessoas. Aí na última eleição eu saí do partido e aconteceu o que aconteceu [perder as eleições de 2020]. Se fosse o Marco [o candidato a prefeito], a gente teria ganhado essa política. Isso não acontece em Vieiras e São Francisco por exemplo. O Nei ganhou em Vieiras duas vezes com o PT e fez o sucessor na terceira vez. Três governos do PT seguidos. Em São Francisco, o PT já ganhou uma. Aqui em Miradouro está esse atraso. Nesses dois lugares, o pessoal de CEBs não se envolve com o PT dessa forma. (R.P., entrevistado em junho de 2022).

Numa primeira leitura dos depoimentos, a liderança Gilsilene Mendes é vista como sendo um ponto negativo no partido. Ambos os entrevistados dissidentes apontam sua atuação dentro do partido como sendo a de uma liderança que quer colonizar o partido para si, aproximando-se das CEBs e do STTR local a partir de sua atuação nos movimentos políticos e pastorais apoiados ou mantidos pela Igreja Católica. Com uma leitura mais atenta dos depoimentos, contudo, percebe-se que a força da tradição cebista dentro do partido talvez seja a causa da insatisfação dos dissidentes entrevistados, não propriamente a liderança Gilsilene, sendo esse um ponto negativo do partido que não permitiria que esse evoluísse. Sendo assim, Gilsilene apenas capitanearia essas vozes.

De fato, todos os candidatos eleitos à vereador pelo PT, de 1988 até 2020, exceptuando Fernando Valentim, eleito em 2020, são oriundos da tradição cebista e do STTR local, conforme relata o segundo entrevistado. Esse fato, contudo, indica tão somente que os camponeses cebistas conseguiram, por meio do sindicato e do partido, se organizarem de forma mais ou menos razoável, de sorte a fazer com que essa organização viesse a percutir na política local de maneira mais efetiva. Ambas as falas aqui expostas contêm laivos de preconceito contra os camponeses, à medida que os coloca como simplesmente manipuláveis ou como portadores de um modo de fazer política inadequado ou de baixa efetividade.

Em verdade, os petistas miradourenses com pouca ou nenhuma formação cebista — sobretudo aqueles que aportaram no partido após 2004, com o sucesso das coligações entre o PT local e o grupo dos poias e, posteriormente, dos goteiras — não estavam imbuídos do *habitus* militante-dialógico, bem como não manejavam bem ou não compreendiam a importância da circulação capitais culturais e sociais engendrados durante anos nas CEBs e nos cursos do MOBON. Talvez, por mais técnico e bem estruturados fossem os discursos e propostas dos dissidentes, sobretudo o de Marco Aurélio, que se destacou como um secretário da agricultura extremamente atuante e inovador, tenha faltado a eles o domínio de capitais culturais específicos desenvolvidos pelos camponeses cebistas.

Ricci (2002, p. 123) afirma que o método utilizado pelo MOBON e as CEBs na Mata de Muriaé, incluindo aí Miradouro³⁴, abusava de figuras, metáforas e imagens míticas embebidas de emoções e sentimentos a fim de gerar comprometimento dos então jovens camponeses das décadas de 1970 até início de do século XXI, fato que geraria um profundo compromisso com as causas de justiça social e bem comum, contudo sem, contudo, embasamento teórico profundo.

Essa prática de conversão político-religiosa fundava-se na reafirmação dos valores morais e éticos comunitários que criavam uma ponte imaginária entre as primeiras comunidades rurais cristãs, o sofrimento e a pregação solidária dos apóstolos e a comunidade rural e se construía sob os auspícios do MOBON. Um discurso imagético sensibiliza, constrói uma percepção de conteúdo da mensagem, mas não possibilita ao receptor a identificação dos elementos constitutivos que fundamentam o discurso, diminuindo a capacidade crítica de assimilação da mensagem. É, portanto, um discurso mobilizador, voltado para a ação e o compromisso. Tem, contudo, baixa profundidade teórica ou analítica, constituindo-se no maior *déficit* formativo das jovens lideranças que se lançarão à construção de alternativas organizativas de produção e gestão pública da região (RICCI, 2002, p. 123).

Não se afirma aqui que a falta de profundidade teórica seja uma característica deletéria do PT local. Em verdade, num campo político em que as disputas se dão com base em lealdades familiares e favores entre grupos que têm como maior diferença os apelidos que os dividem — poias e goteiras —, não se pode acreditar que os grupos rivais ao PT tenham sólido embasamento teórico ou algo do gênero. Em verdade, pelas próprias características do PT local, esse teria maior preocupação com conceitos políticos como participação, democracia, políticas públicas, questões de gênero, dentre outras, que os demais grupos políticos locais. Evoca-se, aqui, Ricci (2002) não para se realizar digressões acerca da

³⁴ O pesquisador, em sua tese, transcreve falas de algumas lideranças comunitárias rurais miradourenses.

profundidade teórica dos camponeses, mas sim para sublinhar e explicar a força da formação cequista junto aos camponeses que fundaram o PT local. Uma formação repleta de ganchos morais, de compromissos com a ação em busca de uma justiça social impregnada de religiosidade e de valorização da ação comunitária, afinal, tanto o STR, quanto o PT de Miradouro são oriundos dessa “conversão político-religiosa” católica criticada pelo citado pesquisador. É essa conversão que deu origem e estofou ao *habitus* militante-dialógico do camponês local marcado não só pela religiosidade, mas também à afetividade a tudo o que se refere à história e ao movimento cequista, que engendrou entre os camponeses locais um modo próprio de ser e de se reconhecer enquanto tais, sendo levado para as principais instituições por eles criadas para fins de representação e atuação política, quais sejam, o sindicato e o partido.

Um dos dissidentes entrevistado faz menção aos PTs de Vieiras e São Francisco do Glória como exemplos de PTs não tão “radicais” quando ao de Miradouro, afirmando que nesses municípios as CEBs não se imiscuem tanto em política quanto em Miradouro, o que lhes garantiria sucesso enquanto grupo político, tendo ganho, inclusive, eleições municipais para prefeito. Instados a responderem sobretudo acerca do sucesso do PT no município vizinho de Vieiras, as lideranças petistas e sindicais mais tradicionais responderam:

O PT lá não é esse PT que tem aqui, de raiz. Você tem que ir lá para você ver que é diferente... O Nei, por exemplo, gosto muito dele, acho que ele fez uma boa administração em Vieiras, mas ele saiu do PT. Ele ganhou muito dinheiro com peixe e resolveu entrar para a política. Ele nunca foi do movimento. Em São Francisco, o PT sempre foi bem fraco, mas ganhou depois que o Lula ganhou porque gente de famílias políticas mais tradicionais de lá entraram para o PT por causa dos deputados que atuavam na região. Então, assim, dessa região toda, o PT que ainda continua mais coerente com a origem da época do cavouca tatu é a gente (Gilsilene Mendes, entrevistada em junho de 2023).

O que não pode deixar é um cara tomar conta do partido e acabar com ele, com a moral dele. Eu não vou citar nome, mas tem município aí que deixou o PT perder aquela moral. Eu sempre fui muito receoso das coligações, mas como eu disse, a gente coligou e mostrou nosso jeito nos postos que assumiu na prefeitura. O próprio Marco Aurélio foi um secretário de agricultura de primeira linha, a Zina, também. A Tereza, eu posso falar, foi uma senhora secretária da educação com o Wagner e foi uma vereadora, também, muito boa. Mas teve uns PTs aí na região que deixou o negócio correr solto e foi um Deus nos acuda. [...]. Ah... O cara nunca foi do PT, aí entra, candidata, e faz mais ou menos igual, usa a prefeitura igual todo mundo. Apoia deputado que sempre trabalhou contra a gente, que sempre foi contra o PT.

Sai do partido porque quer subir na política e vai para uns partidos que Deus me livre... Como que um cara que se diz do PT entra para um partido que apoiou o Bolsonaro? Esse cara não tem uma formação política mínima. E tem PT que deixa esse cara, mesmo sem estar filiado controlar o partido por dentro. Isso, eu acho, não pode deixar acontecer. Eu acredito, assim, que o PT nasceu aqui no Município e na nossa região, Vieiras, Eugenópolis e outros locais, nasceu de um trabalho que não combina com esse tipo de situação. Eu que vi o PT nascer aqui não posso aceitar determinadas coisas. (José do Tote, entrevistado em junho de 2022).

Um antigo fundador do PT em Vieiras, que se afastou do partido vindo fundar o PSB, declarou:

Ele [Nei] nunca foi ligado ao sindicato ou à CEBs. O pai dele era, mas ele nunca foi. Ele entrou para o PT depois, querendo ser vereador, prefeito... Eu é que fiz força para ele vir candidato, porque pessoal do PT achava ele nada a ver a, só saia de andar de moto pasto a fora. Playboy, mesmo. Mas o pai dele era [de CEBs] e ele [Nei] tinha dinheiro para pôr na política. Mas eu acreditava nele. Mas ele, depois, no PT, apoiava candidato dos Braz [tradicional e família política de Muriaé, proprietária de inúmeras empresas pelo país]. Ele saiu do PT e entrou para partido desses que apoia Bolsonaro. Que PT [petista] é esse, então? Ele entrou, aproveitou a força do partido e depois saiu. Tanto é que perdeu a última eleição. [...]. Mesmo no Republicanos o PT apoiou ele. [...]. Eu saí e entrei para o PSB. Sou um fundador do PT e agora do PSB. [...]. Saí porque um cara só não pode controlar um partido dessa forma, igual ao tempo do coronel (Sebastião Carolino, entrevistado em agosto de 2022).

Em Vieiras, Nei Chicareli foi eleito prefeito nas eleições de 2008 e 2012 pelo PT, conseguindo fazer o sucessor, também pelo PT, em 2016. Ney, contudo, não era afeito à fidelidade partidária, tendo apoiado candidatos oriundos da direita conservadora de Muriaé, a fim de alavancar sua candidatura à deputado estadual, vindo a filiar-se ao Democracia Cristã e, posteriormente, ao Republicanos. Nei Chicareli é um agricultor familiar extremamente próspero, que além de produzir peixes ornamentais em Vieiras, intermedia a produção da maioria dos produtores locais para o Estado de São Paulo, fato que lhe garantiu enorme projeção econômica e lhe propiciou meios para adentrar o campo político convertendo seu capital econômico e social em moeda política. Diante do sucesso dos governos do presidente Lula e da falta de uma liderança alternativa na política de Vieiras — dominada pelo grupo liderado por Eder Magalhães diante da fraca oposição de Jacy de Paula Homem, grupos também apelidados respectivamente de goteiras e poaias —, Nei Chicareli, por meio de sua influência sobretudo em meio aos piscicultores ornamentais familiares filiados ao STTR local e aos contatos de seu pai, antiga liderança cebista local, conseguiu não só o apoio do PT local,

que nas eleições municipais sempre tendeu a apoiar o grupo político de Jacy, mas da maioria da população local, dado a importância da piscicultura ornamental na economia da cidade.

O PT de São Francisco do Glória, a seu turno, foi mencionado em virtude da eleição de José Bissiati para prefeito em 2012. Embora eleito pelo PT, Bissiati era de família política tradicional na cidade, não tendo uma história no partido, senão no então PMDB, vindo filiar-se no PT em virtude dos governos PT nas esferas estaduais e federais. Bissiati também não é mais quadro do PT de São Francisco do Glória, tendo sido eleito vereador em 2020 pelo MDB. Em ambos os casos, os entrevistados petistas tendem a considerar que o PT dessas cidades foi colonizado pela política tradicional durante temporariamente, quer por novos nomes, mas com práticas políticas semelhantes aos antigos chefes políticos locais, como se deu em Vieiras, quer com nomes tradicionais que buscaram o partido como forma de buscarem atrair os votos dos eleitores do PT nesses municípios, sobretudo oriundos das CEBs criadas pelo MOBON, bem como aproximar-se das gestões dos governos do PT em nível federal e estadual, conforme dito.

Em Miradouro, a despeito das várias coligações, o PT sempre buscou ter certa autonomia em relação aos grupos políticos tradicionais com os quais coligou. Embora coadjuvante, o PT local marcava seu espaço por meio da atuação de seus quadros nas secretarias que assumia, fato reconhecido e comentado por aliados e adversários ao partido, conforme visto. As rupturas com poias e goteiras são indícios da vontade de o partido buscar melhores condições de se firmar com seus valores próprios, não deixando se colonizar por quadros externos. Esse zelo pelo partido, pelos petistas miradourenses ligados às CEBs não é tão difícil de explicar. Sindicato e partido são as instâncias institucionais mais expressivas dos camponeses cebistas miradourenses, sendo espaços em que não só o *habitus* militante-dialógico se manifesta de forma mais visível para além das reuniões cebistas e cursos do MOBON, mas também o espaço onde os capitais culturais e sociais desenvolvidos e incorporados pelos camponeses locais obtiveram maior valorização na sociedade local, tendo, nesses espaços, a possibilidade de serem cambiados em capitais de circulação política, sendo, portanto, ressignificados e valorizados no mercado político local.

Logo, a impressão de que o PT de Miradouro, relatada por alguns dissidentes do partido, afirmando que o partido seria dominado pelas CEBs, não é de todo errônea. Há, sim, um sentimento de propriedade com a legenda pelos camponeses cebistas, afinal o espaço político PT foi criado a partir das CEBs espalhadas pelas várias comunidades rurais do município, a partir da inversão de capitais culturais e sociais duramente conquistados, validados e valorizados durante décadas pelos camponeses que até então eram aliados do

campo político local. Esse zelo, esse ciúme institucional, sobretudo com relação ao partido, advém da necessidade não só de preservar o espaço político criado, mas também de se manter o partido como mercado de circulação e valorização dos capitais culturais e sociais campesino-cebistas, bem como para habilitá-los como circuláveis e negociáveis para além do campo religioso rural-local, sendo convertido em capitais políticos. O PT — e em certa medida também o STTR local — serve, ainda, como forma de institucionalizar e tornar político e realizável o *habitus* militante-dialógico dos camponeses cebistas. O próprio cuidado com os livros e registros do partido revelam a importância dessa memória. A presteza com que camponeses se dispõem a falar sobre as CEBs, o sindicato e o PT, por si só, são indicativos da afetividade e da importância que dão para tais instituições. De fato, pôde o autor deste trabalho perceber, quando das entrevistas realizadas, que há um nítido e sincero tom de satisfação nas falas e nas feições ao informar ao entrevistador sobre a importância da conversão social do católico a partir da reflexão e discussão da realidade experimentada a contar da leitura da Bíblia, sendo por todos frisada a importância do MOBON e das CEBs e dos valores cristãos aí cultivados na formação do STTR e do PT.

Contudo, a despeito desse zelo ou ciúme institucional, as coligações efetuadas pelo partido com os grupos políticos tradicionais da cidade, bem como o fato de a maioria dos secretários municipais oriundos do PT durante as coligações vencedoras não serem lideranças cebistas, indicam que o partido não seria tão sectário quanto acusam os dissidentes atuais — fundadores do PDT — e de outrora, mas sim que esses não foram hábeis o suficiente ao lidar com os capitais e *habitus* vigentes no partido.

7- CONCLUSÃO

É possível perceber que na Mata de Muriaé, a partir do Município de Eugenópolis, em meados da década de 1960, houve efetiva ação mediadora católica junto aos camponeses locais. O objetivo inicial dessa ação mediadora era exclusivamente religioso: buscava aproximar os camponeses locais do catolicismo oficial através da criação de grupos de reflexão bíblica e comunidades eclesiais de base, tornando a população residente na zona rural mais próxima aos valores e dogmas da Igreja Católica, afastando-os daquilo que os padres de então afirmavam ser um cristianismo supersticioso.

Essa ação religiosa disseminou CEBs pelos bairros rurais de diversos municípios da Mata de Muriaé, sobretudo em Miradouro, cidade escolhida para aprofundamento da pesquisa. De fato, a ação mediadora conseguiu resultados, consolidando os vínculos dos camponeses com o catolicismo oficial por meio de intensa atividade das CEBs no meio rural. Por meio de vários cursos promovidos pelo MOBON, quer na região, quer na casa sede desse movimento em Dom Cavati- MG, a ação mediadora formou centenas de lideranças comunitárias que não só fundavam novas CEBs em seus rincões, como também se tornavam aptas a repetirem os cursos que realizavam em sua comunidade ou outras, quanto convidadas. As habilidades de falar em público, de argumentar a partir do texto bíblico e dos opúsculos publicados pelo MOBON, bem como de organizar reuniões com metodologia aprazível aos camponeses valorizaram não só a ação mediadora em si e as CEBs, como também essas próprias habilidades, despertando, entre os mais jovens o desejo de participar desses movimentos e de também se tornarem lideranças. Parte desse desejo e da valorização dessas habilidades advinha do fato das CEBs, não só em Miradouro, mas em toda a região abordada, se frequentarem, de se organizarem em rede. Assim, por exemplo, uma liderança da zona rural de Vieiras era recebida em uma dada comunidade rural de outra cidade e ali ministrava cursos, realizava celebrações e cultos, bem como presidia reuniões plenárias ou assembleias relativas à organização cebista.

Os cursos do MOBON, sobretudo durante as chamadas reuniões de revisão, incentivavam um diálogo aberto e franco entre as lideranças em formação, sendo a regra principal o fato de jamais se perder a paciência ou “apelar”, bem como permitir que se falasse de tudo e que a decisão ou conclusão coletiva fosse respeitada e acatada por todos. Também, nesses cursos, o respeito à ordem de fala e às pautas fixadas era observado, dando-se ênfase à organização e ao planejamento conjunto das atividades. O objetivo do padre Gwenal e do

MOBON com essa ênfase era, possivelmente, uniformizar os trabalhos das diversas CEBs fundadas a fim de previrem melhor o resultado de seus trabalhos e controlar sua evolução. O MOBON, sobretudo em virtude do irmão sacramentino João Resende, sempre cuidou dos aspectos linguísticos do trabalho missionário: a regra era falar e valorizar a linguagem camponesas, a fim não só de garantir a compreensão de todos, mas também incentivar a participação e divulgação boca-a-boca dos conteúdos das reuniões e cursos ministrados.

Não só por influência do Concílio do Vaticano II e do desenvolvimento teórico da Teologia da Libertação, mas também da situação de miserabilidade e opressão sofrida pelos camponeses locais, as CEBs locais iniciaram intenso debate acerca de desigualdade e justiça social a partir do texto bíblico. Também os cursos do MOBON perceberam e enveredaram por essa tônica, vindo o movimento se tornar agente político à medida que passou a, publicamente, expressar apoio a candidatos a cargos políticos que adotassem discurso consonante a seus valores institucionais, esses ligados à ideia de justiça social e democracia. Percebe-se aqui nítida influência da realidade vivenciada pelos mediados sobre os agentes mediadores, que não podiam deixar passar em branco a situação de miserabilidade material e simbólica em que viviam os camponeses.

As habilidades acima mencionadas, sobretudo aquelas relativas a falar em público e debater, organizar reuniões, construir decisões coletivas, ler e compreender textos, reproduzir cursos e falas, tornaram-se verdadeiros capitais culturais entre os camponeses. Esses capitais culturais, por sua vez, encontraram como primeiro mercado as comunidades locais de cada liderança e, num segundo momento, por meio das realizações de reuniões plenárias, assembleias locais e regionais e intercâmbio de lideranças pelas centenas de CEBs espalhadas pela zona rural de diversos municípios da região, todas as demais CEBs da região de atuação do MOBON, que se estendia não só pela Zona da Mata de Minas Gerais, mas também para além das fronteiras do Estado. Essa organização em rede permitiu não só a difusão, mais, sobretudo, a multiplicação e valorização desse capital cultural até então não manejado pelos camponeses locais, pelo menos com a proficiência que o desenrolar da ação mediadora católica na região permitiu. Essa organização reticular das inúmeras CEBs da região, que não só se reconheciam, independente das fronteiras intermunicipais, mas que também se frequentavam, tornou-se, a bem da verdade, um ativo, uma nova modalidade de capital social, que garantia mercado, legitimidade, aperfeiçoamento, promoção e valorização para as lideranças comunitárias cebistas e os capitais culturais por eles manejados. Vale frisar que, quanto mais intensamente utilizado esse capital social, mais valorizado ele se torna, à semelhança, por exemplo, do que se dá com um ponto comercial.

Esses capitais culturais e social, contudo, contaram com um aporte simbólico fundamental, um *habitus* próprio desenvolvido nos trabalhos cevistas e incorporado pelos camponeses que deles faziam parte. Os camponeses, ao debaterem a realidade social vivenciada por eles, as injustiças que verificavam no cotidiano, a falta de acesso à saúde, à educação, a uma alimentação de baixa qualidade, bem como minguada remuneração quer pela hora trabalhada, quer pelo valor da produção camponesas, começaram a desenvolver um discurso em prol da justiça social. Para além desse discurso, a ação pastoral católica impelia que os camponeses tomassem medidas concretas para enfrentar as situações adversas que detectavam e julgavam serem merecedoras de modificação. Como disse um entrevistado: “Não é só oração, é Ora, ação!”. O amalgama desse discurso de cunho religioso voltado para a busca de justiça social, a valorização do diálogo e das decisões conjuntas e da crença na ação coordenada para promover mudanças na realidade injusta que viviam fez nascer entre os camponeses locais aquilo que foi denominado no presente trabalho como *habitus* militante-dialógico, que se configura numa predisposição em acreditar que é possível não só detectar injustiças sociais e preconceitos, mas também, a partir do diálogo, das decisões em comunidade, definir caminhos para resolver esses impasses e, através da ação conjunta não só com ações dentro do campo religioso, mas sobretudo a partir da organização social e política, empregar medidas práticas com o fito de modificar a realidade indesejada. De posse desses capitais culturais e sociais e norteados e motivados por esse *habitus* militante-dialógico, os camponeses da região recortada, com maior ou menor sucesso a depender de circunstâncias locais, fundaram duas importantes instâncias de representação: sindicatos de trabalhadores rurais e diretórios do Partido dos Trabalhadores, cujos valores, sobretudo quando de seu surgimento no Brasil, no início da década de 1980, guardavam harmonia com o movimento cevista local e até mesmo nacional.

Entre os sindicatos e diretórios municipais do PT criados nas várias cidades da região recortada, os de Miradouro mereceram atenção, uma vez que, nessa cidade, tanto o STTR quanto o PT camponês ainda possuem elevado número de filiados e quadros oriundos das CEBs. Não bastasse isso, as lideranças cevistas miradourenses, ao contrário do que se verificou em Vieiras, Rosário da Limeira, Muriaé, dentre outras cidades da microrregião, ainda têm grande vinculação com os compromissos sociais e militância política, não ficando adstritas simplesmente ao campo religioso.

Pode-se observar que os capitais e *habitus* desenvolvidos entre os camponeses cevistas foram fundamentais para a criação do STTR e do PT não só em Miradouro, mas em várias outras cidades da região. Em Miradouro, porém, verificou-se que esse *habitus* e capitais se

fizeram mais efetivos nas disputas políticas travadas pelos camponeses na cidade. A atuação do STTR mitigou a importância do SR local, que passou a ter existência praticamente formal na cidade, uma vez que sua função de agenciamento de serviços e benefícios pelo FUNRURAL com fins de promoção de assistencialismo e clientelismo político foi esvaziada pela ação do STTR. Até os tempos atuais, o STTR local tem proximidade com a CPT e atua contra a mineração na zona rural de Miradouro e microrregião, sendo essas pautas discutidas não só no sindicato, mas também nas CEBs locais.

Talvez mais do que o sindicato, o PT miradourense manifeste mais as influências dos capitais e *habitus* advindos das CEBs. Diferentemente dos dois grupos políticos tradicionais na cidade, o PT local apresenta atividade perene, com reuniões, ações partidárias constantes. Também esse partido é o único que possui órgão definitivo vigente, com processos eleitorais bienais para se decidir a direção do partido local. Ao contrário do que se dá nos demais grupos políticos locais, a decisão sobre candidaturas, coligações se dá por meio de assembleias e não por decisão pessoal dos chefes políticos dos respectivos grupos tradicionais. Verificou-se, na pesquisa, intensa participação nas assembleias pelos filiados do partido sobretudo nas campanhas eleitorais municipais, bem como a importância da valorização das decisões coletivas no grupo político.

Verificou-se, ainda, que há uma sensível diferença entre a compreensão do que é política e da forma de atuar na mesma entre os dois grupos tradicionais da cidade — poaias e goteiras — e o PT. Os dois grupos políticos têm por valor norteador o que se chamou de *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo, no qual as lealdades familiares e a negociação de vantagens pessoais norteiam o discurso e o fazer político, ao passo que o grupo político que enverga a legenda do PT adota, majoritariamente, um discurso e práticas relacionadas ao *habitus* militante-dialógico, sendo que os discursos de busca de maior justiça e igualdade social e de bem comum fundamentados com noções de direito e religiosidade cristã, dão a tônica das falas nas reuniões partidárias, conforme se depreendeu não só das entrevistas realizadas, mas também do conteúdo das atas partidárias documentadas nos livros oficiais do partido. O caráter assemblear das reuniões plenárias das CEBs, o direito à fala mediante inscrição prévia e mesmo a organização das dinâmicas internas ao partido carregam grande influência cebista. Pode-se afirmar que também o PT é um espaço onde os capitais culturais e sociais oriundos das CEBs são manejados e valorizados de forma a promover, também no campo político o *habitus* militante-dialógico, influenciando não só na dinâmica do partido, mas também refletindo na política municipal como um todo.

A força dos camponeses cebistas dentro do partido é causa de conflitos. Alguns dissidentes do PT miradourense nas últimas eleições municipais, ocorrida em 2020, atribuem a debandada de filiados, em grande parte, ao “preconceito” interno do partido contra aqueles que não são do meio rural ou oriundos das CEBs indicam a força dos capitais e *habitus* próprios incorporados pelos camponeses no partido. Em análise mais acurada aos livros partidários e às entrevistas coletadas, percebe-se, de fato, a força da influência cebista dentro do partido, contudo, mais do que um preconceito por parte da ala mais próximas ao meio rural cebista do partido, o que se verificou foi uma inabilidade ou incompreensão por parte dos dissidentes diante *habitus* militante-dialógico e da maneira como os camponeses manejavam e valorizavam seus capitais socioculturais, bem como certo inconformismo com a coesão e o sentimento de pertencimento desse grupo ao decidir os destinos do partido.

Em meio à dicotomia política local, o PT de Miradouro, nas eleições municipais de 1988 e 1992 lançaram candidatos próprios, sem coligação, contudo, a partir de então, passaram a realizar sucessivas coligações a fim de participarem da administração municipal, só vindo a lançar candidato próprio em 2020. Nos anos de 2004 e 2008 o PT coligou-se com o grupo dos poaias, vindo, nesses dois pleitos, conseguir a vice-prefeitura. Já nos anos de 2012 e 2016, novamente o PT conseguiu eleger vice-prefeitos, contudo em coligação com o grupo político dos goteiras. A coligação do PT com um ou outro grupo não causou tanto espanto na cidade quanto à coligação entre os dois tradicionais grupos rivais locais nas eleições municipais de 2020.

Devido à força política acumulada, mesmo sofrendo com a dissidência de alguns filiados e lideranças que fundaram um novo partido na cidade, o PT estava disposto a coligar-se somente se lhe garantissem a cabeça da chapa, ou seja, o posto de candidato a prefeito da eventual coligação. Lado outro, ambos os grupos tradicionais aceitavam coligar-se com o PT, desde que este aceitasse o posto de candidato a vice-prefeito. Apesar da rivalidade histórica, que remonta a década de 40 do século passado, os dois grupos políticos tradicionais se uniram, vindo os poaias assumirem, fornecerem o candidato a vice-prefeito. A coligação entre os grupos poaias e goteiras foi eleita com 59,7% dos votos válidos, ficando o PT com 38,97% desses votos. Essa coligação de rivais não significa uma coligação de diferentes. Os grupos poaias e goteiras, em Miradouro, se excluem e se digladiam há anos na política local, porém, diante do risco de um novo grupo político ganhar as eleições, a semelhança entre os dois grupos tradicionais superou a rivalidade. Uma vitória do PT nas eleições municipais em Miradouro poderia quebrar mais do que a histórica dicotomia entre iguais, mas inaugurar uma dicotomia política de diferentes: de um lado poaias e goteiras, fazendo a política por meio do

habitus de tradicionalismo e pragmatismo, manejando, sobretudo, os capitais sociais e econômicos que possuem, e de outro o grupo do PT, pautando-se mais pelo *habitus* militante-dialógico, tentando desconstruir os valores e capitais típicos dos dois grupos políticos tradicionais da cidade.

Pode-se, assim, a partir da pesquisa realizada nas comunidades rurais de Miradouro e seu entorno, afirmar que ações mediadoras encetadas pela Igreja Católica em meados de 1960 promoveram o nascimento e circulação de capitais sociais e culturais até então não manejados pelos camponeses locais, além de promover o advento de um novo *habitus* entre esses camponeses, que se opunha ao *habitus* de tradicionalismo e pragmatismo então vigente na cidade. Percebe-se, também, que a mediação realizada teve efeitos inesperados pelos agentes mediadores, à medida que mais do que uma organização de caráter religioso que buscava efeitos junto as comunidades locais, os camponeses cebistas, de posse dos capitais e *habitus* desenvolvidos, conseguiram se organizar tanto no campo sindical como político, percutindo de maneira sensível no funcionamento da política local e estadual.

8 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Os sertões de São Paulo de Muriaé: terra, riqueza e família na Zona da Mata mineira, 1846-1888**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BARRETO, Ruy. **Os sinos de São João**. Rio de Janeiro: Mabuia, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de um Teoria da Prática. *In*: Ortiz, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Olho d'Água, p. 39 a 72, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila**. Oeiras: Celta, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Acadêmicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013
- BOURDIEU, Pierre. Las formas de capital: capital económico, capital cultural y capital social. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y classes Sociales**, 2ª ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, p. 131 a 164, 2001 a.
- BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne em Bérn**. Paris: Seuil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 b.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 41 a 60, junho 2006, Curitiba. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100005>>. Acesso em: 04/04/2023.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *In*: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzWgV9cxV8YWnYtMvrz/>>. Acessado em 01/07/2023.
- CARVALHO, Rosana Areal de. **O cônsul do rei: José Alcino Bicalho**. Editora Biografia: Belo Horizonte, 2017.
- CINTRÃO, Rosângela Pezza. **ONGS, tecnologias agrícolas e representação política do capesinato: uma análise entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA da UFRRJ: Seropédica, 1996.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentescos e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COSTA, Alípio Jacinto da. **Bodas de ouro da evangelização (1959-2009): Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE) ou Movimento da Boa Nova (MOBON)**. Texto datilografado. 63 páginas. Dom Cavati- MG, 2009.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. In: **CLIO: Série de Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-2, 2008, p. 291 a 320. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/49/44>>. Acesso em: 12.06. 2022.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida; FIUZA, Ana Louize Carvalho; RODRIGUES, Natália Barbosa. Características Sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata de Minas Gerais. **Colóquio: Revista do desenvolvimento regional**. V. 12, n. 2, abr/jun. 2022. Taquara- RS. 2022.

FARIA, José Anacleto de. **Gestão democrática: o caso de Muriaé (MG)**. Dissertação de mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Orientadora: Elzira Lúcia de Oliveira. Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2006

GOMES, Wanda Lúcia; ANDRADE, Durval Ângelo. **MOBON: missão e fé libertadora**. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

HAMMES, Roque. **Igreja Católica, sindicatos e movimentos sociais: quarenta anos de história projetando luzes para a defesa e a promoção da vida na região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HEREDIA, Beatriz M. A.; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. **Teoria e cultura: Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF**, v. 1, n. 1, 2006, fls. 35 a 58. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12138>>. Acesso em: 30.07. 2022.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). **Mater et magistra**. 14. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI). **Gaudium et spes**. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

KERANDEL, Jean; DEL CANTO, Mario Luis. **Evangelizacion y promocion em comunidades eclesiales de base (medio rural), Brasil**. Medellín, Instituto Pastoral del CELAM, 1977.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michel. Marxismo e religião: ópio do povo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLASCO, 2006, p. 271-284.

LÖWY, Michel. **O que é cristianismo da libertação?** Religião e política na América Latina. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, Karl. **Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Covilhã: LusoSofia, 2008.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 2001. **Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. IN: GIARRACCA, N. (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO.

MOORE, Rob. Capital. In: Grenfell, Michael. **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, p. 136 a 154, 2018.

NEVES, Delma Peçanha. Mediação social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: Medeiros, L.et al. (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Reflexões sobre o processo de mediação e a transformação de identidades em assentamentos rurais. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 123, p. 161-169, agosto de 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12642>>. Acesso em: 01.06.2022.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 11-42.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PANAGIDES, Stahis S. et al. **Estudos sobre uma região agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

- PETERS, Gabriel. “*Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, 83, p. 47 a 74, 2013.
- PICOLOTTO, Everton L. A emergência dos agricultores familiares como sujeitos de direito na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 9, n. 18, 2009.
- RABELO, Livia. **Pelos olhos da fé**: os dilemas morais na “caminhada” de lideranças políticas e religiosas na Zona da Mata de mineira. Dissertação de mestrado em antropologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Viçosa. 2019.
- RESENDE, João. A linguagem de uma formação popular. In. D. Ângelo (org). **Caderno de formação política**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- RICCI, Rudá Guedes Moisés Salermo. **Fuga para o futuro**: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57,n.1, p. 24-48, jan/mar. 2019.
- ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairos, 1979.
- RURALMINAS — Fundação Rural Mineira. **Programa de desenvolvimento integrado da Zona da Mata — PRODEMATA**, v. 4, programa IV, Belo Horizonte, 1982.
- SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 13, n. 1, jan/mar, 1951, p. 47 – 70
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB’s no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.
- TEIXEIRA, Ramon da Silva. **Como rama de abóbora**: o movimento da Boa Nova, o trabalho de base e (re) invenções de saberes-fazer. Dissertação de mestrado em antropologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Viçosa. 2020.
- THEIJE, Marjo de. **Tudo o que é de Deus é bom**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistema de Gerenciamento Partidário**. Site: <https://sgip3.tse.jus.br/sgip3-consulta/#!/orgao-partidario/listagem-orgaos-partidarios>, consultado em 20 de julho de 2023.
- ZANGELMI, Armando José. Mediações nos movimentos sociais. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 12, p. 109-127, ago./dez. 2011.